

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS E GARANTIAS
FUNDAMENTAIS
DOUTORADO EM DIREITO

SILVAGNER ANDRADE DE AZEVEDO

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS DO DISCURSO BOLSONARISTA SOB A
PERSPECTIVA DE BAKHTIN E ROSENFELD: UMA ANÁLISE DO DISCURSO
SOBRE A FRAGMENTAÇÃO DA ALTERIDADE, A DESLEGITIMAÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS, A POLARIZAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA E A EROSÃO
DA DEMOCRACIA**

VITÓRIA
2025

SILVAGNER ANDRADE DE AZEVEDO

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS DO DISCURSO BOLSONARISTA SOB A
PERSPECTIVA DE BAKHTIN E ROSENFELD: UMA ANÁLISE DO DISCURSO
SOBRE A FRAGMENTAÇÃO DA ALTERIDADE, A DESLEGITIMAÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS, A POLARIZAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA E A EROÇÃO
DA DEMOCRACIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Direito, na área de concentração Direitos e Garantias Fundamentais.

Orientador: Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai

VITÓRIA

2025

SILVAGNER ANDRADE DE AZEVEDO

**A PRODUÇÃO DE SENTIDOS DO DISCURSO BOLSONARISTA SOB A
PERSPECTIVA DE BAKHTIN E ROSENFELD: UMA ANÁLISE DO DISCURSO
SOBRE A FRAGMENTAÇÃO DA ALTERIDADE, A DESLEGITIMAÇÃO DOS
DIREITOS HUMANOS, A POLARIZAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA E A EROÇÃO
DA DEMOCRACIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Doutor em Direito, na área de concentração Direitos e Garantias Fundamentais.

Orientador: Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai

Aprovada em 14 de março de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai
Faculdade de Direito de Vitória
Orientador

Prof^a. Dra. Karoline Marchiori de Assis
Faculdade de Direito de Vitória

Prof^a. Dra. Monica Fontenelle Carneiro
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dra. Valena Jacob Chaves
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Manuel Peixoto Caldas
Universidade Federal da Paraíba

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua presença constante e por sustentar-me nos momentos de dúvida, silêncio e reinício. A Ele, toda a gratidão pela força que me manteve de pé ao longo desta jornada.

À minha família, alicerce de minha formação humana, ética e intelectual, pelo amor incondicional, pelas palavras de encorajamento e pelo exemplo de integridade que sempre me inspirou.

À minha sobrinha Ana Luíza, cujo ingresso na graduação em Direito reacendeu em mim o desejo de iniciar o doutorado. Sua juventude e entusiasmo foram chamas que iluminaram meu caminho.

Aos meus amigos Bruce Carvalho, Sônia Grobério, Josette Baptista e Emília Alves, pela escuta generosa, pelas conversas afetuosas e pelo apoio firme nos momentos de cansaço e incerteza. A presença de vocês me fortaleceu para continuar.

Ao meu orientador, Professor Doutor Cássius Guimarães Chai, por sua orientação segura, sua escuta atenta e sua generosidade intelectual. Seus direcionamentos foram fundamentais para a construção e maturação deste trabalho.

Aos professores que compuseram a banca avaliadora, por suas leituras atentas e críticas construtivas, que enriqueceram este trabalho e apontaram caminhos de aprofundamento para futuras reflexões.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Faculdade de Direito de Vitória, pelo ensino comprometido e pelas trocas acadêmicas inspiradoras. Em especial, aos Professores Doutores Alexandre de Castro Coura, pela interlocução generosa e pelo olhar preciso que ajudou a orientar esta pesquisa; e Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, cuja presença firme e afetuada nas aulas e nos diálogos acadêmicos me marcou profundamente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela relevância de seu papel institucional no fomento à pesquisa e na consolidação da pós-graduação no Brasil.

À Faculdade de Direito de Vitória – FDV, pela estrutura de excelência, pelo corpo técnico e acadêmico comprometido, e pelo ambiente que acolhe e promove o pensamento crítico e ético.

Ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da FDV, pelo espaço formativo plural, pela qualidade das discussões e pelo incentivo contínuo à produção científica comprometida com a democracia e os direitos humanos.

E a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta conquista. Cada gesto de apoio, cada palavra de incentivo e cada presença solidária deixaram marcas neste percurso. A todos, meu sincero e profundo agradecimento.

"A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca".

Ulysses Guimarães

RESUMO

Esta tese investiga como os sentidos produzidos pelo discurso de Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política tensionam os fundamentos do Estado Democrático de Direito e comprometem a democracia, a realização dos direitos fundamentais e a construção da identidade do sujeito constitucional no Brasil. Como resposta provisória a essa questão, levanta-se a hipótese de que o discurso bolsonarista produz sentidos que ameaçam os direitos fundamentais, fragmentam a alteridade, reforçam a polarização político-ideológica e contribuem para a erosão da democracia. Esses sentidos conformam uma identidade do sujeito constitucional homogênea e excludente, em contradição com os princípios de pluralidade, igualdade e dignidade humana consagrados na Constituição Federal de 1988. Inserida na linha de pesquisa em Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais, a investigação tem como objetivo geral analisar, à luz das teorias de Bakhtin e Rosenfeld, como as falas de Jair Bolsonaro constituem um discurso cujos sentidos tensionam os princípios constitucionais, comprometem a realização dos direitos fundamentais e fragilizam a democracia. Com base na teoria dialógica da linguagem de Mikhail Bakhtin, analisam-se os sentidos produzidos pelas falas de Jair Bolsonaro, organizados em quatro categorias de análise: deslegitimação dos direitos humanos, fragmentação da alteridade, polarização político-ideológica e erosão da democracia. Esses sentidos não apenas desafiam os pilares da democracia, mas também promovem a exclusão e estigmatização de grupos socialmente vulnerabilizados, ameaçando, assim, a efetivação dos direitos fundamentais. À luz da teoria constitucional de Michel Rosenfeld, examinam-se a tensão entre os sentidos produzidos pelo discurso bolsonarista e o discurso jurídico-constitucional, evidenciando como essas narrativas comprometem a construção de uma identidade do sujeito constitucional plural e inclusiva. Quanto à metodologia, a presente pesquisa constitui-se em uma investigação de natureza explicativa, qualitativa e transdisciplinar, que combina análise teórica – fundamentada na teoria da linguagem e na teoria constitucional – e discursiva para compreender os efeitos do discurso bolsonarista na construção de um ambiente político excludente e que desafia o discurso constitucional. Para a organização e sistematização do *corpus* constituído pelas falas de Jair Bolsonaro, a pesquisa utiliza a análise de conteúdo, conforme

metodologia de Bardin. Adota o método dialético como abordagem científica, empregando-o na análise do discurso de Bolsonaro para identificar como suas falas refletem e desafiam as contradições presentes na sociedade brasileira, como a tensão entre discursos de inclusão/exclusão ou autoritarismo/democracia. Como resultados – e ratificando a hipótese – demonstra-se que o discurso bolsonarista, analisado sob a perspectiva teórica selecionada, produz sentidos que vão de encontro ao texto constitucional e comprometem os direitos fundamentais e a democracia, pois reiteradamente deslegitimam os direitos humanos, excluem e estigmatizam grupos minorizados, promovem a polarização político-ideológica e fragilizam a democracia, além de conformar uma identidade do sujeito constitucional homogênea e excludente. O trabalho conclui que a linguagem política, enquanto espaço de construção de sentidos, é capaz de reconfigurar o imaginário social e institucional, fragilizando os fundamentos da democracia e os princípios constitucionais. A pesquisa destaca a necessidade de uma compreensão crítica da jurisdição constitucional e da democracia em face de discursos que ameaçam os alicerces do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: discurso; bolsonarismo; democracia; direitos fundamentais; Bakhtin; Rosenfeld.

ABSTRACT

This thesis investigates how the meanings produced by Jair Bolsonaro's discourse throughout his political trajectory challenge the foundations of the Democratic Rule of Law and compromise democracy, the realization of fundamental rights, and the construction of the identity of the constitutional subject in Brazil. As a provisional response to this issue, the hypothesis is raised that Bolsonarist discourse generates meanings that threaten fundamental rights, fragment alterity, reinforce political and ideological polarization, and contribute to the erosion of democracy. These meanings shape a homogeneous and exclusionary identity of the constitutional subject, contradicting the principles of plurality, equality, and human dignity enshrined in the 1988 Federal Constitution. Situated within the research domain of Democracy, Citizenship, and Fundamental Rights, this study aims to analyze, through the theoretical lenses of Bakhtin and Rosenfeld, how Bolsonaro's speeches constitute a discourse whose meanings challenge constitutional principles, hinder the realization of fundamental rights, and weaken democracy. Based on Mikhail Bakhtin's dialogic theory of language, the study examines the meanings produced by Bolsonaro's speeches, categorized into four analytical dimensions: delegitimization of human rights, fragmentation of alterity, political and ideological polarization, and democratic erosion. These meanings not only undermine the pillars of democracy but also foster the exclusion and stigmatization of socially vulnerable groups, thereby threatening the effective protection of fundamental rights. From the perspective of Michel Rosenfeld's constitutional theory, the study further explores the tension between the meanings produced by Bolsonarist discourse and the constitutional-legal discourse, highlighting how these narratives jeopardize the construction of a plural and inclusive constitutional subject. Methodologically, this thesis constitutes an explanatory, qualitative, and transdisciplinary investigation that combines theoretical analysis—grounded in language theory and constitutional theory—and discourse analysis to understand the effects of Bolsonarist discourse in shaping an exclusionary political environment that challenges constitutional discourse. For the organization and systematization of the corpus composed of Bolsonaro's speeches, the study employs content analysis based on Bardin's methodology. The research adopts the dialectical method as its scientific approach, applying it to the analysis of Bolsonaro's discourse to identify how his statements reflect and challenge contradictions within Brazilian

society, such as the tension between inclusion/exclusion or authoritarianism/democracy. As a result—and confirming the initial hypothesis—the study demonstrates that Bolsonarist discourse, when analyzed through the selected theoretical framework, produces meanings that conflict with the constitutional text and undermine fundamental rights and democracy. Bolsonaro's discourse repeatedly delegitimizes human rights, excludes and stigmatizes marginalized groups, promotes political and ideological polarization, and weakens democracy, while simultaneously constructing a homogeneous and exclusionary identity of the constitutional subject. The thesis concludes that political language, as a space for meaning-making, has the power to reshape the social and institutional imaginary, thereby weakening the foundations of democracy and constitutional principles. The research underscores the need for a critical understanding of constitutional jurisdiction and democracy in the face of discourses that threaten the pillars of the Democratic Rule of Law.

Keywords: discourse; bolsonarism; democracy; fundamental rights; Bakhtin. Rosenfeld.

RESUMEN

Esta tesis investiga cómo los sentidos producidos por el discurso de Jair Bolsonaro a lo largo de su trayectoria política tensionan los fundamentos del Estado Democrático de Derecho y comprometen la democracia, la realización de los derechos fundamentales y la construcción de la identidad del sujeto constitucional en Brasil. Como respuesta provisional a esta cuestión, se plantea la hipótesis de que el discurso bolsonarista genera sentidos que amenazan los derechos fundamentales, fragmentan la alteridad, refuerzan la polarización político-ideológica y contribuyen a la erosión de la democracia. Estos sentidos configuran una identidad del sujeto constitucional homogénea y excluyente, en contradicción con los principios de pluralidad, igualdad y dignidad humana consagrados en la Constitución Federal de 1988. Insertada en la línea de investigación en Democracia, Ciudadanía y Derechos Fundamentales, esta investigación tiene como objetivo general analizar, a la luz de las teorías de Bakhtin y Rosenfeld, cómo los discursos de Jair Bolsonaro constituyen una narrativa cuyos sentidos tensionan los principios constitucionales, comprometen la realización de los derechos fundamentales y debilitan la democracia. Basándose en la teoría dialógica del lenguaje de Mikhail Bakhtin, se analizan los sentidos producidos por las declaraciones de Bolsonaro, organizados en cuatro categorías de análisis: deslegitimación de los derechos humanos, fragmentación de la alteridad, polarización político-ideológica y erosión de la democracia. Estos sentidos no solo desafían los pilares democráticos, sino que también promueven la exclusión y la estigmatización de grupos socialmente vulnerabilizados, amenazando así la efectivización de los derechos fundamentales. Desde la perspectiva de la teoría constitucional de Michel Rosenfeld, se examina la tensión entre los sentidos producidos por el discurso bolsonarista y el discurso jurídico-constitucional, evidenciando cómo estas narrativas comprometen la construcción de una identidad del sujeto constitucional plural e inclusiva. En cuanto a la metodología, esta investigación se configura como un estudio explicativo, cualitativo y transdisciplinario, que combina análisis teórico – fundamentado en la teoría del lenguaje y en la teoría constitucional – y análisis discursivo para comprender los efectos del discurso bolsonarista en la construcción de un entorno político excluyente que desafía el discurso constitucional. Para la organización y sistematización del corpus compuesto por los discursos de Jair Bolsonaro, la

investigación emplea el análisis de contenido, conforme a la metodología de Bardin. Se adopta el método dialéctico como enfoque científico, aplicándolo al análisis del discurso de Bolsonaro para identificar cómo sus declaraciones reflejan y desafían las contradicciones presentes en la sociedad brasileña, tales como la tensión entre discursos de inclusión/exclusión o autoritarismo/democracia. Como resultado – y ratificando la hipótesis – se demuestra que el discurso bolsonarista, analizado desde la perspectiva teórica seleccionada, produce sentidos que se oponen al texto constitucional y comprometen los derechos fundamentales y la democracia, ya que reiteradamente deslegitima los derechos humanos, excluye y estigmatiza a grupos minorizados, fomenta la polarización político-ideológica y debilita la democracia, además de configurar una identidad del sujeto constitucional homogénea y excluyente. El estudio concluye que el lenguaje político, como espacio de construcción de sentidos, es capaz de reconfigurar el imaginario social e institucional, debilitando los fundamentos de la democracia y los principios constitucionales. La investigación resalta la necesidad de una comprensión crítica de la jurisdicción constitucional y de la democracia frente a discursos que amenazan los pilares del Estado Democrático de Derecho.

Palabras clave: discurso; bolsonarismo; democracia; derechos fundamentales; Bakhtin; Rosenfeld.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	METODOLOGIA.....	22
2.1	ANÁLISE DO CONTEÚDO NA ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO.....	23
2.1.1	Pré-análise: organização e planejamento.....	23
2.1.2	Exploração do material: codificação e categorização.....	24
2.1.3	Tratamento dos resultados e interpretação.....	26
2.2	ESCOLHA DO MÉTODO CIENTÍFICO.....	27
2.3	DEFINIÇÃO DE CONCEITOS-CHAVE.....	29
3	FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DO DISCURSO.....	40
3.1	A CONCEPÇÃO ESTRUTURALISTA DA LINGUAGEM E SUAS LIMITAÇÕES.....	41
3.2	A TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM DE BAKHTIN.....	45
3.2.1	Dialogismo na linguagem: a interação entre vozes.....	50
3.2.2	Polifonia no discurso: a equipolência de vozes.....	53
3.2.3	Heteroglossia: a variedade de vozes sociais e ideológicas.....	57
3.2.4	Carnavalização: a inversão e subversão das hierarquias no discurso.....	63
3.2.5	Considerações finais sobre a perspectiva dialógica da linguagem	67
3.3	DISCURSO E ANÁLISE(S) DO DISCURSO.....	68
3.3.1	O conceito de discurso: uma visão ampliada.....	70
3.3.2	Análise do discurso: perspectivas e tendências teóricas.....	74
3.3.3	Interdiscursividade: o discurso como redes de sentidos.....	81
3.4	PARÂMETROS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA.....	83
3.4.1	Contextualização do enunciado.....	83
3.4.2	Aplicação dos conceitos bakhtinianos.....	84
3.4.3	Identificação de interdiscursos.....	85
3.4.4	Análise das estruturas discursivas de poder e ideologia.....	86
3.4.5	Efeitos discursivos e sociais.....	88
4	ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA	89
4.1	DESLEGITIMAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E EXALTAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESTATAL.....	91
4.1.1	Deslegitimação de direitos humanos.....	92
4.1.2	Exaltação da violência estatal.....	104
4.2	FRAGMENTAÇÃO DA ALTERIDADE.....	120
4.2.1	Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+.....	120
4.2.2	Sexismo e reforço de hierarquias de gênero.....	150
4.2.3	Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados.....	158

4.2.4	A exclusão das minorias pela vontade da maioria.....	176
4.3	POLARIZAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA.....	184
4.4	EROSÃO DA DEMOCRACIA.....	200
4.5	ENCERRAMENTO DAS ANÁLISES: O DISCURSO BOLSONARISTA EM PERSPECTIVA.....	215
5	DISCURSO BOLSONARISTA E DISCURSO CONSTITUCIONAL: TENSÕES E IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL.....	217
5.1	SENTIDOS PRODUZIDOS PELO DISCURSO BOLSONARISTA.....	218
5.2	DISCURSO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL E A IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL.....	223
5.2.1	Constitucionalismo, alteridade e sujeito constitucional.....	225
5.3	TENSÕES E IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL.....	227
5.4	A DIALÉTICA DA NEGAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CONSTITUCIONAL BRASILEIRA.....	229
5.5	METÁFORA E METONÍMIA COMO INSTRUMENTOS DE (RE)CONSTRUÇÃO DO SUJEITO CONSTITUCIONAL.....	233
5.6	POLIFONIA E HETEROGLOSSIA NO EMBATE DISCURSIVO CONSTITUCIONAL.....	236
5.7	O PAPEL DO DISCURSO CONSTITUCIONAL NA MEDIAÇÃO DAS TENSÕES IDEOLÓGICAS.....	238
5.8	DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DA PLURALIDADE IDENTITÁRIA DO SUJEITO CONSTITUCIONAL.....	240
6	CONCLUSÃO.....	242
	REFERÊNCIAS.....	250

1 INTRODUÇÃO

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil emergiu de um contexto de reconstrução democrática no país, após um período de regime militar ditatorial iniciado em 1964. A Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1987, representou um esforço coletivo para refundar o país sobre os pilares da democracia e do Estado Democrático de Direito. Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados e uma das lideranças mais proeminentes no Congresso, foi quem conduziu esse processo à luz da esperança de uma nova era, proclamando a nova Carta como a "Constituição Cidadã".

No momento de sua promulgação, em 5 de outubro de 1988, as palavras de Ulysses Guimarães ecoaram como um marco inaugural da nova Constituição: "Declaro promulgada. O documento da liberdade, da dignidade, da democracia, da justiça social do Brasil" (Brasil, 2006). Essa primeira fala acerca do texto constitucional recém promulgado anunciou o renascimento da cidadania brasileira. Ela projetou os sentidos de um documento concebido para restabelecer e ampliar os direitos fundamentais, promover a justiça social e fortalecer as bases democráticas no país.

A Constituição Federal de 1988 representa, até hoje, um pacto social em prol de um projeto de Estado baseado nos direitos humanos, na dignidade humana, no pluralismo e na inclusão social, projetando seus princípios e sentidos nas relações políticas e jurídicas do país. O caráter plural e inclusivo da nova Carta é estabelecido como um dos objetivos fundamentais da República: "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (Brasil, 1988).

Entretanto, nas décadas que se sucederam à sua promulgação, o cenário político brasileiro testemunhou o surgimento de discursos e posicionamentos que contrariam os princípios e os objetivos consagrados na Constituição Federal de 1988. Entre essas manifestações, destacam-se as falas de Jair Bolsonaro, cuja trajetória política revela a construção de um discurso que tensiona os valores constitucionais e projeta sentidos que se distanciam dos princípios constitucionais de pluralidade, inclusão e dignidade humana.

Enquanto Ulysses Guimarães, na promulgação da Constituição Federal de 1988, utilizou a fala como um meio de unir e inspirar a nação em busca de justiça social e igualdade, Jair Bolsonaro empregou-a reiteradamente, durante sua vida pública, para enfraquecer esses valores constitucionais e promover exclusão e polarização.

Bolsonaro ingressou na vida política em 1988, ano da promulgação da Constituição, quando foi eleito vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Após exercer mandato na Câmara Municipal até 1991, foi eleito deputado federal, cargo que ocupou por sete mandatos consecutivos. Durante esse período, consolidou-se como uma figura política polêmica, marcada por discursos polarizadores e posicionamentos que frequentemente desafiavam os valores centrais do Estado Democrático de Direito. A partir de 2018, uma vez eleito Presidente da República, suas falas ganharam projeção nacional e internacional.

Ao longo de sua trajetória política, como parlamentar, candidato e presidente, Jair Bolsonaro consolidou um estilo discursivo marcado pela polarização e pela exclusão, frequentemente em tensão ou afronta direta ao texto constitucional. Em pronunciamentos tanto no Congresso Nacional quanto em igrejas, entrevistas, eventos públicos, programas de televisão e, mais recentemente, nas redes sociais, suas falas causavam estranhamento ao abordar temas como a apologia à ditadura militar e à tortura, o autoritarismo, a polarização político-ideológica, o desprezo por grupos minorizados e, de forma recorrente, a deslegitimação dos direitos humanos.

Essas falas representam não apenas momentos de impacto no cenário político, mas também configuram um discurso que ameaça os valores democráticos e constitucionais. A análise desse discurso exige uma abordagem que permita compreender como ele opera na produção de sentidos que se contrapõem à Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, formula-se o seguinte **problema de pesquisa**: como os sentidos produzidos pelo discurso de Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política tensionam os fundamentos do Estado Democrático de Direito e comprometem a realização dos direitos fundamentais e a construção da identidade do sujeito constitucional no Brasil?

Como resposta provisória a essa questão, levantou-se a **hipótese** de que o discurso bolsonarista – manifestado nas falas proferidas por Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política – produz sentidos que ameaçam os direitos fundamentais, fragmentam a alteridade, reforçam a polarização político-ideológica e contribuem para a erosão da democracia. Esses sentidos conformam uma identidade do sujeito constitucional homogênea e excludente, em contradição com os valores de pluralidade, inclusão e dignidade humana consagrados na Constituição Federal de 1988.

Para conduzir esta pesquisa, a **base teórica** fundamenta-se nas contribuições de Mikhail Bakhtin, no campo da teoria da linguagem e do discurso, e Michel Rosenfeld, na teoria constitucional. Esses autores oferecem ferramental teórico essencial para compreender a dinâmica discursiva e os impactos jurídicos do discurso bolsonarista, permitindo uma análise que conecta os sentidos produzidos pela linguagem à sua manifestação nas relações políticas e jurídicas.

A originalidade desta tese reside na articulação teórica entre a abordagem dialógica de Bakhtin e a concepção de identidade do sujeito constitucional de Michel Rosenfeld, aplicadas ao discurso político de Jair Bolsonaro. Embora já existam estudos sobre os impactos do discurso bolsonarista na democracia brasileira, poucos trabalhos exploram, de forma transdisciplinar e com base na teoria indicada, como os sentidos produzidos por essas falas contrapõem-se à Constituição Federal de 1988. Essa análise é inovadora ao conectar os efeitos linguísticos e jurídicos do discurso bolsonarista, revelando como ele opera simultaneamente no plano discursivo e institucional para enfraquecer a proteção aos direitos fundamentais e promover a exclusão social. Assim, a pesquisa oferece uma contribuição original para o campo do direito constitucional e dos estudos de discurso, ampliando a compreensão das dinâmicas que tensionam os fundamentos democráticos no Brasil contemporâneo.

Em Bakhtin, a concepção de linguagem como interação social, fundamentada no dialogismo, enfatiza que os sentidos não são produzidos de forma isolada, mas emergem na relação entre vozes que interagem em contextos históricos e sociais específicos. A fala – ou enunciado, na teoria de Bakhtin – é um “elo na cadeia da

comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quando de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (Bakhtin, 2011, p. 300). Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem é sempre social e dialógica, pois todo enunciado está em constante diálogo com o que já foi dito antes e com o que ainda será dito depois, confrontando-se e entrelaçando em um processo contínuo de construção de sentidos.

Para Bakhtin, a alteridade é um elemento central nesse processo: os sentidos são construídos a partir da relação com o outro, cuja presença é indispensável para a constituição do discurso. No entanto, no discurso bolsonarista, a alteridade é fragmentada e reduzida a categorias excludentes, o que permite a construção de narrativas monológicas, polarizadoras e homogeneizantes. Além disso, a obra de Bakhtin oferece uma ampla gama de conceitos que permitem explorar as estratégias discursivas presentes no discurso bolsonarista, possibilitando uma análise teoricamente fundamentada de como os sentidos são construídos.

Nessa perspectiva teórica, os sentidos produzidos pelas falas de Bolsonaro dialogam com posicionamentos políticos e ideológicos já presentes na sociedade brasileira, ressoando discursos históricos de exclusão, polarização e deslegitimação de direitos humanos. As falas de Bolsonaro não operam isoladamente; ao contrário, elas se inserem em uma cadeia discursiva mais ampla, interagindo com enunciados anteriores que sustentam visões autoritárias e excludentes e, ao mesmo tempo, gerando respostas e desdobramentos discursivos na esfera pública e institucional. Essas vozes não apenas ecoam narrativas consolidadas no passado, mas também projetam sentidos que moldam o presente e influenciam o futuro, tensionando os valores democráticos e constitucionais.

Embora a teoria bakhtiniana privilegie a análise da interação discursiva e da produção de sentidos, sua aplicação, articulada aos fundamentos teóricos de Michel Rosenfeld e à análise contextual das falas, permite identificar como os sentidos discursivos mobilizam estratégias de exclusão e tensionam princípios constitucionais. Assim, a abordagem dialógica será empregada para examinar a

dinâmica discursiva subjacente ao discurso bolsonarista, destacando seus impactos no debate democrático e na proteção dos direitos fundamentais no Brasil.

Nesse contexto, Michel Rosenfeld oferece contribuições fundamentais para essa análise ao explorar a ideia de identidade do sujeito constitucional, um conceito indispensável para compreender os impactos do discurso bolsonarista na esfera jurídica e política. Segundo Rosenfeld (2010), a Constituição moderna desempenha um papel crucial ao tentar equilibrar as múltiplas identidades que coexistem em uma sociedade democrática e pluralista, oferecendo um arcabouço normativo que viabilize a convivência entre diferentes visões de mundo.

Em contraste com uma perspectiva homogênea e excludente para a identidade do sujeito constitucional, a concepção de Rosenfeld apresenta uma visão dinâmica, aberta, inclusiva e em constante reconstrução. Para o autor, essa identidade não se constitui de forma fixa ou plenamente definida, mas em um processo marcado pela ausência de completude do sujeito constitucional e pela necessidade de adaptação às mudanças sociais, políticas e culturais. Como observa Rosenfeld (2003, p. 26), a identidade constitucional é tanto indispensável quanto inalcançável, ressaltando o caráter contínuo e inacabado dessa (re)construção.

Esse processo de reconstrução é inerentemente parcial e renovado constantemente, buscando um ponto de equilíbrio que, por sua própria natureza, nunca poderá ser completamente fixado (Rosenfeld, 2003, p. 27). Essa visão contrasta profundamente com a ideia de homogeneidade e exclusão presente no discurso bolsonarista, que rejeita a pluralidade como fundamento constitucional e busca substituir a diversidade pela imposição de uma identidade excludente.

Ao enfatizar a importância de uma identidade do sujeito constitucional pluralista e inclusiva, Rosenfeld oferece uma perspectiva que dialoga diretamente com os desafios impostos pelo discurso bolsonarista. Sua abordagem permite compreender como os sentidos produzidos por esse discurso não apenas fragmentam a alteridade, mas também comprometem os valores constitucionais de dignidade, inclusão e pluralidade, fundamentais para a proteção dos direitos fundamentais e para a preservação da democracia.

Ao integrar as contribuições teóricas de Bakhtin e Rosenfeld, esta pesquisa busca revelar como o discurso bolsonarista opera simultaneamente no plano linguístico e plano político. No plano linguístico, utiliza-se da linguagem para produzir sentidos que excluem o outro e reforçam antagonismos ideológicos. No plano político, esses sentidos se materializam em práticas e políticas que comprometem a proteção de direitos fundamentais e enfraquecem as bases democráticas no país.

Assim, a **motivação e a justificativa** para esta pesquisa nascem da necessidade de compreender criticamente os impactos do discurso político na conformação da ordem democrática e na garantia dos direitos fundamentais. Em um contexto de acirramento da polarização político-ideológica e de recorrentes ataques a valores constitucionais fundamentais, torna-se essencial investigar como determinadas estratégias discursivas não apenas reforçam processos de exclusão e discriminação, mas também minam a estrutura normativa que sustenta a democracia. Essa reflexão ultrapassa o campo jurídico, alcançando implicações sociais e políticas concretas que afetam diretamente a cidadania e o regime democrático.

Dessa forma, a contribuição desta tese se dá em diferentes âmbitos. No campo acadêmico, o estudo enriquece as investigações sobre a interface entre linguagem, poder e direito, dialogando com os referenciais teóricos de Bakhtin e Rosenfeld para oferecer uma leitura crítica do discurso político contemporâneo. Para a sociedade, a pesquisa contribui para o debate sobre os efeitos do discurso bolsonarista na consolidação de um imaginário coletivo que tensiona os princípios constitucionais, com impactos na formulação de políticas públicas e na atuação dos agentes jurídicos e políticos.

No âmbito institucional, esta tese fortalece as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, especialmente na linha de pesquisa *Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais*. Ao analisar a interseção entre discurso, direitos humanos e democracia, o estudo se alinha ao compromisso do programa em promover investigações que contribuam para a defesa dos direitos fundamentais e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, a pesquisa também

se insere em um esforço coletivo de resistência acadêmica frente a discursos que desafiam os marcos normativos da Constituição Federal de 1988, reafirmando a necessidade de um compromisso contínuo com os valores democráticos e a proteção da alteridade.

Diante do panorama apresentado, esta tese tem, como **objetivo geral**, analisar, à luz das teorias de Bakhtin e Rosenfeld, como as falas de Jair Bolsonaro em sua trajetória política constituem um discurso cujos sentidos tensionam os fundamentos do Estado Democrático de Direito e comprometem a realização dos direitos fundamentais e a construção da identidade do sujeito constitucional no Brasil.

Para atingir esse objetivo, o trabalho estrutura-se em torno de três **objetivos específicos**, cada um, por opção, relacionado a uma etapa teórico-analítica abordada em seções específicas, conforme percurso metodológico apresentado a seguir.

O primeiro objetivo específico é explorar os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a análise do discurso bolsonarista ao longo desta tese. A partir dos referenciais de Mikhail Bakhtin, no campo da teoria da linguagem, busca-se construir um arcabouço conceitual que permita compreender como o discurso opera na produção de sentidos. Embora Bakhtin privilegie a análise da interação discursiva e da construção de sentidos, sua teoria será articulada posteriormente com a teoria constitucional de Michel Rosenfeld, para examinar as implicações desses sentidos no campo jurídico e político. Esse objetivo será desenvolvido na Seção 3, dedicada aos fundamentos teórico-metodológicos para a análise do discurso bolsonarista.

O segundo objetivo específico é analisar o discurso de Jair Bolsonaro, com base em um *corpus* de falas proferidas ao longo de suas fases políticas. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos desenvolvidos, procura-se identificar os sentidos e as estratégias discursivas subjacentes ao discurso bolsonarista. Esse objetivo será realizado na Seção 4, na qual serão apresentadas as análises discursivas detalhadas e contextualizadas das falas de Bolsonaro, evidenciando como suas declarações produzem sentidos que vão de encontro aos princípios constitucionais e democráticos.

Por fim, o terceiro objetivo específico é analisar, à luz da teoria constitucional de Rosenfeld, a tensão entre os sentidos produzidos pelo discurso bolsonarista e o discurso jurídico-constitucional. Essa etapa, como consequência da análise realizada na seção anterior, examina como o discurso bolsonarista compromete a democracia, a proteção dos direitos fundamentais e a construção de uma identidade do sujeito constitucional plural e inclusiva. Esse objetivo será desenvolvido na Seção 5, que também integra a análise de casos da jurisdição constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como exemplos de resistência institucional às práticas e discursos que ameaçam o convívio democrático e os princípios constitucionais.

Dessa forma, a tese estrutura-se em seções interligadas, garantindo uma abordagem transdisciplinar que conecta os referenciais teóricos às análises discursivas e às implicações jurídicas e políticas. Esse percurso permite uma compreensão integrada dos impactos do discurso bolsonarista na democracia brasileira e na proteção dos direitos fundamentais.

Ao propor uma análise que integra os planos discursivo, político e jurídico, a tese evidencia como a linguagem opera como um instrumento de poder, capaz de desestabilizar valores constitucionais e comprometer a realização dos direitos fundamentais. Esse processo, articulado por meio de estratégias discursivas de exclusão e polarização, projeta uma ameaça concreta à democracia e à constituição. Assim, a pesquisa reafirma a importância de preservar os valores democráticos e de resistir a discursos que, ao tensionarem os princípios constitucionais, comprometem a própria essência do Estado Democrático de Direito.

2 METODOLOGIA

Quando à metodologia, a presente pesquisa constitui-se em uma investigação de natureza explicativa, qualitativa e transdisciplinar, que combina análise teórica e discursiva para desvelar os efeitos do discurso bolsonarista sobre os direitos fundamentais, a democracia e a identidade do sujeito constitucional.

Tem característica explicativa, pois busca compreender de que forma o discurso de Bolsonaro, ao longo de sua carreira política, construiu um ambiente discursivo excludente e em contradição com o discurso constitucional pluralista e inclusivo.

O estudo adota a abordagem qualitativa, uma vez que não se propõe a quantificar as ocorrências discursivas, mas sim a interpretar e contextualizar enunciados dentro de um arcabouço teórico e político. No entanto, o levantamento das falas analisadas segue critérios rigorosos de seleção, garantindo a representatividade do *corpus* em relação aos temas centrais do estudo.

Já o caráter transdisciplinar decorre da articulação entre os campos da teoria da linguagem, da análise do discurso e do direito constitucional, permitindo uma leitura integrada dos fenômenos discursivos e normativos.

Em relação aos procedimentos, o trabalho apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, baseando-se em textos teóricos e jurídicos sobre discurso, democracia e direito constitucional, bem como na identificação e análise de um *corpus* de falas proferidas por Bolsonaro, coletadas em diversos meios comunicação e registro.

O *corpus* da pesquisa compreende falas de Jair Bolsonaro proferidas em três períodos distintos:

Atuação parlamentar (1991-2018): discursos no plenário da Câmara dos Deputados e entrevistas públicas, nos quais já se observam temas recorrentes, como a exaltação da ditadura militar, ataques a minorias e desprezo pelos direitos humanos.

Campanha presidencial (2018-2019): discursos proferidos no contexto eleitoral, em que a retórica de polarização se intensifica como estratégia política.

Presidência da República (2019-2022): pronunciamentos oficiais, entrevistas e declarações públicas que consolidam a agenda discursiva de Bolsonaro, incluindo ataques ao STF, deslegitimação da imprensa e discurso de desvalorização de pautas relacionadas à diversidade e às questões associadas a grupos minorizados.

Os discursos foram coletados a partir de registros oficiais, como os arquivos da Câmara dos Deputados, pronunciamentos transmitidos pela imprensa, entrevistas públicas e registros audiovisuais, garantindo que as análises sejam conduzidas com base em enunciados documentados e verificáveis.

2.1 ANÁLISE DO CONTEÚDO NA ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO *CORPUS* DISCURSIVO

Para a organização e sistematização do *corpus* constituído pelas falas de Jair Bolsonaro, como será visto na seção 4, a pesquisa adota a técnica de análise de conteúdo, conforme apresentada por Laurence Bardin (1977). Essa metodologia permite organizar, de forma rigorosa e sistemática, os sentidos manifestos e latentes presentes nos discursos, conectando-os aos referenciais teóricos e aos objetivos da pesquisa.

A aplicação da análise de conteúdo ao *corpus* da pesquisa seguirá as três fases metodológicas propostas por Bardin (1977, p. 95): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados; que serão apresentadas a seguir, com adaptações específicas ao contexto da tese.

2.1.1 Pré-Análise: organização e planejamento

A fase de pré-análise constituiu o ponto de partida para a aplicação da análise de conteúdo, com a organização e planejamento do *corpus* discursivo e das abordagens analíticas. O *corpus* foi definido a partir de 74 falas de Jair Bolsonaro

proferidas ao longo de sua trajetória política, abrangendo momentos-chave de sua trajetória política.

Conforme a proposta de Bardin (1977, p. 97), foram adotados critérios metodológicos claros para a seleção do *corpus* dessa investigação, como representatividade, garantindo que as falas escolhidas reflitam as dinâmicas discursivas típicas do discurso bolsonarista; relevância, priorizando enunciados que dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa; e pertinência, assegurando a conexão das falas com as questões norteadoras e categorias analíticas da tese.

Uma leitura flutuante do material (Bardin, 1977, p. 96) foi realizada para capturar as primeiras impressões e identificar padrões temáticos, lexicais e estilísticos relevantes. Essa leitura preliminar permitiu compreender os sentidos discursivos predominantes, como o uso recorrente de palavras, expressões e estratégias discursivas, como a construção de narrativas excludentes e polarizadoras. Além disso, essa etapa preparatória possibilitou identificar relações entre as falas e os valores constitucionais que são tensionados ou negados no discurso analisado.

Com base nessa leitura inicial e no referencial teórico adotado, as falas foram selecionadas e sistematizadas em categorias de análise. A sistematização dos critérios de seleção e das categorias analíticas assegurou o rigor e a consistência necessários para uma interpretação profunda e fundamentada do discurso de Jair Bolsonaro.

2.1.2 Exploração do material (Codificação e Categorização)

A fase de exploração do material constituiu o núcleo analítico da metodologia, no qual as falas do *corpus* foram examinadas sistematicamente para identificar e organizar os sentidos produzidos. A codificação e a categorização foram aplicadas para decompor os discursos em unidades de significado e agrupá-los em categorias temáticas que dialogassem com os objetivos da pesquisa e os referenciais teóricos adotados.

Na codificação (Bardin, 1977, p. 103), foram selecionadas unidades de registro, como palavras, expressões, frases e ideias que carregam significados relevantes para a análise. A codificação considerou tanto os sentidos manifestos (explicitamente presentes nos discursos) quanto os sentidos latentes (implícitos ou subentendidos). Exemplos de unidades de registro incluem: expressões como "vagabundo", "marginais vermelhos" ou "inimigo interno", que revelam estratégias de exclusão e fragmentação da alteridade; declarações que deslegitimam instituições públicas ou direitos humanos, como "o ECA deve ser rasgado e jogado na latrina"; expressões bélicas ou maniqueístas, como "luta do bem contra o mal", que reforçam a polarização político-ideológica.

Cada unidade de registro foi analisada em seu contexto imediato e no contexto mais amplo, considerando fatores históricos, políticos e sociais que influenciam a produção e a recepção do discurso. Esse processo garantiu que os significados fossem interpretados de maneira crítica e conectados às dinâmicas discursivas de exclusão, polarização e tensionamento de valores democráticos.

Na categorização (Bardin, 1977, p. 117), as unidades de registro foram agrupadas em quatro temas, que constituem as seguintes categorias de análise:

Deslegitimação dos Direitos Humanos e exaltação da violência estatal

Examina discursos que atacam ou desqualificam pessoas e instituições dedicadas a promover direitos humanos e que também promovem a exaltação da violência estatal e das políticas punitivistas e de exclusão.

Fragmentação da alteridade

Inclui discursos que desumanizam, estigmatizam ou marginalizam grupos minorizados, como mulheres, indígenas, pessoas LGBTQIAPN+, negros e crianças.

Polarização político-ideológica

Enfoca enunciados que intensificam divisões sociais e políticas, promovendo uma lógica de antagonismo binário, como a oposição "nós contra eles" e a construção de inimigos internos.

Erosão da democracia

Abrange falas que tensionam ou corroem valores democráticos, como ataques a instituições públicas, negação de legitimidade a adversários políticos e desrespeito a processos democráticos.

Seguindo a perspectiva bakhtiniana, cada categoria foi analisada em relação ao seu contexto dialógico, buscando identificar as vozes e os posicionamentos que dialogam direta ou indiretamente com os enunciados de Bolsonaro. Esse processo evidenciou como o discurso bolsonarista não apenas reflete as tensões sociais e políticas de sua época, mas também as reorganiza, promovendo novos sentidos e antagonismos. Embora a característica da pesquisa seja essencialmente qualitativa, a identificação da frequência e recorrência de termos e expressões foi utilizada para reforçar as inferências.

2.1.3 Tratamento dos resultados e interpretação

A fase de tratamento dos resultados e interpretação constitui o momento final da análise, no qual os dados categorizados são sistematicamente examinados e conectados aos objetivos específicos e ao referencial teórico da pesquisa. Essa etapa vai além da descrição das falas de Bolsonaro, promovendo uma análise crítica dos sentidos produzidos e suas implicações no contexto político e constitucional brasileiro.

Os sentidos produzidos nas falas de Bolsonaro foram analisados à luz do conceito bakhtiniano de dialogismo, evidenciando como essas falas interagem com outras vozes na sociedade. Esse diálogo ocorre em duas dimensões principais:

Interação com discursos preexistentes: quando as falas dialogam com narrativas autoritárias e conservadoras da história política brasileira, mobilizando sentidos que ressignificam conceitos como democracia, direitos humanos e pluralidade.

Produção de novos sentidos: quando as falas reorganizam antagonismos e criam novas configurações discursivas, reforçando, por exemplo, a lógica do "nós contra eles" e promovendo a exclusão de grupos minorizados.

Na articulação com a teoria de Rosenfeld, a análise também destacou como os sentidos discursivos tensionam a ideia de identidade do sujeito constitucional plural e inclusiva, substituindo-a por uma visão homogênea e excludente. As falas analisadas revelaram estratégias discursivas que deslegitimam o outro como parte integrante do espaço político e jurídico, fragmentando a alteridade e enfraquecendo a democracia.

2.2 A ESCOLHA DO MÉTODO CIENTÍFICO

A tese adotou o método dialético como abordagem científica, fundamentando-se na compreensão de que os fenômenos sociais e discursivos são marcados por contradições e interações dinâmicas que se desdobram em processos de transformação. Esse método é particularmente apropriado à pesquisa, pois o discurso de Jair Bolsonaro apresenta-se como um fenômeno dinâmico e contraditório, que dialoga com diversas forças sociais e políticas. Na prática, o método dialético foi empregado para analisar as falas de Bolsonaro em relação às estruturas sociais e aos discursos hegemônicos e contra hegemônicos no Brasil, especialmente o discurso constitucional.

A perspectiva dialética permitiu identificar como essas falas refletem e desafiam as contradições presentes na sociedade brasileira, como a tensão entre discursos de inclusão e exclusão, ou entre autoritarismo e democracia.

Dialogando com Bakhtin e Rosenfeld, o método dialético permitiu compreender como as falas de Bolsonaro interagem com diversas vozes sociais e se situam no contexto de uma disputa de sentidos. Nesse processo, os sentidos atribuídos à Constituição Federal de 1988, com seu compromisso com o pluralismo, os direitos humanos e a inclusão, foram considerados como uma *tese*, que busca consolidar o Estado Democrático de Direito. Por outro lado, as falas de Bolsonaro, marcadas pela polarização, exclusão de minorias e deslegitimação de direitos fundamentais, configuraram-se como uma *antítese*, que desafia e subverte esses sentidos constitucionais.

A partir desse embate entre tese e antítese, emergiu uma *síntese*, que não é uma simples conciliação, mas um novo ponto de tensão em que elementos de ambas as forças coexistem e se reconfiguram. Essa síntese, no contexto da análise, pôde ser observada nas formas como a sociedade, os atores políticos e as instituições jurídicas respondem a essas contradições. Por exemplo, o discurso bolsonarista pode forçar o debate público a rediscutir os limites e alcances dos direitos fundamentais, levando a novas interpretações ou reafirmações dos sentidos constitucionais. Ao mesmo tempo, essa síntese pode ser marcada por um recrudescimento das disputas ideológicas, revelando a coexistência de forças que ora reforçam o pluralismo constitucional, ora promovem a exclusão.

Na análise das falas de Bolsonaro, a ideia de síntese não representa um fechamento ou resolução, mas sim a criação de novos desafios interpretativos e políticos. Esse movimento contínuo entre tese, antítese e síntese reflete a dinâmica dialógica da linguagem e das relações de poder, permitindo explorar como os sentidos constitucionais são tensionados, ressignificados e reconstruídos no ambiente sociopolítico brasileiro.

Com base no método dialético, a análise revela as contradições inerentes ao discurso bolsonarista, que, ao mesmo tempo, posiciona-se contra os valores constitucionais e apoia-se neles para justificar práticas e discursos excludentes. Por exemplo, ao criticar políticas afirmativas sob o argumento de igualdade formal, as falas de Bolsonaro tensionam o princípio constitucional de igualdade, expondo um conflito ideológico sobre o que significa ser igual em um Estado pluralista. Essa abordagem evidencia como tais enunciados não apenas contestam os sentidos hegemônicos da Constituição, mas também produzem novos sentidos.

Essa dinâmica dialética, portanto, é essencial para compreender como o discurso bolsonarista opera desestabilizando os significados centrais da Constituição e, ao mesmo tempo, criando um campo de disputa no qual diferentes forças sociais buscam afirmar seus sentidos. Assim, a análise propõe não apenas identificar as contradições, mas também refletir sobre suas implicações para os direitos fundamentais e a identidade do sujeito constitucional no Brasil.

Além disso, a teoria constitucional de Michel Rosenfeld também se estrutura a partir de uma lógica dialética, especialmente em sua abordagem da identidade do sujeito constitucional. Para Rosenfeld, a identidade do sujeito constitucional é formada na interseção entre o eu (*self*) e o outro, num movimento contínuo de negação e reconstrução.

2.3 DEFINIÇÃO DE CONCEITOS-CHAVE

Dada a natureza qualitativa da pesquisa, a definição de conceitos-chave constitui outro aspecto metodológico central, essencial para garantir a clareza e a precisão na análise e discussão dos temas abordados. Conceitos, especialmente em trabalhos de caráter transdisciplinar, desempenham um papel fundamental na delimitação do objeto de estudo e na construção do raciocínio teórico. Sua definição permite não apenas compreender os sentidos e significados que lhes são atribuídos, mas também estabelecer os parâmetros necessários para sua aplicação consistente ao longo da tese. Além disso, a explicitação desses conceitos é indispensável para assegurar um ponto de partida das ideias que orientam a pesquisa, sobretudo porque muitos deles aparecem frequentemente tanto no título quanto nas discussões centrais deste trabalho.

Fragmentação da alteridade refere-se ao processo discursivo pelo qual o "outro" – entendido como aquele que não compartilha da identidade dominante ou hegemônica – é desumanizado, marginalizado ou reduzido a estereótipos que justificam sua exclusão. Na perspectiva desta tese, a alteridade é uma dimensão essencial da convivência democrática e pluralista, pois implica o reconhecimento do outro em sua diferença, como um sujeito pleno de direitos e como parte integrante do espaço político e jurídico. No entanto, no discurso bolsonarista, a alteridade é frequentemente negada, resultando em narrativas que promovem a exclusão de grupos vulnerabilizados e a imposição de uma identidade do sujeito constitucional homogênea e excludente.

A fragmentação da alteridade, nesse contexto, não se limita à negação simbólica do outro, mas se traduz em práticas discursivas que reforçam divisões sociais e políticas. À semelhança da filosofia política de Carl Schmitt (2008), o discurso

bolsonarista opera na lógica do "nós contra eles", em que a distinção entre amigo e inimigo se torna central: "a contraposição política é a contraposição mais intensa e extrema, e toda dicotomia concreta é tão mais política quanto mais ela se aproxima do ponto extremo, o agrupamento do tipo amigo-inimigo" (Schmitt, 2008, p. 31). Essa lógica binária simplifica as complexidades da vida política e social, construindo a imagem do outro como uma ameaça a ser combatida ou eliminada. Grupos minorizados, dissidentes políticos e identidades que não se alinham à visão dominante são apresentados como "inimigos internos" cuja presença supostamente compromete a unidade nacional e os valores propagados pelo grupo hegemônico.

Nesse processo, a fragmentação da alteridade também enfraquece o espaço público como arena de pluralidade e diálogo. Em vez de reconhecer as múltiplas vozes que compõem a sociedade, o discurso bolsonarista reforça uma narrativa de exclusão que desloca o outro para fora da proteção constitucional, negando-lhe o *status* de sujeito pleno de direitos.

Democracia é compreendida como muito mais do que a organização de eleições ou a garantia de representatividade política. Embora a realização de eleições livres e justas e a regra da maioria sejam elementos centrais, a democracia transcende esses aspectos procedimentais ao exigir a construção de um ambiente que assegure a coexistência de múltiplas vozes, identidades e perspectivas de vida. Trata-se de um sistema político fundamentado na pluralidade, na inclusão e na igualdade de direitos, comprometido com a dignidade humana e a justiça social.

O uso cotidiano da palavra democracia muitas vezes conduz a significados diversos. Como observa Menelick de Carvalho Netto (2001, p. 06):

Democracia é uma dessas palavras que em nosso cotidiano consideramos óbvias e, exatamente porque óbvia, terminamos por não problematizá-la, supondo que todos atribuímos naturalmente a esse vocábulo o mesmo conteúdo semântico. Quando tematizada, no entanto, como ocorre com todos os termos pragmaticamente considerados óbvios sem que reflitamos sobre eles, ela se revela um imenso problema uma vez que, no nível discursivo da linguagem, não há qualquer acordo acerca de sua significação, de seu conteúdo de sentido. Enquanto integrante do pano-de-fundo compartilhado de silêncio que torna a comunicação possível, o termo é, na verdade, empregado plausivelmente com sentidos diversos e, mesmo antagônicos, sem que disso nos demos conta.

Contudo, a democracia genuína, como observa Dworkin (1997, p. 14), é mais do que o exercício do voto; ela é “participação num processo de autogoverno, em que a lei trata todos os cidadãos com igual respeito e consideração”. Essa visão ressalta que a legitimidade democrática não pode coexistir com a exclusão sistemática de minorias ou a negação de direitos fundamentais. No mesmo sentido aponta Dahl (2001, p. 61):

A democracia não é apenas um processo de governar. Como os direitos são elementos necessários nas instituições políticas democráticas, a democracia também é inerentemente um sistema de direitos. Os direitos estão entre os blocos essenciais da construção de um processo de governo democrático.

Assim, qualquer discurso ou prática que desrespeite esses pilares fundamentais representa um risco concreto à sobrevivência da democracia enquanto projeto de pluralidade e inclusão.

No contexto desta pesquisa, a **erosão da democracia** refere-se a um processo gradual e multifacetado, no qual os valores democráticos e os direitos fundamentais são enfraquecidos por discursos e ações que comprometem a legitimidade de instituições democráticas, a igualdade de direitos e a proteção de grupos vulnerabilizados. No caso do discurso bolsonarista, a erosão se manifesta por meio dos sentidos produzidos pelas falas de Jair Bolsonaro relacionadas à polarização político-ideológica, à exclusão de determinados grupos e ao ataque verbal a autoridades e instituições públicas. Esses sentidos, ao tensionarem os valores constitucionais, não apenas minam os fundamentos do Estado Democrático de Direito, mas também corroem as bases institucionais e sociais que sustentam a democracia.

Um exemplo concreto desse fenômeno foram os atos de vandalismo ocorridos em 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos Três Poderes – o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal – foram alvo de depredação em um ataque direto à democracia brasileira. Esses atos, fomentados por narrativas antidemocráticas e polarizadoras, ilustram como discursos que enfraquecem os valores democráticos podem resultar na materialização de práticas que desafiam a

ordem constitucional, ameaçam a estabilidade institucional e comprometem a democracia.

Os **direitos fundamentais** são garantias jurídicas positivadas no texto constitucional, assegurando condições indispensáveis à dignidade da pessoa humana, à igualdade de oportunidades e ao pleno exercício da cidadania. No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 consagra um amplo catálogo de direitos fundamentais, reafirmando um compromisso normativo com a proteção dos valores democráticos e da justiça social. Esses direitos não apenas refletem os direitos humanos em sua universalidade, mas também os concretizam no âmbito interno, conferindo-lhes força jurídica e eficácia normativa dentro do ordenamento constitucional.

Embora os direitos fundamentais sejam uma continuidade dos direitos humanos – ambos compartilhando os mesmos valores essenciais, como dignidade, liberdade, igualdade e solidariedade –, eles se distinguem pela forma como se vinculam ao ordenamento jurídico. Enquanto os direitos humanos têm uma dimensão global, decorrentes de lutas sociais, tratados e declarações internacionais, os direitos fundamentais possuem natureza específica, sendo definidos e protegidos pelo texto constitucional de cada país. No Brasil, esses direitos assumem um caráter vinculante, integrando o núcleo essencial do Estado Democrático de Direito e condicionando a atuação dos poderes públicos e das instituições.

Nesta pesquisa, os direitos fundamentais são analisados não apenas como garantias normativas, mas também como categorias discursivas que se tornam alvo de deslegitimação no discurso bolsonarista. Jair Bolsonaro, ao longo de sua trajetória política, frequentemente promoveu narrativas que associam os direitos humanos à fragilidade ou ao privilégio de determinados grupos, utilizando falas que desqualificam sua relevância e distorcem seu significado. Ao atacar a ideia de direitos humanos, Bolsonaro simultaneamente compromete os direitos fundamentais de certos cidadãos brasileiros, sobretudo aqueles pertencentes a grupos vulnerabilizados, como mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQIAPN+ e crianças e adolescentes.

Discurso, neste trabalho, é compreendido como uma prática social que não apenas expressa ideias, mas também produz, reproduz e transforma sentidos em contextos históricos, sociais e culturais específicos. Ele vai além do uso da língua como veículo de comunicação, sendo uma manifestação concreta da interação entre sujeitos, instituições e ideologias. Como prática social, o discurso é uma arena onde valores, identidades e relações de poder são negociados, disputados e legitimados, refletindo e, ao mesmo tempo, moldando a realidade social.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa adota uma abordagem dialógica fundamentada em Mikhail Bakhtin, para quem o discurso é inerentemente relacional e situado, emergindo de um diálogo constante entre vozes que interagem em diferentes tempos e espaços. Cada enunciado não se constrói isoladamente, mas se insere em uma cadeia discursiva, dialogando com o que já foi dito e antecipando respostas futuras. Nesse sentido, o discurso é marcado pela polifonia, pela multiplicidade de vozes que coexistem e, frequentemente, entram em tensão, refletindo as dinâmicas de inclusão e exclusão presentes na sociedade.

Produção de sentidos refere-se ao processo contínuo e dinâmico pelo qual discursos constroem, mobilizam e comunicam significados em contextos específicos. Na teoria da análise do discurso, “não existe um sentido *a priori*, mas um sentido que é construído, produzido no processo de interlocução” (Brandão, 2012, p. 109). Também na concepção dialógica da linguagem de Bakhtin, os sentidos nunca são fixos ou isolados, mas emergem da interação entre vozes, na qual cada discurso está em constante diálogo com discursos anteriores e posteriores, configurando um campo de significados que é, ao mesmo tempo, socialmente compartilhado e ideologicamente disputado.

Nesta pesquisa, a produção de sentidos é central para compreender como o discurso bolsonarista atua na ressignificação de conceitos fundamentais como democracia, pluralidade e direitos humanos. Ao tensionar os valores constitucionais, o discurso bolsonarista mobiliza sentidos que reforçam exclusões e polarizações, ao mesmo tempo em que desafia narrativas normativas que sustentam o Estado Democrático de Direito. Esse processo revela como o discurso político não apenas reflete as tensões da sociedade, mas também participa ativamente da construção de

realidades e da reorganização de significados, com impactos profundos nas esferas social, jurídica e política.

Discurso bolsonarista, para os fins desta tese, é composto por um conjunto de falas, sentidos e estratégias discursivas utilizadas por Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política, que se caracterizam por promover a deslegitimação de direitos humanos, a fragmentação da alteridade, a polarização político-ideológica e a erosão da democracia, em evidente oposição aos princípios constitucionais e democráticos. Esses critérios orientaram a seleção do *corpus* de análise, composto por 74 (setenta e quatro) falas relacionadas àqueles temas e proferidas por Bolsonaro desde o início de sua trajetória política como Deputado Federal, em 1991, até o término de seu mandato como Presidente da República, em 2022. Ao privilegiar a análise dessas falas, a tese investiga como tais enunciados constroem sentidos que desafiam os fundamentos do Estado Democrático de Direito.

Desse modo, o discurso bolsonarista, conforme delineado aqui, representa não apenas o conjunto de declarações polêmicas ou provocativas ditas por Jair Bolsonaro, mas uma prática discursiva sistemática que tensiona diretamente os fundamentos constitucionais. A análise dos sentidos construídos por meio desse discurso busca expor como ele constitui uma visão de mundo que se distancia dos valores constitucionais e democráticos, promovendo um modelo de exclusão e fragmentação social que desafia a própria identidade do sujeito constitucional.

Identidade do sujeito constitucional, à luz da teoria de Michel Rosenfeld (2003), refere-se ao processo de construção de uma identidade para o sujeito constitucional – ou seja, o indivíduo ou grupo reconhecido pela constituição como titular de direitos e deveres – a partir da interação entre os valores, princípios e características fundamentais que definem uma constituição e a experiência histórica, social e cultural do indivíduo ou grupo. Enquanto o sujeito constitucional refere-se ao “quem” está incluído ou excluído pelo texto constitucional, a identidade do sujeito constitucional associa-se à construção dialética entre a constituição e o sujeito portador de direitos, considerando a inclusão/exclusão de identidades sociais e culturais. A inclusão de direitos das mulheres, dos povos indígenas, das crianças e dos adolescentes, das pessoas LGBTQIAPN+ e de outros grupos minorizados na

Constituição Brasileira exemplifica a tentativa de construir uma identidade do sujeito constitucional plural e inclusiva.

Na perspectiva de Rosenfeld (2003), essa identidade do sujeito constitucional não é fixa, mas dinâmica, sendo continuamente (re)negociada em função das mudanças sociais, políticas e culturais. Na tese, o conceito é utilizado para analisar como os sentidos produzidos pelo discurso bolsonarista ameaçam a natureza plural e inclusiva dessa identidade, propondo em seu lugar uma visão homogênea e excludente.

Grupos minorizados são aqueles que, devido a dinâmicas históricas, sociais, políticas e econômicas, encontram-se em posições de vulnerabilidade ou exclusão estrutural, não em razão de seu número ou proporção na sociedade, mas pela negação sistemática de direitos, oportunidades e representatividade. O termo "minorizados" – ou o seu correlato, "vulnerabilizado" – enfatiza que essa condição não é uma característica inerente ao grupo, mas resulta de processos sociais e históricos que perpetuam desigualdades e reforçam relações de poder assimétricas. Esses grupos são frequentemente marginalizados por meio de narrativas que os colocam como "outros", em contraste com a identidade dominante ou hegemônica, sendo-lhes negado o pleno reconhecimento como sujeitos de direitos.

A distinção entre minoria e grupo minorizado é essencial: enquanto "minoria" pode denotar um aspecto quantitativo, "minorização" refere-se a um processo ativo de exclusão e subjugação. Essa condição é reforçada por práticas sociais, culturais e políticas que desvalorizam ou invisibilizam essas identidades, limitando seu acesso ao espaço público, ao poder político e às garantias constitucionais. Mulheres, negros, indígenas, pessoas LGBTQIAPN+, crianças, adolescentes e outros grupos enquadram-se nessa categoria não apenas por sofrerem violações de direitos, mas por serem alvo de discursos e políticas que legitimam essas violações.

Na tese, o conceito de grupos minorizados é empregado para analisar como o discurso bolsonarista reforça essas exclusões por meio de sentidos que deslegitimam os seus direitos fundamentais e, até mesmo, a sua existência. Ao associar esses grupos a narrativas de ameaça ou desordem, o discurso mobiliza

estratégias que não apenas os marginalizam, mas também justificam ações que comprometem sua inclusão social e jurídica. Essa dinâmica dialoga diretamente com a fragmentação da alteridade, pois o outro – nesse caso, o grupo minorizado – é construído discursivamente como incompatível com a identidade hegemônica e, por isso, excluído do pacto constitucional.

A análise dos grupos minorizados também está intrinsecamente ligada ao conceito de identidade do sujeito constitucional, conforme desenvolvido por Rosenfeld (2003). A identidade constitucional pluralista pressupõe o reconhecimento e a valorização das diferenças como elementos constitutivos do espaço político e jurídico, promovendo a inclusão de múltiplas vozes e perspectivas em uma sociedade democrática. No entanto, o discurso bolsonarista, ao deslegitimar os direitos e a dignidade de grupos minorizados, tensiona diretamente essa construção inclusiva, propondo, em seu lugar, uma identidade homogênea e excludente que fragmenta a alteridade.

Assim, o termo "grupos minorizados", nesta pesquisa, não apenas descreve uma condição de vulnerabilidade social e jurídica, mas funciona como uma categoria analítica essencial para revelar como os sentidos produzidos no discurso político reforçam dinâmicas de exclusão, polarização e subjugação. Essa abordagem permite compreender de forma mais ampla as relações entre linguagem, poder e exclusão, destacando os impactos do discurso bolsonarista no contexto político e constitucional brasileiro.

LGBTQIAPN+ é uma sigla que designa a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero que historicamente enfrentaram processos de marginalização, estigmatização e negação de direitos. O acrônimo representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Pessoas Não Binárias, além de outras identidades que compõem a pluralidade das experiências de gênero e sexualidade. A inclusão do sinal “+” indica a abertura da sigla para abarcar identidades que não estão explicitamente nomeadas, reconhecendo a complexidade e a fluidez dessas categorias.

Mais do que uma simples nomenclatura, a sigla LGBTQIAPN+ reflete uma luta política e social por reconhecimento, dignidade e igualdade de direitos. As identidades que compõem essa comunidade foram historicamente invisibilizadas e/ou patologizadas, sofrendo processos de exclusão que se manifestam tanto em políticas institucionais quanto em discursos sociais e jurídicos. Nesse sentido, o uso da sigla busca não apenas nomear, mas também afirmar a existência e a legitimidade desses grupos na esfera pública, combatendo narrativas que os deslegitimam ou os reduzem a desvios da norma social hegemônica.

A compreensão da sigla LGBTQIAPN+ no contexto desta tese está diretamente relacionada à análise do discurso bolsonarista e suas estratégias de deslegitimação. O discurso político de Jair Bolsonaro mobiliza sentidos que reforçam estereótipos e promovem a exclusão dessas identidades, seja por meio da negação de políticas públicas voltadas à comunidade LGBTQIAPN+, seja pela associação dessas identidades a narrativas de ameaça moral e social. Essa dinâmica de marginalização se insere na categoria analítica da fragmentação da alteridade, uma vez que a identidade LGBTQIAPN+ é discursivamente construída como um "outro" incompatível com a identidade hegemônica defendida no discurso bolsonarista.

Assim, nesta pesquisa, a sigla LGBTQIAPN+ não é apenas uma designação identitária, mas uma categoria analítica central para compreender como o discurso bolsonarista atua na produção de sentidos que promovem a exclusão e a negação de direitos fundamentais. A análise desse discurso permite revelar como a linguagem política influencia a construção do imaginário social e jurídico, consolidando hierarquias excludentes que comprometem o projeto constitucional inclusivo e pluralista.

Polarização político-ideológica refere-se ao processo de ampliação e intensificação das divisões sociais e políticas, no qual grupos ou indivíduos passam a adotar posições não apenas divergentes, mas antagônicas e mutuamente excludentes. Esse fenômeno ultrapassa o debate saudável e necessário em sociedades democráticas, configurando-se como uma dinâmica em que o outro é percebido como inimigo, e não como um interlocutor legítimo. A polarização tende a

simplificar questões complexas em termos binários – certo e errado, amigo e inimigo, nós e eles – restringindo a possibilidade de diálogo e cooperação.

No contexto desta pesquisa, a polarização político-ideológica é central para compreender como o discurso bolsonarista intensifica essas divisões ao mobilizar estratégias discursivas que reforçam a lógica do "nós contra eles", uma perspectiva que encontra eco na filosofia política de Carl Schmitt. Para Schmitt (2008, p. 27), a política é essencialmente definida pela distinção entre "amigo" e "inimigo", uma lógica que exclui o pluralismo e fomenta antagonismos radicais. No caso do discurso bolsonarista, essa lógica manifesta-se na construção de narrativas que posicionam determinados grupos – como movimentos sociais, opositores políticos e minorias – como ameaças à ordem, à identidade nacional e aos valores propagados pelo grupo dominante.

Esse processo de polarização não apenas fragiliza o espaço para o diálogo democrático e a convivência pluralista, mas também compromete os valores constitucionais que sustentam o Estado Democrático de Direito. A polarização político-ideológica, ao ser articulada de maneira discursiva, influencia percepções sociais, molda comportamentos e legitima ações que reforçam exclusões e desestabilizam as instituições democráticas. Na tese, esse conceito será utilizado para analisar como o discurso bolsonarista mobiliza sentidos que intensificam esses antagonismos, contribuindo para a erosão da democracia e o enfraquecimento dos direitos fundamentais.

A **pluralidade**, como princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, expressa o reconhecimento e a valorização das diferenças que compõem uma sociedade diversa e heterogênea. Esse conceito está profundamente enraizado na Constituição Federal de 1988, que consagra a dignidade da pessoa humana, a igualdade e o pluralismo político como fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, III e V). Além disso, a Carta Magna estabelece, como objetivo fundamental, "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º, IV), reforçando o compromisso constitucional com a inclusão e o respeito às múltiplas identidades, culturas, ideias e perspectivas que coexistem no espaço democrático.

Pluralidade, nesse contexto, vai além da mera tolerância das diferenças; ela implica o reconhecimento ativo de que a diversidade é essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. A pluralidade é, assim, tanto um valor normativo quanto uma prática política e social, que garante o direito de cada indivíduo ou grupo de se expressar, existir e participar plenamente na vida pública, sem exclusões ou marginalizações.

No entanto, o discurso bolsonarista tensiona esse princípio ao revelar sentidos que negam ou deslegitimam a diversidade em favor de uma visão homogênea e excludente da identidade do sujeito constitucional. Essa narrativa contrasta diretamente com o discurso constitucional de 1988, ao reforçar dinâmicas que marginalizam grupos vulnerabilizados e promovem a polarização político-ideológica. Ao desvalorizar a pluralidade, o discurso bolsonarista compromete o princípio da inclusão, essencial para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, e agrava a fragmentação da alteridade, contribuindo para a exclusão social e jurídica de grupos que já enfrentam vulnerabilidades históricas.

Na presente pesquisa, o conceito de pluralidade será analisado como um pilar central da Constituição Federal de 1988, cujos valores são tensionados pelos sentidos produzidos no discurso bolsonarista. A pluralidade, enquanto princípio constitucional, será empregada para evidenciar como a deslegitimação das diferenças compromete a democracia, os direitos fundamentais e a construção de uma identidade do sujeito constitucional verdadeiramente inclusiva.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DO DISCURSO

Esta seção tem como objetivo apresentar os fundamentos teórico-metodológicos que embasam a análise do discurso bolsonarista ao longo desta tese. A partir dos referenciais teóricos de Mikhail Bakhtin, no campo da teoria da linguagem, busca-se construir um arcabouço conceitual que permita compreender como o discurso atua na produção de sentidos que tensionam princípios democráticos e constitucionais. Para isso, aborda diferentes concepções sobre linguagem, discurso e análise do discurso, estabelecendo os fundamentos teóricos e metodológicos adequados para a interpretação das dinâmicas discursivas analisadas nas seções subsequentes.

Inicialmente, apresenta-se a perspectiva estruturalista da linguagem e suas limitações, ao tratar a língua como um sistema fechado e desconsiderar as influências sociais e históricas envolvidas em seu uso concreto. Em seguida, a abordagem teórica de Bakhtin apresenta a concepção dialógica da linguagem, que enfatiza a interação e a polifonia que permeiam os discursos, evidenciando o entrelaçamento de vozes sociais e ideologias nos enunciados. Esses conceitos oferecem uma base para compreender a linguagem como um campo dinâmico, onde múltiplas vozes e sentidos não apenas coexistem, mas também se confrontam e se tensionam.

Avançando para o conceito de discurso, são exploradas diferentes abordagens teóricas e a importância da análise do discurso na compreensão dos sentidos construídos em contextos específicos. Esses fundamentos teóricos possibilitam uma análise crítica que destaca as implicações ideológicas e as dinâmicas de poder presentes nas falas de Bolsonaro, lançando luz sobre os efeitos dessas declarações no contexto político e constitucional brasileiro.

Ao final, a partir desses fundamentos teóricos, propõe-se uma metodologia para análise do discurso de Bolsonaro, que será realizada na seção seguinte.

3.1 A CONCEPÇÃO ESTRUTURALISTA DA LINGUAGEM E SUAS LIMITAÇÕES

Na tradição estruturalista, representada por Ferdinand de Saussure, a linguagem era compreendida principalmente como um sistema abstrato de signos que codifica e transmite significados. Esse enfoque, voltado para a estrutura da língua, destaca a linguagem em seu aspecto formal. Nessa visão mais técnica, a ênfase está nas estruturas gramaticais e na organização dos signos linguísticos que tornam possível a troca de informações. Interessa à tradição estruturalista, por exemplo, o estudo da gramática, da sintaxe, da semântica ou da fonética de uma língua.

Em sua obra *Curso de Linguística Geral* (1916), Saussure apresenta uma dicotomia que é, desde então, central para os estudos da linguagem, a ponto de se tornar também fundadora da linguística moderna: a distinção entre língua (*langue*) e fala (*parole*). A língua, para Saussure, é o sistema coletivo e impessoal de significados compartilhados por uma comunidade, enquanto a fala é o uso da língua por parte do sujeito em uma situação real de enunciação.

Diante da natureza heteróclita da linguagem, Saussure aponta que “com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo o que é social do que é individual, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental” (Saussure, 2004, p. 22). Essa natureza heteróclita refere-se à multiplicidade e à complexidade da linguagem, que abrange tanto aspectos coletivos e estruturais (a língua) quanto elementos individuais e dinâmicos (a fala). A língua, conforme Saussure, constitui um sistema social e compartilhado, um conjunto de signos regido por regras que possibilitam a comunicação dentro de uma comunidade. Já a fala é a manifestação concreta e particular da linguagem, variando de acordo com os contextos, intenções e subjetividades dos indivíduos.

A distinção proposta por Saussure (2004) é essencial para compreender a linguagem como um fenômeno que opera simultaneamente no nível do coletivo e do individual, do estável e do variável. Essa abordagem permite isolar os elementos estruturais da língua, considerados essenciais e universais, daqueles aspectos da fala que são contingentes e sujeitos a variações históricas, culturais e sociais. Assim, ao separar esses dois aspectos, Saussure oferece uma base metodológica

para estudar a língua como objeto científico, sem desconsiderar a fluidez e a diversidade da fala.

Para Saussure (2004), a língua é o objeto de estudo da linguística, pois ela constitui o sistema de significações que preexiste ao uso individual. Ela é impessoal, coletiva e só pode ser compreendida dentro de um contexto social, uma vez que seu funcionamento depende do acordo entre os falantes de uma determinada comunidade.

O “corte saussuriano” (Courtine, 2014, p. 37) reconhece a dicotomia inerente à linguagem e recorta o objeto estudo da linguística, a língua, em detrimento do seu uso individual, a fala: “[...] é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e toma-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito” (Saussure, 2004, p. 16). Contudo, “logo se descobriram os limites dessa dicotomia pelas consequências advindas da exclusão da fala do campo dos estudos linguísticos” (Brandão, 2012, p. 7).

A linguagem, nessa perspectiva, era vista como um sistema que os indivíduos utilizavam para descrever e representar o mundo físico e cultural. Embora tal concepção tenha sido essencial para a evolução dos estudos linguísticos, ela não deu conta da complexidade do uso da linguagem em contextos sociais e políticos, onde a palavra desempenha funções muito mais amplas e complexas: “[...] como a história corroborou, os estudos da linguagem verbal ultrapassaram os limites do formalismo estrutural, do centramento no puro fato linguístico (*langue*), e ampliaram seus horizontes, trazendo para seu foco as práticas da linguagem em uso (*parole*). (Di Fanti; Brandão, 2017, p. 9).

Nessa concepção estruturalista da linguagem, a Língua Portuguesa é o sistema linguístico compartilhado por Jair Bolsonaro e pelos cidadãos brasileiros. Quando Bolsonaro fala, ele se utiliza das convenções gramaticais e do léxico da Língua Portuguesa para construir suas mensagens. No entanto, as palavras e estruturas

gramaticais que ele escolhe não são neutras, pois estão impregnadas de significados sociais, culturais e ideológicos.

Por exemplo, Bolsonaro proferiu, em campanha à Presidência da República em 2018, a seguinte frase, que será analisada no capítulo seguinte: “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (Barretto Jr, 2022, p. 71). Ao utilizar o termo “coitadismo” em sua fala para descrever políticas de proteção social e de direitos humanos, ele está operando dentro do sistema da Língua Portuguesa, mas atribuindo a esse termo uma carga semântica negativa que desqualifica a legitimidade dessas políticas públicas.

O sistema da língua oferece uma base gramatical e lexical, mas é na fala — e nas escolhas discursivas de Bolsonaro — que se manifestam os significados ideológicos e as relações de poder, que têm implicações profundas no campo social, político e jurídico, nomeadamente quando tais escolhas vão de encontro ao discurso constitucional que se estabelece a partir de 1988. Como será posteriormente apontado pela perspectiva de linguagem de Bakhtin, “a palavra já se apresenta a nós carregada de sentidos, quer dizer, a palavra nos chega de alguma forma já dita e significada pelos outros” (Delanoy, 2022, p. 150).

Em outro momento da campanha presidencial, em um comício para apoiadores na Paraíba, Bolsonaro declarou: “As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” (Barretto Jr, 2022, p. 52). Nesta fala, o discurso de Bolsonaro se apropria de um sentido autoritário, em que as vozes dissidentes, representadas pelas minorias, são desconsideradas e, de certa forma, silenciadas. A expressão “se curvar” implica subordinação e submissão, reforçando a ideia de que aqueles que pertencem a grupos minorizados não têm espaço ou legitimidade para questionar ou resistir à vontade da maioria. A segunda parte da fala — “ou simplesmente desaparecem” — carrega uma ameaça simbólica e explícita de apagamento, indicando que as minorias não têm lugar na sociedade, a menos que aceitem o domínio da maioria. Essa retórica é fortemente excludente e vai de encontro aos princípios constitucionais democráticos fundamentais, como o pluralismo e a igualdade.

Esses dois exemplos ilustram como a linguagem, em seu uso concreto, não é um instrumento neutro de comunicação entre os indivíduos. Pelo contrário, a linguagem está intrinsecamente ligada às relações de poder, à construção de sentidos e de significados sociais e à formação/manifestação de ideologias. Como será visto a seguir, Volóchinov (2017, p. 93), autor alinhado à teoria de Bakhtin, afirma que “onde há signo há também ideologia. Tudo o que é ideológico possui uma significação sónica”. Portanto, o uso da palavra, especialmente em contextos políticos, nunca é neutro: cada escolha linguística carrega em si traços ideológicos que refletem e reforçam valores, crenças e intenções subjacentes.

Nesse sentido, a concepção de linguagem adotada nesta tese afasta-se das abordagens que a tratam apenas como um sistema abstrato e formal de comunicação, limitado às regras da língua, e se alinha a uma perspectiva mais abrangente, como a de Bakhtin, que entende a linguagem como uma prática social interativa e dialógica. Nessa perspectiva, a palavra, ao ser proferida, situa-se inevitavelmente em um espaço de interação social, carregando marcas do contexto histórico, cultural e ideológico em que é produzida. Assim, mesmo as expressões aparentemente mais simples estão impregnadas de sentidos que são construídos, disputados e reinterpretados nas relações humanas.

Como será visto no próximo tópico, para Bakhtin (2011), a linguagem é sempre permeada por múltiplas vozes e profundamente enraizada em contextos históricos e ideológicos, refletindo as relações de poder e as dinâmicas sociais. Vista sob esse aspecto, a linguagem não se limita à sua função comunicativa, mas se configura também como um campo de disputa e negociação ideológica. Resende e Ramalho (2022, p. 18) destacam que:

Essa noção de várias vozes, que se articula em debates na interação, é crucial para a abordagem da linguagem como espaço de luta hegemônica, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas de poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades.

Assim, a linguagem se torna um lugar de conflitos e disputas, onde as escolhas linguísticas são determinadas pelo contexto social e pelas forças ideológicas que

atuam sobre o falante. Essa perspectiva dialógica e interativa da linguagem não apenas possibilita a análise crítica das interações linguísticas – como demonstrado na análise das falas de Jair Bolsonaro –, mas também se conecta diretamente ao conceito de identidade do sujeito constitucional, conforme proposto por Michel Rosenfeld, um dos marcos teóricos desta tese.

Para Rosenfeld (2003), a construção da identidade do sujeito constitucional é, em si, um processo discursivo, no qual as múltiplas vozes que compõem a sociedade interagem e, por vezes, produzem/geram conflito. Nesse sentido, o diálogo entre as teorias de Bakhtin e Rosenfeld será explorado ao longo da pesquisa, evidenciando como o discurso político pode moldar, fortalecer ou ameaçar a pluralidade constitucional.

3.2 A TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM DE BAKHTIN

Mikhail Bakhtin (1895-1975) é reconhecido por suas contribuições fundamentais à filosofia da linguagem, particularmente por sua concepção dialógica. Bakhtin desenvolveu sua obra em um contexto de intensa repressão política na Rússia, e suas teorias refletem uma resistência explícita às abordagens da linguagem que desconsideravam suas dimensões sociais, culturais e ideológicas. Para Bakhtin, a linguagem não é um sistema fechado de regras e estruturas formais, mas uma prática social viva e dinâmica, permeada por interações e pela presença de diferentes vozes.

Além de Bakhtin, outros pensadores compunham o que se convencionou chamar de *Círculo de Bakhtin*, um grupo de intelectuais de diversas áreas do conhecimento que, entre as décadas de 1920 e 1940, colaborou para desenvolver uma abordagem inovadora da linguagem e da cultura. Entre os membros desse círculo destacam-se Valentin Volóchinov e Pavel Medvedev, cujas obras também se desenvolveram significativamente para a elaboração de conceitos essenciais à filosofia bakhtiniana. Esses autores compartilharam a visão de que a linguagem é um aspecto essencialmente social e que os estudos linguísticos deveriam incorporar as dimensões ideológicas e culturais presentes no uso concreto da língua.

O Círculo de Bakhtin desempenhou um papel crucial na crítica às teorias estruturalistas que predominavam na época, as quais enfatizavam a língua como um sistema abstrato e independente, sem considerar seu uso real nas interações sociais. Ao contrário, os autores que integravam o Círculo de Bakhtin propuseram que o sentido da linguagem só poderia ser compreendido em contextos de interação, em que diferentes sujeitos, com diferentes posições sociais e ideológicas, constroem significados de forma dinâmica.

Valentin Volóchinov (2019, p. 148), um integrante do Círculo, ilustrou essa condição com a seguinte metáfora: “para observar o processo de combustão, é necessário colocar o corpo no ambiente atmosférico. Para observar o fenômeno da língua, é necessário colocar os sujeitos falante e ouvinte, bem como o próprio som no ambiente social”. Assim como a combustão só ocorre quando um corpo está imerso em um ambiente com condições atmosféricas específicas, a linguagem só se manifesta de maneira significativa quando inserida em um contexto social concreto. A combustão não pode ser isolada do oxigênio que a alimenta; da mesma forma, a linguagem não pode ser separada dos interlocutores e das condições sociais que a cercam. Compreender a linguagem, portanto, exige a análise de suas interações sociais, onde os significados são constantemente negociados e transformados.

Essa abordagem crítica não só enriqueceu os estudos sobre a linguagem, como também influenciou diversas áreas do conhecimento, como a sociolinguística, a teoria literária e a análise do discurso. A ideia de que a linguagem é essencialmente social foi fundamental para expandir a perspectiva sobre como os significados são criados e comunicados. Essa perspectiva de interação constante entre falantes, ouvintes e contextos sociais revela a natureza dialógica da linguagem, onde o significado é moldado não apenas pelas palavras, mas também pelos interlocutores e pelo ambiente em que se inserem. Nesse sentido, a palavra, para Bakhtin (2011), vai além de um mero veículo de comunicação; ela se torna um espaço onde diferentes ideologias se confrontam:

Para Bakhtin, a palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela plurivalência. Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de

luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. (Brandão, 2012, p. 9)

Com isso, a palavra não só reflete, mas também participa ativamente da construção de significados que carregam visões de mundo e disputas ideológicas. Na concepção de Bakhtin, a ideologia não está separada da linguagem; pelo contrário, ela a permeia e se manifesta em cada interação. A palavra se converte em uma arena onde as diferentes vozes, com suas respectivas ideologias, tentam se sobrepor, dialogar e influenciar umas às outras. Isso se evidencia em situações onde discursos políticos utilizam a linguagem para transmitir não apenas informações, mas visões de mundo e posicionamentos ideológicos. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, o debate sobre a vacinação gerou discursos divergentes que revelaram as ideologias subjacentes por meio das palavras escolhidas.

Para alguns setores da sociedade e lideranças políticas, a vacina era vista como um símbolo de ciência e proteção coletiva, promovendo a ideia de responsabilidade social e saúde pública. Por outro lado, algumas vozes, refletindo uma postura negacionista ou com interesses políticos específicos, utilizaram a palavra "vacina" com conotações de controle governamental e perda de liberdades individuais. Esse uso divergente da mesma palavra revela como ela se transforma em uma arena de confronto, refletindo distintas ideologias que disputam a narrativa dominante.

Da mesma forma, no discurso de Jair Bolsonaro, é possível observar essa dinâmica. Em uma de suas falas, ao criticar as medidas de proteção durante a pandemia, afirmou: "Por mim, a vacina é opcional. Eu poderia, como eu posso hoje em dia, partir para uma vacinação obrigatória, mas jamais faria isso porque, apesar de vocês não acreditarem, eu defendo a verdade e a democracia" (Poder360, 2022). Tal posicionamento reflete claramente uma ideologia que enfatiza a liberdade individual e a oposição ao que considera imposições autoritárias. Ao afirmar que defende a "verdade e a democracia", ele não apenas se posiciona contra a obrigatoriedade da vacina, mas também utiliza a palavra para articular uma ideologia que questiona as medidas de saúde pública, ligando-as a um discurso de defesa de liberdades pessoais e desconfiança em relação a políticas centralizadoras.

Em outro momento da pandemia, Bolsonaro declarou: “Alerto que não compraremos vacina da China. Bem como meu governo não mantém diálogo com João Doria sobre Covid-19.” Essa fala não apenas expressa uma posição política, mas também utiliza a palavra “vacina” como um veículo para destacar uma ideologia de resistência contra o que considera influências externas e uma postura nacionalista. Ao mencionar especificamente a “vacina da China”, Bolsonaro reforça uma perspectiva ideológica que se opõe a parcerias com determinados países e critica governadores que adotam políticas distintas das do governo federal, como no caso do então governador do estado de São Paulo, João Doria.

Nesse contexto, a palavra “vacina” mostra-se novamente um signo ideológico que carrega em si disputas sobre soberania, alinhamentos políticos e a condução das respostas à crise de saúde pública. Seu uso envolve um campo de disputa ideológica, onde diferentes vozes se enfrentam: de um lado, as que defendem a vacinação como um ato de responsabilidade coletiva e de saúde pública, e de outro, as que veem a obrigatoriedade como uma violação de direitos individuais.

Esses exemplos ilustram como a palavra, enquanto signo ideológico, funciona como uma arena de luta entre vozes que disputam a hegemonia discursiva e, consequentemente, a percepção e a condução das políticas públicas. A ideologia permeia as escolhas discursivas, evidenciando que a linguagem nunca é neutra, mas sempre inserida em uma rede de significados que reflete e constrói a realidade social e política. É, nesse sentido, que Volóchinov (2017, p. 181, grifos do autor) afirma:

Na realidade, nunca pronunciamos ou ouvimos palavras, mas ouvimos uma verdade ou mentira, algo bom ou mal, relevante ou irrelevante, agradável ou desagradável e assim por diante. *A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana.* É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano.

Assim, descortinando outra vertente dos estudos linguísticos, Bakhtin enfatizou o estudo da linguagem em seu uso concreto, nas interações reais entre os falantes. Essa vertente valorizou não apenas a estrutura da língua, mas também o conteúdo e o momento específico da fala — o que, em seu vocabulário, refere-se ao enunciado. Como aponta o autor: “o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados

(orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (Bakhtin, 2011, p. 261).

Rompendo com o monologismo predominante na linguística estruturalista, Bakhtin e os autores de seu círculo, conforme aponta Brandão (2012, p. 61), defendem uma perspectiva dialógica da linguagem e, para isso, partem:

[...] de uma crítica ao objetivismo abstrato de Saussure que trata a língua como um sistema monológico, colocando que a ‘verdadeira substância da língua [...] não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas [...] mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação e das enunciações’ (Voloshinov, 1979, p. 109).

Nesse sentido, a linguagem só se torna plena quando inserida em um contexto de interação, no qual cada enunciado participa de um diálogo com outros enunciados. Segundo Bakhtin, “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (Bakhtin, 2011, p. 265).

Em outras palavras, a linguagem só faz sentido em seu uso comunicativo e prático, em situações reais em que os falantes interagem, respondem e influenciam uns aos outros. Além disso, há uma dimensão axiológica inescapável, pois “todo enunciado emerge sempre e necessariamente num contexto cultural saturado de significados e valores e é sempre um ato responsivo, isto é, uma tomada de posição nesse contexto” (Faraco, 2003, p. 25).

A partir dessa compreensão, Bakhtin (2011) desenvolve o conceito de dialogismo, central para sua teoria. Para ele, cada enunciado não é apenas um ato de expressão individual, mas também uma resposta — explícita ou implícita — aos enunciados anteriores e uma antecipação de enunciados futuros. Assim, a linguagem não pode ser compreendida de maneira isolada, mas como parte de uma rede de vozes interligadas, interagindo e se influenciando mutuamente.

3.2.1 Dialogismo na linguagem: a interação entre vozes

A orientação dialógica é uma característica intrínseca da linguagem, sendo uma característica própria de qualquer fala viva e ativa. Conforme Bakhtin, “em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as possibilidades, o discurso se encontra com o discurso do outro e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa” (Bakhtin, 1988, p. 88). Essa interação contínua é o que define o sentido, já que a palavra nunca é isolada, mas sempre moldada pela presença do outro e de seus enunciados.

Como destaca Fiorin, “todo discurso é necessariamente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados” (Fiorin, 2022, p. 22). Isso reforça a ideia de que a linguagem nunca é neutra, mas sempre atravessada por vozes, com propósitos e significados que dialogam e se entrelaçam. Na filosofia da linguagem de Bakhtin, “não são as unidades da língua que são dialógicas. As unidades da língua são os sons, as palavras e as orações, enquanto os enunciados são as unidades reais de comunicação” (Fiorin, 2022, p. 23). Assim, o enunciado é o verdadeiro portador do sentido, pois é no contexto de interação entre falantes que o significado se constitui. Como esclarece Delanoy (2022, p. 154):

[...] para que possamos compreender o sentido de um enunciado, precisamos considerar na análise não só o sentido das palavras ali presentes e organizadas sintaticamente, mas também as pessoas envolvidas (locutor e interlocutor) e a situação contextual em que estão inseridas, pois todo enunciado é sempre orientado ao outro, em um determinado tempo e espaço.

Um exemplo claro disso pode ser observado em debates públicos sobre questões ambientais. Quando um líder político afirma que “a proteção ambiental prejudica o desenvolvimento econômico”, essa fala não é apenas uma expressão individual de opinião. Ela dialoga diretamente com discursos de desenvolvimento sustentável, que promovem a compatibilidade entre crescimento econômico e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, a fala política se posiciona em relação a outros enunciados, refletindo o confronto de ideias que já circulam na sociedade. O significado dessa fala, portanto, se desenvolve na tensão com discursos opostos,

evidenciando como os enunciados sempre interagem com outras vozes no campo social.

O sentido da linguagem, então, está sempre relacionado à **alteridade**, ou seja, à presença do outro. A perspectiva do outro é essencial para a construção do sentido, pois é na interação com diferentes vozes e visões que os significados se tornam concretos. Para Bakhtin (2011, p. 341), "ser significa ser para o outro e, através dele, para si. O homem não tem um território interior soberano, está todo e sempre na fronteira, olhando para dentro de si, ele olha o outro nos olhos ou com os olhos do outro". A alteridade é, portanto, constitutiva do sujeito e de todo enunciado, que se constrói em resposta ao outro:

Essa visão da linguagem como interação social, em que o *Outro* desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o linguístico e o social. O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso, à objetivação externa – enunciação – desse conteúdo é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos. (Brandão, 2012, p. 8)

Todo enunciado está em constante diálogo com o que já foi dito antes e com o que ainda será dito depois. Segundo Bakhtin (2017, p. 38), "eu vivo em um mundo de palavras do outro. E toda a minha vida é uma orientação nesse mundo; é reação às palavras do outro [...]". Isso significa que o sentido de um enunciado não é construído de forma unilateral ou isolada, mas emerge na interação entre falantes, que são funcionais e vivenciam experiências sociais, culturais e históricas.

Nesse processo, o sujeito que fala não apenas se expressa, mas necessariamente responde a um conjunto de enunciados que já circulam no ambiente discursivo, incorporando-os e transformando-os de acordo com seu contexto. Assim, o significado é sempre resultado de uma troca contínua entre diferentes vozes e perspectivas.

A concepção de dialogismo de Bakhtin implica que a linguagem nunca é um processo monológico, ou seja, ela nunca ocorre de forma isolada ou sem interação com outras vozes. Bakhtin (1988, p. 88) argumenta que "apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado,

somente este Adão poderia realmente evitar por completo esta orientação mútua dialógica do discurso alheio para o objeto". Em outras palavras, toda fala humana está impregnada de ecos de outras vozes, de perspectivas que antecedem o enunciado e moldam o seu significado. Como sintetiza Fiorin (2022, p. 90), "dialogismo diz respeito ao modo de funcionamento real da linguagem, que faz que um enunciado se constitua sempre em relação ao outro".

No campo político, essa interação dialógica torna-se ainda mais evidente. Por exemplo, como Deputado Federal, Jair Bolsonaro afirmou no plenário da Câmara dos Deputados: "No Brasil, este é o dia internacional da vagabundagem! Os direitos humanos no Brasil só defendem bandidos, estupradores, marginais, sequestradores e até corruptos!" (Barretto Jr, 2022, p. 43). Essa fala, que será também analisada no capítulo seguinte, não surge em um vácuo de sentidos e significados. Ela dialoga diretamente com um discurso que se originou na redemocratização do Brasil e que visava garantir a proteção de todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou criminal. O discurso de Bolsonaro rebate esse princípio, criando uma contraposição entre a defesa dos direitos humanos e a segurança pública, e ecoando vozes conservadoras que deslegitimam a ideia de universalidade dos direitos humanos.

Portanto, o dialogismo, no contexto do discurso político, não se limita à simples expressão de ideias próprias. Cada fala está inevitavelmente conectada a outras falas, reforçando ou contradizendo pontos de vista existentes. Essa interação contínua e tensa entre diferentes vozes contribui para a complexidade do debate público, no qual os significados são sempre produtos de negociações e disputas entre múltiplos enunciadores.

Essas interações revelam que, além do dialogismo, há outros conceitos cruciais na obra de Bakhtin que são abordados para a análise da linguagem em contextos sociais e políticos. Os conceitos de polifonia, heteroglossia, interdiscursividade e carnavalização são essenciais para entender como múltiplas vozes, perspectivas e ideologias coexistem, competem e se sobrepõem no discurso público, como será visto a seguir. Esses conceitos foram fundamentais para a análise das falas de

Bolsonaro no contexto de sua trajetória política, tendo sido adotados ao longo da presente tese.

3.2.2 Polifonia no discurso: a equipolência de vozes

O termo **polifonia** refere-se à presença de múltiplas vozes independentes e igualmente válidas dentro de um único texto ou discurso. Como destaca Discini (2006, p. 72), “a polifonia de uma obra diz respeito à multiplicidade de vozes que, orientadas para fins diversos, se apresentam libertas do centro único incorporado pela intencionalidade do autor”. Para Bakhtin, essas vozes não se subordinam a uma única visão dominante, mas coexistem em um diálogo contínuo, sem que uma elimine a outra. Esse *insight* foi inicialmente desenvolvido no contexto da literatura – em sua análise dos romances de Dostoiévski, particularmente na obra “Problemas da Poética de Dostoiévski”. Nesse texto, Bakhtin (2011, p. 199) aponta que nos romances de Dostoiévski, “em toda parte certo conjunto de ideias, pensamentos e palavras se realiza em várias vozes desconexas, ecoando a seu modo em cada uma delas”.

Segundo Fiorin (2022, p. 87), Bakhtin percebeu que o autor russo havia criado, em sua obra, um gênero novo – o romance polifônico – em que diferentes personagens expressam suas próprias perspectivas, opiniões e ideologias, sem que sejam “anuladas” pelo narrador ou autor. A polifonia passa então a designar a situação em que “as vozes são equipolentes, ou seja, elas coexistem, interagem em igualdade de posição. Nenhuma delas está submetida a um centro único, que dá a palavra final sobre os fatos” (Fiorin, 2022, p. 87).

Mas nem todos os textos – num sentido amplo, de qualquer enunciado escrito ou falado – mostram-se polifônicos. A polifonia é utilizada para caracterizar um certo tipo de texto: “aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem” (Barros, 2005, p. 34). A novidade do romance polifônico de Dostoiévski é permitir que as vozes dos personagens coexistam sem a sua submissão a um centro autoritário, ou seja, sem que sejam subordinadas à voz do autor ou a uma narrativa dominante. Cada personagem tem autonomia discursiva e

representa uma perspectiva autêntica, que não é anulada ou diluída no contexto de um discurso único.

Essa inovação literária oferece uma metáfora poderosa para compreender o diálogo social e político. No romance polifônico, como desenvolvido por Bakhtin ao analisar a obra de Dostoiévski, múltiplas vozes coexistem, cada uma dotada de autonomia, sem serem subordinadas a uma verdade única ou definitiva. Essa estrutura literária espelha a dinâmica ideal de uma sociedade democrática: um espaço onde diferentes perspectivas convivem em igualdade, ainda que permeadas por tensões e conflitos. Faraco (2003, p. 74) reforça essa ideia ao afirmar que:

[...] o que Bakhtin parece estar defendendo aqui é a sua utopia de um mundo polifônico, no qual a multiplicidade de vozes plenivalentes e de consciências independentes e não fundíveis tem direito de cidadania – vozes e consciências que circulam e interagem num diálogo infinito.

Ao transportar o conceito de polifonia para o campo social e político, a analogia ilumina um princípio central da democracia: a coexistência e interação de múltiplas vozes em condições de igualdade. Assim como no romance polifônico, onde cada personagem tem uma voz própria e autônoma, em uma sociedade democrática, todas as vozes sociais devem ser reconhecidas como legítimas e capazes de contribuir para o discurso coletivo.

Essa analogia vai além da mera convivência: a polifonia exige que o espaço público assegure condições para que todas as vozes participem do diálogo social, sem serem silenciadas ou dominadas por narrativas hegemônicas. A equipolência das vozes – a ideia de que nenhuma voz deve ter prevalência absoluta sobre as demais – é essencial para o funcionamento de uma democracia pluralista. Essa dinâmica implica que os discursos marginalizados ou historicamente excluídos precisam ser integrados ao diálogo público, ampliando a diversidade de perspectivas que moldam as decisões políticas e sociais.

Portanto, a polifonia, enquanto conceito literário, oferece uma lente valiosa para repensar as relações sociais e políticas em termos de inclusão, diversidade e equilíbrio de poder. No contexto democrático, ela sugere que, assim como no

romance de Dostoiévski, o diálogo genuíno depende do reconhecimento da autonomia e da igualdade das vozes que dele participam.

A defesa de um discurso polifônico é, portanto, a defesa do pluralismo democrático, em que todas as vozes têm direito de se expressar e ser ouvidas, sem que haja uma anulação das perspectivas divergentes. Como ressalta Fiorin (2022, p. 91), “um mundo polifônico seria um mundo em que o pluralismo de ideias fosse efetivamente respeitado, porque todas as vozes seriam equipolentes, nenhuma voz social se imporia como a última e definitiva palavra”.

No entanto, como destacado por Barros (2005), nem todos os discursos ou enunciados são polifônicos. No contexto político, quando um governante adota uma postura autoritária, silenciando ou marginalizando outras vozes, ele transforma o espaço discursivo em um ambiente monofônico. Essa tendência é especialmente evidente em discursos políticos que buscam deslegitimar ou reprimir as vozes dos grupos opositores, criando uma narrativa única que não permite a expressão de perspectivas divergentes.

No caso do discurso político de Jair Bolsonaro, a polifonia implica reconhecer que, em um ambiente democrático, suas falas – embora ecoem uma perspectiva específica de defesa de valores conservadores – não devem ter prevalência sobre as vozes de outros grupos sociais, sobretudo aqueles vulnerabilizados.

Nesse sentido, o conceito de polifonia foi aplicado na análise das falas de Jair Bolsonaro para revelar as tensões entre a pluralidade potencial de vozes na sociedade e a tentativa de silenciamento ou subjugação promovida por seu discurso monológico. Embora Bolsonaro tenha ocupado uma posição de poder político, a analogia do conceito de polifonia com os ideais de uma sociedade democrática ilumina a necessidade de que as vozes dos que se opõem a ele – assim como as vozes de grupos minorizados frequentemente marginalizados em sua retórica – tenham espaço legítimo e autônomo no diálogo público. A partir do *insight* proporcionado pela teoria de Bakhtin, essa analogia reforça que uma democracia pluralista se constrói pelo reconhecimento e pela interação dessas múltiplas vozes, sem que sejam silenciadas ou subordinadas por narrativas hegemônicas. A análise

buscará desvelar os mecanismos discursivos que sustentam o monologismo no discurso bolsonarista, isto é, a tentativa de impor uma narrativa única que desconsidera ou deslegitima outras perspectivas.

Essa abordagem permitirá explorar como o discurso de Bolsonaro restringe a circulação de sentidos divergentes e reforça narrativas autoritárias que tensionam o espaço público democrático. Em uma fala específica – cuja análise será aprofundada na próxima seção –, essa perspectiva monológica é particularmente evidente, revelando estratégias discursivas que ocultam ou reprimem a multiplicidade de vozes indispensável ao diálogo pluralista e inclusivo.

Quando Bolsonaro afirmou, durante um comício em 2018, que "as minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem" (BARRETTO JR, 2022, p. 52), ele revelou uma visão contrária ao princípio da polifonia democrática. Essa fala sugere que as vozes de grupos minorizados devem ser silenciadas ou subordinadas às da maioria, o que contraria a ideia de equipolência de vozes e de pluralismo constitucional. Em um contexto polifônico, as diferentes vozes devem ser ouvidas e protegidas, com o mesmo peso político e social, para que possam coexistir em igualdade de posição.

Esse exemplo demonstra como o discurso de Bolsonaro opera em oposição à lógica polifônica. Embora ele exerça significativa influência política, a presença de quaisquer vozes discordantes não pode ser anulada ou deslegitimada sem que se comprometa o Estado Democrático de Direito. A coexistência de perspectivas diversas, mesmo em tensão, é essencial para preservar os valores do pluralismo e da igualdade de participação.

Essa abordagem permite investigar os impactos do discurso político na construção da identidade do sujeito constitucional, evidenciando como o fortalecimento ou enfraquecimento das bases democráticas está relacionado à forma como o discurso reconhece ou rejeita a pluralidade de vozes. Assim, o conceito de polifonia não apenas ilumina a dinâmica discursiva presente nas falas de Bolsonaro, mas também serve como ponto de partida para explorar as implicações mais amplas de suas estratégias retóricas.

Essa análise conduz naturalmente à introdução do conceito de heteroglossia, que amplia a compreensão das dinâmicas discursivas ao revelar a multiplicidade de "línguas sociais" e perspectivas ideológicas presentes em um campo discursivo. Enquanto a polifonia destaca a autonomia e a igualdade das vozes, a heteroglossia permite investigar como diferentes vozes sociais – incluindo as que Bolsonaro tenta suprimir – interagem, opondo-se ou complementando-se, bem como refletindo as tensões de poder e os conflitos ideológicos na sociedade brasileira.

3.2.3 Heteroglossia: a variedade de vozes sociais e ideológicas

A **heteroglossia** é um dos conceitos propostos por Bakhtin e está profundamente ligada à sua concepção dialógica da linguagem. O termo, oriundo das palavras "hetero" (diferente) e "glossa" (língua), refere-se à coexistência de diferentes vozes, estilos, e ideologias dentro de um mesmo contexto discursivo. Para Bakhtin (2011), a linguagem nunca é monolítica; pelo contrário, ela é composta por uma multiplicidade de "línguas sociais" que se cruzam e se interpenetram, refletindo perspectivas, posicionamentos e valores que coexistem em uma sociedade (Fiorin, 2016, p. 90).

No campo literário, Bakhtin ilustra o conceito de heteroglossia por meio da análise de romances de Dostoiévski e Rabelais. Ele argumenta que esses romances são capazes de apresentar uma heterogeneidade das vozes sociais, permitindo que diferentes classes, ideologias e linguagens se expressem. Essa convivência de múltiplas vozes sociais em um único texto revela como a heteroglossia permite que diferentes realidades sejam expressas simultaneamente. Assim, a literatura se transforma num palco onde as várias vozes da sociedade são representadas e postas em diálogo. Essa representação literária pode ser também compreendida como uma metáfora para o ambiente social real, onde a convivência de múltiplas vozes em um único espaço discursivo revela a complexidade das interações humanas e das disputas por significado.

Reforçando o conceito de dialogismo inerente à linguagem, ou seja, de que todos os enunciados se constituem a partir de outros, Fiorin (2016) destaca como o conceito de heteroglossia também se aplica aos enunciados em uma formação social

concreta – ou em um determinado “horizonte histórico” de compreensão – como defende Gadamer (2008). Segundo o autor, nela operam “o presente, ou seja, os múltiplos enunciados em circulação sobre todos os temas; o passado, isto é, os enunciados legados pela tradição de que a atualidade é depositária; e o futuro, os enunciados que falam dos objetivos e das utopias dessa contemporaneidade” (Fiorin, 2016, p. 34).

No ambiente democrático, a heteroglossia oferece uma poderosa metáfora para compreender o pluralismo de ideias e a liberdade de expressão. Enquanto na literatura a heteroglossia evidencia a coexistência de múltiplas “línguas sociais” e perspectivas ideológicas em um mesmo texto, no contexto social e político, tal pluralidade reflete a interação de múltiplas e diferentes vozes que disputam significados no espaço público. Essa diversidade não apenas enriquece o debate, mas também assegura que as dinâmicas de poder não silenciem visões diferentes, promovendo um ambiente onde sejam ouvidos todos os grupos sociais.

A heteroglossia, nesse sentido, transcende a ideia de simples coexistência de vozes. Ela pressupõe um diálogo contínuo entre perspectivas distintas, representando valores, ideologias e experiências diversas. Em uma democracia, essa multiplicidade discursiva é essencial para o funcionamento saudável das instituições, pois permite que o debate público reflita a complexidade da sociedade e acolha as demandas de diferentes grupos, especialmente aqueles historicamente vulnerabilizados. De forma análoga, assim como a literatura heteroglósica representa a interação entre diferentes vozes e realidades, o espaço político heteroglósico pode se tornar um reflexo das tensões e possibilidades da convivência democrática.

Essa analogia ilumina a importância de garantir que as vozes sociais não apenas existam, mas também tenham condições iguais de influenciar os rumos do debate público e as decisões políticas. Ocorre que, em um contexto democrático, as vozes que compõem a sociedade não apenas coexistem, mas também disputam espaço e influência. A aplicação do conceito de heteroglossia ao contexto político revela as complexidades próprias da esfera pública, marcada pela pluralidade e pela disputa de poder. O diálogo democrático não é livre de forças políticas que tensionam a disputa ora para um centro enunciativo sobre o qual orbitam os sentidos ditos

válidos naquele contexto, ora para fora, num sentido de destruir essa tendência centralizadora de sentidos. Como destaca Faraco (2003, p. 67):

Assim, o diálogo, no sentido amplo do termo, deve ser entendido como um vasto espaço de luta entre vozes sociais (uma espécie de guerra dos discursos), no qual atuam *forças centrípetas* (aquelas que buscam impor uma certa centralização verboaxiológica por sobre o plurilinguismo real) e as forças centrífugas (aquelas que corroem continuamente as tendências centralizadoras, por meio de vários processos dialógicos tais como a paródia e o riso de qualquer natureza, a ironia, a polémica explícita ou velada, a hibridização ou a reavaliação, a sobreposição de vozes etc).

A partir da noção de que a linguagem é inerentemente dialógica, os sentidos do discurso nunca são fixos ou definitivos. Eles estão continuamente submetidos a forças que ora os direcionam para um centro de significação, ora os afastam desse centro, evidenciando a dinâmica entre tendências de centralização e descentralização na construção de significados. No contexto político, essa dinâmica pode ser metaforicamente iluminada pelos conceitos de forças centrípetas e centrífugas, originalmente aplicados por Bakhtin ao campo literário, mas adaptáveis à esfera pública.

As forças centrípetas, no discurso político, representam a tendência de centralização de significados em torno de um núcleo enunciativo dominante. Esse núcleo busca impor uma interpretação hegemônica sobre determinados temas, marginalizando vozes discordantes e consolidando um discurso que se apresenta como único e legítimo. No caso do discurso bolsonarista, por exemplo, percebe-se uma tentativa de centralizar os sentidos em torno de valores e narrativas que reforçam a exclusão de grupos minorizados e a polarização político-ideológica, procurando estabelecer uma única visão de mundo como válida.

Por outro lado, as forças centrífugas atuam na desconstrução dessa centralização, corroendo o domínio das narrativas hegemônicas e permitindo que sentidos alternativos emergjam. Essas forças são especialmente evidentes em discursos que desafiam diretamente as narrativas dominantes, promovendo diversidade e pluralidade. No campo político, essas forças podem se manifestar por meio de movimentos sociais, discursos de resistência, ou mesmo estratégias retóricas como a ironia e a paródia, que questionam e subvertem o poder centralizador.

A heteroglossia revela a complexidade da luta por hegemonia discursiva, manifestada em discursos que dialogam com diversas perspectivas e posicionamentos ideológicos. Em democracias, essa diversidade de vozes deve ser protegida e estimulada para garantir um debate plural e inclusivo. No entanto, as forças centrípetas buscam frequentemente controlar essa pluralidade, promovendo uma narrativa hegemônica que tende a homogeneizar o discurso público. Como destaca Fiorin (2022, p. 90), “as vozes do poder têm sempre uma ação centrípeta, desejam impor-se como centro de sentido”. Em contrapartida, as forças centrífugas resistem a essa centralização e desafiam a uniformidade do centro de sentidos, movendo-os em direção a perspectivas alternativas e diversas.

Contudo, em um Estado Constitucional, os discursos no espaço público devem estar orientados por um núcleo legítimo de sentido — as regras e princípios constitucionais. No contexto do discurso constitucional, as forças centrípetas e centrífugas desempenham papéis cruciais na dinâmica de produção e disputa de significados. As forças centrípetas atuam para reafirmar, harmonizar e unificar os sentidos em torno dos valores consagrados na Constituição, como a dignidade da pessoa humana, o pluralismo e os direitos fundamentais. Essas forças trabalham para consolidar a centralidade do texto constitucional como referência normativa e simbólica para o funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Por outro lado, as forças centrífugas desafiam e distorcem os sentidos da Constituição, ao mobilizarem interpretações ou narrativas que se afastam dos princípios fundamentais que ela estabelece. Essas forças podem fragmentar o discurso constitucional, enfraquecendo sua função de orientar as práticas políticas e jurídicas. Em um ambiente democrático, essa tensão é constante e reflete a disputa de poder e de narrativas em torno do que a Constituição representa e de como seus princípios devem ser aplicados ou reinterpretados.

Esse enquadramento será particularmente útil na análise das falas de Jair Bolsonaro, nas quais se buscará identificar como os sentidos produzidos por seu discurso se relacionam com os princípios constitucionais. As forças centrífugas, presentes em seu discurso, frequentemente tensionam e afastam os sentidos do texto constitucional, ao deslegitimarem direitos fundamentais ou promoverem a

exclusão de determinados grupos sociais. Ao mesmo tempo, essas falas podem mobilizar forças centrípetas no sentido de reforçar, por contraste ou resistência, os valores constitucionais, obrigando o espaço público e as instituições a reafirmarem os fundamentos democráticos.

Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto guardião da Constituição, desempenha um papel central na atuação das forças centrípetas. Suas decisões e manifestações buscam reafirmar os princípios fundamentais do texto constitucional, garantindo a unidade interpretativa necessária para preservar o Estado Democrático de Direito. Por meio de sua função jurisdicional, o STF intervém para harmonizar os sentidos em torno dos valores constitucionais compartilhados, enfrentando narrativas que promovem exclusão ou distorcem a aplicação das normas constitucionais. Assim, o tribunal opera como um agente de centralização verboaxiológica, reafirmando o núcleo legítimo de significados e fortalecendo a estabilidade democrática.

A análise dessa interação de forças produtoras de sentidos permitirá compreender como o discurso bolsonarista dialoga com o discurso constitucional, evidenciando os impactos de suas narrativas tanto na manutenção quanto na subversão dos valores constitucionais. Essa abordagem destaca a importância do discurso constitucional como um espaço de disputa, onde as forças centrípetas buscam preservar sua unidade e centralidade, enquanto as forças centrífugas tensionam essa estrutura, abrindo espaço para interpretações divergentes ou mesmo excludentes.

O discurso político de Bolsonaro exemplifica essas dinâmicas de maneira evidente: ele não se manifesta de forma isolada, mas faz parte de um campo discursivo maior, onde ideologias e vozes competem pela hegemonia. Muitas de suas falas, contudo, não respeitam essa coexistência democrática das diversas vozes da sociedade, promovendo uma narrativa de exclusão. Em declarações como “as minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem” e “esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, ele demonstra uma tentativa de silenciar e deslegitimar determinados grupos, impondo uma narrativa hegemônica que contraria o ideal democrático de uma sociedade plural.

Essas falas, ao se desviarem dos princípios constitucionais e desconsiderarem os direitos humanos, agem como forças centrífugas, distanciando os sentidos do núcleo democrático e constitucional. Em resposta, as forças centrípetas manifestam-se como esforços de instituições jurídicas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais para reafirmar os valores constitucionais e os direitos humanos. Ações como a declaração de inconstitucionalidade por tribunais em relação a determinadas falas de Bolsonaro ou as campanhas de organizações de direitos humanos para combater discursos de ódio são exemplos de forças centrípetas que buscam recentralizar o discurso em torno dos valores da Constituição e dos direitos humanos. Essas forças centrípetas visam contrabalançar e neutralizar as influências das forças centrífugas, que ameaçam desestabilizar os fundamentos democráticos e a pluralidade que os sustentam.

Analisar as falas de Bolsonaro à luz da heteroglossia e das forças centrípetas e centrífugas permite também compreender como ele manipula e mobiliza diversos discursos para construir uma narrativa política que reforça determinadas vozes sociais e ideológicas, enquanto silencia ou exclui outras. Essa análise revela a complexidade da sua estratégia discursiva, que busca, ao mesmo tempo, consolidar uma visão monológica e desestabilizar o espaço polifônico democrático.

Se a heteroglossia destaca a pluralidade inerente à linguagem e a interação contínua entre diversas vozes sociais, o próximo conceito – a carnavalização – complementa essa visão ao explorar como as inversões e subversões das hierarquias estabelecidas podem ser empregadas no discurso para desafiar convenções e desestabilizar estruturas de poder. A carnavalização, portanto, oferece uma lente única para entender como elementos de humor, ironia e paródia podem não apenas refletir tensões sociais, mas também atuar como ferramentas de rompimento com centros de sentidos hegemônicos.

Ao tratar de temas que exigem respeito, como direitos humanos e princípios constitucionais, de maneira caricatural, jocosa ou irônica, Bolsonaro aplica uma carnavalização que rompe com a gravidade esperada nesses discursos, deslocando o centro de sentido que deveria promover e respeitar. Seu tom frequentemente cômico, quase absurdo, ironiza o próprio ambiente democrático, transformando a

exclusão e a agressão a grupos minorizados em um espetáculo grotesco que desestabiliza as bases de um discurso inclusivo. Essa estratégia carnavalesca, ao invés de afrouxar as hierarquias para incluir novas perspectivas, como ocorre na literatura, age para esvaziar o sentido próprio da Constituição e subverter os ideais de respeito e diversidade.

3.2.4 Carnavalização: a inversão e subversão das hierarquias no discurso

O conceito de carnavalização, elaborado por Bakhtin (2011), descreve um fenômeno em que as hierarquias e normas estabelecidas são temporariamente subvertidas por meio do riso, do grotesco e da inversão de papéis. Em Bakhtin, a carnavalização atua “como movimento de desestabilização, de subversão e ruptura em relação ao ‘mundo oficial’” (Discini, 2006, p. 84). No carnaval, as convenções e barreiras sociais são suspensas, permitindo que vozes marginalizadas se expressem e que a rigidez das ordens sociais se dissolva em um espaço temporário de liberdade e igualdade.

Para Bakhtin (2011), a carnavalização não é apenas uma festa popular, mas uma ruptura das fronteiras hierárquicas que abre caminho para uma multiplicidade de perspectivas e críticas à ordem vigente. No ambiente carnavalesco, o riso e a paródia oferecem uma via para questionar e ridicularizar o poder, criando um espaço onde a seriedade das estruturas de autoridade é colocada em xeque, permitindo, ainda que de modo passageiro, uma renovação da dinâmica social.

Essa subversão simbólica, ao contrário de ser apenas um entretenimento, possui um papel crítico e contestador, revelando a fragilidade e a transitoriedade das normas dominantes. Nesse sentido, Miranda (1997, p. 131) destaca que:

Bakhtin identifica no fenômeno da carnavalização o rito das inversões e transgressões simbólicas, no qual os pares antinômicos – superior/inferior, sublime/vagabundo, erudito/popular, clássico/grotesco – são desconstruídos e reconstruídos, obedecendo a uma lógica de “um mundo ao avesso”.

Quando aplicado ao discurso político, o conceito de carnavalização permite analisar como certas falas e estratégias retóricas desestabilizam o centro enunciativo e os valores estabelecidos, desafiando a ordem dominante por meio de inversões,

exageros e elementos grotescos. No caso de Jair Bolsonaro, especialmente em seus primeiros anos como parlamentar e em sua campanha presidencial, essa abordagem carnavalesca é frequentemente evidente em seu discurso. Ele mobiliza uma linguagem marcada por provocações absurdas, ofensas diretas e distorções que desafiam os princípios e valores democráticos consolidados na Constituição Federal de 1988.

A carnavalização no discurso bolsonarista opera como uma força centrífuga, corroendo os sentidos centrais que orientam o pacto democrático e constitucional. Por meio de declarações grotescas e inversões de valores, Bolsonaro desafia os marcos normativos e simbólicos que estruturam o Estado Democrático de Direito.

A retórica carnavalesca de Bolsonaro recorre ao exagero e ao grotesco para tensionar e enfraquecer os sentidos constitucionais que sustentam a democracia. Essa abordagem faz uso de um riso distorcido e corrosivo, que não apenas zomba dos princípios democráticos, mas também os reconfigura como alvos de ridicularização e desprezo. Nesse processo, a carnavalização manifesta-se como uma estratégia que expõe e desafia as tensões existentes na sociedade, ao mesmo tempo em que reforça a polarização e fragmenta a alteridade. O discurso grotesco e provocativo cria um cenário no qual os valores democráticos são colocados em xeque, e as forças centrífugas ganham espaço para afastar os sentidos da Constituição.

Ao mobilizar a carnavalização como força centrífuga, Bolsonaro transforma o espaço político em um palco de inversões e subversões, onde os valores democráticos e constitucionais são contestados por declarações que promovem exclusão e ruptura. Essa estratégia não é apenas uma ferramenta de contestação, mas também um mecanismo de poder que reforça sua posição política ao mobilizar apoiadores em torno de um discurso que rejeita a centralidade dos valores democráticos. Assim, a carnavalização no discurso bolsonarista não apenas desestabiliza o centro enunciativo, mas também amplifica as forças centrífugas que desafiam e distorcem os sentidos constitucionais.

A fala “Ele merecia isso: pau de arara. Funciona. Eu sou favorável a tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também” (BARRETTO JR, 2022, p. 23) não só repudia os valores de direitos humanos consagrados após a redemocratização do Brasil, mas também inverte a lógica protetiva desses direitos ao justificar a tortura como um meio legítimo de ação. Essa linguagem, quase caricatural em sua brutalidade, atua como uma força centrífuga que desafia a centralização de significados baseada nos direitos e garantias fundamentais, corroendo os pilares do discurso democrático. A carnavalização, dessa forma, opera como uma força que desafia a seriedade e a sacralidade dos discursos de poder e autoridade. Como Fiorin (2016, p. 97) ressalta:

Ao esforço centrípeto dos discursos de autoridade opõe-se o riso, que leva a uma aguda percepção da existência discursiva centrífuga. Ele dessacraliza e relativiza os discursos do poder, mostrando-os como um entre muitos e, assim, demole o unilinguismo fechado e impermeável dos discursos que erigem como valores a seriedade e a imutabilidade, os discursos oficiais, da ordem e da hierarquia.

Nesse sentido, as falas de Bolsonaro – de forma mais aguda, quando atuava como parlamentar – ao se apropriarem do grotesco e do exagero, não apenas expressam uma posição política, mas confrontam os discursos de autoridade vigentes na ordem democrática e constitucional, fazendo-os dialogar, sob o manto da imunidade parlamentar, com perspectivas opostas acerca desses temas; um “mundo às avessas” onde é possível reiteradamente deslegitimar direitos humanos, ofender e ridicularizar grupos minorizados.

Essa abordagem de confronto, que muitas vezes beira a caricatura e o absurdo, revela uma dinâmica discursiva que se aproxima da carnavalização bakhtiniana, em que os limites entre o sério e o cômico são dissolvidos para desafiar as normas estabelecidas e subverter as hierarquias. Como destaca Schaefer (2011, p. 200):

A cosmovisão carnavalesca dilui limites, de modo especial aqueles estabelecidos entre o sério e o cômico. Põe a dialogar coisas que se contrapõem: o fantástico-imaginoso com a dura e repetitiva realidade cotidiana; a argumentada abstração filosófica ou científica com o disperso senso comum; a água com o fogo; o céu com o inferno; a santa virgem com a despudorada prostituta; o sim com o não.

Tais características da carnavalização são perceptíveis nas falas de Bolsonaro, que misturam elementos de provocação, ironia e desprezo pelas convenções sociais e políticas para questionar e enfraquecer os discursos de autoridade. O efeito disso é uma redefinição temporária do campo discursivo, onde o riso e a provocação geram tensão entre a ordem instituída e as forças (centrífugas) que desafiam suas bases.

Essas manifestações discursivas, que ecoam o riso e o caráter subversivo da carnavalização, sugerem uma constante tensão entre a ordem centrípeta dos discursos de poder e a resistência centrífuga que os desafia. As falas de Bolsonaro, ao exporem um lado grotesco e paradoxal do seu discurso político, funcionam como um meio de inverter as hierarquias discursivas e desconstruir as normas hegemônicas, ainda que de forma temporária e com efeitos polarizadores.

O impacto dessa prática no debate público é profundo. Ao se valer da carnavalização, o discurso de Bolsonaro transforma o espaço político em um palco onde as normas de civilidade e respeito aos direitos fundamentais são subvertidas e ridicularizadas. Essa abordagem enfraquece a percepção de seriedade e importância dos princípios democráticos e cria um ambiente onde o autoritarismo e a violência simbólica encontram espaço para se fortalecer.

A análise da carnavalização no discurso de Bolsonaro permite compreender como suas falas operam como mecanismos de dessacralização da ordem constitucional e democrática, subvertendo valores e instaurando um discurso que, embora aparentemente se mova por uma força centrífuga de ruptura com a ordem estabelecida, não promove uma emancipação ou pluralidade de sentidos. Pelo contrário, essas forças centrífugas se articulam a partir de pressupostos que reafirmam uma linguagem monológica e excludente, destinada a deslegitimar as vozes dissonantes e a reforçar uma visão de mundo unilateral. Nesse contexto, o discurso carnavalesco de Bolsonaro não abre espaço para a coexistência de múltiplas perspectivas, mas utiliza o grotesco e o riso corrosivo para desqualificar e marginalizar aqueles que não se alinham à sua ideologia.

Embora a carnavalização, no contexto literário bakhtiniano, se caracterize por uma libertação das normas e hierarquias opressivas, permitindo a emergência de novas

percepções e sentidos oprimidos pelo poder, nas falas de Bolsonaro essa subversão não tem como objetivo ampliar a participação democrática ou incluir vozes historicamente silenciadas. Pelo contrário, a inversão e a subversão da ordem democrática frequentemente servem para afastar os sentidos jurídicos e políticos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, promovendo a exclusão e a fragmentação do espaço público. Os elementos carnavalescos em suas declarações não constituem um movimento emancipatório, mas reforçam narrativas que legitimam a exclusão, a polarização e o enfraquecimento dos princípios constitucionais como a pluralidade, a igualdade e a dignidade.

3.2.5 Considerações finais sobre a perspectiva dialógica da linguagem

A análise dos conceitos de dialogismo, polifonia, heteroglossia e carnavalização, propostos por Bakhtin, fornece uma base teórica robusta para compreender a linguagem como uma prática social dinâmica, permeada por múltiplas vozes, tensões e relações de poder. Em Bakhtin, a linguagem é dialógica, uma vez que ela se constitui como uma arena de confronto de significados e de vozes, refletindo as tensões ideológicas que atravessam a sociedade. Essa perspectiva dialógica sublinha que todo discurso é simultaneamente resposta e antecipação de outros discursos, construindo sentidos em um processo contínuo de interação, negociação e disputa.

No campo político, os conceitos bakhtinianos tornam-se ferramentas essenciais para desvelar as forças em ação no discurso. A polifonia e a heteroglossia permitem evidenciar como diferentes vozes e ideologias coexistem e se chocam, mesmo que sob a aparência de um discurso hegemônico. Já o conceito de carnavalização ilumina como certos enunciados utilizam o grotesco, o exagero e a subversão para desestabilizar normas, subverter valores democráticos e tensionar os princípios constitucionais. No entanto, enquanto a carnavalização pode abrir espaço para a emancipação e a pluralidade de vozes, muitas vezes essas forças centrífugas reforçam dinâmicas de exclusão e monologismo.

Nesse contexto, a perspectiva dialógica de Bakhtin não apenas é adequada, mas também essencial para os propósitos desta tese, pois permite uma análise que vai

além da superfície das palavras, alcançando as dinâmicas ideológicas e sociais que estruturam e permeiam o discurso político. A linguagem é entendida, aqui, como um espaço de disputa de sentidos, no qual os valores constitucionais – pluralidade, dignidade e inclusão – são tensionados por discursos que promovem a polarização, a exclusão e a deslegitimação de direitos fundamentais.

Essa compreensão da linguagem, mediada pelas contribuições de Bakhtin, dialoga diretamente com os objetivos desta pesquisa, ao oferecer uma lente crítica para analisar as falas de Jair Bolsonaro. Sua abordagem destaca a linguagem como um meio de mediação com a realidade e, simultaneamente, como um campo de manifestação e confronto ideológico, no qual os sentidos constitucionais e democráticos são continuamente desafiados e renegociados. Nesse sentido, como afirma Brandão (2012, p. 11):

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais.

Portanto, ao aplicar as categorias bakhtinianas ao discurso analisado, esta tese busca explorar como as falas selecionadas refletem e, ao mesmo tempo, moldam as dinâmicas de exclusão e inclusão no espaço político e jurídico brasileiro. Essa perspectiva oferece uma base sólida para compreender como o discurso bolsonarista tensiona os valores constitucionais e contribui para a fragmentação da alteridade, promovendo exclusões que enfraquecem o Estado Democrático de Direito. Por fim, a abordagem dialógica aqui proposta será essencial para articular as análises discursivas às implicações constitucionais, destacando o impacto dessas narrativas para a democracia e os direitos fundamentais no Brasil.

3.3 DISCURSO E ANÁLISE(S) DO DISCURSO

No tópico anterior, foi destacada a importância de compreender a linguagem sob uma perspectiva dialógica e contextual, ampliando os horizontes da análise linguística para além dos limites do sistema formal e refletindo a superação da dicotomia saussuriana entre língua e fala. As reflexões de Bakhtin trazem à tona a

necessidade de analisar a linguagem como um fenômeno social e ideológico, no qual as relações de poder e os contextos históricos desempenham um papel central na construção dos sentidos. Nesse sentido, a linguagem transcende o nível formal e passa a ser compreendida no âmbito do discurso, que articula o linguístico e o extralinguístico. Como ressalta Brandão (2012, p. 11):

“Estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrado apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível situado fora desse polo da dicotomia saussuriana. E essa instância da linguagem é a do discurso. Ela possibilitará operar a ligação necessária entre o nível propriamente linguístico e o extralinguístico [...]”.

A partir da década de 1960, com o avanço das teorias linguísticas e a emergência das ciências sociais, essa perspectiva ampliou-se para a análise do discurso enquanto campo de estudo linguístico e social, que transcende a análise meramente formal da língua e busca compreender os contextos de uso, as ideologias e as relações de poder subjacentes aos enunciados. Maingueneau (2015, p. 17) sublinha que “a linguística foi sendo cada vez mais impregnada pelas correntes pragmáticas que abordavam a fala como uma atividade e acentuavam o caráter radicalmente contextual da construção do sentido”. A pragmática, como dimensão da linguagem em voga nesses estudos, “diz respeito à linguagem em uso, em diferentes contextos, tal como utilizada por seus usuários para a comunicação” (Marcondes, 2005, p. 10).

Essa mudança de perspectiva é intimamente influenciada pela visão dialógica da linguagem de Bakhtin, que considera que “a palavra é o signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, ela se caracteriza pela pluralidade” (Brandão, 2012, p. 9). Com isso, o discurso é visto não apenas como a mera transmissão de informações, mas como um processo complexo que reflete e, ao mesmo tempo, constrói as dinâmicas sociais e ideológicas. A compreensão do discurso, nessa abordagem, passa a ser fundamental para uma análise que vá além do texto e considere os fatores sociais, políticos e históricos que moldam o sentido dos enunciados. O discurso surge, portanto, como uma ferramenta de análise fundamental para investigar a relação entre língua, ideologia e sociedade.

Para os propósitos desta tese, essa compreensão é particularmente relevante, pois permite uma análise aprofundada das falas de Jair Bolsonaro no contexto político brasileiro. Por meio dessa análise é possível observar como o discurso bolsonarista reflete e perpetua ideologias específicas, inserindo-se em um campo discursivo marcado por tensões e disputas de poder.

A análise do discurso a partir dessa perspectiva amplia a compreensão sobre como elementos linguísticos e extralinguísticos, como relações de poder e contextos históricos, influenciam na construção dos sentidos e na forma como determinados discursos podem reforçar ou desafiar a ordem democrática e os direitos fundamentais.

Diante disso, a análise de falas políticas e suas implicações requer uma compreensão que ultrapasse a simples observação dos enunciados e abranja as complexas relações sociais e ideológicas subjacentes. Como será visto a seguir, para compreender plenamente como o discurso opera em contextos políticos carregados de tensão e disputa, é fundamental explorar e aprofundar o conceito de discurso em suas diferentes dimensões, destacando como os elementos contextuais influenciam o sentido dos enunciados. Na sequência, serão apresentadas tendências teóricas que fundamentam a análise do discurso.

3.3.1 O conceito de discurso: uma visão ampliada

O discurso, enquanto conceito, é multifacetado e influenciado por diferentes percepções teóricas. De acordo com Maingueneau (2015, p. 23), “tal polivalência permite que o 'discurso' funcione, ao mesmo tempo, como referindo objetos empíricos ('há discursos') e como algo que transcende todo ato de comunicação particular ('o homem é submetido ao discurso')”. Essa dupla função evidencia que o discurso é tanto um conjunto de enunciados observáveis quanto uma força estrutural que se molda e é moldada pelas práticas sociais e ideológicas.

Para Bakhtin, o discurso é essencialmente a utilização da língua em situações comunicativas concretas. Lima (2017, p. 127) reforça que “numa perspectiva bakhtiniana, o discurso corresponde ao uso da língua na forma de enunciados em

situações reais de comunicação verbal”. Esse entendimento amplia a visão do discurso para além da transmissão de informações, considerando-o como um aspecto que carrega em si as marcas do contexto histórico, das relações de poder e das posições ideológicas dos interlocutores.

Orlandi (2015, p. 15) destaca que “discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos”. Essa perspectiva evidencia a importância do discurso como um espaço em que a construção de significados é inseparável das condições de produção e dos interlocutores envolvidos. O discurso, portanto, é uma prática que reflete e, ao mesmo tempo, influencia as estruturas sociais.

A análise do discurso requer a observação das suas condições de produção. Como destaca Brandão (2012, p. 106): “para a análise do discurso, não existe um sentido a priori, mas um sentido que é construído, produzido no processo de interlocução, por isso deve ser referida às condições de produção (contexto histórico-social, interlocutores...) do discurso”. Reforçando essa compreensão, Orlandi (2015, p. 28) complementa: “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Essas condições de produção ampliam a análise do discurso para além do simples enunciado em si, envolvendo a investigação de como os discursos são moldados pelas circunstâncias em que são produzidos e pelas relações de poder em jogo. Essa abordagem dialoga diretamente com a concepção bakhtiniana de dialogismo, segundo a qual todo enunciado é uma resposta a outros discursos e está imerso em um processo contínuo de interação com as vozes do passado, do presente e do futuro. A análise do discurso, inspirada por Bakhtin, exige a consideração não apenas dos interlocutores imediatos, mas também do horizonte histórico-ideológico que configura as possibilidades de significação.

O conceito de dialogismo reforça que os sentidos são sempre provisórios, construídos na tensão entre forças centrípetas e centrífugas que atuam no campo

discursivo. Essa perspectiva se conecta diretamente com a ideia de que as condições de produção incluem tanto o contexto imediato da enunciação quanto os aspectos históricos e ideológicos mais amplos, como destaca Orlandi (2015). Para Bakhtin (2011), o discurso nunca é isolado: ele carrega em si as marcas das vozes que o antecederam e dialoga com elas, ainda que para refutá-las ou ressignificá-las.

Assim, ao analisar o discurso, é imprescindível observar como ele é influenciado por suas condições de produção e como ele próprio influencia os sentidos em circulação. Essa abordagem permite compreender o discurso como uma arena de confrontos ideológicos e de construção de sentidos, onde o dialogismo da linguagem e as condições sócio-históricas se entrelaçam, moldando o significado de cada enunciado. Para as análises do *corpus* desta tese, essa perspectiva será fundamental para revelar como os sentidos produzidos dialogam com discursos preexistentes e como eles contribuem para reconfigurar o espaço político e social.

Por exemplo, no caso de discursos políticos, as falas de uma figura pública como Jair Bolsonaro podem ser compreendidas de maneira mais profunda ao se observar o contexto em que foram proferidas, como campanhas eleitorais, confrontos com a oposição ou situações de crise. Um discurso que enaltece valores conservadores, por exemplo, pode estar calcado em um momento histórico específico em que há um clamor por segurança ou uma reação contra políticas progressistas.

De maneira similar, discursos de defesa de direitos humanos podem ser vistos sob diferentes condições de produção: em momentos de fortalecimento da democracia, são recebidos como símbolos de avanço e proteção social; já em contextos de polarização política, podem ser ressignificados como objeto de críticas e contestação. Essas análises destacam como as condições de produção influenciam recepção e os sentidos atribuídos aos discursos, refletindo e, muitas vezes, exacerbando as tensões sociais e ideológicas presentes na sociedade.

Nesse contexto, Brandão (2012, p. 106) assinala que “discurso é o efeito de sentido construído no processo de interlocução (opõe-se à concepção de língua como mera transmissão de informação)”. O sentido, na análise do discurso, não é algo dado de

antemão, mas é construído continuamente em práticas sociais determinadas. Maingueneau (2015, p. 29) aprofunda essa ideia:

O sentido de que se trata aqui não é um sentido diretamente acessível, estável, imanente a um enunciado ou a um grupo de enunciados que estariam esperando para serem decifrados: ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas.

Essa visão destaca que a produção de sentido é um processo dinâmico, fruto da interação entre os indivíduos e as configurações sociais nas quais estão inseridos. O discurso não se limita à dimensão linguística; ele abrange também o não linguístico, sendo ambos constitutivos do signo linguístico e fundamentais para a construção de sentido. Di Fanti e Brandão (2017, p. 10) afirmam que:

O discurso abrange, portanto, ao mesmo tempo o linguístico e o não linguístico. Isto é, ambos são igualmente constitutivos do signo linguístico e, portanto, todo texto ou enunciado deve ser abordado sob essa dupla face, meus elementos estão em íntima interação na produção dos sentidos, provocando efeitos no interlocutor.

A relação entre o linguístico e o extralinguístico implica que o discurso é formado não apenas pela escolha de palavras, mas também pelos contextos históricos, sociais e ideológicos em que esses enunciados são proferidos. Essa perspectiva sublinha a necessidade de se ultrapassar as fronteiras da linguística tradicional, buscando conceitos que expliquem as unidades complexas da linguagem em seu contexto real. Como afirma Brandão (2012, p. 15), “esse pressuposto exige um deslocamento teórico, de caráter conflituoso, que vai recorrer a conceitos exteriores ao domínio de uma linguística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem”.

A análise do discurso passa a ser entendida como um campo interdisciplinar que não se limita aos elementos internos da língua, mas que inclui fatores sociais, históricos e ideológicos para a compreensão dos enunciados. Essa ampliação conceitual é o que permite investigar como discursos específicos não apenas se inserem em contextos particulares, mas também refletem e perpetuam dinâmicas de poder e ideologias.

Essa compreensão interdisciplinar do discurso, que vincula o linguístico ao social, histórico e ideológico, prepara o terreno para uma abordagem mais ampla e integrada. É nesse contexto que se torna essencial explorar as diferentes perspectivas e tendências teóricas na análise do discurso, as quais fornecem ferramentas metodológicas e conceituais para desvendar as camadas de significação presentes nos enunciados. No próximo tópico, será discutido como essas abordagens teóricas permitem uma leitura crítica dos discursos, identificando as estratégias retóricas e os sentidos que emergem das falas, em sua relação com os valores democráticos e constitucionais.

3.3.2 Análise do discurso: perspectivas e tendências teóricas

A análise do discurso, ao se desvincular de uma compreensão puramente estrutural da língua, se estabelece como um campo interdisciplinar que observa a prática da linguagem em movimento, incluindo as complexidades sociais e ideológicas que envolvem a produção de sentidos. Como destaca Fiorin (2015, p. 13),

A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Essa abordagem é particularmente relevante para os objetivos desta tese, que busca observar e analisar Jair Bolsonaro falando, de uma posição social privilegiada e de influência na esfera pública: como parlamentar, candidato e Presidente da República. A análise de suas declarações públicas, permeadas por intencionalidades políticas e ideológicas, oferece uma janela para compreender como seus discursos, muitas vezes, se contrapõem ao discurso constitucional vigente e desafiam a natureza plural e inclusiva da identidade do sujeito constitucional no Brasil.

Para aprofundar essa análise, é essencial compreender a base teórica da análise do discurso e como diferentes abordagens contribuíram para consolidá-la como um campo de estudos interdisciplinar. Nesse contexto, a tradição francesa emerge como

um marco inicial, com as contribuições pioneiras de Michel Pêcheux e Michel Foucault, cujas obras sobre o tema, publicadas em 1969, abriram novas perspectivas sobre a relação entre linguagem, ideologia e poder.

Pêcheux, em sua obra “Análise Automática do Discurso”, inseriu a ideologia como um elemento essencial para a análise discursiva, enfatizando como ela influencia a formação dos sentidos nos enunciados. Como aponta Fernandes (2014, p. 27),

Podemos dizer que o surgimento desse livro, que deu início à análise do discurso francesa, simbolizou uma ruptura que já emergia na linguística – ironicamente a linguística que havia se constituído como ciência com base nos pressupostos do estruturalismo saussuriano já não mais podia negligenciar os sujeitos e a história.

Nessa obra, sob a influência do marxismo de Louis Althusser e da psicanálise de J. Lacan, Pêcheux inaugura uma perspectiva teórica simultaneamente política e epistemológica: “procedendo a uma análise – leia-se decomposição – dos textos, procura-se revelar a ideologia que eles estão destinados a dissimular” (Maingueneau, 2015, p. 19).

Dessa forma, o conceito de ideologia insere-se de forma nuclear na corrente francesa da análise do discurso. Como já citado, na obra Pêcheux encontra-se a influência direta do trabalho de Althusser, mais especificamente em sua obra *Aparelhos Ideológicos de Estado*, a partir da qual Pêcheux desenvolverá o conceito de formação ideológica. Para Althusser (2023), a ideologia se manifesta não apenas como um conjunto de ideias abstratas, presente na consciência das pessoas, mas como práticas materiais que estruturam e regulam a vida social. Essas práticas são veiculadas por aparelhos ideológicos, como a escola, a religião, a família, o direito, a mídia e, especialmente, a política, que reforçam as condições de reprodução do poder da classe dominante. Esse posicionamento é sintetizado em uma de suas teses: “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material” (Althusser, 2023, p. 99).

A perspectiva de Althusser enfatiza que a ideologia transcende a mera consciência dos indivíduos e se enraíza em práticas sociais que são materializadas por meio de instituições e discursos. Com isso, a relação entre ideologia e realidade social

manifesta-se não apenas no plano da consciência daqueles nela inseridos, mas na materialidade das práticas inerentes aos aparelhos ideológicos. Nesse sentido, a ideologia se apresenta como uma forma fenomênica da realidade, que obscurece as verdadeiras relações de poder e as expressa de forma distorcida. Fiorin (2003, p. 29) corrobora essa visão ao afirmar:

Se há inversão da realidade, a ideologia está contida no objeto, no social, não podendo, portanto, ser reduzida à consciência. Ela existe independentemente da consciência dos agentes sociais. É uma forma fenomênica da realidade, que oculta as relações mais profundas e expressa-as de um modo invertido.

Essa inversão ideológica, destacada por Fiorin, é crucial para a análise do discurso, pois evidencia como os sentidos são construídos e naturalizados de modo a perpetuar relações de dominação. No contexto político, essa perspectiva permite que se observe como discursos podem ocultar as relações de poder subjacentes e reforçar visões hegemônicas que favorecem certos grupos em detrimento de outros. Por exemplo, em discursos que enfatizam uma narrativa de “defesa da moral e da ordem”, a ideologia subjacente pode estar operando para deslegitimar demandas sociais que questionam as estruturas existentes.

Com isso, a análise das falas de figuras políticas revela como a ideologia pode atuar para moldar a percepção da realidade, reforçando determinadas perspectivas e silenciando outras. Manifestações como “não compraremos vacina da China” não apenas refletem uma decisão política, mas revelam uma ideologia que posiciona determinadas narrativas como legítimas e outras como suspeitas ou indesejáveis, influenciando a opinião pública e reforçando uma estrutura de poder específica.

Marilena Chauí (2001), ao explorar a concepção marxista de ideologia, corrobora essa visão ao afirmar que a ideologia é um mecanismo de ocultamento que mascara as verdadeiras relações sociais de exploração e dominação, apresentando-as como naturais e legítimas. Ela ressalta que a ideologia transforma ideias particulares da classe dominante em um consenso geral, fazendo-as parecer universais e incontestáveis (Chauí, 2001, p. 102).

Essa visão é fundamental para compreender como as ideologias se tornam invisíveis no discurso cotidiano e como as relações de poder são legitimadas por meio da linguagem. Se a ideologia é uma realidade oculta a ser desvelada, e se a palavra é também um signo ideológico por excelência, como afirma Bakhtin, é por meio da análise da linguagem em uso (ou seja, do discurso) que se processa esse desvelamento. A análise do discurso atua como uma ferramenta crítica capaz de expor a materialidade ideológica presente nas práticas sociais e políticas, revelando como certos valores e visões de mundo são legitimados e outros são marginalizados.

Esse processo de desvelamento torna-se ainda mais relevante no campo do discurso político, onde, por meio da escolha de palavras e estruturas discursivas, são transmitidas ideologias que buscam moldar a percepção social e sustentar relações de poder. Analisar o discurso, portanto, não é apenas observar o conteúdo expresso, mas também investigar os significados implícitos que, ao serem apresentados como naturais e incontestáveis, consolidam as crenças e práticas de uma ordem social estabelecida.

Desse modo, a incorporação dessa concepção de ideologia na análise do discurso de matriz francesa trouxe uma nova compreensão sobre como o sentido é produzido e controlado. Com isso, a análise discursiva deve levar em consideração as formações ideológicas subjacentes aos enunciados, mostrando como elas orientam as escolhas lexicais, as construções sintáticas e as estratégias argumentativas dos falantes. Fiorin (2003, p. 32) reforça essa perspectiva ao afirmar que uma formação ideológica deve ser entendida como “a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo”. Essa definição evidencia que os discursos não são neutros; ao contrário, são impregnados de ideologias que refletem e reforçam as visões de mundo de grupos específicos.

Nesse contexto, o discurso político pode ser estudado para identificar quais ideologias estão sendo reforçadas e como essas ideologias moldam as percepções sociais. As palavras e construções discursivas utilizadas por ele não apenas transmitem uma mensagem explícita, mas também carregam subentendidos

ideológicos que promovem ou contestam determinadas visões de mundo. Conforme destaca Patrick Charaudeau (2011, p. 91):

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso.

Essa definição é particularmente útil para compreender as estratégias discursivas de Bolsonaro, que frequentemente se apoiam na criação de antagonismos entre “nós” e “eles”, apresentando-se como o portador de soluções para os problemas sociais enquanto deslegitima grupos adversários. Dessa forma, a análise do discurso político revela as estratégias de poder que orientam a formulação das falas e os impactos que elas têm na legitimação de valores e na marginalização de outras perspectivas.

Por exemplo, ao declarar em seu voto no processo de impeachment da então presidenta Dilma Rousseff: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim” (BARRETTO JR, 2022, p. 49), Bolsonaro faz uso de uma construção discursiva que evoca símbolos de autoridade, nacionalismo e militarismo. Essa fala é particularmente significativa porque menciona o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um notório torturador durante a ditadura militar brasileira e responsável por torturas a muitos prisioneiros políticos, incluindo a própria Dilma Rousseff.

Essa escolha discursiva reflete uma formação ideológica que visa legitimar uma visão de mundo em que o militarismo e a ordem imposta pelas Forças Armadas são apresentados como salvaguardas da nação. Ao mencionar o coronel Ustra, Bolsonaro não apenas reafirma a legitimidade do período ditatorial como também simboliza um apoio às práticas de violência e opressão política, desconsiderando os princípios democráticos e o respeito aos direitos humanos.

A ideologia subjacente a essa fala busca legitimar um imaginário coletivo que valoriza a força e a ordem em detrimento do diálogo e da diversidade democrática. A

exaltação de figuras ligadas à repressão age para mobilizar setores que veem no autoritarismo uma solução para os dilemas políticos contemporâneos, ao mesmo tempo em que marginaliza e silencia vozes críticas, restringindo a complexidade do debate político.

Portanto, compreender a ideologia nos termos de Pêcheux e Althusser – e aplicá-la à análise do discurso – permite desvelar, por exemplo, como algumas falas políticas de Bolsonaro, impregnadas de referências à liberdade, à ordem e ao nacionalismo, mobilizam valores e crenças que legitimam práticas excludentes e polarizadoras. Essa abordagem oferece uma lente crítica para examinar como o discurso se torna um instrumento de reprodução ideológica, influenciando percepções sociais e reforçando hierarquias de poder. Dessa maneira, torna-se possível investigar as implicações ideológicas subjacentes às falas e compreender como elas operam para consolidar ou questionar estruturas de poder e dominação no cenário político contemporâneo.

Por sua vez, Michel Foucault (2008) – outro autor fundamental na tradição francesa da análise do discurso – trouxe outra contribuição significativa à análise do discurso, ao destacar a estreita relação entre discurso e poder. Na obra seminal sobre o tema, *Arqueologia do Saber*, ele se afasta da compreensão tradicional do discurso enquanto estrutura linguística para situá-lo como um campo de práticas que, ao serem produzidas e reproduzidas, regulam o que pode ou não ser dito, condicionando os limites do conhecimento e a própria construção da verdade. Diferentemente de perspectivas teóricas ligada à linguística, que considerava a língua (em uso) como suporte para o discurso, Foucault entendia o discurso sem relação direta com o uso da língua, fazendo a análise do discurso situar-se em nível anterior ao enunciado:

O que se descreve como 'sistemas de formação' não constitui a etapa final dos discursos, se por este termo entendermos os textos (ou as falas) tais como se apresentam com seu vocabulário, sintaxe, estrutura ou organização retórica. A análise permanece aquém deste nível manifesto, que é o da construção acabada. (Foucault, 2008, p. 83)

Em Foucault, portanto, o discurso não é em si um fenômeno linguístico, pois “o que lhe interessava eram as regras e as práticas que produziam enunciados dotados de

sentido e que regulavam o discurso em diferentes períodos da história” (Hart *apud* Maingueneau, 2015, p. 20). Interessa a ele analisar o discurso a partir de um “espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder” (Brandão, 2012, p. 37). Ao delimitar o que é considerado legítimo e verdadeiro, o discurso foucaultiano configura-se como uma força estruturante que organiza e controla as narrativas permitidas em diferentes contextos.

Apesar da importância da perspectiva foucaultiana, que concebe as práticas discursivas como mecanismos de poder institucional, essa abordagem não será adotada diretamente nesta tese para a análise das falas de Jair Bolsonaro. Essa análise pretende partir do linguístico (os enunciados) e alcançar os aspectos extralinguísticos (históricos, sociais e ideológicos), na tentativa de, criticamente, desvelá-los e correlacioná-los com o discurso constitucional brasileiro.

Adotando a mesma perspectiva de Courtine (2014, p.30) – em sua clássica obra *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* – este trabalho “insere-se na tradição daqueles que, no campo da análise do discurso na França, fizeram do discurso político um objeto de estudo privilegiado da relação da língua com as ideologias”.

Para concluir, é importante ressaltar que, embora a análise do discurso de Jair Bolsonaro não se baseie diretamente na abordagem foucaultiana, ela dialoga com a tradição da Análise do Discurso ao investigar as relações entre linguagem, ideologia e poder. Ao adotar a perspectiva de Courtine (2014), pretende-se examinar como os enunciados políticos de Bolsonaro operam na produção de sentidos que tensionam os valores constitucionais e democráticos, inserindo-se em um espaço discursivo onde a língua se torna não apenas veículo de comunicação, mas também instrumento de disputa ideológica.

3.3.3 Interdiscursividade: o discurso como redes de sentidos

O conceito de interdiscursividade é essencial para a análise do discurso, especialmente quando se considera a complexidade dos discursos políticos, nos quais múltiplas vozes e perspectivas se cruzam, dialogam e se tensionam. A interdiscursividade refere-se às relações que um discurso estabelece com outros discursos (Brandão, 2012, p. 107), explicitando a maneira como um enunciado nunca é completamente original ou isolado, mas se constrói a partir de sentidos e formulações já presentes no campo discursivo. Nessa perspectiva, os enunciados atuais se articulam com formulações passadas que, mesmo esquecidas, continuam a influenciar o presente.

A análise interdiscursiva permite identificar como discursos contemporâneos ressoam com outros discursos já sedimentados, revelando as redes de sentidos nas quais os enunciados se inserem. Segundo Fiorin (2015, p. 29), “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Em outras palavras, a interdiscursividade dá acesso a uma memória discursiva, a um legado de sentidos e enunciados que atravessam o tempo e o espaço, moldando o que pode ou não ser dito e compreendido em um dado contexto. Essa disponibilidade discursiva permite que enunciados aparentemente novos encontrem eco e legitimidade em formulações anteriores que já foram naturalizadas e absorvidas como parte de um inconsciente coletivo.

A interdiscursividade opera como um sistema de memória que fundamenta os sentidos, pois, como descreve Fiorin (2015, p. 31), “o interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido”. Assim, a compreensão de um enunciado conecta-se com a existência de discursos anteriores, estabelecendo uma “voz sem nome” que ecoa nas falas atuais – “[...] no interdiscurso, fala uma voz sem nome” (Courtine *apud* Fiorin, 2015, p. 32) –, sugerindo que, mesmo quando enunciadores específicos desaparecem, os sentidos que eles introduziram permanecem ativos no discurso.

No caso da análise do discurso político, a interdiscursividade é fundamental para entender como temas recorrentes – como o apelo à ordem e à segurança, ao conservadorismo e à autoridade – ressoam com discursos históricos que sustentam determinadas visões de mundo. A análise do interdiscurso revela como, ao proferirem certos enunciados, os sujeitos se posicionam em relação a discursos anteriores, apropriando-se de sentidos estabelecidos e, por vezes, ajustando-os para seus próprios fins. Courtine (2014, p. 75) reforça essa ideia ao afirmar que “o interdiscurso funciona, assim, como um discurso transversal, a partir do qual se realiza a articulação com o que o sujeito enunciatador dá coerência ‘ao fio de seu discurso’”.

Essa transversalidade permite que discursos sejam reinterpretados e rearticulados conforme a necessidade de cada contexto político. Em debates sobre segurança pública, por exemplo, enunciados que defendem medidas de repressão podem se apoiar em discursos já consolidados que associam segurança à autoridade e ao controle. Esse processo de resignificação exemplifica como o interdiscurso fornece uma base simbólica que dá legitimidade a novas propostas ao conectá-las a significados já difundidos na sociedade. Essa prática discursiva, conforme Fiorin (2015, p. 32), ocorre quase inconscientemente, ou seja, os enunciadores utilizam o interdiscurso sem necessariamente estarem conscientes das redes de significados e das ideologias que influenciam seu discurso:

Ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos, mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente. [...] A análise do discurso se propõe construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse ‘saber’ que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. (Fiorin, 2015, p. 32)

Portanto, ao incluir a interdiscursividade na análise do discurso político, é possível observar como as redes de sentidos, formadas por enunciados passados, afetam diretamente a recepção e a eficácia de enunciados atuais. Essa abordagem evidencia o discurso como uma prática social que não opera isoladamente, mas que dialoga com as narrativas anteriores, reafirmando ou desafiando os valores hegemônicos. Na análise das falas de Bolsonaro, essa perspectiva permitirá desvelar como sua retórica mobiliza discursos históricos de exclusão e repressão

para legitimar estratégias políticas contemporâneas, contribuindo para a polarização e o tensionamento dos valores constitucionais democráticos.

3.4 PARÂMETROS METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA

A análise das falas de Jair Bolsonaro, fundamentada nos conceitos e teorias desenvolvidos ao longo deste capítulo, tem como objetivo desvelar as maneiras pelas quais o discurso político se torna um instrumento de construção de sentidos na sociedade. Em particular, busca-se entender como esse discurso opera enquanto mecanismo de exclusão social, polarização ideológica e deslegitimação dos direitos humanos. Para alcançar esses propósitos, torna-se necessária uma metodologia que transcenda a análise formal da linguagem, situando o discurso de Bolsonaro em um quadro de práticas sociais e ideológicas. Nesse sentido, como metodologia, “cabe à análise do discurso trabalhar seu objeto (o discurso) inscrevendo-o na relação da língua com a história, buscando na materialidade linguística as marcas das contradições ideológicas” (Brandão, 2012, p. 50), de modo a revelar os significados que operam nas entrelinhas de tais enunciados.

Como destacado na seção destinada à metodologia, a análise do discurso político aqui proposta será aplicada a um *corpus* constituído de falas de Jair Bolsonaro, coletadas ao longo de sua atuação como parlamentar, candidato e presidente, permitindo observar como tais discursos se relacionam com as condições políticas e sociais de cada período. Para tanto, é essencial estabelecer parâmetros metodológicos que articulem os fundamentos teóricos previamente explorados com os objetivos da tese, oferecendo critérios para guiar a análise das falas.

3.4.1 Contextualização do enunciado

Para cada fala de Bolsonaro, propõe-se um enquadramento contextual detalhado, que considere tanto o papel político específico que ele exercia (parlamentar, candidato ou presidente) quanto o meio em que a fala foi proferida (plenário, comício, entrevista, redes sociais, etc.). Esse enquadramento inclui a análise do momento histórico, das condições sociais e políticas vigentes, bem como do público-

alvo diretamente atingido pelo enunciado. Esses elementos são essenciais para compreender as intenções e os impactos potenciais do discurso em seu contexto imediato e mais amplo.

Essa abordagem permite observar como Bolsonaro molda e ajusta seu discurso às circunstâncias específicas, seja para reafirmar sua posição de líder conservador, mobilizar seguidores ou contestar adversários e instituições. A análise contextual revelará, por exemplo, se o enunciado foi utilizado para polarizar opiniões, tensionar valores constitucionais ou reforçar narrativas ideológicas previamente estabelecidas. Além disso, a atenção às condições de produção do discurso possibilitará compreender como ele responde ou se antecipa a reações sociais e políticas, indicando as estratégias empregadas para maximizar seu alcance e eficácia.

Por meio dessa contextualização, será possível não apenas interpretar as declarações de Bolsonaro em relação ao público e ao momento em que foram emitidas, mas também avaliar os sentidos subjacentes e as implicações ideológicas de sua retórica no cenário político e social brasileiro.

3.4.2 Aplicação dos conceitos bakhtinianos

Nesta diretriz, os conceitos de dialogismo, polifonia, heteroglossia e carnavalização, originalmente desenvolvidos por Bakhtin para o campo literário, serão aplicados para revelar as dinâmicas de voz e poder presentes no discurso de Bolsonaro. O dialogismo, entendido como a interação constante entre múltiplas vozes e perspectivas, permite evidenciar como o discurso bolsonarista, ao assumir uma postura monológica, restringe o espaço para outras vozes e exclui grupos minorizados da participação política e da proteção jurídica. A falta de abertura ao diálogo e a tendência à imposição de uma única visão de mundo configuram um discurso que nega a pluralidade constitutiva de uma sociedade democrática.

A análise da polifonia e da heteroglossia nas falas permite observar de que maneira o discurso de Bolsonaro absorve ou marginaliza vozes sociais e ideológicas diversas, reforçando a exclusão de certos grupos e promovendo uma visão centralizadora e homogênea. O conceito de carnavalização, por sua vez, possibilita

a identificação de momentos em que o discurso desafia ou subverte normas institucionais, muitas vezes assumindo uma postura quase caricatural em relação à democracia e aos direitos humanos. Essas subversões discursivas, embora revestidas de ironia ou desprezo, contribuem para a naturalização da polarização e da hierarquização social.

Além disso, a aplicação das forças centrípetas e centrífugas reflete não apenas dinâmicas linguísticas, mas também forças políticas ativas em sociedades democráticas condicionadas pelos princípios constitucionais. A compreensão dessas forças permite analisar como o discurso de Bolsonaro, ora se aproxima, ora se distancia de um "centro" de significados estabelecido pela Constituição de 1988 e pelos valores democráticos. As forças centrípetas, que centralizam e estabilizam os sentidos, indicam momentos em que o discurso busca legitimação, associando-se a valores universalmente reconhecidos ou a símbolos nacionais. Em contrapartida, as forças centrífugas, que dispersam e fragmentam os sentidos, revelam uma ruptura com os princípios de pluralismo, igualdade e inclusão consagrados na Constituição. Essa dinâmica revela como o discurso bolsonarista constrói uma narrativa que, ao mesmo tempo em que exclui certos grupos e valores democráticos, tenta firmar-se como uma referência dominante na esfera pública.

Esse equilíbrio entre aproximação e afastamento do centro constitucional e democrático ilumina a maneira como discursos podem consolidar visões de mundo alternativas e impactar a convivência política no Estado Democrático de Direito.

3.4.3 Identificação de interdiscursos

A análise das falas de Bolsonaro incluirá a identificação de interdiscursos e redes de sentidos, permitindo compreender como suas declarações se conectam com discursos preexistentes. Esse conceito, como aponta Fiorin (2015, p. 29), revela que “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Essa relação com discursos anteriores e coevos permite que Bolsonaro, por meio de interdiscursos, ancore e legitime suas falas em visões e valores que já possuem significado social estabelecido.

Essa diretriz torna possível observar como Bolsonaro utiliza interdiscursos que reforçam a polarização política, adotando o mecanismo de construção do “inimigo” político como forma de mobilização social — um conceito que remonta à teoria política de Carl Schmitt, na qual a identificação de um inimigo comum reforça a unidade nacional e, conseqüentemente, instaura o medo e polariza a sociedade. Bolsonaro aproveita-se desse interdiscurso de polarização ao delinear o “outro” (frequentemente integrantes de partidos políticos de esquerda, homossexuais ou defensores dos direitos humanos) como uma ameaça aos valores nacionais, criando, assim, uma divisão clara entre “nós” e “eles”.

Outro exemplo de interdiscursividade ocorre na apropriação de lemas ultranacionalistas e conservadores, como “Deus, Pátria e Família”. Esse lema, que já foi utilizado no século passado pelo movimento integralista brasileiro de inspirações fascistas, ressurge no discurso de Bolsonaro como uma alusão a valores tradicionais e à moralidade nacional. Ao empregar interdiscursos desse tipo, Bolsonaro vincula seu discurso a um passado político conservador e autoritário, reavivando lemas e ideologias com significados históricos de exclusão e oposição à diversidade democrática.

Portanto, a análise das falas de Bolsonaro, por meio do conceito de interdiscurso, buscará revelar como esses elementos discursivos e redes de sentidos atuam para reforçar estruturas de poder e promover a polarização, a exclusão social e a resignificação de princípios constitucionais, especialmente aqueles que sustentam a pluralidade e os direitos fundamentais.

3.4.4 Análise das estruturas discursivas de poder e ideologia

Nesta diretriz, o foco será desvelar as ideologias subjacentes nas falas de Bolsonaro e as formas como seu discurso se articula com relações de poder. Conforme destacado na fundamentação teórica, Althusser e Pêcheux contribuem para a compreensão da ideologia não como um conjunto de ideias individuais, mas como estruturas discursivas que exercem um papel fundamental na maneira como os indivíduos percebem a realidade. Pêcheux, particularmente, enfatiza o discurso

como um lugar onde a ideologia se manifesta e se reproduz, moldando a forma como o sujeito enuncia e constrói significados.

A análise das falas de Bolsonaro, sob esse viés, buscará identificar os elementos que refletem e reforçam posições ideológicas, especialmente aquelas que promovem a exclusão social, a polarização e a deslegitimação de direitos humanos. Ao analisar os discursos, será possível revelar como determinadas escolhas lexicais, metáforas e construções sintáticas estão impregnadas de ideologias que não apenas excluem grupos, mas também naturalizam hierarquias e desigualdades. Por exemplo, quando Bolsonaro desqualifica defensores dos direitos humanos ou marginaliza minorias, ele não apenas emite uma opinião, mas reafirma um sistema de crenças que, ao longo do tempo, reforça uma visão de mundo na qual alguns grupos são menos dignos de proteção e reconhecimento.

Além disso, essa análise irá considerar o conceito de “aparelhos ideológicos de Estado” de Althusser, que ajuda a entender como o discurso político de Bolsonaro interage com instituições e valores dominantes para consolidar certas visões de mundo. No contexto de suas falas, Bolsonaro frequentemente alude a instituições (como a família ou a religião) como veículos de valores “naturais” ou “nacionais”, fortalecendo ideologias que servem para polarizar e consolidar divisões entre aqueles que ele define como “cidadãos de bem” e seus opositores. Esse mecanismo ideológico, ao ser desvelado, evidencia o poder do discurso político na construção de um imaginário social que se alinha a interesses específicos e exclui vozes que se opõem a essa visão.

Assim, a análise das estruturas discursivas de poder e ideologia nas falas de Bolsonaro permitirá expor as camadas profundas de sentido e ideologia que sustentam suas declarações. O objetivo é não apenas identificar essas ideologias, mas também compreender como elas atuam na construção e manutenção de uma realidade política que marginaliza certos grupos, polariza a sociedade e desafia os princípios constitucionais de pluralismo e igualdade.

3.4.5 Efeitos discursivos e sociais

O exame dos efeitos discursivos e sociais das falas de Bolsonaro busca entender como seu discurso reverbera na sociedade e contribui para a formação de percepções, atitudes e comportamentos. Este parâmetro de análise permite investigar as reações e os efeitos que o discurso bolsonarista provoca, especialmente no que tange à legitimação de práticas excludentes, à polarização e ao enfraquecimento da proteção de direitos humanos. Mais do que analisar as palavras isoladas, o foco é compreender o impacto de suas declarações na construção de realidades sociais que reforçam divisões e deslegitimam grupos específicos.

A partir dos fundamentos teóricos desenvolvidos no capítulo, este parâmetro considera como as falas de Bolsonaro operam para produzir efeitos duradouros, criando uma “realidade discursiva” que mobiliza apoios, gera conflitos e incentiva atitudes excludentes e polarizadoras. Por exemplo, discursos que associam direitos humanos à impunidade podem gerar uma percepção coletiva de que a proteção de direitos fundamentais é incompatível com a segurança pública, criando, assim, um cenário em que direitos de certos grupos são facilmente ignorados ou até mesmo combatidos.

Esse parâmetro será aplicado para analisar como os elementos retóricos das falas, como o uso de metáforas, expressões polarizadoras e declarações simplistas, geram efeitos que vão além do momento discursivo em si, reforçando ideologias de exclusão e legitimando práticas discriminatórias. A análise dos efeitos discursivos busca revelar como os enunciados de Bolsonaro contribuem para uma cultura política de segregação e intolerância, ampliando a compreensão de como esses discursos se materializam socialmente e afetam o imaginário coletivo.

Por fim, esse exame é essencial para os propósitos da tese, pois permite relacionar os discursos proferidos com suas implicações mais amplas para a sociedade brasileira, a proteção dos direitos fundamentais e a consolidação de uma identidade do sujeito constitucional inclusiva.

4 ANÁLISE DO DISCURSO BOLSONARISTA

O objetivo deste capítulo é realizar uma análise do discurso de Jair Bolsonaro, explorando como suas falas promovem a (des)construção de sentidos em torno de temas centrais, como a deslegitimação de direitos humanos, a erosão da democracia, a exclusão de grupos minorizados e a polarização social que fragmenta o espaço público. Em vez de adotar uma sequência puramente cronológica, a análise agrupa as falas de Bolsonaro por temas, permitindo que se observe a persistência dessas temáticas ao longo de sua trajetória política, independentemente do momento específico em que foram proferidas.

Para conduzir essa análise, serão aplicados os parâmetros metodológicos discutidos no capítulo anterior. Esses parâmetros fornecem a base para uma investigação aprofundada das falas de Bolsonaro, revelando as camadas de sentido e as implicações subjacentes de sua retórica.

O *corpus* de análise é constituído por 74 falas, organizadas e distribuídas em quatro categorias de análise, conforme apontado na seção 2, destinada à metodologia:

Deslegitimação de Direitos Humanos e Exaltação da Violência Estatal:

Este tema reúne 18 falas que explicitam o posicionamento de Bolsonaro em relação aos direitos humanos, frequentemente colocando-os como obstáculos à ordem ou à segurança pública. A exaltação da violência estatal aparece como recurso discursivo que justifica e fortalece políticas punitivistas e de exclusão, com impacto direto na percepção pública sobre direitos fundamentais.

Nesta categoria são analisadas variáveis que indicam o grau de questionamento da universalidade dos direitos fundamentais e a frequência de falas que relativizam garantias constitucionais, além da intensidade da retórica que exalta a violência estatal. A negação ou restrição seletiva dos direitos humanos se manifesta tanto na deslegitimação de sua aplicabilidade universal quanto na contestação de organismos e políticas voltadas à sua proteção.

Fragmentação da Alteridade:

Neste grupo, analisam-se 39 falas que evidenciam práticas discursivas de exclusão e depreciação de minorias. Bolsonaro recorre a enunciados que marginalizam determinados grupos, utilizando uma retórica que reforça preconceitos e estigmas, especialmente em relação a grupos já vulnerabilizados socialmente.

Aqui se examinam as variáveis relacionadas à incidência de discursos estigmatizantes contra grupos minorizados e à oposição a políticas de inclusão e diversidade. Essa fragmentação se expressa por meio da construção discursiva de hierarquias excludentes e da negação da existência de discriminação estrutural, reforçando barreiras à participação e ao reconhecimento de grupos historicamente marginalizados.

Polarização Político-Ideológica:

O terceiro tema aborda 09 falas que promovem a divisão e a construção de "inimigos internos," enfatizando uma retórica de "nós contra eles." Este discurso é caracterizado pela criação de figuras antagônicas, representadas por opositores políticos e determinados segmentos sociais, o que contribui para uma percepção polarizada da sociedade.

A categoria é operacionalizada por meio de variáveis que indicam a intensidade da retórica baseada no antagonismo "nós contra eles", o grau de deslegitimação de opositores políticos e a intolerância a visões divergentes. A polarização se evidencia também no incentivo à radicalização política e no estímulo à desconfiança em relação ao debate democrático, consolidando uma dinâmica de conflito permanente.

Erosão da Democracia:

Abrange 08 falas que tensionam ou corroem valores democráticos, como ataques a instituições públicas, negação de legitimidade a adversários políticos e desrespeito a processos democráticos.

Esta categoria considera variáveis que medem a frequência de ataques à legitimidade do sistema eleitoral, a intensidade de críticas infundadas ao Poder Judiciário e o grau de desrespeito à separação dos poderes. Essa erosão

institucional também se verifica no uso estratégico da desinformação para desacreditizar órgãos democráticos e enfraquecer o Estado Democrático de Direito.

A estrutura analítica deste capítulo busca revelar como o discurso bolsonarista opera para consolidar valores e sentidos que desafiam os princípios constitucionais e democráticos brasileiros. Por meio da análise detalhada de cada categoria, espera-se identificar a persistência e o impacto das falas selecionadas, desvelando suas implicações sociais e políticas e evidenciando como a retórica adotada contribui para a fragmentação e polarização do espaço público, além de comprometer a proteção dos direitos fundamentais e ameaçar tanto a democracia quanto a configuração de uma identidade do sujeito constitucional plural e inclusiva.

4.1 DESLEGITIMAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E EXALTAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESTATAL

O discurso de Jair Bolsonaro sobre os direitos humanos e o uso da violência estatal representa uma abordagem retórica que se destaca pela deslegitimação de princípios constitucionais e valores internacionalmente reconhecidos e pela defesa de uma postura de endurecimento no combate à criminalidade. Suas falas, ao longo de sua carreira, desde o período como parlamentar até sua atuação como presidente, frequentemente associam a defesa de direitos humanos a práticas que ele descreve como “vagabundagem” e “defesa de bandidos,” construindo um antagonismo entre esses direitos e a proteção do “cidadão de bem”, expressão frequentemente usada por Bolsonaro e seus apoiadores para identificar parcela da sociedade brasileira que se alinha a valores conservadores, como a defesa da família tradicional, a religião cristã, a propriedade privada e a segurança pública, muitas vezes em oposição a grupos considerados por ele como desviantes ou ameaçadores à ordem estabelecida. Nesse sentido, o discurso bolsonarista polariza o debate, colocando direitos humanos e segurança pública como oposições excludentes, o que sugere o entendimento de direitos humanos como um impedimento à ordem e ao controle da criminalidade.

Esse antagonismo se constrói com a utilização de enunciados que incentivam o uso de força letal contra determinados grupos, como criminosos e opositores

ideológicos, apresentando a violência como solução eficaz e única alternativa para o combate à criminalidade. Esse tipo de discurso não apenas trivializa a violência de Estado, como também faz referência a práticas de tortura e ao armamento civil como elementos de proteção social. Frases como "pau de arara funciona" e "policial que não mata não é policial" revelam uma apologia à brutalidade, que se distancia dos princípios constitucionais de dignidade e resgate da cidadania que os direitos humanos pretendem garantir.

Além disso, o discurso bolsonarista alude a valores da ditadura militar, como em menções elogiosas a práticas e figuras associadas a períodos de repressão, tortura e censura. Em sua defesa da violência, o ex-presidente ainda adota lemas ultranacionalistas e conservadores, como "Deus, Pátria e Família," que se alinham historicamente a discursos de regimes autoritários no Brasil e no exterior. Essas estratégias discursivas não apenas desafiam, mas também buscam deslegitimar os princípios de direitos humanos e o papel do Estado como garantidor de uma segurança pública fundamentada no respeito a esses direitos. Ao promover um discurso que associa direitos humanos à criminalidade e que exalta práticas de violência estatal, o discurso bolsonarista intensifica a polarização social e contribui para a fragmentação das percepções populares sobre os direitos fundamentais e o compromisso com o Estado Democrático de Direito.

Na sequência, serão analisadas as falas de Bolsonaro associadas a essas questões, evidenciando como esses discursos desafiam as normas constitucionais e impactam o entendimento da sociedade brasileira sobre segurança, cidadania e direitos fundamentais. Cada fala é apresentada em um quadro informativo e contextual, seguido pela respectiva análise crítica.

4.1.1 Deslegitimação dos direitos humanos

FALA 01
Categoria de análise: Deslegitimação dos direitos humanos
Data: 09 de abril de 1997
Transcrição do enunciado: “(...) Gostaria de elogiar o Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pela criação

da 'Secretaria da Vagabundagem', que prefere chamar, logicamente, de Secretaria dos Direitos Humanos (...)."
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto: Proferida no plenário da Câmara dos Deputados, essa fala ocorreu durante um debate parlamentar e expressa ironia e menosprezo à criação de um órgão voltado para a promoção dos direitos humanos, associando-o a uma visão negativa e depreciativa.
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 20).

A análise da FALA 01 revela uma estratégia discursiva de deslegitimação dos direitos humanos, estabelecendo uma associação direta entre esse tema e uma ideia de "vagabundagem". Ao ironizar a criação da Secretaria de Direitos Humanos e substituí-la pelo termo depreciativo "Secretaria da Vagabundagem," Bolsonaro não apenas desacredita a importância da secretaria, associando-a a algo moralmente reprovável (a vagabundagem), mas também subverte seu propósito e sua relevância, sugerindo que ela atende a interesses indignos ou marginais.

Esse recurso linguístico se relaciona diretamente com o conceito de carnavalização, de Bakhtin, uma vez que o uso do termo "vagabundagem" para se referir a uma instituição estatal manifesta uma inversão simbólica que, no contexto formal do plenário, torna-se uma transgressão discursiva. A inversão carnavalesca, ao mesmo tempo que atinge a seriedade do tema dos direitos humanos, fragmenta e afasta o sentido constitucional de proteção e inclusão associados a esses direitos. A fala atua como uma força centrífuga, afastando o entendimento sobre os direitos humanos de seus reais significados constitucionais, promovendo uma visão distorcida que enfraquece a legitimidade e a garantia desses direitos.

Ao lançar mão desse uso estratégico da linguagem, Bolsonaro ainda se posiciona no diálogo com outras vozes sociais críticas dos direitos humanos, mobilizando um interdiscurso que se conecta a discursos preexistentes na sociedade e no senso comum que vinculam direitos humanos à proteção de criminosos ou "vagabundos," construindo sentidos nos quais os direitos humanos são vistos como uma ameaça à ordem social e à segurança pública. Esse interdiscurso reverbera na sociedade ao alinhar a retórica bolsonarista com uma visão ideológica que considera os direitos

humanos um entrave, reforçando a polarização social e promovendo um imaginário de antagonismo entre o “cidadão de bem” e a população supostamente marginalizada a quem esses direitos seriam direcionados.

Com essa ruptura discursiva, a análise revela uma tentativa de desconstruir os sentidos que fundamentam os direitos humanos, ao mesmo tempo em que busca legitimar um discurso autoritário e excludente, que tensiona os princípios constitucionais de dignidade, igualdade e segurança pública cidadã. A fala de Bolsonaro, ao subverter esses significados, coloca em evidência uma estrutura discursiva que reforça a desconfiança pública em relação à importância dos direitos humanos, favorecendo uma visão polarizada e desintegradora sobre o tema.

Essa fala marca o início de um padrão discursivo em Bolsonaro, no qual os direitos humanos são constantemente desqualificados e retratados como antagônicos à segurança pública, direcionando a opinião pública para uma visão adversa a essa temática e desconstruindo seus significados constitucionalmente estabelecidos.

FALA 02	
Categoria de análise: Deslegitimação dos direitos humanos	
Data: 11 de dezembro de 1998	
Transcrição do enunciado: “(...) Quero dizer que as pessoas honestas e trabalhadoras do país nada têm a comemorar neste dia 10 de dezembro [Dia Internacional dos Direitos Humanos]. Enquanto as entidades que dizem defender os direitos humanos não definirem o que são seres humanos, nada teremos a comemorar, pois atualmente elas prestam-se apenas a defender direitos dos marginais, presidiários e vagabundos. Trata-se de uma tese tão forte que Fernando Henrique Cardoso até criou a ‘Secretaria Nacional do Direito da Vagabundagem’ (...).”	
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro	
Local e contexto: Proferida no plenário da Câmara dos Deputados durante uma sessão parlamentar. Jair Bolsonaro utiliza o espaço legislativo para criticar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, associando as políticas de direitos humanos a uma visão depreciativa e criminalizadora. O contexto reflete o tom provocativo e polarizador que marca suas manifestações públicas nesse período.	
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 23).	

Assim como na fala anterior, Bolsonaro retoma a expressão irônica “Secretaria Nacional do Direito da Vagabundagem,” reafirmando seu desdém pelos direitos humanos ao vinculá-los novamente ao estigma de defesa de “marginais, presidiários e vagabundos.” Aqui, a linguagem empregada reforça a tentativa de associar os direitos humanos a uma posição de complacência em relação ao crime, expandindo o tom pejorativo. Essa insistência não só reforça o sentido negativo que ele atribui aos direitos humanos, mas também insere um novo elemento: a distinção entre “pessoas honestas e trabalhadoras” e aqueles considerados “indignos” de proteção (“marginais, presidiários e vagabundos”).

Essa divisão explícita entre “trabalhadores honestos” e “marginais, presidiários e vagabundos” desconstrói o sentido de universalidade inerente aos direitos humanos. A análise dialógica revela que Bolsonaro não apenas dialoga com discursos preexistentes de criminalização e desconfiança em relação às políticas de direitos humanos, mas também recorre novamente a uma força centrífuga para fragmentar esses direitos, deslegitimando-os ao separá-los em um “nós” versus “eles.” Essa estratégia retórica articula-se com interdiscursos de controle social, sugerindo que os direitos humanos são vistos como uma proteção exclusiva para aqueles que estariam à margem da sociedade, e não como direitos universais que visam a dignidade de todos os cidadãos.

Além disso, ao se posicionar sarcasticamente como porta-voz das “pessoas honestas e trabalhadoras,” Bolsonaro promove uma identificação direta com esse público, o que potencializa a polarização social. Em vez de uma visão unificada e inclusiva, ele estrutura uma realidade discursiva que exclui segmentos considerados indesejáveis, em direta contradição com os valores constitucionais de igualdade e proteção universal.

Dessa forma, a fala reforça a percepção pública de que os direitos humanos seriam incompatíveis com os interesses dos “trabalhadores,” alimentando o antagonismo e desestabilizando os sentidos de cidadania, proteção e dignidade, inerentes aos direitos fundamentais.

FALA 03	
Categoria de análise: Deslegitimação dos direitos humanos	
Data: 20 de novembro de 2000	
Transcrição do enunciado: “Eu não sou defensor de direitos humanos, acho mesmo que vagabundo tem que ir para a vala, para o pau-de-arara e por aí afora — e infelizmente só mataram 111 no Carandiru.”	
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro	
Local e contexto: O então deputado federal Jair Bolsonaro proferiu a declaração acima durante uma sessão parlamentar no plenário da Câmara dos Deputados. A fala foi feita em um contexto de debate político, característico do ambiente legislativo, e reflete uma postura crítica e deslegitimadora em relação aos direitos humanos. O enunciado, permeado por expressões de violência e desprezo pelos direitos fundamentais, foi pronunciado em referência ao massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, no qual 111 presos foram mortos em uma operação policial no presídio de São Paulo. A declaração gerou repercussão, exemplificando a polarização e o uso de linguagem agressiva como estratégia retórica de seu discurso político.	
Fonte: Barreto Jr (2022, p. 26).	

A fala de Bolsonaro explicita uma postura agressiva contra os direitos humanos e, ao referir-se ao massacre do Carandiru, expressa abertamente uma simpatia pela violência estatal como solução para lidar com pessoas consideradas “vagabundos.” O uso de expressões como “ir para a vala” e “pau-de-arara” evoca imagens de violência e práticas de tortura, manifestando uma visão de justiça que se distancia dos princípios constitucionais de dignidade humana e proteção dos direitos fundamentais.

Nessa fala, a força centrífuga atua ao distorcer o sentido universal dos direitos humanos, redefinindo-os como privilégios destinados exclusivamente a determinados grupos “merecedores” e excluindo aqueles que Bolsonaro rotula como “vagabundos.” Essa dinâmica é intensificada pelo uso da carnavalização, por meio de uma linguagem que inverte os valores esperados em um contexto institucional: ao discursar no plenário da Câmara dos Deputados, Bolsonaro normaliza métodos de tortura e exalta um massacre policial. A expressão “para a vala, para o pau-de-arara” carrega uma transgressão simbólica, onde instrumentos de violência e repressão, próprios de regimes autoritários, são colocados em um patamar de

solução legítima para questões de segurança pública. Assim, a linguagem utilizada não apenas legitima ações violentas, mas também promove a fragmentação do princípio de dignidade humana, ao sugerir que a proteção estatal e os direitos fundamentais devem ser seletivos, minando os valores democráticos e constitucionais.

Ao usar termos depreciativos e apelar para a violência, Bolsonaro fragmenta a compreensão de quem é digno de proteção estatal, criando uma divisão que esvazia o alcance dos direitos humanos e os afasta de sua função de garantia universal. Esse movimento retira a centralidade dos direitos humanos como um valor constitucional, desviando seu sentido para uma visão restritiva e polarizadora, incompatível com a ideia de um Estado Democrático de Direito.

Ao lamentar que "só mataram 111 no Carandiru", Bolsonaro glorifica um massacre, desprezando as vítimas e normalizando a brutalidade como resposta ao crime. Esse discurso legitima práticas violentas como respostas adequadas à criminalidade, ignorando princípios fundamentais de direitos humanos e o devido processo legal. Ao classificar determinados grupos como "vagabundos", ele categoriza essas pessoas de forma que as torna menos merecedoras de direitos e proteção estatal. O uso da palavra "infelizmente", ao se referir ao número de mortos no Carandiru, reflete uma visão punitivista extrema, em que a morte de um número maior de pessoas seria vista como desejável, reforçando uma ideologia que enfraquece os princípios democráticos e nega a universalidade dos direitos humanos.

O impacto social dessa fala é significativo, pois contribui para a construção de sentidos que normalizam a violência policial e desconsideraram os direitos fundamentais. Com isso, Bolsonaro reforça uma visão distorcida da realidade, em que práticas brutais são legitimadas e até incentivadas como soluções para a criminalidade. Esse tipo de discurso estimula uma lógica de oposição entre aqueles que apoiam os direitos humanos e aqueles que, supostamente, defendem a ordem e a segurança, aprofundando a divisão social e afastando-se dos princípios constitucionais de dignidade e igualdade de todos cidadãos.

FALA 04	
Categoria de análise: Deslegitimação dos direitos humanos	
Data: 19 de novembro de 2003	
Transcrição do enunciado: “(...) Lugar para esse pessoal que defende direitos humanos é num Carandiru, num grande presídio junto com os marginais. Afinal de contas, tanto os defendem que deveriam viver ao lado deles. Quero dizer mais ainda: mais do que a certeza da impunidade que esses jovens assassinos têm é a certeza de que não faltarão integrantes do PT ou de entidades de direitos humanos para defender os que estão presos (...).”	
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro	
Local e contexto: A declaração foi proferida no plenário da Câmara dos Deputados durante uma sessão parlamentar, em um contexto de debate sobre a atuação de entidades de direitos humanos e suas críticas ao sistema prisional brasileiro. O então deputado Jair Bolsonaro utilizou linguagem sarcástica e depreciativa para associar defensores de direitos humanos a criminosos, sugerindo que deveriam compartilhar o mesmo espaço nos presídios. O enunciado reforça uma narrativa de deslegitimação das organizações e indivíduos que atuam em defesa dos direitos fundamentais, ao vinculá-los à impunidade e ao apoio a práticas criminais.	
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 29).	

Nesta fala, Bolsonaro constrói uma retórica de exclusão e antagonismo ao defender que "o lugar para esse pessoal que defende direitos humanos é num Carandiru, num grande presídio junto com os marginais". A frase não só reforça a deslegitimação dos direitos humanos, como também busca associar seus defensores diretamente aos "marginais", criando um cenário onde o defensor de direitos é visto como cúmplice ou simpatizante do crime.

A aplicação do conceito de interdiscurso revela que Bolsonaro, ao longo de seus pronunciamentos, dialoga com um discurso autoritário e punitivista já presente na sociedade, que enxerga os direitos humanos como um obstáculo à justiça. Nessa perspectiva, ao conectar defensores de direitos humanos a figuras criminosas, o enunciado reforça a marginalização dessas figuras, propondo uma divisão entre "nós" (os "cidadãos de bem") e "eles" (criminosos e defensores de direitos).

A força centrífuga é acionada novamente ao fragmentar o conceito de direitos humanos, promovendo a ideia de que esses direitos não devem ser aplicáveis de

maneira universal, mas seletiva. Ao dizer que esses defensores de direitos “deveriam viver ao lado” dos marginais, ele faz um uso retórico da exclusão, afastando o conceito de direitos humanos de sua função social e jurídica essencial. Essa linguagem polarizadora enfraquece a legitimidade dos direitos humanos e os vincula, na esfera pública, a um papel de defesa do crime, desvirtuando o papel desses direitos na promoção da igualdade e justiça.

Ao associar diretamente os defensores dos direitos humanos ao PT e aos “marginais”, Bolsonaro cria uma rede de culpabilidade por associação, onde qualquer defesa de direitos humanos é vista como apoio à criminalidade. A menção ao “PT” e a “entidades de direitos humanos” também traz à tona a construção de um inimigo político, característico do discurso bolsonarista, onde não só se ataca o conceito, mas também as pessoas e instituições que o defendem, representando-as como uma ameaça aos valores da sociedade.

Esse tipo de discurso é particularmente perigoso em um contexto democrático, pois busca enfraquecer a participação ativa e o pluralismo, incentivando uma postura de hostilidade contra vozes críticas e defensoras de direitos fundamentais, minando os princípios da democracia e da dignidade humana que sustentam o Estado Democrático de Direito.

FALA 05	
Categoria de análise: Deslegitimação dos direitos humanos	
Data: 10 de dezembro de 2003	
Transcrição do enunciado: “(...) Quero saudar os sequestradores, os assassinos, os ladrões, os estupradores, porque hoje é o Dia Internacional dos Direitos Humanos (...)”	
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro	
Local e contexto: Essa declaração foi feita no plenário da Câmara dos Deputados durante uma sessão parlamentar realizada no Dia Internacional dos Direitos Humanos, uma data destinada a promover a importância e a universalidade das garantias fundamentais. Jair Bolsonaro usou a ocasião para ironizar a celebração, associando os direitos humanos a práticas criminosas e grupos marginalizados, como sequestradores e assassinos. O tom provocativo e a escolha das palavras refletem uma estratégia discursiva que busca deslegitimar a defesa dos direitos humanos,	

reforçando uma visão que os vincula à impunidade e ao favorecimento de criminosos.
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 29).

FALA 06
Categoria de análise: Deslegitimação dos direitos humanos
Data: 09 de dezembro de 2014
Transcrição do enunciado: “(...) Vamos aproveitar e falar um pouquinho sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, este é o dia internacional da vagabundagem! Os direitos humanos no Brasil só defendem bandidos, estupradores, marginais, sequestradores e até corruptos! O Dia Internacional dos Direitos Humanos no Brasil serve para isso (...)”
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto: Essa declaração, proferida no plenário da Câmara dos Deputados, ecoa o tom irônico e deslegitimador já empregado em falas anteriores pelo então deputado Jair Bolsonaro, como a de 10 de dezembro de 2003, também alusiva ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Nessa ocasião, Bolsonaro novamente utilizou a data para criticar e associar a defesa dos direitos humanos a criminosos, reforçando sua retórica de desqualificação das garantias fundamentais e das instituições que as promovem.
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 43).

Assim como na FALA 02, proferida no ano de 1997, nas FALAS 05 e 06, Bolsonaro mais uma vez ataca o Dia Internacional dos Direitos Humanos, utilizando-o como uma oportunidade para deslegitimar esse campo de proteção e associá-lo a uma imagem de complacência com a criminalidade. Em 2003, na FALA 05, ao “saudar” ironicamente sequestradores, assassinos, ladrões e estupradores, ele busca desqualificar a data por meio de sarcasmo e distorção. Esse recurso não apenas visa reduzir o valor do dia comemorativo, mas também associa os direitos humanos exclusivamente a uma defesa de criminosos, ignorando o princípio de universalidade que os caracteriza.

No ano de 2014, na FALA 06, ele repete essa estratégia ao afirmar que no Brasil o Dia Internacional dos Direitos Humanos deveria ser renomeado para “dia internacional da vagabundagem.” Essa continuidade no uso do termo “vagabundagem” e a repetição da associação de direitos humanos com “bandidos, estupradores, marginais, sequestradores e até corruptos” reforçam um discurso que

polariza a sociedade e enfraquece o conceito universal de dignidade humana. A escolha do Dia Internacional dos Direitos Humanos para reiterar essa deslegitimação não é casual; ao escolher essa data, Bolsonaro manipula simbolicamente o significado da celebração para desacreditar, mais uma vez, os defensores dos direitos humanos.

Essas declarações seguem uma lógica de polarização, onde a linguagem desqualificadora e a ironia fragmentam a visão de direitos humanos, desconstruindo-os como valores constitucionais e distorcendo-os em um estigma de “proteção a criminosos.” As falas não só fazem uso de uma retórica excludente, mas também dialogam com interdiscursos de punitivismo presentes no em certos setores da sociedade, reforçando uma percepção de que os direitos humanos seriam incompatíveis com a segurança pública e a ordem social.

A construção desses discursos é um exemplo claro de força centrífuga em ação, pois fragmenta os sentidos de direitos humanos e os distancia de seus significados constitucionais. Ao associar o conceito de direitos humanos a uma suposta “proteção aos criminosos,” Bolsonaro cria uma rede de sentidos que contribui para uma cultura de desconfiança e rejeição à ideia de direitos universais, solidificando uma visão autoritária e punitivista na esfera pública.

Essas falas, ao longo dos anos, constroem um discurso que posiciona os direitos humanos como adversários do “cidadão de bem” e justificam a exclusão de determinados grupos. Esse tipo de retórica não só deslegitima a universalidade dos direitos humanos, mas também corrobora uma postura de intolerância que enfraquece os princípios de pluralismo e inclusão, elementos fundamentais do Estado Democrático de Direito.

FALA 07	
Categoria de análise:	Deslegitimação dos direitos humanos
Data:	18 de agosto de 2018
Transcrição do enunciado:	“Se eu for presidente, eu saio da ONU. [...] Saio fora, não serve para nada. É local de reunião de comunistas e gente que não tem compromisso com a América do Sul.”

Autor:
Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República.
Local e contexto:
Essa declaração foi feita durante uma cerimônia militar de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), quando Jair Bolsonaro já era candidato à Presidência da República. Em um ambiente marcado por forte simbologia militar e nacionalista, Bolsonaro usou sua fala para criticar a Organização das Nações Unidas (ONU), desqualificando-a como um espaço legítimo de atuação internacional. A declaração reflete sua estratégia discursiva de deslegitimação de instituições internacionais que promovem direitos humanos, associando-as a ideologias comunistas e desconexas com os interesses da América do Sul.
Fonte: Balloussier (2018).

FALA 08
Categoria de análise: Deslegitimação dos direitos humanos
Data: 23 de agosto de 2018
Transcrição do enunciado:
“Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos, essa bandidagem vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles. Em vez de paz, essas ONGs prestam um desserviço ao nosso Brasil. Precisamos de alguém sentado na cadeira presidencial que respeite a tradicional família brasileira, que tenha Deus acima de tudo, como lema nosso”.
Autor:
Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República.
Local e contexto:
Essa declaração foi feita durante um ato de campanha em Araçatuba, no interior de São Paulo, enquanto Jair Bolsonaro discursava de cima de um carro de som durante uma carreata. Em um ambiente típico de mobilização eleitoral, Bolsonaro criticou movimentos e organizações de direitos humanos, associando-os à "politicagem" e à "bandidagem". A fala reflete sua retórica de deslegitimação das ONGs e entidades voltadas para a promoção dos direitos fundamentais, ao declarar que, se eleito, deixaria de repassar recursos federais a essas instituições. A menção à "tradicional família brasileira" e ao lema “Deus acima de tudo” reforça a estratégia discursiva de conectar sua candidatura a valores conservadores e religiosos, em oposição às agendas defendidas pelas organizações de direitos humanos.
Fonte: Portal de Notícias G1 (2018)

Essas duas falas de Bolsonaro, proferidas durante sua campanha presidencial, intensificam uma retórica crítica em relação às instituições de direitos humanos e ao papel de organizações internacionais, como a ONU. Em agosto de 2018, quando Bolsonaro se aproximava da possibilidade real de ocupar a presidência, ele reforça uma postura de oposição aos direitos humanos e questiona a legitimidade de

instituições globais, especialmente aquelas com compromissos declarados com o desenvolvimento de políticas humanitárias.

Na FALA 07, Bolsonaro afirma: “Se eu for presidente, eu saio da ONU. [...] Saio fora, não serve para nada. É local de reunião de comunistas e gente que não tem compromisso com a América do Sul.” Essa declaração desconsidera o papel central da ONU como entidade global de promoção da paz, da segurança e dos direitos humanos. O trecho inicial evidencia um tom de rejeição absoluta à instituição, sugerindo que, caso eleito, o Brasil abandonaria a organização. A fala apresenta a ONU como inútil e ideologicamente distorcida, classificando-a como um “local de reunião de comunistas” — expressão carregada de conotações pejorativas, frequentemente utilizada por Bolsonaro para deslegitimar entidades ou atores associados a valores progressistas ou universais.

Essa declaração exemplifica a interdiscursividade recorrente no discurso bolsonarista, conectando-se à sua retórica ao longo da carreira política, marcada pela rejeição a ideologias de esquerda. Ao associar a ONU ao “comunismo” e à falta de compromisso com os interesses da América do Sul, Bolsonaro reconfigura a instituição como um agente alheio — e até contrário — aos interesses nacionais. Essa construção discursiva mobiliza temores de dominação estrangeira, reforçando narrativas de soberania nacional ameaçada por políticas de direitos humanos universais que seriam, na visão do orador, colonizadoras ou antinacionais.

Ademais, ao desacreditar a ONU, Bolsonaro reforça um processo de deslegitimação de instituições internacionais, atribuindo-lhes valores opostos à sua própria visão de mundo. A fala se insere em uma estratégia retórica que busca desacreditar a cooperação internacional em prol de uma visão isolacionista e nacionalista, alinhada ao seu projeto político e à mobilização de setores da sociedade avessos às agendas globais de direitos humanos.

A FALA 08, por sua vez, amplia essa visão ao prometer que, sob sua gestão, não haveria “politicagem de direitos humanos”, associando esses direitos a práticas de “bandagem”. Bolsonaro rejeita o trabalho das ONGs que atuam no campo dos direitos humanos, ao afirmar que essas organizações “prestam um desserviço ao

nosso Brasil” e ainda enfatiza que o Estado, sob sua liderança, não destinaria “recursos da União” para elas.

A aplicação dos conceitos bakhtinianos ajuda a entender como Bolsonaro, ao centralizar sua fala em torno de valores nacionalistas e familiares, utiliza forças centrípetas para atrair apoiadores que se identificam com o lema “Deus, Pátria, Família.” Contudo, ao mesmo tempo, ele aciona uma força centrífuga que fragmenta o sentido universal dos direitos humanos, distanciando-o dos valores constitucionais. A carnavalização também se faz presente, especialmente ao rotular a ONU e as ONGs de forma grotesca e pejorativa. Essa subversão retórica desafia o papel dessas instituições, retratando-as como agentes indesejáveis e até prejudiciais à nação, em uma inversão de sua função original de promover paz e justiça social.

Essas duas falas, proferidas durante a campanha presidencial de 2018, exemplificam como Jair Bolsonaro utilizou estratégias discursivas de polarização e deslegitimação para mobilizar sua base de apoio. Ao associar os direitos humanos à criminalidade e à desordem, ele reforça uma visão maniqueísta e simplificada da política, onde seus oponentes, incluindo as ONGs e a ONU, eram retratados como inimigos do Brasil. Essa retórica, construída sobre o medo e a desconfiança, contribui para a distorção do significado dos direitos humanos no imaginário popular, associando-os a práticas corruptas e ameaças à ordem social.

Essa narrativa se baseia em estratégias de polarização ideológica, interdiscursividade e naturalização de preconceitos, ao mesmo tempo em que reforça um discurso autoritário, que favorece a exclusão e a repressão de grupos vulnerabilizados. Ao construir um inimigo comum — sejam ONGs, instituições internacionais ou defensores dos direitos humanos —, Bolsonaro legitima práticas políticas que ameaçam a proteção dos direitos fundamentais assegurados na Constituição, especialmente aqueles que integram grupos vulnerabilizados.

4.1.2 Exaltação da violência estatal

FALA 09

Categoria de análise: Exaltação da violência estatal

Data: 23 de julho de 1997
Transcrição do enunciado: “O grande erro da ditadura foi não matar vagabundos e canalhas como [o presidente] Fernando Henrique [Cardoso].”
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto: Essa declaração foi feita durante uma passeata de mulheres de militares por melhores salários, em um momento de mobilização no qual Jair Bolsonaro participava como deputado federal. A fala, proferida em tom provocativo, refere-se ao período da ditadura militar brasileira (1964-1985), elogiando o regime e sugerindo que o “grande erro” da ditadura teria sido não eliminar opositores, incluindo o então presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa declaração exemplifica a exaltação da violência estatal e a defesa de práticas autoritárias como soluções para conflitos políticos, alinhando-se a uma narrativa que glorifica o período ditatorial e desconsidera os princípios democráticos e de direitos humanos.
Fonte: O Globo (2017).

Nesta fala, Bolsonaro retoma uma posição autoritária e extremista ao afirmar que "o grande erro da ditadura foi não matar vagabundos e canalhas como [o presidente] Fernando Henrique [Cardoso]." Com essa declaração, ele manifesta abertamente um apoio à violência e à repressão política, sugerindo que a ditadura deveria ter sido ainda mais violenta em seus métodos. Esse discurso subverte os princípios democráticos e o respeito à vida, ao mesmo tempo em que legitima a eliminação de opositores políticos como prática aceitável e até desejável.

A análise revela que essa fala utiliza a carnavalização como um elemento catalisador da força centrífuga. A carnavalização, conceito de Bakhtin, aplica-se aqui ao funcionar como uma inversão e transgressão dos valores democráticos. Ao tratar a possibilidade de assassinato de opositores políticos com sarcasmo, Bolsonaro ridiculariza a noção de pluralidade política e desvirtua a ideia de respeito e convivência democrática, transformando a violência em algo risível. Esse uso da carnavalização intensifica a fragmentação de sentidos, ao criar uma atmosfera em que a violência e a repressão política são banalizadas.

A força centrífuga se manifesta ao fragmentar e distorcer o entendimento público sobre os direitos humanos e os princípios constitucionais. O discurso se afasta dos valores democráticos de respeito à vida e à dignidade humana, promovendo uma

visão autoritária que considera aceitável a violência contra adversários. Ao tratar essa eliminação como um "erro" a ser corrigido, Bolsonaro desfaz a centralidade da democracia como espaço de respeito e de debate político, estabelecendo uma oposição radical aos princípios de pluralidade e inclusão. Assim, a carnavalização reforça a ruptura com o discurso democrático, sugerindo que o uso de violência contra figuras discordantes é não apenas justificável, mas também passível de admiração ou elogio.

Essa fala ilustra, portanto, como o discurso bolsonarista desvia dos valores constitucionais, normalizando a violência e criando um distanciamento dos princípios de dignidade humana e dos direitos fundamentais. Esse efeito polarizador contribui para a construção de uma realidade onde a violência se torna um instrumento válido de ação política, em direta oposição ao que se espera em uma democracia constitucional.

FALA 10	
Categoria de análise: Exaltação da violência estatal	
Data: 23 de maio de 1999	
Transcrição do enunciado: "Ele merecia isso: pau de arara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também."	
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro	
Local e contexto: Essa declaração foi feita durante uma entrevista ao apresentador Jair Marchesini no programa televisivo <i>Câmera Aberta</i> , exibido pela TV Bandeirantes. Nesse contexto, o então deputado federal Jair Bolsonaro expressou abertamente sua defesa de práticas de tortura, referindo-se ao "pau de arara" como um método eficaz. A fala reflete uma posição que não apenas exalta a violência estatal, mas também tenta legitimá-la ao afirmar que "o povo é favorável a isso". Essa declaração exemplifica a defesa explícita de medidas autoritárias e violentas como práticas aceitáveis, em um discurso que contraria os princípios constitucionais de dignidade humana e de proibição à tortura no Brasil.	
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 23).	
FALA 11	
Categoria de análise: Exaltação da violência estatal	
Data: 16 de maio de 2013	
Transcrição do enunciado:	

"Eu sou parlamentar para pregar o que eu bem entender. Se eu achar que jornalista tem que ir para o pau de arara, eu posso falar! Eu posso ir buscar assinaturas para a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) nesse sentido. Eu posso falar a besteira que eu quiser! Por isso que eu tenho imunidade, é para falar, dar opiniões, representar uma parte da sociedade".
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto: Essa declaração foi feita pelo então deputado federal Jair Bolsonaro em resposta a uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que aprovou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. Bolsonaro utilizou a ocasião para criticar a decisão e reiterar sua oposição à legalização do casamento homoafetivo, afirmando que, mesmo que fosse legalizado, continuaria lutando contra sua permissão. Em meio à crítica, o parlamentar destacou sua imunidade legislativa, declarando que poderia propor ideias extremas, como a aplicação do "pau de arara" a jornalistas, sob o pretexto de liberdade de expressão. A fala exemplifica uma defesa de medidas autoritárias e violentas, justificadas por sua posição de representante político, enquanto reforça seu discurso conservador e de oposição a direitos da comunidade LGBTQIAPN+.
Fonte: Portal de Notícias Terra (2013).

Nas FALAS 10 e 11, Bolsonaro utiliza uma retórica provocativa para defender o uso de métodos de tortura, como o "pau de arara", uma prática consagrada entre os métodos de repressão durante a ditadura militar no Brasil. Ao se declarar “favorável à tortura” e ao afirmar que o “povo é favorável a isso também,” ele legitima e normaliza práticas violentas que são expressamente proibidas pela Constituição de 1988, que veda a tortura e qualquer tratamento desumano, cruel ou degradante. Além disso, a referência ao "pau de arara" também viola normas internacionais de direitos humanos, como a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 1984, que estabelece a obrigação dos Estados em prevenir e punir práticas de tortura.

Essa defesa explícita da tortura evidencia um profundo desrespeito aos direitos humanos, ao transformar a violência em uma medida aceitável e até mesmo eficiente para resolver conflitos e impor autoridade. A análise dialógica revela uma tentativa de estabelecer uma conexão com vozes sociais que compartilham uma visão punitivista extrema, fazendo com que a violência e a repressão sejam percebidas como instrumentos legítimos de controle. O discurso de Bolsonaro dialoga com um imaginário autoritário que considera a tortura e a violência estatal

como soluções viáveis, não apenas contra criminosos, mas contra qualquer pessoa que, segundo sua visão, mereça ser punida.

Nessa linha, a aplicação das forças centrífugas fragmenta ainda mais o entendimento público dos direitos humanos ao construir um sentido onde a dignidade humana se torna relativa e condicional. A escolha do termo “pau de arara” e a defesa aberta da tortura agem como um discurso centrífugo que distancia o público do significado constitucional e universal dos direitos humanos, desconfigurando-os como valores absolutos e fundamentais. Além disso, a força centrífuga, impulsionada pela carnavalização, inverte a moralidade esperada, ao tratar o sofrimento alheio com ironia e sarcasmo. Ao declarar-se “favorável à tortura” de maneira quase caricatural, Bolsonaro subverte o espaço da Câmara e da mídia, arenas onde se espera que a proteção de direitos seja respeitada, apresentando a tortura como um tema trivial e aceitável.

A utilização dessa retórica também deslegitima as normas internacionais de proteção, sugerindo que, no contexto brasileiro, a tortura pode ser uma prática necessária e eficaz. Isso mina não só o respeito à Constituição, mas também as obrigações do Brasil enquanto signatário de acordos e convenções internacionais, enfraquecendo a posição do país no cenário global de direitos humanos. O efeito polarizador é acentuado pela criação de uma atmosfera em que aqueles que defendem práticas autoritárias se opõem diretamente aos que buscam a proteção dos direitos fundamentais, consolidando uma divisão que favorece a exclusão dos “indesejáveis” da proteção estatal.

Essas falas contribuem para a construção de uma realidade onde a tortura e a violência estatal são vistas como alternativas viáveis e legítimas de controle, desafiando a dignidade humana e desconfigurando o Estado Democrático de Direito. Essa perspectiva contribui para uma sociedade mais dividida e menos comprometida com o respeito aos direitos fundamentais e à universalidade da dignidade humana.

FALA 12

Categoria de análise: Exaltação da violência estatal

Data: 19 de abril de 2016

Transcrição do enunciado: "[...] Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim".
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto: Essa declaração foi feita pelo então deputado federal Jair Bolsonaro durante a votação do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, no plenário do Congresso Nacional, em um momento de alta tensão política no país. Em seu discurso, Bolsonaro exaltou Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido como um dos principais agentes da tortura durante a ditadura militar brasileira, referindo-se a ele como o "pavor de Dilma Rousseff", em alusão ao período em que a ex-presidente foi presa e torturada pelo regime militar. A fala também enalteceu as Forças Armadas e utilizou argumentos em defesa da "família" e contra o comunismo, símbolos frequentes em seu discurso ideológico. Esse enunciado reflete a exaltação da violência estatal e a glorificação de figuras e valores associados ao autoritarismo, contrastando com os princípios democráticos e os direitos humanos.
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 49).

A fala, proferida por Jair Bolsonaro durante a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, ocorre em um momento decisivo da história política brasileira, em que forças conservadoras e nacionalistas ganharam destaque e mobilização pública. A referência ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, notório torturador durante a ditadura militar e símbolo de repressão e autoritarismo, funciona como um elemento estratégico que conecta o discurso bolsonarista a valores autoritários e excludentes, especialmente em um contexto que fragiliza e desafia o campo democrático.

Ao citar Ustra, Bolsonaro reafirma um posicionamento que enaltece figuras historicamente associadas à violação dos direitos humanos e ao desprezo pelo Estado de Direito, o que revela uma orientação de desprezo pela integridade da ordem democrática e constitucional. Esse movimento de exaltação à memória de um agente da repressão indica a legitimação de um discurso de força e violência institucional como meios de controle político. A análise dialógica evidencia que Bolsonaro se alinha a vozes sociais que valorizam uma ideia de "ordem" sobre os direitos humanos, enquanto suas palavras atuam como uma força centrífuga,

fragmentando o significado dos direitos fundamentais ao distanciá-los do papel de garantir proteção para todos os cidadãos.

O uso do símbolo "exército de Caxias" e das "Forças Armadas" evoca uma identidade nacionalista e conservadora, conectada a uma visão idealizada do poder militar e à defesa da autoridade acima de qualquer oposição. Ao invocar "Deus acima de tudo" e "Brasil acima de tudo" durante o voto a favor do impeachment, Bolsonaro antecipou o lema que viria a marcar sua campanha presidencial e seu governo. Esses slogans, incorporados em um momento tão decisivo, refletem a retórica conservadora que busca unir valores religiosos e princípios nacionalistas, apresentando-se como defensor de uma identidade moral e política rígida. Essa postura reforça uma oposição ao discurso progressista, ao qual Dilma Rousseff simbolicamente se associa, e sugere que Bolsonaro se considera representante dos "valores tradicionais" que ele identifica como ameaçados pelos ideais de pluralidade e inclusão democráticos. Assim, ele não apenas declara seu voto, mas também consolida uma plataforma de valores que considera fundamentais para a identidade brasileira.

Ao lançar mão de interdiscursos que enaltecem a ordem autoritária, Bolsonaro mobiliza uma rede de significados que legitima a exclusão de opositores políticos e valoriza uma política de polarização, dividindo o cenário político entre defensores da "ordem" e aqueles que, segundo sua narrativa, representariam uma ameaça a ela. Assim, o interdiscurso dos "valores conservadores" e da "moral cristã" transforma o ato de impeachment em uma afirmação de poder e rejeição às forças políticas de oposição. Com isso, ele constrói uma dicotomia nós-eles, reforçando uma linha divisória entre os "patriotas" e aqueles vistos como ameaças aos valores nacionais.

A presença do coronel Ustra na declaração de Bolsonaro é uma escolha simbólica de alto impacto, especialmente em um momento de grande polarização política. Ao enaltecer uma figura amplamente reconhecida como representante da violência estatal e da repressão durante a ditadura militar, Bolsonaro subverte os valores democráticos e constitucionais, transformando o que deveria ser motivo de reprovação em símbolo de força e resistência. Essa inversão de significados pode ser entendida como uma forma de carnavalização, no sentido bakhtiniano, ao

reconfigurar valores centrais da democracia e apresentá-los sob uma lógica autoritária. A menção a Ustra, portanto, funciona como um catalisador de divisões, reafirmando um discurso que legitima a violência institucional, a exclusão de opositores e a fragmentação do tecido democrático.

Em resumo, a FALA 12 não apenas desafia, mas também subverte os valores constitucionais e democráticos ao exaltar símbolos e narrativas autoritárias. Essa postura reforça um discurso polarizador e excludente, que questiona a universalidade dos direitos fundamentais e aprofunda as divisões políticas no Brasil, consolidando uma retórica que privilegia o autoritarismo em detrimento do pluralismo e da inclusão democrática.

FALA 13	
Categoria de análise: Exaltação da violência estatal	
Data: 8 de julho de 2016	
Transcrição do enunciado: “O erro da ditadura foi torturar e não matar.”	
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro	
Local e contexto: Essa declaração foi feita durante a participação de Jair Bolsonaro no programa <i>Pânico</i> , da rádio Jovem Pan, um espaço de grande alcance e conhecido por abordar temas políticos de forma descontraída e provocativa. No contexto dessa fala, Bolsonaro reafirma sua defesa de práticas autoritárias, criticando a ditadura militar não pela violência que exerceu, mas por não ter ido além, ao optar por torturar em vez de eliminar opositores políticos. A fala reflete a exaltação explícita da violência estatal como ferramenta de controle político, evidenciando uma postura que contradiz frontalmente os valores democráticos e os direitos humanos consagrados na Constituição brasileira.	
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 49).	

FALA 14	
Categoria de análise: Exaltação da violência estatal	
Data: 30 de junho de 2017	
Transcrição do enunciado: “Sou capitão do Exército, minha especialidade é matar.”	
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro,	

Local e contexto:

Essa declaração foi feita durante uma entrevista concedida na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), durante a 19ª TranspoSul, evento voltado para o setor de transporte e logística. Na ocasião, Jair Bolsonaro, ainda deputado federal, defendia a aprovação da fosfoetanolamina, conhecida como “pílula do câncer”, apesar da ausência de comprovação científica sobre sua eficácia. Ao comentar sobre sua participação na aprovação do projeto, Bolsonaro utilizou uma retórica provocativa, declarando que sua especialidade, como capitão do Exército, era “matar” e não “curar”. Essa fala reforça a exaltação da violência estatal como traço marcante de sua identidade política, utilizando o contexto militar como argumento de autoridade, mesmo em uma discussão sobre saúde pública. O tom irônico e ostensivamente simplista contrasta com a gravidade do tema em debate, reforçando sua abordagem polarizadora e sua postura de indiferença aos critérios técnicos e científicos.

Fonte: Barretto Jr (2022, p. 55).

Nas falas 13 e 14, Bolsonaro expressa uma postura agressiva e de exaltação à violência, indo além do sentido figurado e sugerindo o uso literal da força letal. Ao afirmar que o “erro da ditadura foi torturar e não matar” (FALA 13), ele relativiza a gravidade da tortura, desconsiderando um princípio universal de direitos humanos que proíbe essa prática em qualquer circunstância. Bolsonaro não só naturaliza a tortura, mas também insinua que a ditadura deveria ter intensificado a repressão violenta, eliminando os considerados opositores do regime.

Na FALA 14, ele reforça sua imagem militarista ao declarar “Sou capitão do Exército, minha especialidade é matar.” Essa fala, além de evocar sua posição militar como símbolo de autoridade, exalta o uso da força extrema como uma “especialidade” positiva, destacando o ato de matar como algo valoroso em seu discurso. Esse tipo de afirmação, no contexto público, atua como uma força centrífuga que desestabiliza o sentido de proteção à vida garantido pela ordem democrática, promovendo uma percepção onde a eliminação do outro é validada como prática legítima.

O conceito de interdiscurso também é relevante aqui, pois ambas as falas se conectam a discursos de apoio a regimes autoritários e de violência estatal. Ao mencionar a ditadura, ele dialoga implicitamente com um contexto histórico marcado por repressão, reforçando uma narrativa que valoriza o autoritarismo e rejeita a proteção dos direitos humanos. Dessa forma, ele constrói uma linha divisória entre

aqueles que apoiam a violência estatal e os que defendem os direitos humanos, promovendo novamente a polarização da sociedade.

Essas falas intensificam a deslegitimação dos direitos humanos ao sugerir que o uso de violência, ou até a execução de opositores, é uma "especialidade" em contextos políticos e sociais desafiadores. A análise dessas declarações evidencia uma retórica que enfraquece os valores democráticos, distorcendo os princípios de justiça e proteção de direitos para legitimar a repressão e a violência estatal como ferramentas políticas.

FALA 15	
Categoria de análise: Exaltação da violência estatal	
Data: 20 de novembro de 2017	
Transcrição do enunciado:	
“Preso não deve ter direito nenhum, não é mais cidadão. O sentido da cadeia não é ressocializar, mas tirar o marginal da sociedade.”	
Autor:	
Deputado Federal Jair Bolsonaro,	
Local e contexto:	
Essa declaração foi feita durante uma entrevista ao programa <i>Canal Livre</i> , da Band, como parte de uma série dedicada a ouvir presidentiáveis para as eleições de 2018. Nesse contexto, Jair Bolsonaro apresentou sua visão sobre o sistema prisional brasileiro, reforçando sua postura de exaltação da violência estatal e de rejeição aos direitos fundamentais dos presos. Ao afirmar que presos "não são mais cidadãos" e que o objetivo da prisão não é a ressocialização, mas a exclusão dos "marginais" da sociedade, Bolsonaro desconsidera os princípios constitucionais que garantem a dignidade e os direitos básicos mesmo àqueles privados de liberdade. A fala reflete uma retórica punitivista que legitima a violência institucional e rejeita o paradigma de reintegração social, posicionando-se em oposição a políticas de direitos humanos e justiça restaurativa.	
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 57).	

Nesta fala, ao declarar que “preso não deve ter direito nenhum, não é mais cidadão,” e que o sistema prisional deve apenas “tirar o marginal da sociedade,” Bolsonaro reforça uma visão punitivista radical que nega aos presos a dignidade inerente à condição humana e à cidadania, distanciando-se dos princípios constitucionais e do ideal de ressocialização. Esse posicionamento contraria diretamente o entendimento democrático de que direitos fundamentais são inalienáveis, até mesmo para aqueles

privados de liberdade. A fala, além de marginalizar os presos, retira-lhes a condição de sujeitos de direitos, conferindo à prisão uma função estritamente excludente.

A análise dialógica de Bakhtin revela que, ao classificar presos como “não cidadãos,” Bolsonaro dialoga com discursos de controle e punição que historicamente marcam a sociedade, reafirmando uma visão autoritária e desumanizadora do sistema prisional. Por meio desse interdiscurso, Bolsonaro rejeita o diálogo com a própria voz do discurso constitucional – que no artigo 5º garante direitos fundamentais às pessoas privadas de liberdade – e fortalece uma perspectiva punitivista que nega a universalidade dos direitos humanos.

O uso da palavra “marginal” também é relevante no contexto do discurso, pois polariza a sociedade entre os “cidadãos de bem” e aqueles que são vistos como ameaças. Essa divisão cria uma narrativa de “nós contra eles”, onde o “marginal” é despido de qualquer valor social e seus direitos são considerados dispensáveis. A retórica autoritária sugere que a segurança da sociedade só pode ser alcançada por meio da exclusão permanente daqueles que são categorizados como marginais.

Nesse sentido, o uso das forças centrífugas e centrípetas de Bakhtin permite uma compreensão profunda do afastamento e aproximação de sentidos constitucionais e democráticos. A força centrífuga, ao distanciar a figura do preso do conceito de cidadão e da dignidade humana, fragmenta a universalidade dos direitos fundamentais, promovendo uma divisão entre cidadãos “dignos” e “indignos” de direitos. Esse movimento cria uma realidade polarizada onde o “cidadão de bem” é protegido, enquanto o “preso” é desprovido de cidadania e abandonado à exclusão, desestabilizando a coesão social e o ideal democrático de inclusão.

Além disso, a fala de Bolsonaro traz um elemento de carnavalização, ao ironizar o sentido de cidadania e invertê-lo em relação aos presos, como se o sistema prisional fosse uma zona de total negação dos direitos. Ao transformar o conceito de prisão em uma forma de exílio social absoluto, ele subverte a função da justiça e da reabilitação, reinterpretando-a como um espaço de aniquilação da condição humana, deslegitimando as políticas de ressocialização e reforçando um viés autoritário. Esse aspecto é significativo, pois a carnavalização – a permissão

temporária de inversões que subvertem a ordem – atua na fala “naturalizando” a exclusão, tornando-a uma prática aparentemente aceitável e legitimada socialmente, o que contribui para justificar atitudes excludentes e punitivistas na sociedade.

A análise das implicações sociais e dos efeitos discursivos dessa fala é alarmante, pois fortalece no imaginário coletivo a ideia de que os direitos humanos e a cidadania são condicionais. Isso contribui para uma visão fragmentada da sociedade, na qual certos grupos são passíveis de desumanização e marginalização, gerando um clima de hostilidade contra a defesa de direitos e de inclusão. Em última instância, esse discurso legitima políticas de encarceramento massivo e abandono social, desafiando o princípio democrático da dignidade humana e colocando em risco a coesão social e os valores constitucionais.

FALA 16	
Categoria de análise:	Exaltação da violência estatal
Data:	20 de novembro de 2017
Transcrição do enunciado:	“Se morrerem 40 mil bandidos [por ano, por ação da polícia], temos que passar para 80 mil. Não há outro caminho. Não dá para combater violência com políticas de paz e amor.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro,
Local e contexto:	Essa declaração foi feita durante a mesma entrevista ao programa <i>Canal Livre</i> , da Band, em que Jair Bolsonaro participou como presidenciável na corrida eleitoral de 2018. Nesse trecho, Bolsonaro defendeu o aumento das mortes de criminosos por ação policial, argumentando que a ampliação da violência estatal seria a única forma eficaz de combater a criminalidade. A fala reflete uma postura radicalmente punitivista, que desconsidera políticas de segurança pública baseadas na prevenção, na educação e na promoção de direitos humanos. Ao rejeitar as “políticas de paz e amor”, Bolsonaro endossa uma visão de segurança baseada exclusivamente na repressão violenta, exaltando a força letal como solução para os problemas sociais. Essa retórica aprofunda a legitimação de práticas violentas no aparato estatal, em flagrante contradição com os princípios constitucionais de proteção à vida e à dignidade.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 57).

FALA 17	
Categoria de análise:	Exaltação da violência estatal
Data:	27 de novembro de 2017

Transcrição do enunciado:
“Esses policiais têm que ser condecorados. Policial que não mata não é policial.”
Autor:
Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:
Essa declaração foi feita durante o evento <i>Amarelas ao Vivo</i> , promovido pela revista <i>VEJA</i> , no qual Jair Bolsonaro participou como pré-candidato à Presidência da República. Em resposta a uma pergunta sobre o elevado número de mortes atribuídas a policiais militares no Rio de Janeiro, Bolsonaro defendeu que esses agentes fossem "condecorados" por suas ações, afirmando que "policial que não mata não é policial". A fala reflete uma visão extremada de segurança pública, exaltando o uso letal da força como atributo essencial da atividade policial. Ao endossar a violência estatal, Bolsonaro desconsidera os princípios constitucionais de proporcionalidade e proteção à vida, ao mesmo tempo que reforça uma narrativa que legitima a repressão violenta como meio de controle social e controle da criminalidade.
Fonte: Barreto Jr (2022, p. 57)

As falas de Bolsonaro analisadas aqui evidenciam uma retórica que distorce o papel das forças policiais em uma sociedade democrática, promovendo uma visão do papel da polícia que se afasta dos princípios estabelecidos pelo Estado Democrático de Direito. A declaração de que “se morrerem 40 mil bandidos... temos que passar para 80 mil” expressa um entendimento extremo, no qual a atuação policial é orientada pelo objetivo de aumentar as mortes, ignorando princípios fundamentais de direitos humanos e a finalidade de proteção que as forças de segurança deveriam assegurar a todos os cidadãos. Ao afirmar, na sequência, que “policial que não mata não é policial,” Bolsonaro torna mais explícita essa noção, vinculando a própria legitimidade da profissão à prática da letalidade, em uma inversão dos valores constitucionais.

A aplicação do conceito bakhtiniano de carnavalização é especialmente útil para compreender o uso dessa retórica, pois Bolsonaro recorre a uma linguagem caricatural que transforma o papel da polícia em uma paródia grotesca. Essa inversão subverte o ideal democrático de segurança pública, no qual a polícia deve garantir a ordem e a proteção de todos os cidadãos, independentemente de quem sejam. A violência, aqui exaltada como uma “virtude” da atividade policial, desconstrói os valores centrais da Constituição de 1988, que preconiza a dignidade humana, a preservação da vida e a segurança pública como direitos fundamentais.

Ao distorcer a função da polícia, Bolsonaro cria um cenário grotesco em que o exercício da força bruta é exaltado e a ideia de justiça é transformada em vingança e retaliação, legitimando o uso excessivo da força.

A força centrífuga torna-se visível na medida em que essas falas afastam os significados da atuação policial dos princípios de justiça e proteção previstos na Constituição, orientando-os para um campo punitivista, onde a morte é apresentada como uma consequência desejável e até necessária da prática policial. Essa fragmentação de sentidos configura uma ruptura com o centro de significados constitucionais, deslegitimando a universalidade dos direitos e restringindo-os apenas aos que seriam considerados “dignos” de proteção. A polícia, segundo essa perspectiva, não atua mais como uma instituição de garantia de direitos, mas como um instrumento de eliminação de grupos marginalizados.

Além disso, ao adotar expressões radicais e simplistas, Bolsonaro conecta seu discurso a interdiscursos preexistentes que defendem a repressão violenta e a justiça pelas próprias mãos, intensificando a polarização e construindo um “inimigo comum” no imaginário social. Esse interdiscurso, que ressoa em setores da população que veem a violência como solução para o crime, contribui para a naturalização da violência policial como medida legítima.

Como visto nas últimas falas, a negação de direitos aos presos, a normalização da morte como política de segurança e a glorificação da violência policial são componentes centrais de uma narrativa que coloca a repressão e o extermínio como soluções para problemas complexos de segurança pública. Esse discurso desconsidera os princípios constitucionais básicos, promovendo uma visão autoritária que ameaça a consolidação de um Estado Democrático de Direito. Ao fazer isso, Bolsonaro reforça uma polarização social que marginaliza ainda mais os setores vulnerabilizados da população, fortalecendo as práticas de violência institucionais e comprometendo o respeito aos direitos fundamentais.

O discurso de Bolsonaro não apenas revela sua ideologia punitivista e autoritária, mas também evidencia o uso da palavra como um instrumento de poder que afeta diretamente a construção da identidade do sujeito constitucional, ameaçando os

princípios fundamentais que sustentam a ordem democrática e a justiça social no Brasil.

FALA 18	
Categoria de análise:	Exaltação da violência estatal
Data:	22 de abril de 2020
Transcrição do enunciado:	“Quem não aceitar a minha, as minhas bandeiras, Damares: família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado. Quem não aceitar isso, está no governo errado. Esperem pra 22, né? O seu Álvaro Dias. Espere o Alckmin. Espere o Haddad. Ou talvez o Lula, né? E vai ser feliz com eles, pô! No meu governo tá errado! É escancarar a questão do armamento aqui. Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita durante uma reunião ministerial no Palácio do Planalto, em um momento de alinhamento político e reafirmação das diretrizes do governo de Jair Bolsonaro. O então presidente utilizou a ocasião para declarar abertamente suas bandeiras políticas, incluindo a defesa do armamento da população como prioridade. Ao afirmar que "povo armado jamais será escravizado", Bolsonaro reforça uma retórica que associa o armamento à liberdade e ao poder de resistência contra ameaças externas ou internas, desconsiderando as implicações de uma sociedade mais armada para a segurança pública e os direitos humanos. A fala exalta a violência como meio legítimo de fortalecimento do cidadão e de manutenção da ordem, em um discurso que prioriza a força sobre o diálogo e a construção de políticas inclusivas.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 132).

Na FALA 18, Bolsonaro reafirma seu compromisso com uma agenda política marcada por valores conservadores, que ele mesmo sintetiza nas bandeiras de “família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão e livre mercado.” Esse discurso expressa uma delimitação clara entre aqueles que aderem a esses valores e os que não, dividindo os participantes do governo entre “aliados” e “opositores.” Essa dualidade alimenta a construção de um discurso polarizado, no qual há pouco espaço para divergências ou visões alternativas, refletindo uma postura monológica de linguagem que não acolhe a diversidade de vozes e opiniões.

Ao declarar que aqueles que não compartilham suas bandeiras “estão no governo errado,” ele marginaliza qualquer oposição e fortalece a ideia de uma unidade

ideológica e homogênea, contrária ao princípio democrático de pluralidade. Essa postura revela uma força centrípeta, pois busca centralizar e uniformizar o discurso dentro do governo, afastando-o de uma postura dialógica que consideraria múltiplas perspectivas.

Sob a perspectiva de interdiscursividade, observa-se que Bolsonaro incorpora elementos retóricos amplamente presentes em movimentos de extrema-direita, tanto no Brasil quanto no exterior, associando o armamento e valores religiosos à noção de liberdade e defesa nacional. A referência ao armamento popular, ao afirmar que “um povo armado jamais será escravizado,” conecta-se a discursos internacionais que pregam a autodefesa como elemento essencial de liberdade, criando uma rede de sentidos que justifica a posse de armas como um símbolo de autonomia e resistência contra possíveis opressores, enquanto se distancia das políticas de segurança pública centradas nos direitos humanos.

A carnavalização também se manifesta na inversão do conceito de segurança pública, pois Bolsonaro não apenas propõe a defesa individual através do armamento, mas o apresenta como uma necessidade para a liberdade da população. Essa perspectiva armamentista, caricatural se pensada em comparação a um conceito de segurança pública previsto no Art. 144 da Constituição de 1988, contribui para a desconstrução de valores constitucionais e alimenta uma percepção popular de que a verdadeira segurança e independência não se encontram nas instituições democráticas, mas no armamento individual.

Em um ambiente institucional e formal, como uma reunião ministerial, essa declaração adquire um tom paradoxal e subverte o papel do governo como promotor de segurança pública fundamentada na lei e na ordem democrática, caracterizando uma ruptura com o papel convencional de proteção que o Estado deve garantir a todos os cidadãos, independentemente de posição política ou ideológica.

Além disso, ao construir uma identidade coletiva restritiva — baseada nos valores que ele define como bandeiras — Bolsonaro ignora seu papel de governante para todos os cidadãos, limitando sua representação àqueles que se alinham com os valores que ele propõe como corretos ou legítimos. Essa postura contrasta com os

princípios constitucionais de igualdade e pluralidade, reforçando uma divisão social e uma perspectiva autoritária que enfraquece o caráter inclusivo e democrático do Estado.

4.2 FRAGMENTAÇÃO DA ALTERIDADE

A análise das falas de Jair Bolsonaro revela uma constante retórica de exclusão social, desprezo e estigmatização de grupos minorizados, constituindo uma prática discursiva que impacta profundamente as percepções sociais e a garantia de direitos fundamentais desses grupos. Neste item, a análise será dividida em quatro subtemas: *Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+*; *Sexismo e reforço de hierarquias de gênero*; *Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados*; e *A exclusão das minorias pela vontade da maioria*.

Cada subtema abordará como essas falas reforçam um projeto político que privilegia valores conservadores e excludentes, em detrimento dos princípios constitucionais de igualdade e inclusão, criando uma realidade discursiva que naturaliza a desigualdade e enfraquece a identidade inclusiva do sujeito constitucional.

4.2.1 Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+

O tema da homofobia e da exclusão de pessoas LGBTQIAPN+ é uma constante ao longo da trajetória política de Jair Bolsonaro, surgindo em diferentes fases e contextos de seu discurso público. A repetição e o aprofundamento de declarações de cunho homofóbico revelam uma posição ideológica que não apenas desvaloriza, mas deslegitima a existência e os direitos de pessoas LGBTQIAPN+. Esse discurso é estruturado por meio de construções retóricas que associam a diversidade sexual e identidade de gênero a uma ameaça aos valores tradicionais, como família e religião, reforçando preconceitos e naturalizando a exclusão.

A análise das falas selecionadas explora a forma como Bolsonaro articula essa retórica para polarizar a sociedade, criar uma divisão entre o “cidadão de bem” e aqueles que não se enquadram na sua visão de normatividade. Com isso, ele

estabelece uma narrativa que marginaliza a população LGBTQIAPN+, desafiando os valores constitucionais de igualdade, pluralidade e dignidade.

FALA 19	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	19 de maio de 2002
Transcrição do enunciado:	“Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita em um momento de acalorado debate na Câmara dos Deputados, motivado pela defesa pública do então presidente Fernando Henrique Cardoso da união civil entre pessoas do mesmo sexo, simbolizada por uma cerimônia em que segurou a bandeira arco-íris no Palácio do Planalto. Em resposta, Jair Bolsonaro, na época deputado federal, expressou sua oposição ao projeto de lei defendido pela deputada Marta Suplicy, que propunha a união civil homoafetiva. Ao expor uma imagem de FHC com a bandeira LGBTQIAPN+ na porta de seu gabinete, acompanhada da frase provocativa "Eu já sabia...", Bolsonaro ironizou o apoio presidencial e, em tom agressivo, declarou que "bateria" ao ver dois homens se beijando na rua. A fala reflete um discurso homofóbico e excludente, que deslegitima os direitos da população LGBTQIAPN+ e reforça estigmas e preconceitos, em contrariedade aos princípios constitucionais de igualdade e dignidade.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 27).

Na análise desta fala, proferida por Jair Bolsonaro em 2002, observa-se uma tentativa de justificar a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ sob a alegação de defesa da moralidade pública. A declaração “não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater” revela uma contradição intrínseca que exemplifica a postura ambivalente de Bolsonaro: enquanto afirma rejeitar a discriminação, expressa abertamente a intenção de cometer violência física. Essa declaração foi feita no contexto de um acirrado debate na Câmara dos Deputados sobre o projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo, defendido pela deputada Marta Suplicy e simbolicamente apoiado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que segurou a bandeira LGBTQIAPN+ em um evento público. Bolsonaro, ao reagir com sarcasmo e violência verbal, reforça a marginalização desse grupo em um ambiente de alta visibilidade política.

O contexto do debate amplia o impacto da fala, pois transforma uma ocasião de avanço nos direitos humanos em um espaço para reforçar estigmas. A exibição de uma foto de FHC com a bandeira arco-íris na porta do gabinete de Bolsonaro, acompanhada da frase “Eu já sabia...”, adiciona um tom de escárnio ao discurso, ridicularizando tanto o apoio presidencial quanto a luta pelos direitos LGBTQIAPN+. Essa atitude revela não apenas oposição ao projeto, mas a tentativa de deslegitimar o movimento como um todo, transformando a luta por igualdade em um objeto de zombaria.

No debate democrático, a fala representa uma subversão dos princípios de igualdade e respeito à dignidade humana, fundamentais em um Estado Democrático de Direito. Bolsonaro, em sua condição de parlamentar, legitima a intolerância ao apresentar a violência como uma resposta aceitável à manifestação pública de afeto entre pessoas LGBTQIAPN+. Ao se valer de sua posição política para amplificar tal discurso, ele reforça o papel excludente do Estado em relação a grupos já vulnerabilizados.

Sob a ótica dos conceitos bakhtinianos, as forças centrífugas operam na fala de Bolsonaro ao dispersar e fragmentar o entendimento da cidadania LGBTQIAPN+. A exclusão dessas pessoas do espaço público é reafirmada, transformando atos de afeto em “ameaças” à ordem social, em uma tentativa de reduzir suas vozes no discurso público. A fala constrói um ambiente simbólico em que a presença LGBTQIAPN+ não é apenas indesejada, mas ativamente hostilizada, reforçando a ideia de que o espaço público pertence exclusivamente àqueles que seguem valores considerados tradicionais.

A carnavalização emerge na forma como o beijo entre dois homens é apresentado de forma caricatural, como uma afronta grotesca à moral pública. A ameaça de “bater” distorce o princípio de convivência pacífica e naturaliza a violência como uma reação aceitável dentro da narrativa bolsonarista. Essa subversão grotesca de valores democráticos revela um uso estratégico da linguagem para reforçar hierarquias, na qual os direitos de grupos minoritários são tratados como menos legítimos ou até mesmo provocativos.

O interdiscurso revela que Bolsonaro dialoga com discursos de intolerância amplamente difundidos na sociedade, conectando-se a narrativas autoritárias que historicamente justificaram a repressão de minorias sob a justificativa de proteção à moralidade pública. Ao fazer isso, ele legitima a exclusão social das pessoas LGBTQIAPN+ e reforça estereótipos negativos, criando uma visão monológica que rejeita a diversidade e a pluralidade, pilares de uma sociedade democrática.

O impacto social dessa fala é profundo, pois alimenta comportamentos homofóbicos, legitimando a violência e o preconceito sob a fachada de defesa de valores morais. No âmbito político, a declaração configura-se como um mecanismo que afasta o discurso parlamentar dos princípios constitucionais de igualdade e dignidade humana. A fala de Bolsonaro representa uma ameaça à construção de uma identidade constitucional inclusiva e plural, negando às pessoas LGBTQIAPN+ seu direito fundamental de existir e se expressar plenamente no espaço público, ao mesmo tempo que reforça um discurso autoritário e excludente que fragmenta o tecido democrático.

FALA 20	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	25 de novembro de 2010
Transcrição do enunciado:	“O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele. Tá certo? Já ouvi de alguns aqui, olha, ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita durante a participação de Jair Bolsonaro em um programa da TV Câmara, veículo oficial da Câmara dos Deputados que transmite debates e entrevistas com parlamentares. No contexto dessa fala, Bolsonaro discutia questões relacionadas a comportamentos e educação familiar, promovendo a ideia de que a orientação sexual de crianças pode ser corrigida por meio de punições físicas. Ao relatar episódios de pais que "ensinaram a ser homem" através de agressões, Bolsonaro naturalizou práticas violentas como suposta solução para comportamentos que ele considera desvios de uma norma de masculinidade. A transmissão

em um canal institucional ampliou a visibilidade e o alcance de sua declaração, conferindo-lhe maior gravidade por legitimar discursos homofóbicos em um espaço público de representatividade parlamentar.

Fonte: Barretto Jr (2022, p. 33).

Nesta fala, Bolsonaro manifesta uma concepção de masculinidade rigidamente normativa e heterossexual, ao sugerir que uma criança que demonstre traços que ele considera “afeminados” deve ser corrigida fisicamente para que adote um “comportamento adequado”. Bolsonaro posiciona crianças LGBTQIAPN+ como desviantes de uma norma rígida de masculinidade, legitimando práticas que as colocam em maior vulnerabilidade social e emocional. A declaração reforça estereótipos de gênero e naturaliza a violência como instrumento para moldar a orientação sexual e identidade de gênero, o que viola princípios constitucionais de dignidade e integridade física e psicológica. Além disso, ao empregar o termo “meio gayzinho,” Bolsonaro utiliza uma expressão pejorativa que contribui para a estigmatização de comportamentos não normativos, criando uma linha divisória entre aqueles que são considerados “normais” e aqueles vistos como desviantes.

Na perspectiva bakhtiniana, há um uso centrífugo da linguagem, pois Bolsonaro afasta o discurso de inclusão e aceitação da diversidade, deslegitimando identidades que não se alinham com a sua visão rígida de masculinidade. Em um contexto democrático, essa fala rejeita o reconhecimento de vozes diversas, promovendo um discurso monológico onde a heteronormatividade se impõe como única norma aceitável, excluindo e silenciando identidades LGBTQIAPN+.

A fala também faz uso de um interdiscurso conservador, ao evocar a ideia de que a violência física é uma ferramenta válida e “corretiva” para manter valores tradicionais de masculinidade. Essa visão se alinha com discursos conservadores que interpretam a homossexualidade como um “comportamento incorreto” que pode e deve ser revertido. Bolsonaro apela a uma autoridade imaginária — “já ouvi de alguns aqui” — para validar suas afirmações, criando uma aparência de respaldo social que fortalece a normatização da violência em prol da conformidade a padrões de gênero e orientação sexual.

A exclusão, nesse contexto, não é apenas simbólica, mas incita uma prática social que promove o uso da violência contra crianças LGBTQIAPN+, ignorando os direitos fundamentais que protegem a integridade física e psicológica de todos os indivíduos. Ao idealizar a heteronormatividade como um valor absoluto e sugerir “palmadas” como um mecanismo de controle, Bolsonaro enfraquece o princípio da inclusão ao promover uma visão restritiva e hierarquizada de gênero e identidade. Seu discurso marginaliza aqueles que não correspondem ao modelo de masculinidade que ele valoriza, legitimando comportamentos que perpetuam desigualdades e exclusões sociais.

O impacto social desse discurso contribui para a normalização da violência doméstica contra crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, ao mesmo tempo que enfraquece políticas públicas de proteção e inclusão. Assim, Bolsonaro não apenas exclui pessoas LGBTQIAPN+ do espaço público, mas também fomenta um ambiente de discriminação e violência que ameaça sua existência e direitos fundamentais.

FALA 21	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	16 de junho de 2011
Transcrição do enunciado:	“Moro num condomínio, de repente vai um casal homossexual morar do meu lado. Isso vai desvalorizar minha casa! (...) Sim, desvaloriza! Se eles andarem de mão dada, derem beijinhos, vai desvalorizar. Porque, se uma pessoa quiser comprar minha casa e estiver adotando uma criança, vai ver aquilo e sair fora. Ninguém fala porque tem medo de ser taxado de homofóbico, mas é uma realidade (...).”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em uma entrevista à revista <i>Playboy</i> , publicada na edição de junho de 2011. Durante a conversa, Bolsonaro expressou sua visão homofóbica ao afirmar que a presença de um casal homossexual em um condomínio poderia desvalorizar os imóveis. O contexto de uma entrevista em uma revista de grande circulação amplia o alcance da declaração, legitimando um discurso que naturaliza a discriminação e desqualifica os direitos dessas pessoas à igualdade e ao respeito.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 34).

Aqui Bolsonaro expressa uma visão abertamente preconceituosa e excludente ao associar a presença de casais homossexuais a uma “desvalorização” de bens materiais, como imóveis. Sua declaração reforça um imaginário social que coloca casais LGBTQIAPN+ como agentes de degradação ou perda de valor, promovendo uma associação depreciativa que se distancia da lógica de igualdade e dignidade humana defendida pelo Estado Democrático de Direito. Esse tipo de discurso contribui para a formação de estigmas e estereótipos que marginalizam as pessoas LGBTQIAPN+, criando um senso de “ameaça” econômica e social que apoia a exclusão desse grupo.

A aplicação do conceito de dialogismo, conforme elaborado por Bakhtin, revela que Bolsonaro dialoga com uma rede de interdiscursos que propagam a discriminação e o desprezo contra minorias sexuais. Esse diálogo implícito reforça a ideia de que casais homossexuais constituem uma ameaça aos valores “familiares” e “patrimoniais”, alimentando um imaginário coletivo de rejeição e afastamento social. A fala de Bolsonaro se insere em uma estrutura de sentido que nega a diversidade e projeta uma visão de sociedade onde apenas a normatividade heterossexual é desejável ou aceitável, evidenciando um monologismo que exclui as vozes de indivíduos e grupos que não se alinham a essa visão limitada e excludente.

No que se refere à força centrífuga, o discurso de Bolsonaro opera para afastar a ideia de que a cidadania e os direitos fundamentais são universais e aplicáveis a todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual. Ele fortalece, em vez disso, uma concepção seletiva e restritiva de pertencimento social, vinculada a uma ideia de “normalidade” que não reconhece o valor e a dignidade das pessoas LGBTQIAPN+.

Essa declaração também gera impactos significativos na percepção social, ao perpetuar a ideia de que a presença de pessoas LGBTQIAPN+ é prejudicial não apenas aos valores culturais e morais, mas até mesmo ao valor econômico dos bens materiais dos “cidadãos de bem”. Esse tipo de retórica reforça uma estrutura social hierárquica, na qual a inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ é vista como uma ameaça à “normalidade”, ao valor e à identidade da sociedade.

FALA 22	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	16 de junho de 2011
Transcrição do enunciado:	“Prefiro que morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim vai ter morrido mesmo. (...) [Eu] seria incapaz [de amar um filho homossexual]. Não vou dar uma de hipócrita aqui para fazer média com quem quer que seja. Teria vergonha mesmo. Acho que me abalaria politicamente, atrasaria minha vida (...).”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro na mesma entrevista concedida à revista <i>Playboy</i> , publicada na edição de junho de 2011. Complementando o teor homofóbico já presente em sua fala sobre a desvalorização de imóveis pela presença de casais homossexuais, Bolsonaro, ao responder sobre como reagiria caso tivesse um filho homossexual, expressou rejeição extrema e violência simbólica. Ao afirmar que preferiria a morte de um filho a aceitar sua orientação sexual, Bolsonaro não apenas reforça a exclusão de pessoas LGBTQIAPN+ do espaço social e familiar, mas também evidencia como sua perspectiva pessoal se conecta a uma visão pública que rejeita a diversidade. Nesse contexto, a entrevista atua como um veículo para amplificar preconceitos, perpetuar estigmas e normalizar um discurso de ódio que impacta negativamente a luta por direitos e reconhecimento de pessoas LGBTQIAPN+.
Fonte:	Barreto Jr (2022, p. 35)

Essa declaração expressa um posicionamento de profunda rejeição e desumanização em relação a pessoas LGBTQIAPN+, especialmente ao associar a homossexualidade à ideia de vergonha e indignidade. Ao afirmar que preferiria a morte de um filho, caso ele se declarasse homossexual, Bolsonaro não apenas revela uma postura pessoal de intolerância, mas utiliza essa narrativa para alimentar uma percepção coletiva de que a homossexualidade representa uma ameaça ou depreciação da identidade familiar e social.

A análise dialógica de Bakhtin revela que, nessa fala, Bolsonaro ecoa e reforça interdiscursos preexistentes de homofobia e exclusão, consolidando a ideia de que a orientação sexual não heteronormativa é uma "falha" ou "desvio".

Essa declaração, veiculada em uma revista de grande circulação nacional, não apenas promove a exclusão de indivíduos LGBTQIAPN+, mas também legitima atitudes de rejeição e de ódio dentro da estrutura familiar, um espaço que deveria, constitucionalmente, ser de proteção e acolhimento.

A sugestão de que um filho homossexual "atrasaria" sua vida ou "abalaria" sua carreira reflete uma visão instrumental da família, que é concebida apenas como extensão de uma imagem pública heteronormativa e aceitável socialmente. Esse tipo de discurso não apenas se distancia dos valores constitucionais de dignidade e igualdade, mas também reforça uma estrutura de poder e de hierarquia de valores que nega a humanidade de pessoas LGBTQIAPN+ e as coloca em uma posição de vulnerabilidade e exclusão.

Em termos de impacto social, a fala contribui para um imaginário coletivo que deslegitima as identidades LGBTQIAPN+ e nega a essas pessoas o direito à dignidade e ao respeito. Ao normalizar a rejeição e a violência simbólica dentro da própria estrutura familiar, Bolsonaro amplia o campo de discriminação e exclusão social, incentivando uma perspectiva de intolerância que se estende das esferas públicas para as esferas privadas e, especialmente, para os lares brasileiros.

FALA 23	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	16 de junho de 2011
Transcrição do enunciado:	“O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou homossexualismo O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou homossexualismo. Não vou ajudar porra nenhuma! Vou ajudar o garoto que é descente (...).”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Na mesma entrevista concedida à revista <i>Playboy</i> , publicada em junho de 2011, Jair Bolsonaro reafirma o teor excludente de seu discurso, agora direcionado a pessoas vivendo com HIV/AIDS. Em continuidade às declarações homofóbicas e estigmatizantes anteriores, Bolsonaro associa a transmissão do vírus a comportamentos que ele julga desviantes, como o “homossexualismo” e o

uso de drogas. Ao afirmar que não ajudaria financeiramente pessoas vivendo com HIV/AIDS e que direcionaria recursos apenas a quem considera “decente”, Bolsonaro reforça a marginalização de grupos já vulnerabilizados. Nesse contexto, a entrevista funciona como um canal para legitimar estereótipos e preconceitos, criando uma narrativa que hierarquiza vidas e deslegitima os direitos e a dignidade de pessoas LGBTQIAPN+ e outras populações afetadas pelo HIV/AIDS.

Fonte: Barreto Jr (2022, p. 35)

Na mesma entrevista, Bolsonaro manifesta uma atitude de extrema intolerância e exclusão em relação a pessoas vivendo com HIV/AIDS, associando-as diretamente a grupos estigmatizados como “usuários de drogas” e “homossexuais.” Ao afirmar que não ajudaria pessoas com HIV, Bolsonaro constrói um discurso que rejeita a universalidade dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que desconsidera o valor da dignidade humana como princípio fundamental. Essa fala revela um desprezo não apenas pelas pessoas LGBTQIAPN+ e usuários de drogas, mas também pelas políticas de saúde pública voltadas para a inclusão e a assistência social.

A partir do conceito de interdiscurso, nota-se que Bolsonaro se alinha a discursos historicamente excludentes, que desumanizam grupos vulnerabilizados ao associá-los a comportamentos considerados “imorais” ou “indignos.” Ao utilizar o termo “homossexualismo” — um termo anacrônico e pejorativo — ele reforça uma narrativa que patologiza a orientação sexual não heteronormativa, conectando-a a uma imagem negativa de “decadência moral.” Esse tipo de associação deslegitima os direitos das pessoas que compõem esses grupos, em particular os direitos relacionados ao acesso à saúde e à proteção social, fundamentais para a manutenção de sua dignidade e cidadania.

Em termos de carnavalização, a fala de Bolsonaro inverte o sentido das políticas de saúde pública ao tratar o apoio a pessoas com HIV como algo não apenas dispensável, mas desprezível. Esse ato de inversão grotesca reconfigura o que deveria ser um dever do Estado e da sociedade — o cuidado e a proteção de todas as pessoas, independentemente de suas condições de saúde — como uma atitude que merece desprezo. Esse deslocamento afasta-se das diretrizes constitucionais que visam garantir o bem-estar e a dignidade de todos os cidadãos, reforçando um imaginário de exclusão e de falta de solidariedade.

A força centrífuga, neste caso, é clara ao promover a fragmentação de direitos sociais e assistenciais, transformando-os em privilégios seletivos apenas para aqueles que são considerados “decentes.” Ao excluir pessoas com HIV e direcionar a ajuda somente aos que ele qualifica como “dignos” de apoio, Bolsonaro rompe com o princípio constitucional da igualdade e limita o alcance da proteção social. Essa postura não apenas desumaniza, mas também amplia a estigmatização e a discriminação contra grupos já vulnerabilizados, como pessoas LGBTQIAPN+ e pessoas que vivem com HIV.

Ao adotar essa retórica, Bolsonaro estabelece uma narrativa que nega o caráter inclusivo e universal dos direitos fundamentais, deslegitimando políticas de saúde pública e proteção social e reforçando uma visão punitivista e hierárquica sobre quem merece amparo estatal. Essa postura fortalece o preconceito e o estigma social, ao mesmo tempo em que enfraquece a noção de cidadania plena, impactando diretamente as percepções da sociedade sobre a dignidade e o valor de cada indivíduo.

FALA 24	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	16 de junho de 2011
Transcrição do enunciado:	“Geralmente os pedófilos são homossexuais. Baseado no que vejo, porra! Quando você fala um, dois homens adotarem uma criança, ela vai crescer, com toda certeza, homossexual (...). O avanço do homossexualismo passa pela pedofilia também, e o consumo de drogas e a porta de entrada (...).”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Encerrando a série de declarações homofóbicas feitas na entrevista à revista <i>Playboy</i> de junho de 2011, Jair Bolsonaro direciona seu discurso para reforçar associações estigmatizantes entre homossexualidade, pedofilia e consumo de drogas. A fala evidencia uma tentativa de deslegitimar a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, ao sugerir que crianças adotadas por homens gays inevitavelmente cresceriam como homossexuais. Além disso, Bolsonaro utiliza argumentos preconceituosos para associar a homossexualidade a práticas criminosas e desvios morais, como a pedofilia. Essa declaração, somada às falas anteriores na mesma entrevista, forma um quadro consistente de exclusão e violência simbólica contra pessoas LGBTQIAPN+.

reforçando estereótipos que justificam a marginalização e dificultam avanços no campo dos direitos humanos.

Fonte: Barreto Jr (2022, p. 35)
--

Nesta fala, Bolsonaro reforça uma série de estigmas e estereótipos prejudiciais sobre a comunidade LGBTQIAPN+, associando, sem qualquer embasamento, a orientação sexual de pessoas homossexuais a práticas criminosas, como a pedofilia, e a comportamentos considerados socialmente desviantes, como o consumo de drogas. Ao fazer essa associação, ele cria uma narrativa que promove um imaginário de perversão e ameaça em torno da homossexualidade, distorcendo e desumanizando indivíduos LGBTQIAPN+.

Essa fala, que integra a entrevista concedida por Bolsonaro à revista *Playboy* em 2011, expõe uma retórica de exclusão. Ao afirmar que “geralmente os pedófilos são homossexuais” e que “o avanço do homossexualismo passa pela pedofilia,” Bolsonaro amplia o discurso homofóbico, usando a figura do “outro” homossexual como alvo de repulsa e de suspeita pública. Essa estratégia alinha-se ao conceito de interdiscurso, uma vez que Bolsonaro recorre a discursos amplamente disseminados por movimentos conservadores, que historicamente associaram a homossexualidade a práticas ilegais e imorais, a fim de estigmatizar e marginalizar essa população.

Por meio da aplicação do conceito de carnavalização, observa-se que Bolsonaro subverte e inverte valores de forma grotesca e caricatural ao associar, de maneira absurda, a adoção por casais homossexuais à criação de futuros “homossexuais” e à pedofilia. Essa distorção grotesca funciona como uma forma de legitimar a exclusão dessas pessoas de direitos sociais fundamentais, como o direito à adoção, e também do respeito social. A carnavalização atua aqui como catalisadora da força centrífuga, dispersando o sentido de cidadania e respeito à diversidade ao associar esses direitos a comportamentos criminosos.

A construção discursiva de Bolsonaro nesta fala manifesta uma clara força centrífuga, que afasta a homossexualidade de qualquer caráter legítimo e constitucional, associando-a a desvios e crimes, o que se opõe frontalmente aos

valores de igualdade e dignidade humana previstos na Constituição brasileira. Ao afirmar categoricamente que casais do mesmo sexo colocam as crianças em risco, ele rejeita o princípio constitucional que assegura igualdade de direitos e respeito a todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual. Esse posicionamento implica uma tentativa de segmentar a cidadania e a proteção jurídica, tratando pessoas LGBTQIAPN+ como cidadãs de segunda classe.

Ao apoiar e disseminar essas ideias, Bolsonaro reforça uma narrativa que se sustenta na desinformação e no preconceito, promovendo uma visão hostil da diversidade sexual. Essa fala contribui para fortalecer a exclusão social, pois legitima, no imaginário coletivo, a violência e a intolerância contra essa comunidade. Além disso, ao relacionar a homossexualidade com crimes graves como a pedofilia, Bolsonaro potencializa o estigma e reforça uma divisão social que fragiliza o Estado Democrático de Direito, fundamentado nos princípios de igualdade, dignidade e inclusão social.

FALA 25	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	27 de março de 2013
Transcrição do enunciado:	“[...] Atenção, pedófilos, os que estimulam o homossexualismo nas escolas e os Deputados que querem a saída do deputado pastor Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos! Está entendido o recado, para começar? Vamos lá. Primeiro, há uma pressão da [presidente] Dilma Rousseff para se retirar o deputado pastor Marco Feliciano dessa Comissão. Ela não tem compromisso com a família. Se tivesse, não teria indicado a Eleonora Menicucci para ser ministra das Mulheres, pois ela declara, no <i>Correio Braziliense</i> , que continua tendo relações com homens e mulheres, ou seja, no linguajar popular: sapatona! E ainda diz que o seu grande orgulho é a filha, que é gay [...]”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro no plenário da Câmara dos Deputados, durante debates sobre a permanência do deputado pastor Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, posição que enfrentava intensa oposição por sua postura considerada conservadora e controversa. Bolsonaro utilizou o espaço legislativo para atacar críticos de Feliciano e promover um discurso homofóbico e sexista, associando defensores da

diversidade sexual e de gênero a práticas criminosas, como a pedofilia. Ele também atacou a então presidente Dilma Rousseff e a ministra Eleonora Menicucci, usando termos depreciativos e reforçando estigmas contra mulheres LGBTQIAPN+. O uso do plenário como palco para tais declarações amplia a gravidade da fala, ao conferir-lhe um caráter oficial e institucional, normalizando a exclusão de pessoas LGBTQIAPN+ e a violência simbólica contra mulheres que desafiam padrões tradicionais de gênero e sexualidade.

Fonte: Barreto Jr (2022, p. 39)

Nesta fala, Bolsonaro adota uma postura altamente agressiva, utilizando a plataforma do plenário da Câmara dos Deputados para expressar uma retórica de ataque direto a diversas figuras públicas, entre elas a então presidente Dilma Rousseff e a então ministra Eleonora Menicucci, com o intuito de deslegitimar suas posições políticas e pessoais. Ao associar “pedófilos” e “aqueles que estimulam o homossexualismo nas escolas” aos deputados que desejavam retirar o pastor Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos, Bolsonaro constrói uma narrativa que associa homossexualidade a práticas criminosas e a uma suposta ameaça à moralidade e à segurança pública.

Ao utilizar termos pejorativos como “sapatona” e ao destacar a orientação sexual da filha de Eleonora Menicucci, Bolsonaro mobiliza uma linguagem que ataca diretamente a dignidade das pessoas LGBTQIAPN+. Esse discurso busca minar a reputação e a credibilidade de figuras associadas à defesa dos direitos humanos e à diversidade sexual. Essa associação, amplamente estigmatizante, contribui para uma polarização no debate público e para a construção de uma imagem negativa da comunidade LGBTQIAPN+, associando-a à promiscuidade e à imoralidade.

A análise da fala sob o prisma da teoria do dialogismo de Bakhtin revela como Bolsonaro se posiciona em oposição a vozes que defendem os direitos humanos e a diversidade sexual, promovendo um discurso monológico que exclui a possibilidade de diálogo e construção conjunta de sentido. Esse monologismo se manifesta na tentativa de impor uma visão única, que desqualifica qualquer perspectiva que busque promover a igualdade e o respeito aos direitos das minorias. O interdiscurso é evidente ao Bolsonaro recorrer a estereótipos já estabelecidos na sociedade sobre pessoas LGBTQIAPN+ e indivíduos que defendem os direitos humanos,

fortalecendo uma visão conservadora que conecta o combate à diversidade sexual com a proteção da família e da moralidade.

O conceito de carnavalização também pode ser aplicado aqui, pois Bolsonaro emprega uma linguagem grotesca e caricatural para rebaixar e ridicularizar aqueles que ele considera contrários à “moralidade” e aos “valores tradicionais,” subvertendo o papel das instituições e dos direitos humanos de forma quase teatral. Ao reduzir figuras públicas a rótulos vulgares e preconceituosos, ele cria uma imagem caricatural que reforça a exclusão e a hierarquização social. Essa carnavalização ajuda a sustentar uma força centrífuga que distancia os valores constitucionais de inclusão e igualdade, promovendo um ambiente de segmentação social.

Ao associar a diversidade sexual com práticas criminosas e moralmente condenáveis, Bolsonaro constrói sentidos sociais em que determinados grupos são excluídos da esfera de proteção e dignidade previstas pela Constituição. Sua fala sugere que esses grupos, bem como seus defensores, são indesejáveis e incompatíveis com os “valores” que ele promove como ideais para o país. Com isso, ele busca deslegitimar a inclusão e a proteção dos direitos fundamentais, fundamentando uma visão social que aceita a marginalização de minorias em nome de uma ordem moral rígida e unilateral. Esse discurso, ao naturalizar a exclusão, enfraquece as bases constitucionais de igualdade e respeito às diferenças, sugerindo que esses princípios não são universais, mas sim restritos àqueles que se alinham a uma moralidade pré-definida.

FALA 26	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	16 de maio de 2013
Transcrição do enunciado:	"O Judiciário, a exemplo do Supremo, tem avançado sobre a Constituição. Está bem claro na Constituição aqui: a união familiar é um homem e uma mulher. (...) Essas decisões aí só vêm a cada vez mais solapar a unidade familiar, os valores familiares: vai jogar tudo isso por terra. Eles (comunidade LGBT) não querem igualdade, eles querem privilégios."
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.

Local e contexto:

Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em maio de 2013, em reação à decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que autorizou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, uma medida derivada de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011. Bolsonaro, utilizando uma retórica conservadora, criticou a ampliação dos direitos da população LGBTQIAPN+, afirmando que essas decisões "solapam a unidade familiar" e os "valores familiares". Além disso, ao alegar que a comunidade LGBTQIAPN+ busca "privilégios" e não igualdade, ele deslegitima a luta histórica por reconhecimento e direitos, reforçando estigmas que excluem essas pessoas do pleno acesso à cidadania. O contexto de críticas à atuação do Judiciário revela uma oposição ideológica às interpretações constitucionais voltadas para a inclusão e a proteção dos direitos fundamentais, reafirmando sua postura contrária à diversidade e ao pluralismo.

Fonte: Portal de Notícias Terra (2013)

Bolsonaro critica tanto a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que em 2011 reconheceu por unanimidade a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar legítima, quanto a decisão subsequente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que em 2013 regulamentou o casamento civil homoafetivo em todo o país. Ele interpreta essas medidas como uma ameaça aos "valores familiares" e acusa o Judiciário de ultrapassar os limites de sua competência ao "avançar sobre a Constituição" e desvirtuar seu texto, onde, segundo ele, a unidade familiar estaria restrita à união entre um homem e uma mulher. Bolsonaro reforça a ideia de que o casamento homoafetivo compromete a estrutura da sociedade e acusa a comunidade LGBTQIAPN+ de buscar "privilégios", em vez de igualdade, deslegitimando a luta por direitos dessa população.

Essa fala revela um posicionamento contrário aos avanços em direitos civis e sociais no país, ignorando que o reconhecimento da união homoafetiva pelo STF é uma aplicação do princípio da dignidade humana e do direito à igualdade, ambos assegurados pela Constituição. Ao declarar que a comunidade LGBTQIAPN+ busca "privilégios", Bolsonaro recorre a uma inversão dos valores democráticos, em que a luta por direitos civis fundamentais é retratada como uma tentativa de obter vantagens indevidas. Essa inversão, que dialoga com o conceito de carnavalização, distorce o sentido dos direitos conquistados por essa comunidade, transformando uma demanda por igualdade em uma suposta ameaça à unidade familiar tradicional.

A análise também destaca a força centrífuga presente no discurso de Bolsonaro, ao tentar afastar o reconhecimento jurídico e constitucional das famílias homoafetivas. Ele desafia a interpretação da Constituição pelo STF e reforça uma perspectiva excludente que nega a pluralidade de configurações familiares. Ao ignorar as decisões do STF, Bolsonaro fragmenta o sentido de cidadania plena e deslegitima o papel da comunidade LGBTQIAPN+ no cenário social, promovendo a divisão e o afastamento desses cidadãos do campo dos “legítimos” detentores de direitos.

Ao criticar o Judiciário e o STF, especificamente, Bolsonaro também mobiliza um interdiscurso de desconfiança nas instituições democráticas, característico de seu discurso político, sugerindo que decisões contrárias às suas posições constituem uma violação da “ordem constitucional”. Essa retórica ataca diretamente a imparcialidade e a função do STF como guardião da Constituição e garantidor dos direitos fundamentais, criando uma polarização entre “defensores” dos valores tradicionais e aqueles que “subvertem” a ordem social, representados aqui pelo STF e pela comunidade LGBTQIAPN+. Tal postura não apenas nega a universalidade dos direitos, mas também tensiona os princípios constitucionais de igualdade e justiça, essenciais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

FALA 27	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	16 de maio de 2013
Transcrição do enunciado:	"Você acha que eu vou pegar meu filho de 6 anos de idade e deixar ele brincar com outro moleque de 6 anos adotado por um casal gay? Não vou deixar! (...) A lei não vai fazer minha maneira de pensar (ficar) diferente".
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita no mesmo contexto da crítica de Jair Bolsonaro à decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamentou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2011. Bolsonaro ampliou sua oposição ao casamento homoafetivo ao criticar também a adoção por casais LGBTQIAPN+, afirmando que não permitiria que seu filho interagisse com uma criança adotada por um casal gay. Essa fala reforça seu discurso de exclusão, ao recusar a legitimidade das famílias homoafetivas e

sugerir que essas configurações familiares representam uma ameaça aos valores tradicionais que ele defende. No mesmo ato, Bolsonaro reafirma que mudanças legais não alterariam sua perspectiva conservadora, consolidando sua posição contrária à ampliação de direitos para a comunidade LGBTQIAPN+.
--

Fonte: Portal de Notícias Terra (2013).
--

Para analisar essa fala, é essencial observar como Bolsonaro reforça preconceitos em torno da homoparentalidade e insinua uma ameaça às normas heteronormativas no espaço de convivência infantil. A declaração de que não permitiria que seu filho “brincasse com outro moleque” adotado por um casal gay se alinha a uma retórica que segrega crianças em função da orientação sexual dos pais, sugerindo que o ambiente familiar homoparental seria prejudicial ou inadequado para o desenvolvimento infantil. Esse enunciado faz uso de uma estratégia discursiva de exclusão social, onde a ideia de uma infância “protegida” surge vinculada à interdição de interações com crianças de famílias LGBTQIAPN+.

A declaração de que “a lei não vai fazer minha maneira de pensar (ficar) diferente” revela uma postura de resistência deliberada a normas jurídicas, especialmente à decisão do STF em 2011, que reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Esse comentário demarca mais uma área de tensão entre o discurso constitucional, que garante direitos iguais a todas as formas legítimas de família, e o discurso bolsonarista, que defende a supremacia de um modelo familiar restrito à heteronormatividade. A fala também ilustra uma forma de monologismo, no qual Bolsonaro se fecha à possibilidade de diálogo ou de aceitação dos direitos já constitucionalmente assegurados, mantendo-se fixo em uma visão única e excludente da família.

Ao examinar a aplicação das forças centrífugas, observa-se como Bolsonaro opera uma separação entre as “famílias tradicionais” e os modelos familiares LGBTQIAPN+, afastando-se dos sentidos inclusivos que a Constituição de 1988 e as decisões do STF asseguram. Esse movimento retira das famílias homoparentais o *status* de legitimidade, reduzindo seus membros a uma condição de alteridade, desprovidos de reconhecimento social e jurídico.

A alegação de que não permitiria a convivência entre seu filho de seis anos com outras crianças adotadas por pais gays sugere que a orientação dos pais pode impactar negativamente outras crianças. Esse tipo de discurso, ao sugerir que a proximidade com famílias homoparentais seria danosa, alimenta preconceitos e distorções sobre a comunidade LGBTQIAPN+, além de reforçar divisões sociais.

O impacto social dessa fala é significativo, pois influencia a intolerância e o preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+ e suas famílias, perpetuando um estigma que se opõe ao direito à igualdade e à dignidade humana. Ao adotar uma postura de rejeição categórica, Bolsonaro não apenas desrespeita os princípios constitucionais de igualdade e pluralidade, mas também legitima atitudes e comportamentos discriminatórios no convívio social, contribuindo para a marginalização desses grupos na sociedade.

FALA 28	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	22 de outubro de 2013
Transcrição do enunciado:	“Nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay. [...] Nós, brasileiros, não gostamos dos homossexuais”.
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma entrevista ao documentário <i>Out There</i> , dirigido pelo britânico Stephen Fry, que aborda o avanço da homofobia em diversos países. No filme, Bolsonaro reafirma sua retórica homofóbica ao declarar que "nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay" e ao generalizar que "nós, brasileiros, não gostamos dos homossexuais". Essa fala, embora distinta em ocasião das críticas às decisões do CNJ e do STF, reforça a mesma narrativa excludente, desta vez projetando sua visão preconceituosa como um suposto consenso nacional. O contexto de uma produção internacional amplia o alcance de seu discurso, expondo não apenas sua oposição aos direitos LGBTQIAPN+, mas também a forma como representa o Brasil como um país avesso à diversidade. A declaração, proferida em um cenário global, não só reforça estigmas e preconceitos, mas também projeta uma imagem distorcida e discriminatória da sociedade brasileira.
Fonte:	O Globo (2013).

A análise desta fala revela a postura abertamente homofóbica de Bolsonaro. Ao declarar que “nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay” e que “nós, brasileiros, não gostamos dos homossexuais,” Bolsonaro reforça o estigma sobre a identidade LGBTQIAPN+ em um contexto de audiência internacional, sem constrangimento em expressar publicamente seus preconceitos.

A fala revela ainda uma camada complexa de deslegitimação e desprezo em relação à identidade LGBTQIAPN+, explorando o simbolismo da palavra “orgulho” como uma ironia que inverte o significado de dignidade e aceitação em vergonha e ridículo. O uso da palavra “orgulho” é especialmente significativo, pois, historicamente, esse termo é central para os movimentos de luta pelos direitos LGBTQIAPN+, promovendo a valorização da identidade e a resistência contra o preconceito.

O Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+, comemorado em 28 de junho, é mundialmente reconhecido como um momento de luta política por direitos dessa comunidade, além de celebrar e reafirmar o sentimento de orgulho e aceitação social. No entanto, Bolsonaro emprega a palavra de forma oposta, sugerindo que a homossexualidade é algo de que os pais não poderiam – e, segundo ele, não deveriam – sentir orgulho. Esse posicionamento transmite uma visão excludente e estigmatizante, negando o valor e a legitimidade das identidades sexuais diversas, ao mesmo tempo em que afasta o discurso dos direitos humanos e da igualdade.

A entrevista expõe o contraste cultural e o constrangimento do entrevistador diante do discurso abertamente homofóbico de Bolsonaro, o que amplia a percepção de como esse discurso se posiciona fora dos valores universais de direitos humanos e respeito à diversidade. Ao fazer essa declaração em tom de generalização, ele sugere que sua posição pessoal reflete o sentimento coletivo do povo brasileiro, uma estratégia que visa legitimar o preconceito como algo amplamente compartilhado, apesar das leis e tratados internacionais que protegem o direito à diversidade.

Em um momento da entrevista – disponível na íntegra no *site* do YouTube¹ –, Bolsonaro nega que haja perseguição de homossexuais no Brasil, justificando que não há “grupos de caça” de homossexuais ou repressão explícita; que existem até passeatas gays. De forma irônica e acompanhada de risos, diz que está pensando em fazer uma “passeata do orgulho hétero”. Ao perceber o constrangimento do diretor, Bolsonaro afirma que ele não será convidado, irrompendo em seguida em efusivas gargalhadas, que finalizam a entrevista. Tais declarações e comportamentos refletem a carnavalização de seu discurso, em que o sarcasmo, a gargalhada e o deboche são utilizados para desqualificar as pautas LGBTQIAPN+, sugerindo que o “orgulho gay” seria um excesso ou uma farsa, enquanto ele encena, quase caricaturalmente, a criação de um “dia do orgulho heterossexual”.

Essa fala projeta efeitos sociais amplamente polarizadores e excludentes. Através da afirmação de que a homossexualidade não é aceita pelos brasileiros, Bolsonaro contribui para consolidar uma representação negativa e discriminatória, alimentando ideologias que afastam os sentidos de igualdade e pluralidade constitucionais.

FALA 29	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	14 de fevereiro de 2014
Transcrição do enunciado:	“Os gays não são semideuses. A maioria é fruto do consumo de drogas.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em uma entrevista ao jornal <i>El País</i> , durante a qual reforçou sua retórica homofóbica ao afirmar que a maioria das pessoas LGBTQIAPN+ seria “fruto do consumo de drogas”. A fala patologiza a comunidade LGBTQIAPN+, sugerindo que suas identidades não são legítimas ou naturais, mas derivadas de comportamentos socialmente reprováveis. Essa afirmação segue a lógica excludente de suas declarações anteriores, como na entrevista ao documentário <i>Out There</i> , onde projetou sua visão preconceituosa como representativa de toda a sociedade brasileira. No contexto de um veículo internacional de grande alcance, Bolsonaro amplifica estigmas contra pessoas LGBTQIAPN+ e fortalece narrativas discriminatórias que deslegitimam suas lutas por igualdade e reconhecimento. A entrevista

¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=81-MShDK7_I Acesso em: 12/11/2024.

evidencia mais uma vez como sua retórica homofóbica transcende o cenário nacional, expondo o Brasil a uma imagem de intolerância.

Fonte: Martín (2014).

Nessa fala, Bolsonaro continua a associar a identidade LGBTQIAPN+ a comportamentos que ele considera socialmente reprováveis, como o consumo de drogas, e reduz a orientação sexual a uma suposta consequência desse consumo, esvaziando-a de legitimidade e naturalidade. Esse discurso patologiza a identidade LGBTQIA+, indicando que ser gay é resultado de vícios, o que reforça o estigma de que a homossexualidade é indesejável ou corrigível, afastando-se do reconhecimento da diversidade sexual.

Ao afirmar que “gays não são semideuses,” ele sugere que há uma glorificação exagerada ou indevida dessa comunidade, ao mesmo tempo em que insinua que a aceitação da diversidade sexual é resultado de um movimento ideológico que exalta falsamente as identidades LGBTQIAPN+. Essa associação reforça estereótipos negativos e coloca em questão a dignidade e a validade dessas identidades, construindo um discurso que se opõe ao respeito e à igualdade preconizados pelos direitos humanos.

FALA 30
Categoria de análise: Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data: 08 de abril de 2015
Transcrição do enunciado: “Eu não sou homofóbico, gordofóbico, flamengofóbico, heterofóbico. É o governo que estimula isso através do Plano Nacional de Promoção de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. O governo é que joga homo contra hétero.”
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto: Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em abril de 2015, após ser condenado pela Justiça do Rio de Janeiro ao pagamento de indenização por declarações homofóbicas feitas no programa CQC, da TV Bandeirantes, em 2011. Em resposta à decisão judicial, Bolsonaro negou ser homofóbico e acusou o governo federal de estimular divisões entre pessoas LGBTQIAPN+ e heterossexuais por meio do Plano Nacional de Promoção de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. A fala mantém a retórica comum em suas declarações anteriores, ao minimizar a gravidade

da homofobia e deslegitimar políticas públicas destinadas à proteção e promoção dos direitos fundamentais de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Ao posicionar o governo como responsável por fomentar um suposto conflito entre grupos sociais, Bolsonaro reforça sua oposição às iniciativas de inclusão e sua estratégia de desqualificar ações que busquem equidade. O contexto judicial e político amplifica o impacto de sua fala, evidenciando o uso contínuo de discursos que excluem e marginalizam pessoas LGBTQIAPN+.

Fonte: Estado de Minas (2015).

Nessa fala, Bolsonaro recorre à ironia ao listar diversas “fobias” — “homofóbico, gordofóbico, flamengofóbico, heterofóbico” — para desqualificar as acusações de homofobia e relativizar a gravidade do preconceito contra pessoas LGBTQIAPN+. Esse recurso retórico banaliza o conceito de “homofobia,” equiparando-o a preferências ou rivalidades triviais, como torcidas de futebol, e esvazia o peso social e político da palavra. A estratégia promove um deslocamento discursivo que deslegitima as experiências de discriminação vividas pela comunidade LGBTQIAPN+, reforçando a invisibilização de suas demandas por direitos e proteção.

Ao atribuir ao governo a responsabilidade pela “divisão” entre “homo” e “hétero,” Bolsonaro articula um interdiscurso conservador que inverte a lógica das políticas afirmativas, caracterizando-as como causadoras de conflito social. Essa inversão reforça uma narrativa de resistência contra avanços em direitos humanos, apresentando as iniciativas governamentais como formas de “privilegiar” pessoas LGBTQIAPN+ em detrimento da população heterossexual. Esse discurso constrói um campo simbólico de oposição à diversidade, em que as demandas por inclusão são vistas como ameaças à ordem social tradicional.

Os efeitos sociais dessa fala são significativos: ao desqualificar as políticas públicas voltadas à promoção da cidadania LGBTQIAPN+ e minimizar o impacto da homofobia, Bolsonaro reforça preconceitos e legitima a resistência contra avanços em direitos. Essa postura contribui para a perpetuação de um ambiente político e social que naturaliza a exclusão e dificulta a construção de uma sociedade plural e inclusiva.

FALA 31	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	08 de abril de 2015
Transcrição do enunciado:	“Com o passar do tempo, com as liberalidades, as drogas e as mulheres trabalhando, aumentou bastante o número de homossexuais.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita durante uma entrevista concedida por Jair Bolsonaro à atriz Ellen Page (atualmente o ator trans Elliot Page) para a série documental <i>Gaycation</i> , uma produção da Vice transmitida pela National Geographic, que explora a cultura LGBTQIAPN+ em diferentes países. Na entrevista, Bolsonaro expressou opiniões que atribuem o aumento do número de pessoas homossexuais a fatores como o "trabalho das mulheres" e as "drogas", reforçando estigmas e preconceitos amplamente difundidos contra a comunidade LGBTQIAPN+. O contexto da série, que aborda os desafios e histórias de vida de pessoas LGBTQIAPN+ em diversos países, contrasta fortemente com o tom depreciativo de Bolsonaro, gerando repercussão internacional. No encerramento do episódio, Page lamentou publicamente a ideologia do deputado: "É devastador saber que alguém com tanta influência tem tanto desdém com a comunidade gay".
Fonte:	Barragán (2018).

Nessa fala, Jair Bolsonaro conecta o aumento da visibilidade e da aceitação de pessoas LGBTQIAPN+ a fatores como "as liberalidades, as drogas e as mulheres trabalhando." A declaração expressa uma visão conservadora que enxerga a homossexualidade como algo desviante, influenciado por mudanças sociais e comportamentos considerados transgressores. Ao incluir o trabalho das mulheres como uma suposta causa do aumento da homossexualidade, Bolsonaro reforça estigmas de gênero e sugere uma relação entre a emancipação feminina e uma desordem na estrutura social tradicional. Essa associação deslegitima tanto a luta LGBTQIAPN+ quanto o movimento por igualdade de gênero, ao posicionar ambos como ameaças a uma ordem heteronormativa e patriarcal.

O contexto da fala é especialmente relevante. Proferida durante uma entrevista para uma série documental que explora a cultura e os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ em diferentes países, a declaração de Bolsonaro contrasta fortemente com o propósito da produção. A série, conduzida por Ellen

Page (hoje Elliot Page), busca dar voz a pessoas LGBTQIAPN+ e expor suas histórias de resistência e exclusão. A presença de Bolsonaro no documentário serve como um contraponto às narrativas de inclusão, ilustrando a postura política e retórica de rejeição e deslegitimação da diversidade.

A fala emprega uma estratégia de simplificação que reduz fenômenos sociais complexos, como a ampliação da visibilidade LGBTQIAPN+ e as mudanças nos papéis de gênero, a um suposto descontrole moral e cultural. Ao conectar o aumento da homossexualidade a “liberalidades,” Bolsonaro reforça um interdiscurso conservador que rejeita as transformações sociais em prol da inclusão e da diversidade, tratando-as como desordens a serem combatidas. A inclusão das mulheres trabalhadoras nesse discurso revela uma sobreposição de estigmas de gênero e sexualidade, que busca minar avanços em direitos de diferentes grupos.

Os efeitos sociais dessa fala são profundos, pois reforçam estereótipos e alimentam a exclusão de pessoas LGBTQIAPN+. Ao associar a homossexualidade a comportamentos supostamente nocivos, como o uso de drogas, e a mudanças na estrutura familiar tradicional, Bolsonaro legitima discursos discriminatórios que desvalorizam as lutas por igualdade e inclusão. No âmbito internacional, o documentário *Gaycation* amplificou o alcance da declaração, destacando como discursos políticos excludentes podem moldar negativamente a percepção da diversidade no Brasil. Ao final da entrevista, Elliot Page lamenta a visão de Bolsonaro, destacando o impacto devastador que declarações de figuras públicas como ele podem ter sobre a comunidade LGBTQIAPN+.

FALA 32	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	25 de junho de 2015
Transcrição do enunciado:	“E o que há de mais importante para um homem e uma mulher não é quando eles se casam, não, Pastor Malafaia, se me permite. Eles se transformam quando têm um filho. Aquele filho passa a ser a coisa mais importante da vida deles, eles dão a vida pelo seu filho; o homem ou a mãe dá a vida pelo seu filho. E, quando ele adquire um comportamento desse, porventura estimulado pela escola, acaba-se com a família deste casal. Eu nunca vi festa de debutante de casais

homossexuais, ou de filhos gays. Nunca vi! Eu nunca vi! Então, a questão é que a instituição da família tem que ser preservada a qualquer preço.”

Autor:

Deputado Federal Jair Bolsonaro.

Local e contexto:

Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante a 9ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.583/2013, conhecido como Estatuto da Família, no plenário da Câmara dos Deputados. O encontro contou com a presença de várias lideranças evangélicas, incluindo o pastor Silas Malafaia, e teve como foco central a discussão sobre os critérios para o reconhecimento legal das famílias no Brasil, com ênfase na defesa de modelos tradicionais, compostos exclusivamente por um homem, uma mulher e seus filhos. Bolsonaro utilizou a oportunidade para criticar políticas educacionais que, segundo ele, estimulariam comportamentos LGBTQIAPN+, associando esses comportamentos à desestruturação familiar. O contexto reflete um ambiente conservador e favorável às pautas que restringem o reconhecimento de famílias homoafetivas, amplificando o alcance de seu discurso excludente.

Fonte: BRASIL (2015).

Nessa fala, Jair Bolsonaro reafirma sua visão conservadora sobre a família, restringindo sua definição a um modelo tradicional composto por um homem, uma mulher e seus filhos biológicos. Ele utiliza a figura do "filho gay" como uma ameaça à estabilidade familiar, sugerindo que a orientação sexual pode ser influenciada negativamente por estímulos externos, como o ambiente escolar. Essa afirmação não apenas desconsidera estudos científicos sobre a sexualidade humana, mas também reforça estigmas que associam a homossexualidade a uma espécie de falha no funcionamento da família ou na educação.

Ao declarar que "nunca viu festa de debutante de casais homossexuais, ou de filhos gays," Bolsonaro utiliza uma narrativa caricatural para reforçar a exclusão das famílias homoafetivas e das pessoas LGBTQIAPN+ do imaginário social sobre a celebração e a continuidade da vida familiar. Característico de um processo de carnavalização da linguagem, esse tipo de argumento apela à emoção e ao senso comum, sugerindo que famílias formadas por casais LGBTQIAPN+ seriam menos legítimas ou incapazes de produzir vínculos sociais e culturais dignos de reconhecimento.

O contexto em que a fala foi proferida é especialmente relevante. A discussão sobre o Estatuto da Família, em um ambiente fortemente influenciado por lideranças evangélicas, reflete a conexão do discurso de Bolsonaro com um interdiscurso religioso-conservador que se opõe ao reconhecimento de direitos das famílias LGBTQIAPN+. A presença de lideranças como o pastor Silas Malafaia reforça a retórica de que a instituição da família precisa ser "preservada a qualquer preço," uma ideia que legitima a exclusão de modelos familiares que fogem à norma tradicional.

Os efeitos sociais dessa fala são profundos, pois contribuem para a estigmatização das famílias homoafetivas e para a perpetuação de preconceitos contra pessoas LGBTQIAPN+. Ao posicionar a comunidade LGBTQIAPN+ como uma ameaça à instituição da família, Bolsonaro legitima discursos de rejeição e exclusão social, dificultando a ampliação de direitos e a inclusão dessas pessoas em estruturas que deveriam ser reconhecidas e protegidas pelo Estado. No âmbito legislativo, a fala também reflete a tentativa de cristalizar um modelo único de família, em contrariedade aos princípios constitucionais de igualdade e pluralidade, e em oposição direta ao reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar legítima pelo STF em 2011.

FALA 33	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	17 de dezembro de 2018
Transcrição do enunciado:	"Com o tempo, passou-se a instituir outras coisas à sociedade, como a malfadada ideologia de gênero, dizendo que ninguém nasce homem ou mulher, que isso é uma construção da sociedade. Isso é uma negação a quem é cristão, é uma negação a quem realmente acredita no ser humano. Ou se nasce homem, ou se nasce mulher"
Autor:	Jair Bolsonaro, Presidente eleito
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro, então presidente eleito, durante a inauguração do 3º Colégio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Baixada Fluminense e destinado a filhos de policiais militares. O evento, que contou com a presença de autoridades e familiares de militares, também homenageou o pai de Bolsonaro, Percy Geraldo Bolsonaro, que deu

nome à instituição. Em seu discurso, Bolsonaro aproveitou a ocasião para criticar a chamada "ideologia de gênero," reiterando seu compromisso com uma visão conservadora sobre identidade de gênero e reforçando uma oposição ideológica às pautas progressistas relacionadas à diversidade e aos direitos LGBTQIAPN+. O contexto do evento, marcado por valores associados à ordem, disciplina e família tradicional, potencializou o impacto de sua fala junto ao público presente e simbolizou a continuidade de sua retórica conservadora na transição para o governo.

Fonte: Revista Veja (2018).

Nessa fala, proferida enquanto presidente eleito, Bolsonaro reafirma uma visão binária e excludente de gênero ao afirmar que “ou se nasce homem ou se nasce mulher,” desconsiderando identidades de gênero que não se enquadram nesse espectro. Essa declaração se alinha a uma perspectiva essencialista e rígida, ignorando o reconhecimento social e científico das identidades trans e não binárias. Ao reforçar uma visão estritamente binária, Bolsonaro deslegitima vivências que fogem dessa norma, contribuindo para a exclusão de pessoas LGBTQIAPN+.

Além disso, ao mencionar que a diversidade de gênero é “uma negação a quem é cristão e a quem realmente acredita no ser humano,” ele evoca uma base religiosa para validar sua visão e restringe a legitimidade de identidades não normativas. Esse discurso, ao conectar identidade de gênero com uma visão religiosa particular, promove uma hierarquização moral e exclui aqueles que não compartilham dessa visão. Ao mesmo tempo, reforça uma visão que posiciona a heteronormatividade e o binarismo de gênero como “naturais” e dignos de aceitação, enquanto outras expressões são desvalorizadas e marginalizadas.

FALA 34	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	25 de abril de 2019
Transcrição do enunciado:	“Quem quiser vir aqui [ao Brasil] fazer sexo com uma mulher, fique a vontade. O Brasil não pode ser um país de turismo gay. Temos famílias.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, em abril de 2019. No encontro, o presidente abordou diferentes temas e aproveitou

para criticar o que classificou como "turismo gay" no Brasil, reforçando uma narrativa que associa a presença de turistas LGBTQIAPN+ a uma ameaça aos "valores familiares". Ao incentivar o turismo sexual envolvendo mulheres e, ao mesmo tempo, rejeitar a ideia de que o país possa ser um destino para turistas LGBTQIAPN+, Bolsonaro reforça estereótipos excludentes e perpetua uma visão limitada e discriminatória do Brasil como destino turístico. O contexto do café da manhã com jornalistas amplia a repercussão da fala, dada a sua cobertura pela mídia nacional e internacional, evidenciando mais uma vez a retórica homofóbica presente em seu discurso oficial.

Fonte: Folha de São Paulo (2019a).

Nessa fala, Jair Bolsonaro estabelece um contraste entre o incentivo ao turismo sexual envolvendo mulheres e a rejeição ao "turismo gay," reforçando uma visão conservadora e discriminatória sobre sexualidade e família. Ao afirmar que o Brasil "não pode ser um país de turismo gay" porque "tem famílias," Bolsonaro promove uma exclusão simbólica das pessoas LGBTQIAPN+ do conceito de família e, ao mesmo tempo, naturaliza o turismo sexual como algo aceitável ou até mesmo desejável, desde que alinhado à heteronormatividade. Esse posicionamento legitima estereótipos de gênero e reforça desigualdades, ignorando as consequências sociais, econômicas e legais do turismo sexual, especialmente em relação à exploração de mulheres.

A fala reproduz um interdiscurso conservador que conecta noções tradicionais de família e sexualidade à exclusão de pessoas LGBTQIAPN+ dos espaços públicos e sociais. Ao tratar o turismo LGBTQIAPN+ como uma ameaça aos "valores familiares," Bolsonaro constrói um discurso que deslegitima a diversidade e fortalece a exclusão dessas populações de narrativas nacionais de pertencimento. Essa perspectiva se alinha a discursos homofóbicos amplamente difundidos, que veem a visibilidade LGBTQIAPN+ como incompatível com a estrutura social tradicional.

Os efeitos sociais dessa fala são evidentes na perpetuação de preconceitos contra pessoas LGBTQIAPN+, contribuindo para o fortalecimento de barreiras à sua inclusão e aceitação. Além disso, a declaração ignora o impacto positivo que o turismo LGBTQIAPN+ poderia ter na economia brasileira e no fortalecimento de uma imagem internacional de diversidade e acolhimento. Ao rejeitar essa perspectiva, Bolsonaro consolida uma visão restritiva que coloca os interesses de grupos conservadores acima do compromisso constitucional com igualdade e dignidade.

Proferida em um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, a fala ganhou ampla repercussão nacional e internacional, amplificando seus impactos negativos. Além de reforçar preconceitos e exclusões, a declaração projeta uma imagem do Brasil como um país que institucionaliza a discriminação contra pessoas LGBTQIAPN+, prejudicando a construção de um ambiente político e social mais plural e inclusivo.

FALA 35	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Homofobia e exclusão de pessoas LGBTQIAPN+
Data:	20 de dezembro de 2019
Transcrição do enunciado:	“Oh, rapaz, pergunta para a tua mãe o comprovante que ela deu para o teu pai, tá certo? (...) Você tem uma cara de homossexual terrível, nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma entrevista informal em frente ao Palácio da Alvorada, local frequentemente utilizado pelo presidente para interações com jornalistas e apoiadores. Na ocasião, a fala foi uma resposta agressiva a uma pergunta de um repórter do jornal <i>O Globo</i> sobre as investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro envolvendo seu filho, Flávio Bolsonaro, e Fabrício Queiroz. A interação foi marcada por hostilidades, com o presidente utilizando expressões pejorativas para desqualificar o jornalista, insinuando que ele tinha uma "cara de homossexual terrível". O comentário foi acompanhado por provocações adicionais, dirigidas não apenas ao repórter, mas também a outros profissionais presentes, em um ambiente reforçado por apoiadores que aplaudiam as palavras do presidente. O episódio reflete a tentativa de Bolsonaro de desviar a atenção de temas sensíveis, utilizando ataques pessoais e declarações homofóbicas como estratégia para deslegitimar interlocutores críticos.
Fonte:	Folha de São Paulo (2019b).

Essa fala de Bolsonaro direcionada a um repórter demonstra um uso ostensivo de linguagem depreciativa e insinuações de caráter pessoal que reforçam estereótipos negativos sobre a homossexualidade. A interação, ao ser marcada por um tom irônico e por uma insinuação visualmente agressiva, caracteriza-se pela carnavalização do discurso, onde o presidente subverte o decoro esperado em uma interação pública entre um chefe de Estado e a imprensa. Esse tipo de abordagem inverte o papel de uma comunicação institucional, substituindo a resposta à pergunta

por uma tentativa de humilhação e de exposição pessoal do repórter, utilizando uma linguagem que explora a aparência física de forma pejorativa.

Ao associar a “cara de homossexual” a algo “terrível”, Bolsonaro reforça estigmas e preconceitos contra pessoas LGBTQIAPN+. Embora a frase final tente suavizar a agressão ao mencionar que ser homossexual “não é crime”, o efeito já foi consolidado ao transformar a orientação sexual em uma forma de ridicularização. A fala é parte de uma estratégia de inferiorização do “outro”, que desqualifica minorias sexuais ao associar traços de identidade pessoal com insultos e chacotas públicas.

O uso da ironia nesse contexto não apenas reforça o preconceito como tenta diminuir o impacto de responsabilização pela fala, sugerindo que é uma simples brincadeira ou algo leve, quando na verdade carrega um potencial simbólico de exclusão. Este tipo de comunicação enfatiza a construção de um ambiente em que a diversidade é depreciada, desfavorecendo o desenvolvimento de uma convivência plural e democrática.

4.2.2 Sexismo e reforço de hierarquias de gênero

Neste conjunto de falas que abordam questões de gênero, Jair Bolsonaro expressa, de diferentes formas, uma visão que reforça estereótipos sexistas e hierarquias entre homens e mulheres, normalizando uma perspectiva que relega a mulher a uma posição de inferioridade e desvalorização. Em declarações que abordam temas trabalhistas, sociais e pessoais, ele reforça estereótipos de gênero e desqualifica direitos conquistados pelas mulheres, associando-os a prejuízos e limitações.

No contexto da análise discursiva, é fundamental observar como essas declarações promovem a normalização de hierarquias de gênero, inserindo-se em um discurso mais amplo que reforça a exclusão e a desvalorização das mulheres na sociedade. As falas de Bolsonaro, ao enfatizar uma visão sexista e conservadora, servem como instrumentos de naturalização dessas hierarquias, contribuindo para a manutenção de estruturas sociais desiguais e justificando a exclusão das mulheres em diferentes esferas da vida pública e privada.

FALA 36	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Sexismo e reforço de hierarquias de gênero
Data:	10 de março de 2010
Transcrição do enunciado:	“(...) Quanto mais se quer defender a mulher em nosso país, mais se prejudica o acesso delas ao trabalho. São tantos direitos que duvido que quem esteja nos ouvindo vá continuar dando empregos às mulheres. Demitir uma mulher é a coisa mais difícil que existe. Quando se criam certas vantagens como licença-gestante... (Pausa). Deixe-me falar? Para fazer demagogia, está cheio de gente nesta Casa (...).”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro no plenário da Câmara dos Deputados, durante um debate sobre os direitos trabalhistas das mulheres, incluindo a licença-maternidade. A fala reflete sua crítica a políticas públicas que buscam proteger os direitos das trabalhadoras, sugerindo que essas medidas acabam por dificultar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Bolsonaro argumenta que tais direitos criam "desvantagens" para empregadores e contribuem para a suposta dificuldade em contratar ou demitir mulheres. O contexto da fala, em meio a uma discussão parlamentar, amplia sua relevância política, pois coloca em pauta uma visão que deslegitima conquistas históricas dos direitos fundamentais das mulheres e reforça estereótipos de gênero. Além disso, o tom de interrupção e confronto utilizado durante sua fala destaca uma postura que busca desqualificar opositores ao rotulá-los como “demagogos,” minando a seriedade do debate sobre igualdade de gênero no mercado de trabalho.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 33).

A fala de Bolsonaro no plenário da Câmara dos Deputados exemplifica seu discurso sexista, onde ele apresenta os direitos trabalhistas das mulheres, como a licença-maternidade, não como conquistas que promovem igualdade de oportunidades, mas como “vantagens” que dificultariam a contratação feminina. A fala expressa uma visão limitada e excludente, que trata os direitos das mulheres como barreiras econômicas, ao invés de reconhecê-los como garantias essenciais para a inclusão e proteção no mercado de trabalho.

A interrupção dos demais parlamentares, que reagem com repúdio, evidencia o incômodo que a fala gerou e sugere que o discurso de Bolsonaro contrasta diretamente com as pautas de igualdade e respeito às mulheres, já consolidadas como valores democráticos. Esse contraste revela a tentativa do deputado de

legitimar uma visão de gênero tradicional e conservadora, onde as mulheres são vistas como potenciais “problemas” para a economia.

Bolsonaro tenta reforçar uma hierarquia onde seus valores prevalecem sobre os das vozes que o questionam, utilizando a ideia de que o discurso da “demagogia” seria responsável pela concessão de direitos que, segundo ele, dificultariam a vida das mulheres. Essa tentativa de silenciamento e imposição monológica recorre ao conceito bakhtiniano de força centrífuga, que afasta os sentidos democráticos da igualdade de gênero e busca posicionar o sexismo como uma realidade plausível e legítima.

Além disso, essa fala carrega implicações profundas para a naturalização da exclusão feminina no mercado de trabalho, ao reforçar estereótipos de gênero que vão contra os princípios constitucionais de igualdade e inclusão. Ao apresentar as mulheres como uma carga “difícil” para o mercado de trabalho, ele atua para enfraquecer os valores democráticos de equidade e pluralidade, substituindo-os por uma visão que justifica a desigualdade de gênero em nome da “praticidade” econômica, reafirmando uma narrativa excludente e punitiva para as mulheres.

FALA 37	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Sexismo e reforço de hierarquias de gênero
Data:	10 de dezembro de 2014
Transcrição do enunciado:	“[...] quando o cara vai empregar, entre um homem e uma mulher jovem, o que que o empregador pensa? "Poxa, essa mulher aqui tá com aliança no dedo, não sei o quê, ela vai casar, é casada, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade, bonito para c*, para c*, ". Quem que vai pagar a conta? É o empregador.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma entrevista ao jornal <i>Zero Hora</i> , em 2014, enquanto discutia os impactos das políticas trabalhistas voltadas às mulheres no mercado de trabalho. Bolsonaro argumentou – assim como na fala anterior, de quatro anos antes – que empregadores seriam prejudicados ao contratar mulheres em idade reprodutiva, devido aos custos associados à licença-maternidade e outras proteções legais. Ao recorrer a uma linguagem informal

e depreciativa, ele reforçou estereótipos de gênero que posicionam as mulheres como economicamente "menos vantajosas" para o mercado de trabalho. O contexto de uma entrevista a um jornal de grande circulação amplia o impacto de sua fala, pois legitima a percepção de que os direitos conquistados pelas mulheres no âmbito trabalhista seriam "onerosos" ou indesejáveis, ignorando os princípios de igualdade de oportunidades e dignidade garantidos pela legislação trabalhista e pela Constituição Federal.

Fonte: Zero Hora (2018).

Essa fala de Bolsonaro, realizada em entrevista, reforça seu posicionamento contrário à promoção de direitos trabalhistas e sociais específicos para mulheres, que, em sua visão, desestimulam sua contratação. Ao sugerir que as obrigações legais, como a licença-maternidade, constituem um "peso" para os empregadores, Bolsonaro endossa a exclusão das mulheres do mercado de trabalho com base em uma perspectiva que as vê como um custo, e não como profissionais com direitos iguais.

A análise discursiva desta fala revela como o discurso sexista de Bolsonaro interage com valores de mercado e poder ao implicar que direitos conquistados historicamente pelas mulheres são obstáculos para sua própria inserção econômica. Essa retórica reflete um interdiscurso que busca justificar a segregação de gênero em espaços profissionais, sugerindo que as mulheres, devido às suas "vantagens" legais, representam uma ameaça à eficiência empresarial.

Ao empregar expressões coloquiais e vulgaridades, Bolsonaro apela a uma comunicação direta, que sugere uma proximidade com o "homem comum", reforçando a impressão de que suas opiniões são "realistas" e práticas. Esse estilo discursivo, analisado sob a ótica da carnavalização, inverte a seriedade do debate sobre direitos trabalhistas, transformando-o em uma crítica simplista e caricatural aos direitos das mulheres, como se fossem excessos que beneficiam algumas pessoas em detrimento de outras.

A fala também mobiliza forças centrífugas ao se afastar do princípio constitucional de igualdade de gênero, promovendo uma visão de mundo na qual o papel da mulher é reduzido a um custo adicional no ambiente de trabalho. Essa fragmentação dos valores de equidade e inclusão revela uma tentativa de consolidar um discurso

no qual a mulher, ao exercer seus direitos, é representada como uma "ameaça" aos interesses econômicos dos empregadores, dificultando sua integração no mercado.

FALA 38	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Sexismo e reforço de hierarquias de gênero
Data:	15 de fevereiro de 2016
Transcrição do enunciado:	“Não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário. Mas tem muita mulher que é competente.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante sua participação no programa <i>SuperPop</i> , apresentado por Luciana Gimenez na RedeTV!, em 2016. Proferida em um programa de variedades da TV aberta, com grande alcance popular, a fala reforça as visões discriminatórias de gênero já manifestadas por Bolsonaro em outras ocasiões, como na Câmara dos Deputados e em entrevistas anteriores. O formato descontraído do programa permitiu que ele reiterasse ideias que justificam desigualdades salariais entre homens e mulheres, naturalizando práticas que vão contra os princípios de igualdade previstos na Constituição Federal.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 48).

Essa fala, proferida em um programa de variedades da TV aberta, revela a ampliação do alcance das opiniões de Bolsonaro sobre temas sensíveis relacionados à igualdade de gênero no mercado de trabalho. Questionado sobre a igualdade salarial entre homens e mulheres, Bolsonaro afirmou que “não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário,” embora reconhecesse que “muitas mulheres são competentes.” Proferida em um programa de variedades da TV aberta, com grande audiência e abordagem popular, a fala se destacou por reforçar a visão discriminatória de gênero que Bolsonaro já havia manifestado em outras ocasiões, como no plenário da Câmara dos Deputados (FALA 36) e em entrevistas anteriores (FALA 37).

Nesse caso, o formato descontraído do programa e sua ampla acessibilidade ampliaram o alcance da mensagem, legitimando ideias que perpetuam desigualdades salariais e a discriminação contra as mulheres no mercado de

trabalho. Ao insinuar que a competência feminina é uma exceção e ao justificar disparidades salariais, Bolsonaro reforça um interdiscurso sexista que trata a desigualdade de gênero como algo natural ou justificável, ignorando as garantias constitucionais de igualdade de direitos.

O cenário em que a fala foi proferida, um programa de variedades, favorece uma recepção descomprometida da audiência, o que pode suavizar o peso das declarações e contribuir para a naturalização de uma hierarquia de gênero. A fala constrói, assim, uma visão reducionista das mulheres no mercado de trabalho, reafirmando estereótipos que dificultam a consolidação da igualdade de gênero.

Aplicando a concepção dialógica de Bakhtin, percebe-se que Bolsonaro dialoga com vozes sociais conservadoras, resgatando um discurso que alinha as mulheres a papéis secundários, tanto na vida privada quanto pública. Esse discurso promove uma força centrífuga que afasta o entendimento da igualdade entre homens e mulheres, fragmentando o sentido constitucional de proteção a todos os cidadãos e reforçando uma lógica que hierarquiza as identidades com base no gênero.

FALA 39	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Sexismo e reforço de hierarquias de gênero
Data:	10 de dezembro de 2014
Transcrição do enunciado:	"Ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece".
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em uma entrevista ao jornal <i>Zero Hora</i> em 2014, na qual reafirmou comentários ofensivos dirigidos à deputada Maria do Rosário, previamente proferidos no plenário da Câmara dos Deputados. A fala, marcada por conteúdo sexista e agressivo, foi uma reação a críticas feitas pela deputada. Bolsonaro utilizou a entrevista para reiterar declarações que desqualificam Maria do Rosário de forma pessoal, fazendo uso de termos degradantes que naturalizam a violência simbólica contra mulheres no ambiente político e reforçam hierarquias de gênero em espaços de poder.
Fonte:	Zero Hora (2014).

Essa fala de Bolsonaro, dirigida à Deputada Federal Maria do Rosário, traz à tona uma linguagem profundamente ofensiva e degradante. Ao afirmar que uma mulher “não merece” ser estuprada por motivos de aparência e personalidade, ele se utiliza de uma retórica que banaliza e relativiza a gravidade do estupro, tratando-o como algo condicional e passível de “merecimento.” Ao fazer essa declaração, Bolsonaro reforça estereótipos de gênero e naturaliza uma cultura de violência e desumanização das mulheres, o que se opõe frontalmente aos princípios constitucionais de dignidade humana e de igualdade de direitos.

O contexto em que essa fala é proferida – em entrevista a um veículo de imprensa de grande circulação, o jornal Zero Hora – amplifica seu impacto, expandindo a audiência e, potencialmente, a aceitação de tal visão entre setores da sociedade. A afirmação também resgata uma postura que Bolsonaro já havia adotado anteriormente no plenário da Câmara dos Deputados, criando uma continuidade em seu discurso sexista, que reforça a exclusão e o desrespeito às mulheres, especialmente em posições de poder.

A carnavalização presente nesse discurso é evidente na forma como ele transforma um assunto extremamente sério e traumático, como o estupro, em uma espécie de “piada” perversa. Essa estratégia reforça a exclusão das mulheres e a hierarquia de poder que submete suas vozes e experiências à desconsideração. Bolsonaro não apenas ignora o sofrimento que esse tipo de crime representa, mas também subverte o sentido de proteção e de direitos fundamentais, esvaziando o papel do Estado como defensor da integridade física e moral dos cidadãos.

Sob a perspectiva dialógica de Bakhtin, essa fala revela uma monologia que se recusa a reconhecer a dignidade e a vulnerabilidade de vítimas de violência sexual. Ao enunciar tais palavras, Bolsonaro deslegitima o valor da igualdade de gênero e desafia os valores constitucionais de proteção universal, construindo um discurso que reforça a opressão de gênero e a exclusão social das mulheres.

FALA 40

Categoria de análise:

Fragmentação da alteridade - Sexismo e reforço de hierarquias de gênero

Data: 01 de abril de 2017
Transcrição do enunciado: “Foram quatro homens. A quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher.”
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto: Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma palestra no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, em 2017. No evento, voltado para membros da comunidade judaica, Bolsonaro fez comentários que geraram ampla controvérsia, incluindo a declaração sexista sobre o nascimento de sua filha. A fala foi amplamente condenada por membros da comunidade judaica e organizações que criticaram o Clube Hebraica por ter cedido espaço para Bolsonaro promover discursos que reforçam preconceitos e hierarquias de gênero.
Fonte: Barretto Jr (2022, p. 53).

A fala de Bolsonaro revela, de maneira incisiva, um discurso que reforça a desvalorização da mulher e expressa uma visão essencialmente sexista e patriarcal. Ao utilizar o termo “fraquejada” para se referir ao nascimento de sua filha, ele reduz a mulher a uma espécie de “erro” ou “fraqueza”, depreciando a importância da figura feminina na estrutura familiar e na sociedade. A linguagem empregada transforma o nascimento de uma filha mulher em uma falha, como se a masculinidade fosse o único parâmetro válido para legitimar a descendência e o valor pessoal de seus filhos.

A partir de uma análise dialógica, observa-se que Bolsonaro dialoga com um discurso de dominação masculina e reproduz uma estrutura de significados que considera o feminino como inferior, em comparação com o masculino, perpetuando uma hierarquia de gênero. Esse discurso reforça estereótipos de gênero ao associar a figura do homem à força e a figura da mulher à fraqueza. A perspectiva bakhtiniana de dialogismo permite identificar como esse enunciado ecoa discursos antigos e enraizados em uma visão patriarcal, onde o masculino é celebrado e o feminino, marginalizado.

Além disso, o interdiscurso presente nesta fala conecta-se a valores tradicionais e conservadores, os quais sustentam uma visão de família e sociedade centradas no homem. Essa abordagem projeta e reforça a ideia de que o papel feminino é secundário, e, ao fazê-lo, exclui a mulher da plena igualdade no espaço público e

privado. Esse tipo de discurso, especialmente em uma ocasião pública, naturaliza e reforça desigualdades de gênero, comprometendo o princípio de igualdade garantido pela Constituição e os direitos fundamentais das mulheres.

Ao ridicularizar o nascimento de sua própria filha com a expressão “fraquejada,” Bolsonaro contribui para a manutenção de um imaginário coletivo que subjuga e discrimina o feminino, sugerindo que as mulheres são “menos desejáveis” na sociedade, principalmente em contextos que celebram valores e papéis tradicionalmente atribuídos ao masculino. Esse discurso atua como uma força centrífuga, afastando-se dos princípios constitucionais de igualdade e de valorização da dignidade humana, que são pilares essenciais em um Estado Democrático de Direito.

4.2.3 Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados

As falas de Jair Bolsonaro que serão analisadas neste tópico revelam atitudes de desprezo, exclusão e preconceito contra diferentes grupos vulnerabilizados da sociedade, incluindo indígenas, negros, quilombolas, e jovens em situação de risco. Ao longo de sua trajetória política, ele se utiliza de expressões e afirmações que estigmatizam, desumanizam e colocam esses grupos em uma posição de inferioridade, questionando seus direitos e negando sua legitimidade e dignidade. Tais declarações contribuem para a construção de um discurso de exclusão, em que certos grupos são considerados menos merecedores de respeito e igualdade, enfraquecendo os princípios constitucionais de pluralidade, igualdade e justiça social.

Essas falas, muitas vezes carregadas de ironia e desdém, posicionam os grupos vulnerabilizados como “outros” indesejáveis, reforçando estereótipos raciais, sociais e culturais. Bolsonaro promove um discurso que ressignifica o preconceito e naturaliza a opressão, deslegitimando as lutas históricas por direitos desses grupos. Ao atuar como representante político de alto escalão, ele amplifica esses estereótipos e preconceitos, o que gera um impacto significativo na percepção social e incentiva atitudes discriminatórias, distorcendo os sentidos constitucionais de

igualdade e dignidade humana, elementos fundamentais para a inclusão e proteção das minorias no Estado Democrático de Direito.

FALA 41	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	01 de maio de 2008
Transcrição do enunciado:	“Ele deveria ir comer um capim ali fora para manter as suas origens.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em maio de 2008, que discutia a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O comentário ocorreu após um indígena, Jecinaldo Sateré Mawé, atirar um copo de água em sua direção durante um bate-boca acalorado. Bolsonaro respondeu de forma ofensiva, utilizando uma linguagem que desqualifica e estigmatiza as origens indígenas. O episódio reflete a postura crítica de Bolsonaro em relação às pautas indígenas e aos debates sobre demarcação de terras, reafirmando discursos que menosprezam e excluem os direitos e as identidades dos povos originários.
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 32).

Nessa fala, Bolsonaro desqualifica o indígena Jecinaldo Sateré Mawé com uma frase que carrega preconceito e estereotipação. Ao afirmar que ele “deveria ir comer um capim ali fora para manter as suas origens”, Bolsonaro reforça uma visão estigmatizada dos povos indígenas. Essa estratégia discursiva é comum em processos de exclusão e dominação, onde a desumanização serve como justificativa para a retirada de direitos e a marginalização de determinados grupos.

O uso de uma expressão que associa a identidade indígena ao comportamento animal não só reforça a exclusão, mas também constrói um discurso que legitima a marginalização histórica dos povos originários no Brasil, que remonta ao estereótipo colonial e preconceituoso de que os indígenas são menos humanos ou menos civilizados e, por isso, pertencem a um estrato inferior da sociedade.

Essa fala atua com uma força centrífuga, afastando os sentidos constitucionais de igualdade e proteção cultural dos direitos de povos indígenas, promovendo uma visão monológica que exclui a pluralidade e impõe uma visão etnocêntrica e preconceituosa. Ao mesmo tempo, essa fala contribui para a naturalização de discursos que desumanizam os povos indígenas, enfraquecendo o diálogo democrático sobre a inclusão e o respeito às diferenças culturais.

Ao marginalizar e deslegitimar essas vozes, Bolsonaro perpetua estereótipos e reforça a ideia de que os indígenas não merecem a mesma dignidade e respeito que outros grupos, promovendo uma visão que desconsidera os princípios constitucionais de igualdade e o reconhecimento das culturas diversas que compõem o país.

FALA 42	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	28 março de 2011
Transcrição do enunciado:	“Oh Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambiente como lamentavelmente é o seu.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro no programa <i>CQC</i> , exibido na TV aberta, em resposta a uma pergunta da cantora Preta Gil durante o quadro “O povo quer saber.” A pergunta abordava como Bolsonaro reagiria caso um de seus filhos se relacionasse com uma mulher negra. Em sua resposta, Bolsonaro desqualificou a cantora ao insinuar que ela vivia em um ambiente promíscuo e utilizou sua fala para reafirmar estereótipos de exclusão social e racial. O formato popular do programa e sua ampla audiência amplificaram o impacto da fala, que gerou forte repercussão negativa por seu teor racista e ofensivo.
Fonte:	Gonzales (2011).

A resposta de Bolsonaro à pergunta de Preta Gil (“Se seu filho se apaixonasse por uma negra, o que você faria?”) revela uma atitude carregada de preconceito e desprezo, que sugere tanto uma visão discriminatória sobre relações raciais quanto um desdém pelas origens e vivências da cantora. Ao associar a palavra

“promiscuidade” à ideia de um relacionamento com uma pessoa negra e ao afirmar que não “corre esse risco” porque seus filhos foram “muito bem educados” e “não viveram em ambiente como o seu”, Bolsonaro reitera estereótipos que associam a identidade racial negra a ambientes e comportamentos considerados moralmente inferiores. Esse tipo de declaração é um exemplo de como discursos discriminatórios podem reforçar uma visão racista estrutural, que subordina e desumaniza determinados grupos ao imputar-lhes valores e comportamentos negativos, em detrimento de uma convivência igualitária.

Bolsonaro utiliza o espaço de um programa de televisão de ampla audiência para reforçar ideias racistas e hierarquizar identidades raciais, o que aumenta a repercussão e o impacto social de suas palavras. Essa fala, ao apresentar um comentário que fere diretamente o valor da diversidade e da inclusão, desconsidera a dignidade inerente a todos os indivíduos.

Bolsonaro foi processado por essa declaração, e o caso gerou grande repercussão social e jurídica. Inicialmente, ele foi condenado em primeira instância por racismo e injúria, em razão do conteúdo ofensivo e preconceituoso da fala direcionada à cantora Preta Gil. No entanto, o processo foi posteriormente arquivado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão de arquivamento, assinada pelo ministro Luís Roberto Barroso, baseou-se em dois fatores principais: a imunidade parlamentar de Bolsonaro, que protege civil e penalmente as opiniões, palavras e votos de parlamentares quando relacionados à sua atividade legislativa; e a falta de comprovação de que Bolsonaro teria entendido corretamente o teor da pergunta de Preta Gil.²

Segundo o próprio Bolsonaro, ele confundiu o teor do questionamento, pensando que se tratava de uma questão relacionada à homossexualidade, não à raça. Esse argumento foi reforçado pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que observou a falta de uma gravação completa do programa, considerando que apenas uma versão editada da entrevista foi disponibilizada, impossibilitando a verificação integral do contexto.

² As informações sobre o processo foram extraídas da reportagem do Portal de Notícias G1 (RAMALHO, 2015).

Mesmo com a alegação de que Bolsonaro teria “confundido” a pergunta, interpretando-a como uma questão relacionada à orientação sexual, a fala mantém-se altamente ofensiva à cantora, além de reforçar estigmas e preconceitos na sociedade.

FALA 43	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	01 de abril de 2017
Transcrição do enunciado:	“Fui num quilombola [quilombo] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriar servem mais.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante a mesma palestra proferida no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, em abril de 2017, onde já havia feito comentários sexistas (FALA 40). Durante o evento, Bolsonaro utilizou seu discurso para atacar diversos grupos vulnerabilizados, incluindo comunidades quilombolas. Ao descrever sua visita a um quilombo em Eldorado Paulista, Bolsonaro recorreu a termos ofensivos e desumanizantes, comparando afrodescendentes a animais e questionando sua capacidade de reprodução. A palestra foi amplamente criticada por membros da comunidade judaica e organizações da sociedade civil, que condenaram o Clube Hebraica por ceder espaço a declarações racistas, excludentes e que reforçam hierarquias sociais.
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 52).

Bolsonaro manifesta um discurso profundamente desrespeitoso e discriminatório em relação à população quilombola. Ao afirmar que os quilombolas “não fazem nada” e “nem para procriar servem mais” é uma tentativa de retirar desses indivíduos qualquer valor social, cultural ou econômico. Esse discurso está diretamente ligado à marginalização das comunidades quilombolas e de descendentes de africanos, que historicamente foram excluídas das estruturas de poder e desenvolvimento econômico no Brasil.

Ao afirmar que os quilombolas não têm utilidade, Bolsonaro legitima a exclusão dessas comunidades vulnerabilizadas das políticas públicas de proteção e desenvolvimento. A expressão “sete arrobas” é particularmente ofensiva, já que

utiliza uma medida comumente aplicada ao peso de animais, simbolizando uma desumanização explícita ao comparar corpos humanos à mercadoria animal.

O uso desse tipo de retórica contribui para consolidar a visão de Bolsonaro de uma sociedade hierárquica, onde determinados grupos são excluídos do pleno acesso à dignidade e respeito. A carnavalização se aplica aqui ao transformar a identidade quilombola, rica em história e resistência, em objeto de escárnio, subvertendo o valor dessa cultura em uma caricatura depreciativa. Esse tipo de discurso atua como força centrífuga, afastando-se dos valores constitucionais de respeito e igualdade ao promover uma narrativa de desprezo e desqualificação. Além disso, o interdiscurso se faz presente ao ecoar uma visão histórica de inferioridade racial e social, desconsiderando a contribuição e o papel dos quilombolas na formação da identidade cultural brasileira.

FALA 44	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	01 de abril de 2017
Transcrição do enunciado:	“Pode ter certeza que se eu chegar lá [na presidência da República], no que depender de mim, todo mundo terá uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante a palestra no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, em abril de 2017, onde ele proferiu uma série de falas excludentes e discriminatórias contra grupos vulnerabilizados, incluindo quilombolas e indígenas (FALAS 40 e 43). Nesta ocasião, Bolsonaro afirmou que, caso chegasse à presidência, não permitiria a demarcação de novas terras indígenas ou quilombolas e defendeu o armamento da população como política central de seu governo.
Fonte:	Barreto Jr. (2022, p. 52).

A fala de Bolsonaro, de que "não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola", é uma clara violação dos direitos constitucionais dessas comunidades. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 231, confirma o direito à demarcação de terras indígenas como garantia da sobrevivência física e

cultural desses povos. Já o art. 68 garante que aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Ao se comprometer a impedir a demarcação, Bolsonaro ataca diretamente esses direitos, desconsiderando a importância da terra para a manutenção da cultura e da identidade desses grupos.

De forma, Bolsonaro estabelece um diálogo direto com uma parcela do público que simpatiza com suas propostas, enfatizando objetivos políticos claros: implementar uma política pública armamentista e impedir políticas públicas voltadas para a proteção de territórios quilombolas e indígenas. Ao se comprometer com tais políticas públicas, ele subverte o papel do Estado na promoção de direitos fundamentais para esses grupos vulnerabilizados, ignorando os compromissos constitucionais que garantem a proteção e a promoção dos direitos dessas comunidades.

Ao afirmar que “todo o mundo terá uma arma de fogo em casa” – de forma conjunta com a negação de demarcação de terras, historicamente marcada por conflitos violentos –, Bolsonaro sugere uma solução violenta para questões fundiárias e sociais, ignorando os direitos dos povos indígenas e quilombolas à posse de suas terras. Essa fala incita uma retórica de confronto, onde o uso de armas é promovido como uma ferramenta de defesa de propriedade, ao mesmo tempo em que implicitamente coloca essas minorias como ameaças.

Aqui, o conceito bakhtiniano de forças centrífugas é visível na forma como Bolsonaro subverte o centro de significados constitucionais, afastando-se dos princípios de igualdade e inclusão que caracterizam um Estado Democrático de Direito. Ao propor que o direito dessas comunidades seja anulado, ele dispersa os sentidos constitucionalmente estabelecidos de proteção e de respeito aos grupos vulnerabilizados, promovendo uma interpretação em que esses direitos são apresentados como dispensáveis.

Além disso, a ideia de carnavalização se manifesta de forma sutil e simbólica, não pela ironia explícita, mas pelo modo em que Bolsonaro inverte o sentido da função

do Estado. O que deveria ser um compromisso com a inclusão e a preservação das minorias é transformado em um empecilho ao progresso, sugerindo que o governo deve atuar contra esses direitos. Esse processo de subversão da ordem constitucional ajuda a legitimar o discurso de exclusão, ao fazer parecer que esses direitos são desnecessários, distantes da realidade e incompatíveis com os “interesses” nacionais que ele defende.

Assim, essa fala projeta uma visão de país onde as garantias e direitos dos povos indígenas e quilombolas são marginalizados em nome de uma lógica de poder hierárquico, que prioriza as demandas de uma parcela específica da sociedade. Ao endossar esse discurso, Bolsonaro não apenas distancia-se dos valores de pluralidade e respeito que embasam a Constituição, mas também fortalece uma divisão social que ameaça a universalidade dos direitos humanos.

FALA 45	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	30 de julho de 2018
Transcrição do enunciado:	“O português nem pisava na África [quando houve escravidão]. Eram os próprios negros que entregavam os escravos. (...) Que dívida e essa, meu Deus do céu. Um negro não é melhor do que eu nem eu sou melhor do que ele. Por que cotas?”
Autor:	Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante sua participação no programa <i>Roda Viva</i> , da TV Cultura, em julho de 2018, enquanto era candidato à presidência da República. Questionado sobre políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, Bolsonaro deslegitimou a existência de dívidas históricas relacionadas à escravidão no Brasil, transferindo a responsabilidade pelo sistema escravocrata aos próprios africanos. A fala reflete sua postura contrária às cotas e à reparação histórica, promovendo um discurso que desconsidera as desigualdades estruturais vividas pela população negra no país. O formato do programa, reconhecido por debates aprofundados, amplificou a repercussão de sua declaração, evidenciando a rejeição de Bolsonaro a políticas de igualdade racial e inclusão.
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 64).

Nesta fala, proferida durante o programa *Roda Viva* em meio à campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro busca minimizar a responsabilidade histórica da escravidão, alegando que “eram os próprios negros que entregavam os escravos”. Essa afirmação, realizada em um contexto de grande visibilidade e alcance, simplifica e distorce a história ao ignorar os sistemas de exploração e dominação que sustentaram o tráfico negreiro. Bolsonaro apresenta uma versão unilateral e simplificada da escravidão, removendo a responsabilidade dos agentes coloniais e das elites que lucraram com a escravização

A afirmação “Que dívida é essa, meu Deus do céu?” reforça essa postura de desresponsabilização ao questionar a validade das reparações históricas, como as cotas raciais. A fala sugere que a sociedade brasileira não possui qualquer dívida histórica a reparar, o que, implicitamente, deslegitima políticas de inclusão como as cotas raciais e a luta por igualdade social. Ao colocar em dúvida a necessidade das cotas, Bolsonaro apela para um público que rejeita políticas de ação afirmativa, criando uma narrativa que iguala todas as pessoas sob uma perspectiva superficial de igualdade, sem considerar as realidades construídas sob a influência do racismo estrutural.

Ao afirmar que “um negro não é melhor do que eu nem eu sou melhor do que ele,” ele propõe uma falsa simetria que ignora as estruturas de discriminação e as disparidades econômicas e sociais vivenciadas pela população negra, diluindo o papel do Estado na promoção da igualdade material. Essa abordagem, ao questionar a relevância das políticas de reparação e equiparação racial, reforça uma visão individualista e meritocrática que desvaloriza o reconhecimento das diferenças históricas e sociais, esvaziando, assim, os princípios de justiça social e igualdade que fundamentam a Constituição.

FALA 46	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	1º de agosto de 2018
Transcrição do enunciado:	“Se eleito, vou dar uma foiçada na Funai, mas uma foiçada no pescoço.”

Autor:

Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República

Local e contexto:

Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante um ato de campanha eleitoral em agosto de 2018, enquanto candidato à presidência da República. A fala, marcada por linguagem violenta, foi direcionada à Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão responsável pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. Bolsonaro utilizou a metáfora de uma "foiçada no pescoço" para prometer cortes drásticos na estrutura da Funai, alinhando-se a discursos contrários à demarcação de terras indígenas e ao fortalecimento de políticas públicas voltadas para os povos originários. O contexto da campanha presidencial amplificou o impacto de sua declaração, reforçando sua retórica de exclusão e deslegitimação dos direitos indígenas como parte de sua plataforma política.

Fonte: Barretto Jr. (2022, p. 65).

Nesta fala, proferida durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro emprega uma metáfora violenta — “dar uma foiçada no pescoço” — para se referir à Fundação Nacional do Índio (Funai), instituição responsável pela proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil. A expressão revela uma postura radicalmente hostil em relação às políticas indigenistas, sugerindo a intenção de enfraquecer ou até desmantelar as políticas de proteção das terras e dos direitos desses povos. A escolha da imagem da "foiçada" remete ao uso de linguagem simbólica que busca impacto e cria uma atmosfera de intimidação, dirigindo-se não apenas à Funai, mas, implicitamente, às próprias comunidades indígenas e aos movimentos de proteção dos seus direitos.

A fala adota uma postura polarizadora, que divide o espaço político entre aqueles que apoiam uma política de proteção aos povos indígenas e aqueles que veem essas políticas como obstáculos ao desenvolvimento econômico. Ao prometer “dar uma foiçada no pescoço” da Funai, Bolsonaro sinaliza uma proposta de governo que prioriza interesses do agronegócio e da exploração de terras, buscando atrair o apoio de setores que consideram os territórios indígenas como uma barreira ao progresso econômico. Essa retórica não só ignora os princípios constitucionais que protegem os direitos indígenas e reconhecem sua autonomia sobre suas terras, mas também contribui para reforçar uma visão utilitarista da terra e dos recursos naturais, em detrimento das tradições e dos direitos das populações originárias.

Além disso, essa fala representa um desrespeito institucional, pois a Funai é um órgão público que desempenha uma função essencial na estrutura democrática e na garantia dos direitos humanos. A retórica de desmonte e ameaça dirigida a uma instituição governamental compromete o princípio de que o Estado deve servir a todos os seus cidadãos, especialmente os mais vulnerabilizados. Essa postura promove um discurso de exclusão que não considera a diversidade cultural e os direitos garantidos constitucionalmente às minorias, aprofundando as divisões e conflitos de interesses dentro da sociedade.

FALA 47	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	23 de agosto de 2018
Transcrição do enunciado:	“O ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] tem que ser rasgado e jogado na latrina. É um estímulo à vagabundagem e à malandragem infantil.”
Autor:	Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante um ato de campanha eleitoral em Araçatuba, no interior de São Paulo, em agosto de 2018. No mesmo evento, Bolsonaro chamou a atenção ao pegar uma criança no colo, perguntar se ela sabia atirar e fazer com que simulasse um revólver com os dedos, enquanto usava um uniforme da Polícia Militar. A fala, que desqualifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), retratando-o como um “estímulo à vagabundagem,” foi alinhada à sua retórica de criminalização da juventude e desprezo por políticas de proteção à infância e adolescência. O contexto da campanha e a combinação do gesto simbólico com a declaração reforçaram sua oposição às políticas públicas que promovem os direitos das crianças e adolescentes, gerando ampla repercussão e críticas de especialistas e organizações sociais.
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 67).

Nessa fala, proferida durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD) em termos de total desprezo, afirmando que o documento “tem que ser rasgado e jogado na latrina” e associando-o a um estímulo à “vagabundagem e à malandragem infantil.” Ao adotar uma linguagem de rejeição absoluta e desrespeitosa em relação ao ECRIAD, Bolsonaro invalida as políticas públicas de proteção aos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, que têm como base o princípio da proteção integral e o reconhecimento

desses indivíduos como sujeitos de direitos. A linguagem agressiva e de conotação depreciativa faz uso de uma metáfora de descarte ("jogado na latrina"), sugerindo que as diretrizes e princípios do ECRIAD não possuem qualquer valor e, portanto, deveriam ser descartados.

A retórica usada por Bolsonaro reflete uma visão punitivista que reforça estigmas sobre a juventude, especialmente os jovens em situação de vulnerabilidade social, e posiciona-se contra os direitos assegurados pelo ECRIAD, um marco legal que visa garantir o desenvolvimento saudável e protegido de crianças e adolescentes. Ao relacionar o ECRIAD com "vagabundagem" e "malandragem", Bolsonaro recorre a um interdiscurso que ressoa com percepções sociais estigmatizantes, mobilizando um imaginário que associa a juventude, nomeadamente que vive em condições sociais vulneráveis, a comportamentos de delinquência e transgressão. Essa postura, além de contrariar os princípios constitucionais de proteção à infância, contribui para uma visão distorcida dos direitos humanos, tratando-os como permissivos e prejudiciais à segurança pública.

Ao sugerir o descarte do ECRIAD, Bolsonaro não apenas reflete uma visão punitivista que se opõe aos valores de proteção e desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, mas também gera impactos discursivos que desestabilizam a percepção pública sobre esses direitos fundamentais. Esse ataque direto ao ECRIAD enfraquece o papel do Estado na formação de uma sociedade justa e inclusiva, promovendo um ambiente onde as necessidades dos jovens são vistas com desdém e onde políticas de proteção são apresentadas como estímulo à "malandragem" e "vagabundagem." Com isso, Bolsonaro reforça uma visão de sociedade que privilegia a punição em detrimento da inclusão, colocando em risco os avanços democráticos no campo dos direitos das crianças e dos adolescentes e promovendo um discurso que legitima a exclusão social e a marginalização das futuras gerações.

FALA 48	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	23 de outubro de 2018

Transcrição do enunciado:
“Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso.”
Autor:
Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República
Local e contexto:
Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em uma entrevista à TV Cidade Verde, afiliada do SBT no Piauí, durante a reta final de sua campanha presidencial em outubro de 2018. Ao direcionar seu discurso para os eleitores nordestinos, Bolsonaro criticou as políticas afirmativas, classificando-as como uma cultura de “coitadismo” que, segundo ele, reforçaria o preconceito ao invés de combatê-lo. A fala reflete sua oposição às ações voltadas à equidade e inclusão de grupos historicamente vulnerabilizados, como negros, mulheres, LGBTQIAPN+ e nordestinos. No contexto eleitoral, a declaração buscou atrair eleitores contrários às políticas de reparação, gerando forte repercussão tanto entre seus apoiadores quanto entre os grupos alvo de suas críticas.
Fonte: Barretto Jr. (2022, p. 71).

Nessa fala, proferida em contexto de campanha eleitoral, Bolsonaro sintetiza seu desprezo pelas políticas públicas e iniciativas voltadas à proteção de grupos historicamente vulnerabilizados, incluindo negros, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. Ao classificar essas demandas por equidade e justiça social como “coitadismo,” ele ridiculariza e deslegitima a importância das políticas de reparação e inclusão, reduzindo-as a uma visão depreciativa que nega as lutas históricas e as necessidades desses grupos. Esse tom de desprezo atua para desconstruir a legitimidade das políticas públicas que buscam corrigir desigualdades estruturais, sugerindo que a busca por direitos e dignidade para esses grupos é algo excessivo ou dispensável.

A análise dessa fala evidencia uma estratégia discursiva que desvaloriza a diversidade e reforça uma visão homogênea e hierarquizada da sociedade, que seria alheia às diferenças. Esse discurso despreza a importância de reconhecer e corrigir desigualdades sociais, enquadrando tais iniciativas como excessos ou concessões indevidas. Dessa forma, ele transforma questões de direitos humanos e justiça social em alvos de desdém, dificultando o avanço de políticas que visem a reparação e inclusão de minorias vulnerabilizadas.

Esse tipo de retórica, carregado de sarcasmo e exclusão, reforça uma dinâmica de forças centrífugas, afastando os sentidos da proteção constitucional e democrática, que reconhece e legitima as especificidades dos grupos minorizados na concretização de seus direitos.

Na visão de Bolsonaro, a pluralidade social e cultural, especialmente quando apoiada por políticas públicas de inclusão, seria um fator de fragmentação e instabilidade, privilegiando certos grupos. Ao desvalorizar a relevância das políticas públicas voltadas a grupos vulnerabilizados e tratar suas necessidades como “coitadismo,” Bolsonaro promove uma visão de nação que nega a pluralidade e dificulta a inclusão, desconsiderando os direitos fundamentais desses grupos e reforçando a exclusão.

FALA 49	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	23 de janeiro de 2020
Transcrição do enunciado:	“Com toda a certeza, o índio mudou, ta evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós. Então, vamos fazer com que o índio se integre à sociedade, e que seja realmente dono da sua terra indígena. E isso que a gente quer.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma transmissão ao vivo em suas redes sociais, em janeiro de 2020, enquanto discutia políticas relacionadas às populações indígenas. Na fala, Bolsonaro defendeu a integração dos indígenas à sociedade, argumentando que eles estariam “evoluindo” para se tornarem “seres humanos iguais a nós.” O contexto reflete sua visão assimilacionista, que deslegitima as identidades e culturas indígenas ao tratá-las como inferiores ou atrasadas. A fala ocorreu em um período marcado por críticas às políticas do governo em relação à demarcação de terras indígenas e aos direitos dos povos originários, gerando repercussão negativa entre organizações indígenas e de direitos humanos.
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 105).

Essa fala, proferida já no exercício da presidência, revela uma visão profundamente preconceituosa em relação aos povos indígenas, desconsiderando sua diversidade cultural e direito à autodeterminação. Ao afirmar que o “índio mudou” e que “é um

ser humano igual a nós,” Bolsonaro recorre a um discurso que sugere que os indígenas precisariam se adequar aos padrões e valores da sociedade dominante para serem considerados “iguais,” uma visão que minimiza suas identidades e culturas próprias. Ao usar o termo “evoluindo,” ele também sugere uma hierarquia civilizatória, tratando os indígenas como se estivessem em um estágio “inferior” e necessitassem de progresso para alcançar a condição de cidadãos “normais” ou “civilizados.”

Ao propor que os indígenas devem se integrar à sociedade dominante e se tornarem “verdadeiros donos de suas terras” por meio dessa assimilação, Bolsonaro adota um discurso claramente assimilacionista, postura que espera ou impõe que grupos culturais ou étnicos minoritários abandonem suas tradições, valores e identidades para adotar os costumes e comportamentos da cultura majoritária, com o entendimento de que isso representaria uma forma de progresso. Na prática, essa expectativa desconsidera a importância da diversidade cultural e ameaça diretamente a autonomia e preservação das identidades indígenas. A fala deslegitima as próprias formas de organização e ocupação territorial indígena, sugerindo que a integração ao modelo ocidental seria a única maneira válida de serem “donos de suas terras”.

Essa perspectiva integracionista ignora os direitos constitucionais dos povos indígenas à preservação de suas tradições e territórios, garantidos pela Constituição de 1988. Essa postura centralizadora, ao invés de respeitar a diversidade, tenta dissolver a diferença e promover um discurso único e homogêneo, alinhado com forças centrípetas que tentam suprimir vozes culturais autônomas em favor de uma visão nacionalista uniforme.

No plano discursivo, essa fala também utiliza uma carnavalização implícita, ao tratar as tradições indígenas de maneira superficial e depreciativa, como elementos a serem “corrigidos” ou modificados para se adequarem à sociedade. Essa abordagem elimina do discurso qualquer abertura ao diálogo, desconsiderando a possibilidade de coexistência plural e impondo uma visão que obriga os indígenas a escolherem entre assimilação ou exclusão.

Assim, a fala enfraquece o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e promove uma visão que ignora o valor da diversidade cultural, distanciando-se dos princípios de pluralidade e igualdade inscritos na Constituição brasileira.

FALA 50	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	06 de maio de 2021
Transcrição do enunciado:	"Estou vendo uma barata, estou vendo uma barata aqui."
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada, em maio de 2021. O comentário, transmitido por meio de redes sociais, foi direcionado de forma pejorativa a uma pessoa com cabelo estilo <i>black power</i> , associando a imagem dela a uma barata. A fala foi amplamente criticada por seu teor racista, que reforça estereótipos negativos sobre características associadas à identidade negra. O contexto da interação, em um espaço público e com ampla visibilidade, amplificou o impacto da declaração.
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 232).

FALA 51	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	08 de julho de 2021
Transcrição do enunciado:	"Olha o criador de baratas aqui. Você não pode tomar ivermectina, vai matar todos os seus piolhos."
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em julho de 2021, novamente durante uma interação com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada. Em tom jocoso, Bolsonaro dirigiu comentários racistas a um apoiador com cabelo crespo, referindo-se a ele como "criador de baratas" e sugerindo que deveria evitar o uso de ivermectina para não "matar seus piolhos." Assim como na FALA 50, o presidente utilizou a aparência física como alvo de suas provocações, reforçando estereótipos racistas. A repetição de episódios semelhantes no mesmo espaço público evidencia um padrão em suas interações, onde discursos excludentes e ofensivos são normalizados e legitimados por risos e a ausência de contestação direta de seus apoiadores.

Fonte: Barretto Jr. (2022, p. 270).

As duas falas, proferidas em 2021 enquanto era presidente, revelam um padrão de desrespeito e desvalorização das características físicas das pessoas negras, com um tom de escárnio que remete a estereótipos racistas. Ao associar o cabelo crespo e estilo *black power* a imagens pejorativas, como “barata” e “piolho”, Bolsonaro reproduz uma linguagem que, historicamente, foi usada para estigmatizar pessoas negras, utilizando a imagem de insetos associada à impureza e à falta de higiene. Esses estereótipos visam inferiorizar e atacar a autoestima de pessoas negras, transformando suas características físicas em alvo de chacota. A comparação direta com insetos e parasitas reflete uma tentativa de rebaixar a dignidade dos interlocutores e naturalizar uma hierarquia racial que justifica a exclusão e a discriminação.

Do ponto de vista discursivo, essas falas exemplificam o conceito bakhtiniano de heteroglossia, pois trazem ecos de discursos racistas enraizados na sociedade brasileira. As falas de Bolsonaro naturalizam estereótipos racistas no discurso público, perpetuando a marginalização histórica dessas pessoas. Em vez de promover o respeito e a valorização das diferenças, ele apela para uma retórica que tenta isolar e ridicularizar as pessoas com traços associados à identidade negra.

Sob a perspectiva da carnavalização, essas falas operam como uma inversão grotesca e caricatural das normas de convívio social, especialmente a forma como um Chefe de Estado se dirige aos cidadãos de seu país. Ao transformar o preconceito em uma espécie de “brincadeira” ou “senso de humor”, elas convertem o espaço público em uma arena de zombaria, criando um ambiente permissivo em que o preconceito é trivializado e a dignidade de identidades negras é rebaixada. Esse ambiente, disfarçado de humor inofensivo, enfraquece o respeito pela diversidade e, em particular, pela dignidade das pessoas negras.

Esse tipo de linguagem se distancia profundamente dos princípios constitucionais de igualdade e dignidade humana, colocando em questão o papel de liderança institucional de Bolsonaro ao reforçar estereótipos que perpetuam a exclusão social. Ao associar características da identidade negra a imagens de desprezo, o

presidente contribui para um ambiente de normalização do racismo, onde atitudes preconceituosas podem ganhar legitimidade social. Dessa forma, essas falas não se limitam ao campo pessoal, mas ampliam suas consequências para as relações sociais, promovendo uma visão hierárquica e excludente da sociedade.

FALA 52	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - Exclusão e menosprezo de outros grupos vulnerabilizados
Data:	12 de maio de 2022
Transcrição do enunciado:	“Conseguiram te levantar, pô? Tu pesa o que, mais de sete arrobas, né?”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em maio de 2022, durante uma conversa com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada. O comentário, dirigido a uma pessoa negra, utilizou termos ofensivos ao compará-la a um animal ao referir-se ao peso em "arrobas," unidade tradicionalmente usada para medir o peso de gado. Assim como nas FALAS 50 e 51, Bolsonaro repetiu o padrão de utilizar características físicas e raciais como alvo de suas provocações, reforçando estereótipos racistas. O ambiente descontraído e a ausência de contestações diretas criam uma normalização de discursos ofensivos e excludentes, com ampla repercussão pública devido à frequência com que ocorrem em espaços de interação presidencial.
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 583).

Proferida em maio de 2022, essa fala de Bolsonaro, direcionada a um de seus apoiadores, retoma um padrão já identificado nas falas anteriores: a zombaria de características associadas à identidade negra. Ao se dirigir a uma pessoa negra com a expressão "Tu pesa o que, mais de sete arrobas, né?", o então presidente Jair Bolsonaro recorre a uma linguagem historicamente associada à desumanização de pessoas negras, remetendo a um vocabulário de peso e medida utilizado para animais de grande porte. Essa escolha discursiva não apenas ofende e degrada o interlocutor, mas também evoca ecos de um passado de opressão, onde a identidade negra era brutalmente reduzida a mercadoria.

Na perspectiva da carnavalização, essa expressão atua novamente como uma inversão grotesca das normas de respeito e dignidade que fundamentam o convívio

social e democrático e a postura que se espera de um Presidente da República. Assim como nas falas anteriores, insultos raciais são dissimulados sob o pretexto de "senso de humor" e, portanto, considerados socialmente aceitáveis entre aqueles que compartilham dos mesmos valores ou crenças. Esse tipo de discurso reforça a aceitação de um "humor" que naturaliza e legitima o preconceito, enfraquecendo gradativamente os princípios de respeito e dignidade humana.

4.2.4 A exclusão das minorias pela vontade da maioria

O discurso de Jair Bolsonaro sobre a relação entre maioria e minoria, presente em diversas falas ao longo de sua trajetória política, revela uma visão marcada por uma interpretação rígida da democracia, em que o princípio da vontade majoritária é exaltado a ponto de minimizar, e até mesmo deslegitimar, os direitos das minorias. Em suas declarações, Bolsonaro frequentemente reforça a ideia de que o Brasil, como um "país cristão", deve ser orientado pela "vontade da maioria", sugerindo que as minorias devem se submeter, se adaptar ou desaparecer, caso seus interesses entrem em conflito com os valores e crenças predominantes. Essa abordagem contrasta profundamente com o espírito da Constituição de 1988, que reconhece e protege os direitos das minorias e valoriza o pluralismo como elemento central do Estado Democrático de Direito.

Esse padrão discursivo vai além de um simples apelo à democracia, revelando uma estratégia que reduz a complexidade social e ignora as dinâmicas de opressão que historicamente impactam grupos minoritários. Ao afirmar que as minorias devem "se curvar" e ao questionar a definição de "minorias" e seus direitos, Bolsonaro adota um discurso que enfraquece a legitimidade das demandas de grupos que buscam reconhecimento e igualdade. Em suas falas, ele sugere que a busca por direitos das minorias é uma tentativa de obter "superpoderes" e privilégios injustos, alimentando uma retórica que transforma essas demandas em ameaças à ordem e à harmonia social, e reduz a necessidade de proteção a uma questão de submissão ao coletivo majoritário.

A análise que se segue examinará cada uma dessas falas, desvelando como essa retórica sobre a supremacia da maioria serve como uma ferramenta discursiva para

excluir e marginalizar. Ao deslegitimar as necessidades e identidades das minorias, Bolsonaro promove uma visão homogeneizante da nação, na qual a diversidade e o pluralismo são desvalorizados e a conformidade com os valores da maioria é idealizada. Essa abordagem, além de polarizar e enfraquecer os princípios de igualdade e respeito à diferença, desafia a essência do constitucionalismo pluralista e levanta questionamentos sobre os limites da democracia no equilíbrio entre a vontade da maioria e os direitos fundamentais de todos os cidadãos.

FALA 53	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - A exclusão das minorias pela vontade da maioria
Data:	15 de fevereiro de 2017
Transcrição do enunciado:	“Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. (...) As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante um comício de pré-campanha presidencial em fevereiro de 2017, na Paraíba. Discursando para apoiadores em via pública, sobre um carro de som, Bolsonaro afirmou que o Brasil seria um país cristão e rejeitou a ideia de Estado laico, ao mesmo tempo em que defendeu a submissão das minorias à vontade das majorias. O tom excludente e polarizador da fala reflete sua visão de que valores religiosos cristãos deveriam prevalecer sobre a diversidade cultural e política, ignorando os fundamentos constitucionais que asseguram o pluralismo e a igualdade. O contexto público do evento e sua ampla repercussão, com registro em vídeo disponível no YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=6gdyPzothJc), ampliaram o alcance de sua mensagem, reforçando a retórica de exclusão que marcaria sua campanha presidencial.
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 52).

Ao afirmar que “Somos um país cristão” e desmerecer o conceito de Estado laico como uma “historinha”, Bolsonaro expressa uma visão de identidade nacional que exclui a diversidade religiosa e coloca o cristianismo como base única para a sociedade brasileira. Sua declaração ignora o princípio constitucional da laicidade, que busca garantir o convívio pacífico entre diferentes crenças no espaço público. Com esse discurso, Bolsonaro não apenas desvaloriza a pluralidade religiosa, mas

também constrói uma narrativa em que apenas os valores cristãos têm legitimidade, relegando as demais crenças e culturas a uma posição de subordinação.

Ao afirmar que “as minorias têm que se curvar às maiorias” e que devem “adequar-se ou simplesmente desaparecer”, Bolsonaro intensifica essa exclusão ao posicionar as minorias como obstáculos à vontade majoritária, tratando-as como elementos que devem submeter-se ou serem eliminados. A linguagem de imposição e força que permeia a fala sugere que os grupos minoritários não possuem um lugar legítimo na sociedade, a menos que se alinhem aos valores da maioria. Dessa forma, o discurso constrói uma hierarquia que exalta a supremacia da maioria cristã, enquanto desqualifica a importância e legitimidade das minorias, retratando-as como ameaças à unidade nacional.

Esse tipo de discurso opera como uma força centrífuga, afastando os sentidos de laicidade e respeito às minorias do centro constitucional ao promover a ideia de que a vontade da maioria é o único critério legítimo na formulação de políticas e identidades coletivas. Sob o disfarce de uma “verdade” popular, a fala simplifica caricaturalmente as relações entre maioria e minoria, reforçando uma visão homogênea da sociedade, onde não há espaço para a diversidade ou o pluralismo. A fala de Bolsonaro reforça uma identidade nacional baseada na exclusão, onde o pertencimento social é definido pela submissão aos valores da maioria. Ao exaltar o cristianismo como fundamento da sociedade e minimizar a importância das minorias, ele cria uma hierarquia em que esses grupos são retratados como elementos que devem adaptar-se ou desaparecer.

Esse discurso produz efeitos discursivos e sociais que reforçam uma cultura de intolerância e deslegitimação das diferenças, criando um ambiente onde a diversidade é tratada como ameaça e não como parte fundamental do pacto democrático. Assim, o discurso não apenas desqualifica a diversidade, mas também solidifica uma visão homogênea da sociedade, enfraquecendo os ideais constitucionais de pluralidade e igualdade.

FALA 54

Categoria de análise:

Fragmentação da alteridade - A exclusão das minorias pela vontade da maioria
Data: 14 de setembro de 2017
Transcrição do enunciado: “Respeitaremos as minorias, mas quem mandará será a maioria.”
Autor: Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto: Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma passagem por Belo Horizonte, em setembro de 2017, enquanto discursava para apoiadores em cima de um carro de som, em frente ao aeroporto de Confins. A fala enfatizou a primazia da maioria nas decisões políticas, condicionando o respeito às minorias à submissão aos interesses majoritários. O evento, parte de sua pré-campanha presidencial, reforçou seu discurso de exclusão, alinhado a uma retórica populista que desconsidera os princípios constitucionais de proteção às minorias e ao pluralismo democrático. O formato público e amplamente registrado, com vídeo disponível em redes sociais, amplificou o impacto de sua declaração, marcando sua estratégia de mobilização por meio de discursos polarizadores.
Fonte: Barretto Jr. (2022, p. 55).

Ao afirmar “Respeitaremos as minorias, mas quem mandará será a maioria”, Bolsonaro expressa uma visão limitada da democracia constitucional, na qual a maioria é tratada como autoridade incontestável. Embora pareça reconhecer as minorias, a estrutura da frase revela uma compreensão equivocada dos princípios democráticos, que visam equilibrar a vontade da maioria com a proteção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Em uma democracia, a maioria não “manda” de forma absoluta; ao contrário, seu poder é restringido por normas constitucionais que asseguram o respeito e a dignidade das minorias.

Essa visão simplista do poder majoritário instrumentaliza o conceito de maioria, afastando-o do compromisso constitucional com a pluralidade e a inclusão. A afirmação de Bolsonaro, portanto, reduz a função das minorias a uma obediência subordinada, ignorando o papel da democracia em proteger a diversidade e os direitos fundamentais, independentemente da força numérica.

FALA 55
Categoria de análise: Fragmentação da alteridade - A exclusão das minorias pela vontade da maioria
Data: 22 de outubro de 2018

Transcrição do enunciado:

"A oposição é boa para você até refletir sobre aquilo que por ventura você não esteja fazendo acertadamente. Agora, a oposição não pode simplesmente querer parar o Brasil em nome de uma minoria. A maioria é quem decide o futuro de uma nação. Não havendo como compor, ganha quem tem mais votos."

Autor:

Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República.

Local e contexto:

Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em outubro de 2018, durante o segundo turno da campanha presidencial, enquanto comentava sobre o papel da oposição em um governo democrático. A fala ocorreu um dia após um discurso inflamado no qual Bolsonaro atacou seus adversários políticos e aliados, utilizando expressões ofensivas como "marginais vermelhos" e "pretalhada." Na declaração seguinte, ele procurou moderar o tom, mas manteve o argumento de que a maioria deve prevalecer sobre a minoria, reforçando a ideia de que demandas minoritárias não podem "parar o Brasil." O contexto eleitoral acirrado e o uso de uma linguagem que deslegitima a oposição e grupos vulnerabilizados destacam a retórica de exclusão que marcou sua campanha, polarizando ainda mais o cenário político.

Fonte: Portal de Notícias Terra (2018).

Durante sua campanha à presidência, Bolsonaro reforça um posicionamento já evidente em suas declarações anteriores: a exaltação da vontade majoritária como guia absoluto para a condução política do país. Ao afirmar que "a oposição não pode simplesmente querer parar o Brasil em nome de uma minoria" e que "a maioria é quem decide o futuro de uma nação", ele reforça a ideia de que os interesses das minorias não devem interferir no avanço das decisões majoritárias. Essa fala retoma a concepção reducionista da democracia que Bolsonaro manifestara em outras ocasiões, na qual a maioria assume uma autoridade incontestável e as minorias têm o papel de adaptação ou submissão.

O que acrescenta uma nova camada ao discurso aqui é o contexto eleitoral. Em uma campanha voltada para um público majoritariamente polarizado, Bolsonaro utiliza a ideia de "parar o Brasil" como um alerta contra qualquer oposição às pautas da maioria, vinculando as minorias a um bloqueio ao progresso nacional. Ao insinuar que a oposição – associada aqui a grupos minoritários – comprometeria o desenvolvimento do país, ele não apenas deslegitima as vozes minoritárias, mas também usa a retórica do "progresso" para justificar a marginalização dessas demandas. A ideia de que "ganha quem tem mais votos" consolida essa visão de

uma democracia quantitativa, desprovida das proteções constitucionais necessárias para equilibrar o poder e garantir a dignidade de todos os grupos sociais.

Essa fala, portanto, reforça um discurso de autoridade numérica ao passo que coloca as minorias como obstáculos ao avanço nacional, sugerindo que a maioria, como vencedora nas urnas, possui legitimidade total para governar sem restrições. Tal posicionamento, além de repetir um desentendimento fundamental sobre a função da democracia constitucional, intensifica a retórica de exclusão ao situar as minorias como forças contrárias ao desenvolvimento do país, ampliando a visão de uma governança voltada exclusivamente aos interesses majoritários.

FALA 56	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - A exclusão das minorias pela vontade da maioria
Data:	29 de outubro de 2018
Transcrição do enunciado:	“Eu queria saber, que me definissem, o que é minoria, quais direitos de tais minorias. Nós somos iguais, não tem diferença minha para você, não interessa cor de pele, opção sexual, região que você nasceu, gênero, somos iguais, como está no artigo 5º da Constituição. Não podemos pegar certas minorias e achar que tem superpoderes e são diferentes dos demais. Se conseguirmos igualdade para todo mundo, todos se sentirão satisfeitos”.
Autor:	Jair Bolsonaro, Presidente eleito
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em uma entrevista à RecordTV, no dia seguinte à sua eleição como presidente da República, em outubro de 2018. Na fala, Bolsonaro abordou questões de igualdade e direitos das minorias, criticando o que chamou de "superpoderes" atribuídos a grupos minoritários. Ele utilizou o artigo 5º da Constituição para argumentar que todos os brasileiros seriam iguais, independentemente de suas características ou origens, mas desconsiderou a necessidade de políticas específicas para corrigir desigualdades históricas. O contexto da entrevista, amplamente assistida após o resultado das eleições, serviu para reforçar sua visão de que as demandas de minorias não deveriam ser tratadas de forma diferenciada, alinhando-se à sua retórica de exclusão e resistência às ações afirmativas.
Fonte:	Veja (2018).

Nesta fala, Bolsonaro adota um discurso que, à primeira vista, parece promover igualdade, ao afirmar que “não interessa cor de pele, opção sexual, região que você nasceu, gênero, somos iguais, como está no artigo 5º da Constituição”. No entanto,

ao questionar a definição de “minorias” e os direitos a elas associados, ele esvazia o conceito de diversidade e expressa uma postura monológica e anti-dialógica, onde a multiplicidade de vozes que compõem a sociedade brasileira é silenciada em nome de entendimento restrito da igualdade formal, que desconsidera as condições estruturais e desigualdades históricas que afetam determinados grupos.

Ao referir-se a direitos das minorias como “superpoderes”, Bolsonaro sugere que esses direitos seriam privilégios exagerados, reforçando uma retórica que já havia aparecido em declarações anteriores: a ideia de que a promoção dos direitos das minorias é excessiva e compromete a igualdade de todos.

Diferente das falas anteriores, onde a supremacia da maioria era explicitamente enaltecida, aqui Bolsonaro restringe o sentido da igualdade à sua dimensão formal, com fundamento numa interpretação literal do artigo 5º da Constituição, como se o simples reconhecimento de igualdade jurídica fosse suficiente para assegurar a justiça social. Esse discurso neutraliza as necessidades específicas de grupos minoritários, sugerindo que qualquer consideração especial para eles seria um “superpoder” e, portanto, uma ameaça ao equilíbrio social. Nesse sentido, ele inverte a lógica de proteção constitucional, transformando as demandas das minorias por direitos em um possível desequilíbrio para a sociedade.

Essa fala também reforça uma visão de sociedade homogênea, em que a diversidade é reduzida a uma ideia restritiva de igualdade que ignora as diferentes realidades enfrentadas por grupos vulnerabilizados. Ao naturalizar essa compreensão simplista, Bolsonaro legitima uma ideologia que desqualifica a luta por inclusão e justiça social, sugerindo que a igualdade é alcançada simplesmente pela uniformidade de todos perante a lei. Com isso, ele enfraquece o reconhecimento da diversidade e desvia-se do ideal constitucional de uma sociedade que valoriza e protege a pluralidade.

FALA 57	
Categoria de análise:	Fragmentação da alteridade - A exclusão das minorias pela vontade da maioria
Data:	21 de maio de 2020

Transcrição do enunciado: “Nós respeitamos a todos. Cada um tem a sua religião, mas a grande maioria, hoje, são católicos e evangélicos, que são basicamente quem lideram esse mandato. [...] Tudo bem, vamos respeitar as minorias. Mas quem tem que fazer valer a sua vontade é a maioria. Se não, a gente tem que inverter tudo aqui no Brasil. A minoria participa, mas quem decide é a maioria. E temos que tocar a nossa vida por aí”.
Autor: Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto: Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma videoconferência com lideranças católicas e membros da Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana, em maio de 2020. Na fala, Bolsonaro reiterou sua visão de que a vontade da maioria deve prevalecer sobre as demandas das minorias, mencionando especificamente católicos e evangélicos como grupos majoritários que lideram o país. O contexto do evento, voltado para lideranças religiosas, reforçou o alinhamento de seu discurso com valores religiosos conservadores, destacando a exclusão implícita de outras religiões e de grupos vulnerabilizados. A declaração gerou repercussão por questionar o equilíbrio entre a proteção às minorias e o respeito à diversidade garantido pela Constituição.
Fonte: Correio Brasiliense (2020).

Já na condição de presidente, Bolsonaro reafirma uma visão onde a vontade da maioria deve prevalecer, declarando que “a minoria participa, mas quem decide é a maioria” e vinculando essa maioria aos grupos católicos e evangélicos que, segundo ele, “lideram esse mandato”. Ao expor essa relação, Bolsonaro não só fortalece a noção de que o poder político deve refletir os valores do grupo majoritário, mas também sugere que as minorias, embora “respeitadas”, ocupam uma posição secundária e submissa, sem direito à influência significativa nas decisões nacionais. Essa perspectiva restringe o papel das minorias a uma participação sem voz ativa, reforçando uma hierarquia onde o poder e a legitimidade pertencem exclusivamente ao grupo dominante.

Essa fala reflete uma concepção de democracia puramente numérica e excludente, onde o direito à diferença é diluído em uma lógica de obediência à maioria. Ao argumentar que respeitar as minorias de outra forma significaria “inverter tudo aqui no Brasil”, Bolsonaro utiliza um discurso que transforma a igualdade constitucional em uma ameaça à ordem estabelecida. Essa inversão é apresentada como algo indesejável e instável, onde a “minorias” representaria uma força de oposição ao que ele considera a “verdadeira” vontade nacional.

Ao associar os valores majoritários à liderança de seu mandato, Bolsonaro reforça uma ideologia que naturaliza a exclusão de minorias e fortalece a visão de que apenas os valores da maioria devem prevalecer na vida pública. Ao adotar essa visão, Bolsonaro ignora a função essencial do Estado Democrático de Direito de proteger os direitos fundamentais das minorias, independentemente de sua representatividade numérica. Esse discurso, ao privilegiar os valores da maioria, enfraquece o compromisso constitucional com a garantia dos direitos das minorias e legitima a ausência de políticas públicas voltadas a esses grupos, esvaziando o sentido constitucional de pluralismo e de proteção às diversidades.

4.3 POLARIZAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA

As falas de Bolsonaro ao longo de sua campanha e presidência revelam uma estratégia discursiva que polariza e define inimigos internos, configurando uma divisão profunda entre grupos políticos e ideológicos. Esse tipo de discurso se baseia na construção de uma oposição rígida, onde ele e seus apoiadores representam o “bem” e a “verdadeira” identidade nacional, enquanto os opositores são retratados como uma ameaça ao país e aos seus valores fundamentais. A retórica da polarização e da construção de inimigos internos não apenas deslegitima adversários políticos, mas também reduz o debate público a uma luta maniqueísta, colocando de um lado aqueles que são “do bem” e, do outro, os que devem ser eliminados ou marginalizados.

Bolsonaro recorre a metáforas e expressões violentas, como “fuzilar” e “faxina”, para simbolizar a exclusão de determinados grupos. Ele frequentemente caracteriza a esquerda e os defensores dos direitos humanos como “vermes”, “marginais” e “ameaças” à pátria, intensificando uma visão onde o outro é desumanizado e descrito como um mal a ser combatido. Esse tipo de construção discursiva se alinha ao conceito de *força centrífuga*, afastando o discurso dos princípios constitucionais de pluralidade e respeito à diferença. Ao invés de promover uma convivência democrática, Bolsonaro cria um ambiente de tensão, onde opositores são retratados como inimigos que devem ser vencidos em uma “guerra moral”.

Além disso, ele utiliza frequentemente uma retórica religiosa que associa sua visão política ao “bem” e seus opositores ao “mal”, o que amplia os efeitos sociais de exclusão e intolerância, elevando as disputas políticas ao nível espiritual. Esse discurso, ao naturalizar a polarização e consolidar uma visão de mundo em que apenas os que compartilham de suas crenças e valores são verdadeiros patriotas, reforça uma ideologia de divisão. Essa abordagem retórica não apenas intensifica a polarização, mas também enfraquece os ideais de uma sociedade plural e democrática, criando um espaço público marcado pela intolerância e pela deslegitimação de grupos que representam ideias divergentes.

FALA 58	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	1º de setembro de 2018
Transcrição do enunciado:	“Vamos fuzilar a petralhada aqui no Acre.”
Autor:	Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante um comício de campanha eleitoral em Rio Branco, no Acre, em setembro de 2018. Em tom provocativo, o então candidato manuseou o tripé de uma câmera como se fosse um fuzil, simulando disparos ao afirmar que iria “fuzilar a petralhada.” A fala foi direcionada a seus adversários políticos e militantes identificados com o Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto associava seus opositores à Venezuela em uma crítica às políticas de esquerda. O vídeo retratando essa <i>performance</i> de polarização e exclusão foi amplamente divulgado em redes sociais, e encontra-se disponível no site do YouTube (https://www.youtube.com/watch?v=TAtz7E-XuCw).
Fonte:	Barretto Jr. (2022, p. 67).

Na fala “Vamos fuzilar a petralhada aqui no Acre”, Bolsonaro emprega uma metáfora violenta para se referir a opositores de esquerda, especificamente os apoiadores do Partido dos Trabalhadores (PT). O uso de gestos e metáforas bélicas no contexto de um comício público reforçou sua estratégia de polarização, construindo a imagem de “inimigos internos” como alvo de seu discurso e mobilizando apoiadores em torno de uma retórica de confronto e exclusão. Ao utilizar o verbo “fuzilar”, ele cria um efeito discursivo que evoca uma ameaça direta de eliminação física, construindo uma imagem onde os adversários políticos são tratados como inimigos a serem

aniquilados. Esse tipo de discurso funciona como uma força centrífuga, afastando-se dos princípios constitucionais de respeito e tolerância, ao mesmo tempo em que desumaniza o “outro”, deslegitimando qualquer posição política divergente.

A escolha do termo “petralhada” reforça esse efeito ao associar a oposição a uma linguagem depreciativa e desqualificadora, intensificando a construção de uma identidade negativa para seus adversários políticos. Esse termo, que carrega conotações pejorativas e caricaturais, despersonaliza o grupo de opositores, reduzindo-os a um estereótipo fácil de ser atacado e combatido. A combinação de “petralhada” com “fuzilar” não apenas deslegitima as vozes críticas ao seu projeto político, mas também normaliza o uso da violência simbólica como resposta a essas vozes.

Essa fala gera profundos efeitos sociais, legitimando uma cultura política de hostilidade e exclusão. Ao transformar a disputa política em uma retórica de guerra, onde o outro é retratado como uma ameaça mortal, Bolsonaro reforça uma ideologia polarizadora que mina a convivência democrática. Esse tipo de discurso, ao naturalizar o desejo de “fuzilar” o adversário, promove uma percepção de que a oposição política não merece o mesmo respeito e proteção garantidos pela Constituição, enfraquecendo, assim, os valores de pluralidade e diversidade que são pilares do Estado Democrático de Direito.

FALA 59	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	21 de outubro de 2018
Transcrição do enunciado:	“Perderam ontem, perderam em 2016 e vão perder a semana que vem de novo. Só que a faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão para a cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”.
Autor:	Jair Bolsonaro, candidato à presidência da República.
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em outubro de 2018, durante a reta final de sua campanha presidencial. Em um vídeo transmitido ao vivo para apoiadores que protestavam na

Avenida Paulista, em São Paulo, Bolsonaro fez um discurso inflamado contra seus adversários políticos, particularmente aqueles associados ao Partido dos Trabalhadores (PT), que ele chamou de "marginais vermelhos." A fala, amplificada pelas redes sociais e pelo engajamento de seus apoiadores, reforçou sua estratégia de polarização, prometendo uma "faxina ampla" contra os opositores, com ameaças de prisão ou exílio. O contexto eleitoral acirrado destacou o uso de uma retórica de confronto e exclusão, projetando uma narrativa de "nós contra eles" como central para mobilizar sua base política. O vídeo encontra-se disponível no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=H9wxneOnIOI>.

Fonte: Zero Hora (2018).

Nesta fala, Bolsonaro amplia a retórica de exclusão e hostilidade observada anteriormente ao prometer uma "faxina" contra a oposição, composta pelos "marginais vermelhos", e ao declarar que eles serão "banidos de nossa pátria". A expressão "faxina ampla" intensifica a noção de uma purificação do espaço político, posicionando os opositores de esquerda não apenas como adversários políticos, mas como elementos indesejáveis a serem eliminados. Esse discurso reforça a construção de inimigos internos, que são retratados como ameaças à integridade nacional, e legitima a visão de que sua presença é incompatível com o país.

A fala carrega um tom de expulsão ao afirmar que esses adversários políticos devem "ir para fora ou para a cadeia". Esse tipo de linguagem densifica uma estrutura de polarização onde a oposição é associada a uma identidade marginal e criminosa, o que dialoga com a metáfora violenta de "fuzilar" a oposição mencionada na fala anterior. Aqui, Bolsonaro avança ao transformar essa hostilidade em uma ameaça concreta de exclusão física e política, insinuando que o pertencimento à "pátria" depende de adesão irrestrita à sua visão de mundo.

Ao classificar os opositores como "marginais vermelhos", Bolsonaro também mobiliza um interdiscurso que remete a períodos históricos de perseguição política, onde o "vermelho" – tradicionalmente associado ao comunismo e à esquerda – é demonizado e tratado como inimigo do Estado. Esse interdiscurso cria uma conexão com outros períodos de repressão e polarização, alimentando uma ideologia que divide a sociedade em patriotas e traidores, fortalecendo uma narrativa onde somente os que compartilham de seus valores têm legitimidade para fazer parte do corpo social.

Esses elementos discursivos produzem efeitos sociais profundos, promovendo uma cultura de intolerância que deslegitima os adversários políticos como cidadãos legítimos. Ao criar um clima de ameaça e expulsão, Bolsonaro reforça a percepção de que a oposição política não apenas diverge ideologicamente, mas representa um perigo à ordem social e nacional que deve ser eliminado. Esse discurso, ao justificar a exclusão de adversários do espaço político, enfraquece os princípios democráticos de pluralidade e diversidade, consolidando uma perspectiva onde apenas os aliados ideológicos do governo são dignos de pertencimento e participação ativa. Dessa forma, a retórica exclui vozes dissonantes, construindo uma visão de cidadania restrita e incompatível com os valores constitucionais de igualdade e inclusão.

FALA 60	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	20 de maio de 2021
Transcrição do enunciado:	“A esquerda não toma cloroquina porque vai matar o verme que eles são.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma de suas transmissões ao vivo semanais no Facebook, em maio de 2021. Na fala, Bolsonaro utilizou a controvérsia em torno do uso da cloroquina no tratamento da Covid-19 para atacar a esquerda, referindo-se a seus opositores como “vermes.” O contexto da live, um espaço frequente para diálogo direto com seus apoiadores, reforçou sua estratégia de polarização, utilizando uma linguagem desqualificadora para intensificar a divisão política. A declaração exemplifica como Bolsonaro mobiliza temas de saúde pública para construir narrativas de confronto e hostilidade contra seus adversários ideológicos.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 245).

No contexto da pandemia de COVID-19, quando o Brasil precisava de esforços de união para enfrentar uma das maiores crises sanitárias de sua história, Bolsonaro reforça a polarização ao atacar seus opositores com a afirmação grotesca de que “a esquerda não toma cloroquina porque vai matar o verme que eles são”. A escolha de uma linguagem ofensiva e caricatural, ao associar a oposição política à figura de “vermes”, revela uma estratégia de carnavalização no discurso. Essa analogia transforma o debate público em uma cena de ridicularização e desumanização, onde

o outro é reduzido a uma criatura desprezível e indigna de qualquer empatia ou diálogo.

A utilização da cloroquina, um medicamento controverso no combate à COVID-19, torna-se aqui um símbolo de fidelidade ideológica, onde a oposição à sua utilização é tratada não como uma diferença de opinião fundamentada, mas como prova de inferioridade moral e biológica dos adversários. A carnavalização desse discurso transforma uma questão de saúde pública em um teatro grotesco, onde a medicina e a ciência são instrumentalizadas para promover uma divisão rígida entre “nós” e “eles”. Essa estratégia amplifica a polarização, promovendo um clima em que a crise sanitária, em vez de unir a população em torno de um objetivo comum, se torna mais um campo de combate político.

Os efeitos sociais dessa fala são significativos, pois não apenas intensificam a hostilidade entre os grupos, mas também enfraqueceram os esforços coletivos para o enfrentamento da pandemia. Ao transformar a oposição política em alvo de desprezo e zombaria, Bolsonaro cria um ambiente de intolerância, onde a cooperação se torna inviável e a resposta à crise sanitária é comprometida. Esse tipo de discurso, ao desqualificar os adversários políticos e reduzir o debate a uma rivalidade extrema, compromete a responsabilidade democrática de promover a cooperação em momentos de crise.

Ao invés de promover a coesão necessária para enfrentar uma emergência nacional, a fala de Bolsonaro utilizou a pandemia para polarizar ainda mais a sociedade brasileira em torno de questões de saúde pública, transformando uma crise sanitária em uma disputa ideológica e colocando em risco a mobilização coletiva essencial para o enfrentamento eficaz da COVID-19.

FALA 61	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	07 de agosto de 2021
Transcrição do enunciado:	“Respeitem a nossa Constituição, respeitem a vontade popular. Nós queremos e exigimos nada

mais além disso. Não continuem nos provocando, não queiram nos ameaçar, não queiram impor a sua vontade porque quem está com Deus e com o povo tem realmente o poder.”

Autor:

Presidente Jair Bolsonaro

Local e contexto:

Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em agosto de 2021, durante um discurso para apoiadores após participar de uma "motociata" em Florianópolis, Santa Catarina. Discursando em cima de um carro de som, Bolsonaro utilizou a ocasião para reforçar sua retórica de confronto, apelando à ideia de que "Deus e o povo" conferem poder à sua liderança. O discurso foi direcionado contra adversários políticos e instituições que, segundo ele, estariam desrespeitando a "vontade popular" e provocando seu governo. O evento, marcado por forte apoio popular, destacou a estratégia de polarização e mobilização de sua base política por meio de narrativas de ameaça e resistência.

Fonte: Barretto Jr (2022, p. 284).

Nesta fala, Bolsonaro apela para a autoridade da “vontade popular” e da Constituição, ao mesmo tempo em que acusa os opositores de ameaçar esses valores fundamentais, dizendo: “Não continuem nos provocando, não queiram nos ameaçar, não queiram impor a sua vontade porque quem está com Deus e com o povo tem realmente o poder”. Ao utilizar essa linguagem, ele reforça uma divisão rígida entre “nós” (ele e seus apoiadores, descritos como representantes legítimos do povo e de Deus) e “eles” (opositores que, implícita ou explicitamente, são caracterizados como ameaças). Esse discurso polarizador posiciona os opositores políticos como um grupo que pretende subverter a ordem e a verdadeira vontade popular, atribuindo aos seus adversários intenções contrárias aos interesses da nação.

A fala revela um uso estratégico de interdiscursos que remetem ao ultranacionalismo e ao conservadorismo religioso, onde o líder é investido de uma legitimidade moral que vai além da esfera política, legitimidade essa que Bolsonaro associa a um poder superior (“quem está com Deus e com o povo tem realmente o poder”). Essa referência religiosa confere ao discurso uma aura de autoridade divina e incontestável, na qual a obediência é uma questão de fidelidade moral e não apenas de escolha política. Esse tipo de construção discursiva não apenas marginaliza aqueles que divergem, mas também cria uma narrativa de inimigos internos que devem ser combatidos.

Os efeitos sociais desse discurso são profundos, pois ele fortalece uma percepção de que o apoio a Bolsonaro representa uma posição verdade incontestável, enquanto a oposição representa forças de oposição ao povo e a Deus. Isso alimenta um clima de intolerância e radicalização, onde o debate político é substituído por uma rivalidade moral intensa, dificultando a convivência democrática. Ao transformar a divergência política em uma questão de “bem” contra “mal”, como será reforçado em falas posteriores, Bolsonaro compromete o respeito mútuo e a pluralidade de ideias, princípios essenciais para a construção de um espaço político verdadeiramente inclusivo e pluralista.

FALA 62	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	07 de setembro de 2021
Transcrição do enunciado:	“Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes [ministro do Supremo Tribunal Federal], este presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo ainda de pedir o seu boné e ir cuidar da sua vida. Ele, para nós, não existe mais! Liberdade para os presos políticos! Fim da censura! Fim da perseguição aqueles conservadores, aqueles que pensam no Brasil.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro durante uma manifestação no Dia da Independência, em 7 de setembro de 2021, na Avenida Paulista, em São Paulo. Discursando para uma multidão de apoiadores, Bolsonaro criticou diretamente o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarando que não cumpriria mais suas decisões. A fala integrou um discurso de tom confrontador contra o STF e as instituições democráticas, apresentado como defesa da “liberdade” e contra uma suposta “censura” e “perseguição” aos conservadores. O evento, marcado por forte mobilização popular, foi amplamente criticado por ampliar a polarização política e questionar a independência dos poderes, com repercussões que acentuaram a crise institucional no país.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 310).

Proferida durante um grande evento popular de comemoração ao Dia da Independência do Brasil, a fala de Bolsonaro intensificou a tensão com o Poder Judiciário, especificamente com o Supremo Tribunal Federal (STF) e seu ministro

Alexandre de Moraes. Ao afirmar que “qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes, este presidente não mais cumprirá”, Bolsonaro desafia abertamente a autoridade do Judiciário, fomentando um discurso de desacato institucional que coloca em questão os princípios de separação e equilíbrio entre os poderes. Essa postura amplifica a polarização ao posicionar o STF, especialmente Alexandre de Moraes, como inimigos internos que supostamente estariam agindo contra a vontade popular e os interesses da nação.

Ao declarar que “Ele, para nós, não existe mais!” e exigir “liberdade para os presos políticos”, Bolsonaro constrói uma narrativa de perseguição em que os conservadores são retratados como vítimas de censura e opressão. O termo “presos políticos” sugere que os aliados ideológicos de Bolsonaro foram injustamente encarcerados por defender o país, reforçando uma visão maniqueísta onde os críticos do Judiciário são apresentados como heróis em uma luta pela liberdade e pela pátria. Esse discurso fortalece um interdiscurso de resistência popular contra as instituições que ele apresenta como corrompidas ou desconectadas do verdadeiro espírito nacional.

O efeito social desse discurso é uma radicalização da base de apoio, alimentando um sentimento de revolta e legitimando ações de desobediência e enfrentamento ao Judiciário. Ao propor uma ruptura com o STF, Bolsonaro não apenas desafia uma instituição fundamental para a democracia, mas também compromete o respeito às decisões judiciais e o compromisso com o Estado de Direito. A retórica de desobediência e confronto enfraquece o entendimento constitucional e democrático de que todas as instituições devem operar em equilíbrio e cooperação, favorecendo uma visão de poder concentrado em uma liderança única, legitimada pelo “povo” e imbuída de uma autoridade moral superior.

Essa fala em um evento de grande apelo popular legitima a construção de um inimigo interno, representado pelo STF, e intensifica a fragmentação social. Ao invocar o apoio popular para uma luta contra as instituições, Bolsonaro promove uma cultura política onde a lealdade ao líder se sobrepõe ao respeito às instituições democráticas e aos valores constitucionais, ampliando as divisões e enfraquecendo a coesão nacional.

FALA 63	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	16 de março de 2022
Transcrição do enunciado:	“Nós temos, graças a Deus, força para lutar contra o mal. Não é esquerda contra direita, é o bem contra o mal.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em março de 2022, durante um evento organizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em Salvador, Bahia. Após uma visita guiada às instalações, Bolsonaro discursou a convidados em um salão do local, utilizando a ocasião para criticar os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e associar suas gestões a um legado negativo na educação. A fala, que classificou o embate político como uma luta entre o "bem" e o "mal," extrapolou a polarização convencional entre esquerda e direita, reforçando uma narrativa moral que antagoniza seus adversários como inimigos absolutos. Proferida em um contexto institucional, a declaração serviu para consolidar a retórica divisiva que caracteriza sua estratégia de mobilização política.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 502).

Na FALA 63, Jair Bolsonaro utiliza uma narrativa moral absolutista ao enquadrar as divergências políticas como uma luta entre o “bem” e o “mal,” deslocando o debate político convencional para o campo simbólico e espiritual. Ao afirmar que “não é esquerda contra direita, é o bem contra o mal,” Bolsonaro transcende os marcos tradicionais de oposição ideológica e posiciona seus adversários políticos, implicitamente associados ao Partido dos Trabalhadores (PT), como representantes do mal. Essa abordagem reforça uma dicotomia radical, onde as diferenças políticas são transformadas em ameaças existenciais e morais.

Essa fala inaugura um padrão recorrente ao longo de 2022, no qual Bolsonaro utiliza a polarização espiritual como estratégia para consolidar sua base de apoio. A ideia de uma luta entre forças superiores mobiliza uma identidade coletiva que legitima sua liderança como essencial para enfrentar um inimigo absoluto, que não é apenas político, mas também moral e espiritual. Esse interdiscurso, alinhado à tradição do pensamento político de Carl Schmitt, sustenta a lógica do "amigo versus inimigo" ao

identificar adversários como ameaças ao projeto nacional e, neste caso, à integridade moral do país.

O contexto da fala, um evento institucional no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) em Salvador, destaca o uso de um espaço educacional para reforçar a narrativa polarizadora. Ao criticar gestões anteriores do PT, Bolsonaro associa o legado educacional de seus adversários a uma deterioração dos valores nacionais. Essa estratégia reforça a construção de inimigos internos, cujas ações seriam a origem de crises e desafios enfrentados pelo país.

No âmbito das forças centrípetas e centrífugas, a fala atua para unir sua base em torno de uma identidade moral coletiva (centrípeta), ao mesmo tempo em que afasta seus adversários do campo político legítimo (centrífuga). A metáfora espiritual do “bem contra o mal” amplifica a exclusão simbólica, deslegitimando adversários políticos como participantes válidos do processo democrático.

Do ponto de vista social, essa narrativa de antagonismo extremo reforça a radicalização política e dificulta o diálogo democrático, criando uma percepção de que a única solução para os conflitos seria a derrota total do “mal,” representado pelos opositores. O impacto dessa estratégia é amplificado ao longo do ano, conforme Bolsonaro reincide nessa narrativa, consolidando uma lógica política baseada em confrontos irreconciliáveis e justificando ações políticas polarizadoras em nome da preservação do bem.

A FALA 63 estabelece, portanto, um marco inicial de uma sequência de declarações em 2022 que transformam o debate político em uma batalha espiritual, mobilizando uma base conservadora em torno de uma narrativa de resistência moral e exclusão de adversários como inimigos existenciais.

FALA 64	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	27 de março de 2022
Transcrição do enunciado:	

“Essa terra é a nossa terra, esse é o nosso Brasil. O nosso inimigo não é externo, é interno. Não é uma luta da esquerda contra a direita, é uma luta do bem contra o mal. E nós vamos vencer essa luta porque eu estarei sempre na frente de vocês.”

Autor:

Presidente Jair Bolsonaro

Local e contexto:

Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em março de 2022, durante um encontro nacional de seu partido, o PL, realizado em um centro de convenções em Brasília. O evento reuniu ministros, correligionários e apoiadores, e serviu como plataforma para reforçar a narrativa polarizadora do presidente. Bolsonaro afirmou que o maior inimigo do Brasil seria interno, retratando as disputas políticas como uma batalha moral entre o "bem" e o "mal," em vez de uma divisão convencional entre esquerda e direita. A fala, proferida em um momento de mobilização partidária, buscou consolidar sua liderança entre os apoiadores ao apresentar-se como figura central na luta contra os supostos inimigos internos, intensificando o discurso de polarização e confronto.

Fonte: CNN BRASIL (2022).

Nesta fala, Jair Bolsonaro reforça a retórica de polarização ao declarar que “o nosso inimigo não é externo, é interno,” enquadrando as disputas políticas no Brasil como uma luta moral entre o “bem” e o “mal.” Essa formulação transcende uma disputa entre visões ideológicas, como esquerda e direita, e estabelece uma dicotomia rígida e absoluta, em que adversários políticos são construídos como inimigos da nação. O recurso a essa construção discursiva reflete um interdiscurso profundamente alinhado à teoria do político de Carl Schmitt, que define a política como uma oposição entre amigo e inimigo. Schmitt argumenta que o conceito de “inimigo” não é apenas um oponente ideológico, mas alguém que ameaça a existência do coletivo político ao qual se pertence.

Bolsonaro incorpora esse interdiscurso ao posicionar-se como líder do “bem,” legitimado pela identidade nacional (“essa terra é a nossa terra, esse é o nosso Brasil”) e por um suposto consenso moral. Os “inimigos internos,” ao contrário, são apresentados como figuras desleais ou corruptas, responsáveis por ameaçar a soberania e a unidade da pátria. Essa estratégia retórica cria uma exclusão simbólica de grupos que não se alinham ao seu projeto político, ao mesmo tempo que reforça a coesão de sua base ao situá-la em uma batalha épica liderada por ele.

Ao proclamar que "estarei sempre na frente de vocês," Bolsonaro se posiciona como o guia indispensável da luta, promovendo um culto à personalidade que reforça sua liderança e mobiliza emocionalmente seus apoiadores. Além disso, a fala sustenta forças centrífugas no discurso político nacional, fragmentando o campo democrático ao estabelecer uma linha divisória rígida entre quem pertence à comunidade política legítima e quem deve ser excluído dela.

No plano do interdiscurso, a declaração dialoga com narrativas de proteção e soberania nacional, frequentemente mobilizadas por governos autoritários que justificam ações contra opositores sob a alegação de que representam uma ameaça interna. Ao reduzir a política a uma luta entre opostos absolutos, Bolsonaro nega o pluralismo e dificulta o diálogo democrático, reforçando um ambiente de conflito permanente.

Essa abordagem, que visa mobilizar as massas contra um inimigo interno, tem impactos sociais significativos, contribuindo para a radicalização e a legitimação de posturas hostis contra opositores políticos, reais ou percebidos. A exclusão simbólica promovida por essa fala fragiliza os fundamentos democráticos ao reduzir a política ao antagonismo extremo, alienando grupos inteiros da participação no espaço público.

FALA 65	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	22 de maio de 2022
Transcrição do enunciado:	"Venceremos porque estamos do lado do bem. Não é uma luta da esquerda contra direita, é uma luta do bem contra o mal. E o bem vencerá."
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em maio de 2022, em um vídeo direcionado aos fiéis da Assembleia de Deus do bairro Agostinho Porto, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Proferida em um contexto religioso, a fala reforça a narrativa moral e espiritual de uma batalha entre o "bem" e o "mal," que ultrapassa divisões políticas tradicionais como esquerda e direita. O uso de uma comunidade de fé como público-alvo amplifica o apelo emocional e reforça a

associação de Bolsonaro a valores religiosos conservadores, consolidando sua posição como líder moral de sua base de apoio. Essa estratégia conecta a política à espiritualidade, aprofundando a polarização e mobilizando fiéis em torno de sua liderança como indispensável na luta simbólica apresentada.

Fonte: Barretto Jr (2022, p. 599).

Na FALA 65, Jair Bolsonaro reafirma a narrativa de polarização moral e espiritual ao declarar que a disputa política não seria uma questão de "esquerda contra direita," mas sim uma "luta do bem contra o mal." Proferida em um vídeo direcionado aos fiéis da Assembleia de Deus, a fala reforça a construção de um interdiscurso que associa sua liderança a valores religiosos e conservadores, enquanto projeta seus adversários como representantes do "mal." Essa abordagem reforça a visão de mundo dualista, em que divergências políticas são tratadas como uma batalha existencial.

O contexto religioso em que a fala foi proferida amplifica o impacto dessa narrativa. Ao direcionar sua mensagem a uma comunidade de fé, Bolsonaro mobiliza um público que compartilha valores morais e espirituais alinhados à sua retórica, legitimando sua posição como defensor do "bem." A utilização de referências espirituais aprofunda a conexão emocional com seus apoiadores e transforma o embate político em uma missão quase divina, justificando a exclusão de adversários como inimigos da pátria e da moralidade.

Essa declaração dialoga com o interdiscurso de Carl Schmitt sobre a oposição entre amigo e inimigo, que se torna central para a identidade política. Bolsonaro posiciona-se como o líder do "bem," representando a maioria moral da nação, enquanto seus adversários são simbolicamente excluídos como ameaças internas ao projeto nacional. Essa construção de inimigos internos reforça forças centrífugas, fragmentando o campo democrático e deslegitimando o pluralismo político.

Além disso, a fala incorpora forças centrípetas ao consolidar sua base de apoio em torno de uma identidade moral coletiva que associa política e espiritualidade. A insistência na vitória do "bem" sobre o "mal" mobiliza uma visão de que sua liderança é indispensável para a preservação dos valores cristãos e da integridade da nação.

Os impactos dessa narrativa são amplos. Ao transformar divergências políticas em uma luta moral absoluta, Bolsonaro dificulta o diálogo democrático e intensifica a radicalização de sua base. A estratégia deslegitima adversários políticos, apresentando-os como incompatíveis com o projeto de país defendido por ele e por seus seguidores. Essa retórica polarizadora fragiliza os fundamentos democráticos, ao substituir o debate político pelo confronto simbólico de valores antagônicos.

Em síntese, a fala exemplifica a continuidade de uma estratégia discursiva que utiliza elementos morais e espirituais para mobilizar sua base, deslegitimar opositores e consolidar sua posição como líder de um projeto político que se apresenta como a única alternativa legítima para o futuro da nação.

FALA 66	
Categoria de análise:	Polarização político-ideológica
Data:	12 de junho de 2022
Transcrição do enunciado:	“Temos um outro problema, este espiritual que o Brasil não está ausente, que é a luta do bem contra o mal. (...) Nós bem sabemos o que queremos e o que defendemos. Somos contra o aborto, a ideologia de gênero e contra a liberação das drogas. (...) Defendo a família e a liberdade como bem maior, a incluir a liberdade religiosa.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Essa declaração foi feita por Jair Bolsonaro em junho de 2022, durante o evento evangélico Esperança Rio, organizado pela Associação Evangelística Billy Graham, na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro. Transmitida a distância por telões, a fala foi direcionada a uma multidão de fiéis reunidos para louvar, em um ambiente repleto de símbolos religiosos e marcado pela presença de personalidades da música gospel. No evento, que reforçou a conexão entre política e espiritualidade, Bolsonaro reiterou temas alinhados ao público religioso, como oposição ao aborto, à ideologia de gênero e à liberação de drogas, posicionando-se como defensor da família e da liberdade religiosa. O uso do evento como plataforma para sua narrativa consolidou sua associação com valores evangélicos conservadores e reforçou o vínculo emocional com sua base religiosa.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 629).

Nesta fala, Jair Bolsonaro reforça a estratégia de polarização política ao enquadrar questões sociais e políticas como parte de uma "luta do bem contra o mal," que ele

qualifica como "espiritual." Essa narrativa amplia sua já consolidada construção de inimigos internos, ao identificar adversários políticos e ideológicos — como defensores do aborto, da ideologia de gênero e da liberação das drogas — como representantes de valores que contrariam a moralidade e a ordem social. A fala posiciona Bolsonaro e sua base como defensores da família, da liberdade religiosa e de uma identidade cristã nacional, alinhando sua liderança a uma missão moral e espiritual.

O contexto em que a fala foi proferida, um evento evangélico de grande mobilização popular, amplifica o apelo emocional e espiritual da mensagem. Ao apresentar questões políticas como um combate entre forças opostas de bem e mal, Bolsonaro não apenas reforça a lealdade de sua base religiosa, mas também deslegitima seus opositores, posicionando-os fora do campo moral aceitável. Essa dicotomia entre bem e mal estabelece uma linha divisória absoluta, que substitui o pluralismo democrático por uma visão de antagonismo irreconciliável.

Do ponto de vista do interdiscurso, a declaração dialoga com a tradição política de Carl Schmitt, que vê a distinção entre amigo e inimigo como essencial à política. Bolsonaro reinterpreta essa lógica ao vinculá-la a um conflito espiritual, associando sua oposição política a valores anticristãos e, portanto, incompatíveis com a identidade moral da nação. Essa narrativa sustenta forças centrífugas que fragmentam o debate político e excluem adversários como agentes legítimos da esfera democrática.

Simultaneamente, a fala exerce uma força centrípeta ao unir sua base de apoio em torno de valores morais e espirituais compartilhados, consolidando um senso de identidade coletiva. Ao evocar temas sensíveis ao público evangélico, como o aborto e a liberdade religiosa, Bolsonaro se posiciona como líder indispensável de uma causa que transcende a política convencional.

Os impactos dessa estratégia são profundos: ao reduzir divergências políticas a um conflito espiritual absoluto, Bolsonaro legitima a exclusão de vozes dissidentes e intensifica a polarização social. A luta do "bem contra o mal" apresentada nessa fala se conecta diretamente a outras declarações ao longo de 2022, formando um

padrão discursivo que mobiliza sua base em torno de uma missão moral, enquanto enfraquece o diálogo democrático e fortalece a radicalização política.

Em síntese, a FALA 66 encerra um ciclo de discursos que utilizam a espiritualidade e a moralidade como instrumentos de polarização, consolidando a visão de Bolsonaro como líder de um projeto político que se apresenta como único defensor legítimo do bem contra as forças do mal, simbolizadas por seus adversários internos.

4.4 EROSÃO DA DEMOCRACIA

O discurso de Jair Bolsonaro frequentemente se posiciona em tensão com os pilares democráticos, como o pluralismo político, a independência dos poderes, o respeito às instituições e a proteção dos direitos fundamentais. Desde sua atuação como parlamentar até seu mandato presidencial, suas falas frequentemente deslegitimaram instituições democráticas, questionaram a integridade de processos eleitorais e atacaram opositores políticos e entidades da sociedade civil. Essa retórica, ao invés de fortalecer a confiança nas estruturas democráticas, contribui para enfraquecê-las, promovendo narrativas de instabilidade, desconfiança e polarização.

No contexto bolsonarista, a democracia é frequentemente retratada como um entrave à implementação de uma agenda política conservadora e autoritária. Em diversas ocasiões, Bolsonaro utilizou enunciados que sugerem a fragilidade ou a ineficiência das instituições democráticas, como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, muitas vezes apresentando-as como obstáculos ao desejo popular por mudanças rápidas e drásticas. Essa retórica deslegitimadora é acompanhada de ataques diretos à imprensa, à academia e a movimentos sociais, que são descritos como instrumentos de uma suposta ameaça comunista ou como inimigos da pátria.

A erosão da democracia também é fomentada pelo discurso de Bolsonaro ao questionar os resultados eleitorais e ao incentivar a mobilização de seus apoiadores contra instituições democráticas. Declarações que sugerem a possibilidade de intervenção militar ou que colocam em xeque a lisura do processo eleitoral revelam uma estratégia que busca minar a confiança do povo brasileiro em um dos

fundamentos mais importantes da democracia: a soberania popular expressa por meio do voto. Ao propor soluções autoritárias para desafios políticos, Bolsonaro desafia o equilíbrio de poderes e promove um ambiente de desconfiança que fragiliza o Estado Democrático de Direito.

Na sequência, serão analisadas falas de Jair Bolsonaro que exemplificam esse processo de erosão da democracia, evidenciando como seus enunciados tensionam os princípios constitucionais e reforçam divisões ideológicas. A análise buscará identificar os sentidos produzidos e suas implicações para a construção de uma sociedade democrática e plural. Cada fala será apresentada com sua devida contextualização, seguida de uma análise crítica que desvela os impactos discursivos na política brasileira.

FALA 67	
Categoria de análise:	Erosão da democracia
Data:	24 de maio de 1999
Transcrição do enunciado:	“Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	A fala foi proferida em 24 de maio de 1999, durante uma entrevista concedida ao programa <i>Câmera Aberta</i>, exibido pela TV Bandeirantes. Na época, Jair Bolsonaro atuava como deputado federal, ocupando um papel legislativo cuja função constitucional inclui a proteção e o fortalecimento da democracia. A declaração foi feita no contexto de um programa televisivo, alcançando um público diversificado e potencialmente impactando a percepção de telespectadores sobre as instituições democráticas brasileiras. O período em que o enunciado foi emitido é marcado por debates intensos sobre a consolidação da democracia brasileira, tendo em vista a recente redemocratização pós-ditadura militar. Bolsonaro, nesse contexto, buscava consolidar sua identidade política associada ao autoritarismo e ao nacionalismo militarista, frequentemente fazendo uso de declarações polêmicas para se destacar publicamente. A referência explícita a um golpe de Estado e à eliminação violenta de adversários políticos coloca sua fala em clara oposição aos princípios constitucionais de pluralidade, igualdade e

proteção da vida.
Fonte: O Globo (2019).

A declaração de Jair Bolsonaro, proferida em 1999, explicita uma crítica radical ao sistema democrático, desvalorizando o voto como instrumento legítimo de transformação política. Ao propor uma "guerra civil" como solução e ao sugerir a eliminação de adversários políticos – inclusive mencionando o então presidente Fernando Henrique Cardoso –, Bolsonaro articula um discurso marcado por forças centrífugas que se afastam radicalmente do centro de significação representado pelos princípios constitucionais brasileiros, como a proteção da vida e solução de importação de conflitos.

Essa fala evidencia um uso estratégico da linguagem, que, na perspectiva bakhtiniana, se constrói em diálogo com discursos autoritários e antidemocráticos sedimentados na memória discursiva brasileira. Além disso, ao propor a retomada de práticas associadas ao regime militar, como a eliminação de opositores, a fala resgata e reforça interdiscursos autoritários que operam na exclusão de grupos e na deslegitimação da oposição. Esse uso do interdiscurso não apenas retoma elementos do passado, mas também os ressignifica para justificar um projeto político que se opõe ao Estado Democrático de Direito.

A carnavalização bakhtiniana se manifesta: ao trazer um discurso grotesco e absurdamente violento, Bolsonaro subverte a lógica democrática ao propor o uso de métodos antidemocráticos e autoritários como solução para os problemas políticos do país. A ironia e o desprezo implícitos na fala — como a menção à morte de inocentes ser um "dano colateral" aceitável — destacam a inversão dos valores democráticos, transformando o espaço político em um cenário de polarização e confronto extremado.

Portanto, essa declaração atua como um mecanismo de erosão da democracia ao normalizar ideias de violência institucional e desprezo pelas regras democráticas. A análise crítica revela como esse discurso tensiona os fundamentos constitucionais, promovendo uma visão de mundo que fragiliza a confiança nas instituições e reforça narrativas autoritárias em detrimento do pluralismo e da inclusão democrática.

FALA 68	
Categoria de análise:	Erosão da democracia
Data:	24 de maio de 1999
Transcrição do enunciado:	“Não há menor dúvida, daria golpe no mesmo dia! Não funciona! E tenho certeza de que pelo menos 90% da população ia fazer festa, ia bater palma, porque não funciona. O Congresso hoje em dia não serve pra nada, só vota o que o presidente quer. Se ele é a pessoa que decide, que manda, que tripudia em cima do Congresso, dê logo o golpe, parte logo para a ditadura.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	A fala foi proferida na mesma entrevista concedida ao programa <i>Câmera Aberta</i>, exibido pela TV Bandeirantes. Trata-se de uma resposta à seguinte pergunta do entrevistador: "Se você fosse, hoje, o presidente da República, você fecharia o Congresso Nacional?".
Fonte:	O Globo (2019).

Na fala analisada, Jair Bolsonaro propõe o fechamento do Congresso Nacional e a instauração de uma ditadura como soluções para a suposta ineficiência do sistema democrático. Sua declaração reflete um discurso autoritário que deslegitima o papel das instituições constitucionais e promove uma narrativa que reforça a concentração de poder como uma alternativa legítima.

A fala sugere que o Congresso é irrelevante, ao afirmar que “não funciona” e que “só vota o que o presidente quer”. Essa simplificação ignora a complexidade das dinâmicas democráticas e reduz o papel do Legislativo a um mero obstáculo, desconsiderando sua função de equilíbrio e fiscalização do poder. O desprezo pelas instituições é reforçado pela afirmação de que um golpe de Estado teria amplo apoio popular, criando a ilusão de que a ruptura institucional seria não apenas necessária, mas também desejada pela maioria.

A carnavalização do discurso, característica frequente na retórica de Bolsonaro, aparece de forma mais sutil nessa fala. Ao afirmar que “90% da população ia fazer festa” em caso de um golpe, Bolsonaro utiliza uma imagem grotesca e quase carnavalesca para normalizar a subversão da ordem democrática, transformando a ruptura institucional em algo festivo e amplamente aceito. Essa inversão de valores,

típica da carnavalização bakhtiniana, subverte a seriedade da democracia e das instituições, promovendo uma visão distorcida de legitimação popular.

Diferente da fala anterior, que evocava uma violência explícita como meio de transformação social, esta declaração se concentra na deslegitimação da ordem democrática e na promoção de uma alternativa autoritária. A ideia de que um golpe resultaria em celebração popular evidencia um esforço para justificar a ruptura institucional como inevitável e amplamente aceita.

Essa retórica não apenas desafia os valores constitucionais, mas também contribui para a desestabilização da confiança nas instituições democráticas. O discurso de Bolsonaro, ao minar a legitimidade do Legislativo, reforça uma visão política que polariza e enfraquece o Estado Democrático de Direito, criando terreno fértil para a erosão de valores democráticos.

FALA 69	
Categoria de análise:	Erosão da democracia
Data:	24 de junho de 1999
Transcrição do enunciado:	“A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo.”
Autor:	Deputado Federal Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Discurso na tribuna da Câmara no dia 24 de junho, um dia depois de, numa entrevista, dizer que o Congresso deveria ser "congelado" temporariamente, reclamar que havia leis demais e que os parlamentares eram despreparados.
Fonte:	Folha de São Paulo (2018).

A fala de Jair Bolsonaro, proferida em junho de 1999 no plenário da Câmara dos Deputados, demonstra uma postura abertamente favorável à ruptura democrática, endossando a ideia de um "regime de exceção" caso o Congresso Nacional, em sua avaliação, continuasse a caminhar "rumo ao abismo". A referência explícita às Forças Armadas como agentes de intervenção e a defesa de uma ditadura

representam um ataque direto ao sistema democrático, cuja essência está na manutenção de um equilíbrio entre os Poderes e na preservação da ordem constitucional.

No contexto em que foi emitida, a declaração reflete uma deslegitimação do papel do Congresso como espaço de pluralidade e deliberação. Bolsonaro não só critica a atuação dos parlamentares, mas sugere sua substituição por um regime autoritário, ignorando os mecanismos democráticos que visam corrigir disfunções institucionais dentro do arcabouço constitucional. Essa fala reforça uma visão monológica, característica de discursos autoritários que se opõem ao diálogo e à coexistência de múltiplas vozes, indispensáveis para a construção de uma sociedade democrática.

A partir da perspectiva bakhtiniana, é possível observar a atuação de forças centrífugas no discurso de Bolsonaro. Ao propor um regime de exceção e sugerir a intervenção militar, o enunciado afasta-se do "centro enunciativo" representado pela Constituição de 1988, que consagra os princípios democráticos e a separação dos Poderes. O discurso bolsonarista fragmenta e desafia os sentidos constitucionais, promovendo a dispersão e a desconstrução de valores como pluralismo e igualdade, substituindo-os por uma visão excludente e hierárquica.

Além disso, o interdiscurso presente na fala conecta-se à memória de regimes autoritários na história política brasileira, em particular à ditadura militar (1964-1985). A evocação das Forças Armadas como guardiãs da lei e da ordem resgata um imaginário autoritário que permanece ativo em determinados segmentos sociais. Esse discurso não apenas normaliza a possibilidade de ruptura democrática, mas também reforça um modelo de governança baseado no controle centralizado e na supressão de dissidências.

O impacto dessa fala no debate público é significativo, uma vez que mina a confiança nas instituições democráticas ao sugerir que elas são incapazes de cumprir suas funções. Essa deslegitimação contribui para a erosão do Estado Democrático de Direito, abrindo espaço para a polarização e a radicalização política. A defesa de um "regime de exceção" não é apenas uma ameaça às instituições

democráticas, mas também um incentivo à intolerância e à exclusão de vozes que não se alinham ao projeto político autoritário defendido.

Em suma, a fala de Bolsonaro exemplifica como o discurso político pode atuar como um mecanismo de corrosão institucional, utilizando-se de elementos históricos e ideológicos para desafiar os valores constitucionais e promover uma visão autoritária de poder. Ao desestabilizar os sentidos centrais que sustentam a democracia, o discurso reforça um projeto de poder baseado na exclusão e no enfraquecimento do pluralismo político e social.

FALA 70	
Categoria de análise:	Erosão da democracia
Data:	07 de agosto de 2021
Transcrição do enunciado:	“Respeitem a nossa Constituição, respeitem a vontade popular. Nós queremos e exigimos nada mais além disso. Não continuem nos provocando, não queiram nos ameaçar, não queiram impor a sua vontade porque quem está com Deus e com o povo tem realmente o poder.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	A fala foi dita em discurso após participar de uma “motociata” em Florianópolis (SC) com apoiadores.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 284)

Agora já como Presidente da República, a fala de Jair Bolsonaro, proferida em agosto de 2021, durante um discurso após uma “motociata” em Florianópolis, evidencia uma retórica ambígua e polarizadora. Ao mesmo tempo em que reivindica o respeito à Constituição e à “vontade popular”, sugere implicitamente uma ameaça às instituições democráticas, utilizando uma retórica que contrapõe “Deus e o povo” a adversários políticos e institucionais.

Essa declaração, ao invocar a vontade popular e uma suposta conexão direta com Deus, coloca Bolsonaro como representante legítimo de um poder absoluto e transcendente. Esse tipo de discurso contribui para a construção de uma narrativa que deslegitima quaisquer questionamentos ou resistências às suas ações e

decisões, transferindo a legitimidade política exclusivamente para ele e seus apoiadores. Ao afirmar que "quem está com Deus e com o povo tem realmente o poder", Bolsonaro reforça uma visão personalista e autoritária do poder, que desafia os fundamentos democráticos da separação de Poderes e da representatividade plural.

Do ponto de vista bakhtiniano, é possível observar nesse enunciado uma estratégia discursiva centrípeta, que busca consolidar sentidos em torno de um núcleo central: a figura do líder carismático como mediador entre a vontade divina e a popular. Essa tentativa de centralização exclui as vozes dissidentes ou divergentes, reforçando um discurso monológico que anula a pluralidade constitutiva do campo democrático. Ao mesmo tempo, há traços de forças centrífugas, na medida em que o discurso tensiona os sentidos constitucionais ao sugerir que qualquer oposição representa uma provocação ou ameaça ilegítima.

O interdiscurso presente na fala de Bolsonaro conecta-se a narrativas autoritárias que associam poder político à moralidade religiosa e à vontade de uma maioria autoproclamada legítima. Essa combinação exclui vozes e perspectivas que não se alinham a essa visão, como as de minorias e opositores, criando uma polarização no espaço público. Ao invocar Deus e o povo como fontes de legitimidade, Bolsonaro resgata interdiscursos históricos de lideranças que usaram a religião e o apelo popular para justificar rupturas institucionais.

O impacto social desse tipo de declaração é significativo, pois reforça a ideia de que a legalidade e a legitimidade não residem nas instituições democráticas, mas na figura do líder e em seus apoiadores. Isso cria um ambiente propício para a erosão da democracia, desestimulando o diálogo e o respeito às regras constitucionais. A ameaça implícita na frase "não queiram nos ameaçar, não queiram impor a sua vontade" alimenta uma narrativa de confronto e exclusão, na qual qualquer discordância é enquadrada como provocação ou imposição ilegítima.

Em resumo, a fala de Bolsonaro revela como seu discurso tensiona os valores democráticos ao deslegitimar instituições e promover um projeto de poder centralizador e polarizador. Ao explorar símbolos religiosos e apelos populares, a

declaração ilustra uma estratégia discursiva que reforça divisões sociais e desafia os princípios de pluralidade e igualdade que sustentam o Estado Democrático de Direito.

FALA 71	
Categoria de análise:	Erosão da democracia
Data:	28 de agosto de 2021
Transcrição do enunciado:	“Não somos três poderes, somos dois. Executivo, Legislativo trabalham em harmonia. (...) Tem um presidente que não deseja, nem aceita rupturas, mas tudo tem um limite em nossa vida. Não podemos continuar convivendo com isso. (...) Digo uma coisa aos senhores. Tenho três alternativas para o meu futuro: estar preso, ser morto ou a vitória. Pode ter certeza: a primeira alternativa, preso, não existe. Nenhum homem aqui na Terra vai me amedrontar.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	Em discurso no Encontro Fraternal de Líderes Evangélicos de Goiás, em Goiânia.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 298)

A fala de Jair Bolsonaro proferida em agosto de 2021, durante o Encontro Fraternal de Líderes Evangélicos de Goiás, é emblemática de sua retórica polarizadora e de afronta ao sistema democrático. A declaração, que nega a plena existência dos três poderes da República ao excluir o Judiciário da harmonia institucional, representa uma erosão simbólica dos pilares que sustentam o Estado Democrático de Direito.

Ao afirmar que "não somos três poderes, somos dois", Bolsonaro questiona a legitimidade do Poder Judiciário, fundamental no equilíbrio entre os poderes e na garantia dos direitos constitucionais. Esse discurso reflete forças centrífugas no campo político, pois fragmenta os sentidos constitucionais de independência e harmonia entre os poderes, afastando-se do núcleo normativo que define a democracia brasileira. Além disso, o tom desafiador e a recusa de aceitar a possibilidade de prisão ("Nenhum homem aqui na Terra vai me amedrontar") reforçam uma postura personalista e autoritária, alheia à sujeição às regras e limites impostos pela Constituição.

Sob a ótica bakhtiniana, essa fala também carrega elementos de monologismo, pois estabelece uma narrativa única em que Bolsonaro se posiciona como o protagonista de uma luta épica contra forças que ele considera ilegítimas. Essa centralização do discurso em torno de sua figura exclui a possibilidade de diálogo com outros discursos institucionais ou sociais, reafirmando uma visão hierárquica e autorreferencial de poder. O conceito de carnavalização também se aplica, já que Bolsonaro usa ironia e provocações para subverter os papéis institucionais, invertendo o eixo da legalidade e desestabilizando o espaço público.

A declaração "Tenho três alternativas para o meu futuro: estar preso, ser morto ou a vitória" cria uma narrativa de heroísmo messiânico que dialoga com interdiscursos de líderes autoritários que se colocam como mártires em potencial. Essa estratégia mobiliza os apoiadores e reforça a polarização, ao enquadrar adversários e instituições como inimigos que ameaçam sua integridade física e política. O uso do público evangélico como cenário amplifica o alcance dessa mensagem, conectando-a a uma retórica religiosa que legitima sua posição como um escolhido ou defensor de valores supremos.

No campo político, essa fala reforça a desconfiança em relação às instituições democráticas, particularmente o Judiciário, e alimenta a percepção de que Bolsonaro e seus seguidores estão em uma batalha constante contra um sistema corrupto ou opressor. Esse discurso não apenas desestabiliza a harmonia institucional, mas também promove uma cultura de confronto e deslegitimação das regras democráticas, que são fundamentais para a convivência plural e inclusiva.

Em síntese, a fala de Bolsonaro exemplifica como seu discurso tensiona as bases democráticas e desafia os princípios constitucionais. A negação do papel do Judiciário, a construção de uma narrativa messiânica e a reafirmação de uma postura de resistência às regras democráticas consolidam um discurso que fragiliza as instituições e intensifica a polarização, evidenciando as ameaças à democracia brasileira.

FALA 72	
Categoria de análise:	Erosão da democracia
Data:	07 de setembro de 2021
Transcrição do enunciado:	“Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes [ministro do Supremo Tribunal Federal], este presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou. Ele tem tempo ainda de pedir o seu boné e ir cuidar da sua vida. Ele, para nós, não existe mais! Liberdade para os presos políticos! Fim da censura! Fim da perseguição aqueles conservadores, aqueles que pensam no Brasil.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	A fala foi proferida por Jair Bolsonaro durante um discurso na manifestação do 7 de Setembro de 2021, na Avenida Paulista, em São Paulo. O evento, marcado por grande mobilização de apoiadores, foi realizado em um contexto de forte tensão institucional e queda de popularidade do presidente. Durante a manifestação, Bolsonaro fez declarações que representaram ataques diretos ao Supremo Tribunal Federal (STF), incluindo ameaças de desobediência às decisões judiciais do ministro Alexandre de Moraes. Além disso, o discurso foi permeado por reivindicações de "liberdade para presos políticos" e críticas à suposta censura e perseguição a conservadores, ecoando a retórica polarizadora e antidemocrática que marcou sua gestão.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 310)

A fala de Jair Bolsonaro proferida durante a manifestação do 7 de Setembro de 2021 evidencia uma retórica de confrontação direta com as instituições democráticas, em especial o Supremo Tribunal Federal (STF). Ao declarar que não cumpriria mais decisões do ministro Alexandre de Moraes e ao sugerir que ele "peça o boné" e abandone o cargo, Bolsonaro não apenas deslegitima a autoridade constitucional do STF, mas também reforça um discurso de desobediência civil que coloca em xeque o equilíbrio entre os poderes, um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

A referência a "presos políticos" e "fim da censura" insere a fala em um interdiscurso já consolidado entre grupos conservadores e bolsonaristas, que reinterpretam medidas judiciais e investigações sobre atos antidemocráticos como perseguições ideológicas. Essa estratégia discursiva busca polarizar ainda mais a sociedade ao apresentar Bolsonaro e seus aliados como vítimas de um sistema judicial

supostamente parcial e opressor, enquanto posiciona o presidente como defensor da liberdade e da soberania popular.

A partir do conceito bakhtiniano de forças centrípetas e centrífugas, a fala se apresenta como uma manifestação de força centrífuga, ao desafiar os sentidos constitucionais de harmonia entre os poderes e submissão às decisões judiciais. Ao se afastar do "centro" representado pela Constituição, Bolsonaro tensiona os princípios democráticos, promovendo um discurso que alimenta divisões e reforça narrativas de ruptura institucional. Por outro lado, o tom messiânico e polarizador, que inclui expressões como "para nós, ele não existe mais," reafirma a construção de um discurso monológico que exclui vozes divergentes e busca impor uma visão unilateral da realidade.

Do ponto de vista pragmático, o contexto da fala – uma manifestação de massa com tom de apoio ao presidente – amplifica seu impacto, mobilizando seus seguidores em torno de uma retórica antissistêmica e autoritária. Esse discurso, ao ecoar interdiscursos históricos de desobediência e insurreição contra instituições democráticas, intensifica a erosão da democracia ao promover um ambiente de instabilidade política e desconfiança generalizada nas instituições fundamentais do Estado.

FALA 73	
Categoria de análise:	Erosão da democracia
Data:	07 de setembro de 2021
Transcrição do enunciado:	“Ou esse ministro se enquadra, ou ele pede para sair. Sai, Alexandre de Moraes! Deixa de ser canalha! (...). Dizer aos canalhas que nunca serei preso. A minha vida pertence a Deus, mas a vitória é de todos nós.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	A fala foi proferida durante a manifestação do 7 de Setembro de 2021, na Avenida Paulista, em São Paulo, no mesmo contexto da declaração anterior. O evento, marcado por discursos de Jair Bolsonaro, trouxe ameaças diretas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à democracia, com ataques específicos ao ministro Alexandre de Moraes e apelos por intervenção militar e

desobediência judicial. Essas manifestações ocorreram em meio a uma crise política e à queda de popularidade do presidente, com atos organizados por apoiadores em diversas cidades do país.
--

Fonte: Barretto Jr (2022, p. 310)
--

A fala de Jair Bolsonaro, proferida no contexto das manifestações de 7 de Setembro de 2021, intensifica o tom autoritário e desafiador já presente em suas declarações anteriores. Ao exigir que o ministro Alexandre de Moraes "se enquadre ou peça para sair" e ao se referir a ele como "canalha," Bolsonaro não apenas personaliza os ataques contra o Supremo Tribunal Federal (STF), mas também questiona frontalmente a legitimidade de uma das instituições centrais do Estado Democrático de Direito. Essa postura reforça a estratégia discursiva de descredibilizar o Judiciário, minando a confiança pública em suas decisões e incitando desobediência institucional.

A referência à impossibilidade de ser preso e à entrega de sua vida a Deus reforça uma retórica de invulnerabilidade e messianismo, elementos característicos de sua construção discursiva enquanto líder político. Esse tipo de declaração promove uma narrativa em que Bolsonaro se coloca como único defensor legítimo dos interesses nacionais, em oposição a um "inimigo interno," representado pelo STF e, em particular, pelo ministro Alexandre de Moraes. Esse antagonismo é estruturado pela construção de uma polarização extrema, onde o presidente é colocado como o último bastião da liberdade e da soberania popular.

Do ponto de vista bakhtiniano, a fala revela uma dinâmica centrífuga no discurso constitucional, ao tentar afastar os sentidos de respeito e cooperação institucional que sustentam a democracia. Essa força centrífuga é evidenciada pelo uso de linguagem agressiva e deslegitimadora, que fragmenta o campo discursivo e tensiona as bases do pluralismo democrático. No entanto, ao mesmo tempo, a reação social e institucional às suas declarações pode ativar forças centrípetas, que buscam reafirmar os valores constitucionais e frear os impulsos autoritários.

O impacto dessa fala no cenário político é significativo, pois ela contribui para um ambiente de instabilidade institucional e polarização social, ampliando a percepção de crise democrática. A retórica de confronto e o apelo à desobediência às decisões

do STF colocam em risco a harmonia entre os Poderes e comprometem a ordem democrática estabelecida na Constituição de 1988. Assim, a análise dessa declaração destaca como o discurso bolsonarista se posiciona como um vetor de erosão democrática, promovendo desconfiança nas instituições e polarização entre os diferentes setores da sociedade.

FALA 74	
Categoria de análise:	Erosão da democracia
Data:	07 de setembro de 2021
Transcrição do enunciado:	“Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições (...). Não é uma pessoa no TSE que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável, porque não é.”
Autor:	Presidente Jair Bolsonaro
Local e contexto:	A fala foi proferida durante a manifestação do 7 de Setembro de 2021, na Avenida Paulista, em São Paulo, no mesmo contexto das declarações anteriores. O evento, marcado por discursos inflamados do presidente Jair Bolsonaro, reuniu apoiadores em atos que expressaram críticas às instituições democráticas, em especial ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As manifestações ocorreram em um cenário de crescente tensão política, com queda de popularidade do governo e aumento da polarização social. As declarações de Bolsonaro, nesse contexto, reforçaram dúvidas sobre a integridade do sistema eleitoral e incitaram seus seguidores contra as instituições democráticas, exacerbando a crise institucional no país.
Fonte:	Barretto Jr (2022, p. 310)

A declaração de Jair Bolsonaro, proferida na manifestação do 7 de Setembro de 2021, reforça a retórica sistemática de desconfiança nas instituições democráticas e no sistema eleitoral brasileiro, especialmente no uso de urnas eletrônicas. Essa retórica, amplamente disseminada durante seu governo, constitui um dos principais elementos de erosão da democracia promovidos pelo discurso bolsonarista. Ao questionar a segurança e confiabilidade do processo eleitoral e deslegitimar a autoridade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro não apenas ataca diretamente o sistema de votação, mas também alimenta a polarização política e mina a confiança pública em um dos pilares da democracia.

A retórica de dúvida nas urnas eletrônicas, reiterada ao longo de seu mandato, não apresenta evidências concretas, mas baseia-se em insinuações e desinformação, o que cria um ambiente discursivo favorável à disseminação de teorias conspiratórias e à desestabilização institucional. Nesse enunciado, a expressão "não podemos admitir" e a negação da legitimidade do TSE como órgão técnico ("não é uma pessoa no TSE que vai nos dizer que esse processo é seguro") enfatizam a tentativa de Bolsonaro de posicionar-se como um suposto defensor da vontade popular contra instituições que, segundo ele, não representam os interesses do povo. Essa construção discursiva apela à desconfiança generalizada e mobiliza seus apoiadores para desacreditar a democracia representativa, enquanto promove uma retórica de confronto com as instituições.

A crítica ao sistema eleitoral é emblemática de uma força discursiva centrífuga, no sentido bakhtiniano, que se afasta dos significados centrais constitucionais e democráticos que legitimam o processo eleitoral no Brasil. Ao questionar a segurança das urnas eletrônicas sem fundamentos, Bolsonaro desestabiliza as bases consensuais que sustentam o sistema democrático e polariza ainda mais a sociedade, incentivando a divisão entre aqueles que confiam nas instituições e aqueles que se alinham com seu discurso de descrença.

Além disso, a repetição dessa retórica ao longo de seu governo reflete uma estratégia política calculada de criar uma narrativa de vitimização e mobilizar seu eleitorado em torno de um suposto inimigo comum — as instituições democráticas que fiscalizam e regulam o processo eleitoral. Essa estratégia discursiva, ao insistir na deslegitimação do sistema eleitoral, compromete o princípio da soberania popular, ao lançar dúvidas sobre a própria validade do processo que dá voz ao povo por meio do voto.

Em última análise, a fala de Bolsonaro exemplifica uma estratégia discursiva reiterada de enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas, particularmente no sistema eleitoral. Ao insistir em questionar a legitimidade das urnas eletrônicas sem qualquer fundamentação concreta, Bolsonaro não apenas desestabiliza o processo eleitoral, mas também fomenta um ambiente de descrédito institucional que favorece a polarização política e o aumento das tensões sociais.

Essa narrativa de desconfiança, reforçada continuamente ao longo de seu governo, contribui para a corrosão dos princípios democráticos e mina a credibilidade do sistema de representação popular.

4.5 ENCERRAMENTO DAS ANÁLISES: O DISCURSO BOLSONARISTA EM PERSPECTIVA

As análises desenvolvidas nesta seção revelaram os padrões recorrentes do discurso bolsonarista, evidenciando como a linguagem foi utilizada de forma estratégica para consolidar sentidos que tensionam e, em muitos casos, subvertem valores constitucionais fundamentais. Esses discursos, mais do que reflexos de um projeto político, configuram práticas discursivas que deslegitimam direitos fundamentais, alimentam antagonismos e promovem narrativas de exclusão e polarização, comprometendo a convivência democrática e o pluralismo social no Brasil.

O impacto das escolhas linguísticas de Jair Bolsonaro transcende a literalidade de suas palavras. Elas operam como vetores de sentidos que enfraquecem pilares centrais do Estado Democrático de Direito, como a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III), o pluralismo político (Art. 1º, V), a separação de poderes (Art. 2º) e os direitos fundamentais (Artigos 5º, 6º e 7º). A amplificação dessas narrativas no espaço público agrava ainda mais os efeitos sociais das falas, criando um ambiente de desconfiança nas instituições, normalização de preconceitos e fragilização do compromisso constitucional com a inclusão e a proteção dos direitos fundamentais.

Ao consolidar divisões sociais e políticas por meio da linguagem, o discurso bolsonarista constrói uma realidade discursiva que não apenas reflete as tensões presentes na sociedade brasileira, mas também as amplifica e institucionaliza. As análises realizadas até aqui permitem compreender como essas práticas discursivas contribuem para a fragmentação da alteridade, a polarização ideológica e a deslegitimação de direitos humanos, desafiando diretamente os fundamentos do pacto constitucional de 1988.

A próxima seção aprofundará a análise da tensão entre o discurso bolsonarista e o discurso jurídico-constitucional, explorando como este último, fundamentado na proteção dos direitos fundamentais, na inclusão e na pluralidade, contrapõe-se às narrativas excludentes e polarizadoras do bolsonarismo. Serão analisados os impactos dessas práticas discursivas sobre o Estado Democrático de Direito, com especial atenção ao papel do discurso jurídico-constitucional na preservação dos valores fundamentais e na promoção de uma identidade do sujeito constitucional comprometida com a pluralidade, a inclusão e a proteção dos direitos humanos, mesmo diante de narrativas que buscam deslegitimar e fragmentar os pilares constitucionais.

5 DISCURSO BOLSONARISTA E DISCURSO CONSTITUCIONAL: TENSÕES E IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL

Este capítulo aborda as tensões presentes no embate entre o discurso político defendido por Jair Bolsonaro e o discurso jurídico-constitucional construído ao longo do processo democrático brasileiro, à luz dos supostos teóricos em Michel Rosenfeld. Essa oposição não apenas evidencia as disputas interpretativas em torno do texto constitucional, mas também escancara os impactos que tais divergências geram sobre os direitos fundamentais e sobre a identidade do sujeito constitucional.

O discurso político desempenha um papel central na configuração e na sustentação dos valores de uma sociedade democrática. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 consagrou um projeto constitucional fundado na dignidade humana, pluralidade, inclusão e proteção dos direitos fundamentais. Contudo, discursos que desafiam esses valores, como o discurso bolsonarista, emergem como forças que tensionam a ordem constitucional, gerando fragmentações e reconfigurações nas percepções coletivas sobre cidadania e democracia.

Como visto anteriormente, o discurso bolsonarista, dotado de elementos populistas e conservadores, busca ressignificar aspectos da ordem constitucional em favor de uma agenda política específica, marcada pela naturalização de violências e pelo afastamento estigmatizante de grupos vulnerabilizados. Esse movimento é evidente nas reiteradas ações e declarações que visam enfraquecer a legitimidade de setores da sociedade civil. Em artigo sobre a governança ambiental sob o Governo Bolsonaro, Menezes e Barbosa Jr (2021, p. 242) concluem que: “[...] Bolsonaro’s attacks against specific groups, such as indigenous and traditional peoples, NGOs, scientist, and other environmental defenders, is an effort to reduce their legitimacy, agency, and voices”³. Nesse cenário, o discurso constitucional, em sua função normativa e protetiva, responde a essas provocações, buscando preservar os pilares

³ “Os ataques de Bolsonaro contra grupos específicos, como povos indígenas e tradicionais, ONGs, cientistas e outros defensores do meio ambiente, são um esforço para reduzir sua legitimidade, capacidade de ação e vozes” (tradução nossa).

democráticos e reafirmar os valores de inclusão e pluralidade consagrados na Constituição de 1988.

Ao longo desta última seção, será analisado como o discurso bolsonarista interage – muitas vezes de forma conflitante – com os princípios consagrados na Constituição Federal de 1988. Os efeitos dessa interação ultrapassam a esfera meramente política ou jurídica e reverberam profundamente na sociedade, influenciando tanto a compreensão coletiva dos direitos quanto a própria construção da identidade constitucional do cidadão. São essas dinâmicas, marcadas pela polarização, que colocam em xeque o equilíbrio constitucional e expõem os desafios enfrentados pelas instituições democráticas na contemporaneidade. Assim, busca-se não apenas compreender as implicações dessas tensões, mas também refletir sobre a necessidade de fortalecer o discurso constitucional como instrumento de resistência e reafirmação dos valores democráticos.

5.1 SENTIDOS PRODUZIDOS PELO DISCURSO BOLSONARISTA

As análises realizadas na seção anterior revelam que o discurso bolsonarista utilizou a linguagem para consolidar sentidos que impactam profundamente a convivência política e social no Brasil. Bolsonaro utilizou palavras e expressões carregadas de sentidos que repercutem diretamente na fragmentação da alteridade, na polarização político-ideológica, na deslegitimação dos direitos humanos e na erosão da democracia, comprometendo dessa forma a realização dos princípios e dos sentidos projetados e consagrados na Constituição de 1988.

O uso estratégico da linguagem por Bolsonaro vai além de uma mera retórica política; trata-se de uma prática discursiva que reforça preconceitos, acirra divisões sociais e fragiliza as bases do Estado Democrático de Direito. Ao construir narrativas excludentes e polarizadoras, o discurso bolsonarista opera na marginalização de grupos vulnerabilizados, na deslegitimação de direitos humanos e na promoção de antagonismos que dificultam o diálogo e o respeito mútuo no espaço público. Essas práticas discursivas desestabilizam valores essenciais à democracia e ampliam as tensões sociais, comprometendo a coesão e o pluralismo necessários para a convivência democrática. Nesse sentido, como afirma Galuppo (2001, p. 55): “uma

Constituição Democrática não pode expurgar de seu interior os projetos minoritários que conformam o pluralismo”.

Para sintetizar os sentidos produzidos e os impactos das falas analisadas, o mapa discursivo a seguir organiza-se a partir das categorias utilizadas na análise discursiva, com exemplos das principais falas relacionadas a cada categoria. Cada uma dessas categorias evidencia como a escolha de palavras e expressões no discurso bolsonarista reforça dinâmicas de exclusão, polarização e deslegitimação, impactando diretamente a ordem constitucional e a democracia. O quadro permite visualizar, de forma sistemática, as principais escolhas linguísticas do discurso bolsonarista e os seus impactos sobre a constituição e a sociedade.

Quadro 01 – Mapa discursivo das falas de Jair Bolsonaro

CATEGORIAS E VARIÁVEIS DE ANÁLISE	EXEMPLOS DISCURSIVOS	SENTIDOS PRODUZIDOS
CATEGORIA: Deslegitimação de Direitos Humanos e exaltação da violência VARIÁVEIS: - Frequência de declarações que relativizam direitos fundamentais; - Intensidade da retórica que exalta a violência estatal; - Grau de questionamento da universalidade dos direitos humanos.	<i>“Secretaria da Vagabundagem”</i> <i>“Eu não sou defensor de direitos humanos”</i> <i>“Vagabundo tem que ir para a vala, para o pau-de-arara e por aí fora”</i> <i>“Lugar para esse pessoal que defende direitos humanos é num Carandiru”</i> <i>“Os direitos humanos no Brasil só defendem bandidos, estupradores, marginais, sequestradores e até corruptos”</i> <i>“Não serve para nada [a ONU]. É local de reunião de comunistas”</i> <i>“Ele merecia isso: pau de arara. Funciona. Eu sou favorável a tortura”</i> <i>“Preso não deve ter direito nenhum, não é mais cidadão”</i> <i>“Policial que não mata não é policial”</i> <i>“Eu quero todo mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado”</i>	- Erosão do compromisso constitucional com a proteção dos direitos fundamentais; - Fragilização do reconhecimento de direitos humanos universais como fundamento do Estado Democrático de Direito; - Criação de um ambiente de hostilidade contra instituições promotoras de direitos humanos; - Construção de uma visão de "direitos humanos seletivos", que reforça preconceitos e dificulta a implementação de uma cultura de respeito e solidariedade; - Legitimação de práticas autoritárias e violência estatal, enfraquecendo os princípios de dignidade humana, segurança jurídica e devido processo legal; - Desconfiança na resolução pacífica de conflitos; - Legitimação de políticas de encarceramento massivo e abandono social; - Visão de que segurança pública é sinônimo de repressão violenta.

CATEGORIA: Fragmentação da alteridade VARIÁVEIS: - Incidência de discursos estigmatizantes contra grupos minorizados; - Nível de oposição a políticas de inclusão e diversidade; - Frequência de narrativas que reforçam hierarquias sociais excludentes.	<i>“Se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater”</i> <i>“O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou homossexualismo”</i> <i>“O avanço do homossexualismo passa pela pedofilia também, e o consumo de drogas e a porta de entrada”</i> <i>“Atenção, pedófilos, os que estimulam o homossexualismo nas escolas”</i> <i>“Ninguém, nenhum pai tem orgulho de ter um filho gay”</i> <i>“Eles (comunidade LGBT) não querem igualdade, eles querem privilégios”</i> <i>“Nós, brasileiros, não gostamos dos homossexuais”</i> <i>“Demitir uma mulher é a coisa mais difícil que existe. Quando se criam certas vantagens como licença-gestante”</i> <i>“Não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário”</i> <i>“Fui num quilombola [quilombo] em Eldorado Paulista. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”</i> <i>“Vou dar uma foçada na Funai, mas uma foçada no pescoço”</i> <i>“O ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] tem que ser rasgado e jogado na latrina”</i> <i>“Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay”</i> <i>“As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem”</i>	- Ameaça ao pluralismo e os direitos fundamentais previstos na constituição; - Consolidação de narrativas que perpetuam a marginalização e o estigma de minorias, contrariando o dever constitucional de erradicar as desigualdades e de promover a inclusão social; - Deslegitimação das iniciativas voltadas à implementação de políticas públicas de igualdade e inclusão; - Aumento da intolerância, do preconceito e da marginalização da população LGBTQIAPN+; - Fomento de uma visão discriminatória, hostil e excludente acerca da diversidade sexual; - Naturalização de hierarquias de gênero e da exclusão feminina no mercado de trabalho; - Perpetuação de estereótipos, estigmas e preconceitos direcionados a indígenas e pessoas racializadas; - Fragilização de garantias e direitos dos povos indígenas e quilombolas; - Criação de um ambiente discursivo de normalização do racismo.
CATEGORIA: Polarização político-ideológica	<i>“Vamos fuzilar a petralhada aqui no Acre”</i> <i>“Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”</i>	- Enfraquecimento do compromisso constitucional com a promoção do pluralismo; - Criação de divisões sociais e tensionamento do espaço público;

VARIÁVEIS: - Intensidade da retórica "nós contra eles" - Grau de deslegitimação de opositores políticos - Nível de intolerância a visões políticas divergentes	<i>"A esquerda não toma cloroquina porque vai matar o verme que eles são"</i> <i>"Não é uma luta da esquerda contra direita, é uma luta do bem contra o mal. E o bem vencerá"</i>	- Enfraquecendo da convivência e do diálogo democráticos; - Fomento ao discurso de ódio político e intolerância.
CATEGORIA: Erosão da democracia VARIÁVEIS: - Frequência de ataques à legitimidade do sistema eleitoral - Intensidade de críticas infundadas ao Poder Judiciário - Grau de desrespeito à separação dos poderes	<i>"Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada!"</i> <i>"Não há menor dúvida, daria golpe no mesmo dia!"</i> <i>"Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo"</i> <i>"Não somos três poderes, somos dois. Executivo, Legislativo trabalham em harmonia"</i> <i>"Qualquer decisão do senhor Alexandre de Moraes [ministro do Supremo Tribunal Federal], este presidente não mais cumprirá"</i> <i>"Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições"</i>	- Questionamento da legitimidade de decisões judiciais, enfraquecendo a autoridade do Poder Judiciário; - Incitação à ruptura da ordem constitucional por meio da defesa de regimes de exceção, contrariando os princípios fundamentais de soberania e cidadania; - Desestabilização do pacto federativo e da convivência democrática, promovendo narrativas de exclusão e antagonismo político; - Legitimação de práticas autoritárias que corroem os valores do Estado Democrático de Direito e geram insegurança jurídica, desafiando o compromisso constitucional com a proteção dos direitos fundamentais; - Criação de uma cultura de desconfiança no sistema eleitoral e nas instituições públicas, enfraquecendo a base de legitimidade do exercício do poder político no Brasil.

Fonte: Elaborado pelo autor

O quadro apresentado sintetiza as estratégias discursivas empregadas por Jair Bolsonaro e sentidos produzidos que impactam os valores constitucionais e a convivência democrática. Cada categoria de análise evidencia como o discurso bolsonarista articula sentidos que tensionam diretamente a ordem jurídica e fragilizam pilares essenciais do Estado Democrático de Direito.

As análises desenvolvidas foram alicerçadas nas contribuições teóricas de Mikhail Bakhtin, cuja concepção dialógica da linguagem oferece um referencial indispensável para compreender os sentidos produzidos pelo discurso bolsonarista. A abordagem bakhtiniana, ao destacar a interação entre forças centrípetas e centrífugas, foi essencial para identificar como o discurso bolsonarista fragmenta sentidos constitutivos da democracia e amplifica narrativas de exclusão e polarização. Além disso, os conceitos de polifonia e heteroglossia permitiram explorar a multiplicidade de vozes que compõem e contestam a ordem discursiva vigente, demonstrando como o discurso bolsonarista desestabiliza valores centrais ao Estado Democrático de Direito.

Assim, o discurso bolsonarista engendra uma miríade de significações que reverberam na tessitura social brasileira, produzindo efeitos tangíveis sobre a compreensão coletiva dos direitos fundamentais e da própria identidade constitucional. Este fenômeno discursivo, ao mobilizar elementos retóricos de cariz populista e conservador, opera uma resignificação dos preceitos constitucionais, muitas vezes em dissonância com a hermenêutica jurídica consolidada.

A análise das decisões judiciais proferidas no período de ascensão e governo de Jair Bolsonaro revela uma tendência à polarização interpretativa do texto constitucional. O Supremo Tribunal Federal, em julgamentos emblemáticos como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6121 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709, evidenciou a tensão entre a narrativa governamental e os princípios basilares da Constituição Federal de 1988.

Na ADI 6121, o STF analisou o decreto presidencial que extinguiu conselhos e comitês vinculados à administração pública federal, muitos dos quais eram voltados à participação social e à proteção de direitos de minorias. A Corte reafirmou a necessidade de respeito ao princípio democrático e à participação social, invalidando parte das disposições do decreto que violavam garantias constitucionais.

Já na ADPF 709, que tratou da omissão do governo federal em proteger os povos indígenas durante a pandemia de COVID-19, o STF interveio para garantir medidas emergenciais em favor dessas populações, reconhecendo a responsabilidade

constitucional do Estado na defesa de grupos vulneráveis. Essas decisões ilustram a tensão entre o discurso de Bolsonaro enquanto presidente, que frequentemente enfatizou uma leitura restritiva dos direitos sociais e das garantias individuais, e a postura do Judiciário, que buscou reafirmar a força normativa da Constituição e resguardar os direitos fundamentais.

O discurso bolsonarista, ao apropriar-se de símbolos nacionais e valores tradicionais, engendra um processo de ressignificação da identidade nacional que repercute diretamente na compreensão do sujeito constitucional. Este movimento dialógico, na acepção bakhtiniana, promove uma interação tensa entre diferentes vozes sociais, onde o discurso oficial busca sobrepujar narrativas alternativas e plurais.

Diante desses desafios, o próximo tópico, analisará a relação entre o discurso jurídico-constitucional e a identidade do sujeito constitucional. A partir da perspectiva teórica de Michel Rosenfeld, será explorada a dinâmica entre universalismo e particularismo no processo de reconstrução da identidade do sujeito constitucional, oferecendo caminhos para fortalecer o compromisso democrático e a resiliência institucional frente às tensões discursivas que ameaçam a ordem constitucional.

5.2 DISCURSO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL E A IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL

O discurso jurídico-constitucional, em sua dimensão performativa, atua como um vetor de construção e reconstrução contínua da identidade do sujeito constitucional. Essa dinâmica, como teorizado por Michel Rosenfeld, demonstra-se essencial para compreender a relação entre os princípios constitucionais e as práticas institucionais em sociedades pluralistas e em constante transformação.

No contexto brasileiro contemporâneo, marcado por crescentes desafios à ordem democrática, a interação entre o texto constitucional e a atuação dos órgãos institucionais revela tensões significativas, mas também potencialidades para o fortalecimento da democracia.

Exemplo claro disso é a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) em decisões como a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e o Mandado de Injunção (MI) 4733, que tiveram como marco o reconhecimento da homofobia e da transfobia como crimes equivalentes ao racismo. A ADO 26, ajuizada com fundamento na omissão do Congresso Nacional em legislar sobre a criminalização de práticas discriminatórias contra a população LGBTQIAPN+, levou o STF a enquadrar essas condutas discriminatórias na Lei 7.716/1989, que define os crimes de racismo. Já o MI 4733 reforçou essa decisão ao interpretar que a ausência de legislação específica configurava uma lacuna constitucional incompatível com os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

Essas decisões ilustram o papel fundamental do discurso jurídico-constitucional na construção de uma identidade coletiva que se pauta pela inclusão e pela proteção das minorias. Ao ampliar o alcance dos direitos fundamentais e combater a discriminação estrutural, o STF reafirmou o caráter pluralista da ordem constitucional brasileira, evidenciando sua capacidade de resistir a narrativas excludentes que buscam restringir os direitos de grupos vulnerabilizados.

Nesse sentido, a jurisprudência do STF não apenas promove a concretização dos preceitos constitucionais, mas também contribui para moldar um imaginário social em que a dignidade humana e a igualdade sejam valores centrais. Isso reforça a ideia de que o sujeito constitucional, longe de ser homogêneo ou estático, é dinâmico e relacional, refletindo os constantes esforços de harmonização entre as múltiplas vozes e identidades presentes na sociedade brasileira. Como afirma Rosenfeld (2003, p. 26): “o sujeito constitucional encontra-se constantemente carente de reconstrução, mas essa reconstrução jamais pode se tornar definitiva ou completa”.

O processo de construção identitária constitucional, sob a ótica bakhtiniana, pode ser compreendido como um fenômeno dialógico e socialmente situado. Bakhtin enfatiza que a formação da identidade ocorre através de interações sociais e culturais, onde múltiplas vozes e perspectivas se entrelaçam (Tappan, 2005). No contexto constitucional, isso implica que a identidade não é algo fixo ou pré-

determinado, mas sim construída através do diálogo contínuo entre diferentes atores sociais, instituições e discursos.

Um aspecto interessante dessa abordagem, e que converge com o marco teórico em Rosenfeld (2003; 2010) sobre a construção do sujeito constitucional, é a noção de "unidade não-monológica" proposta por Bakhtin (Morson; Emerson, 1990). Isso sugere que a identidade constitucional não deve ser vista como uma estrutura rígida e imutável, aquilo que em Rosenfeld é enunciado como um hiato, mas sim como um processo dinâmico que permite mudanças genuínas e criatividade. Essa perspectiva contrasta com visões mais tradicionais de unidade constitucional, permitindo uma compreensão mais flexível e adaptável da identidade constitucional.

Em suma, a perspectiva bakhtiniana sobre a construção identitária constitucional enfatiza a natureza dialógica e socialmente situada desse processo. Ela reconhece a importância das interações entre diferentes vozes e perspectivas na formação da identidade, ao mesmo tempo em que permite espaço para mudança e criatividade. Essa abordagem oferece uma visão mais dinâmica e inclusiva da identidade constitucional, capaz de acomodar a diversidade e complexidade das sociedades contemporâneas, e ao mesmo tempo justificar a negação de preceitos inconciliáveis com uma democracia entre livres e iguais calcada na percepção de vida digna e conducente à justiça social (Chai, 2007).

5.2.1 Constitucionalismo, alteridade e sujeito constitucional

Para Michel Rosenfeld, a identidade do sujeito constitucional está profundamente conectada à relação entre o eu (*self*) e o outro, no contexto do constitucionalismo moderno. Ele argumenta que “o constitucionalismo moderno não pode evitar o contraste entre o eu (*self*) e o outro como uma consequência do pluralismo que lhe é inerente” (Rosenfeld, 2003, p. 29). Esse pluralismo, por sua vez, exige o reconhecimento dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e suas diferenças respeitadas:

Numa sociedade pluralista, há o problema do reconhecimento, que é, em resumo, o de que todos os indivíduos e todos os grupos devem ser levados em consideração. Esse é um problema de auto-governo se você quer

democracia. Por que queremos a democracia? Porque, se você reconhece o povo, você deve dar a ele uma chance de participar da realização de seu próprio destino. (Rosenfeld, 2004, p. 25)

Nesse sentido, a alteridade e o pluralismo emergem como características estruturantes das democracias constitucionais contemporâneas, refletindo a necessidade de harmonizar diferentes identidades dentro de um sistema jurídico comum. Como afirmam Azevedo e Coura (2010, p. 199), “a evolução do constitucionalismo evidencia a necessidade de respeito à alteridade e de reconhecimento de minorias, legitimando o caráter plural das sociedades contemporâneas”.

Esse processo de harmonização e (re)construção da identidade constitucional é mediado pelo discurso constitucional. Nesse contexto, Repolês (2004, p. 155) observa que “se a identidade do sujeito constitucional depende da construção do discurso constitucional, ela é inerentemente intersubjetiva, como o é o próprio discurso”. Essa intersubjetividade reflete a interação contínua entre as diversas vozes e narrativas que constituem o discurso jurídico-constitucional.

Rosenfeld (2003, p. 39) sintetiza assim a dinâmica do sujeito e do discurso constitucional:

O sujeito constitucional, que emerge do encontro do eu com o outro, fundado na ausência e na alienação, encontra-se em uma posição que requer que ele esqueça a sua identidade utilizando-se do *medium* de um discurso constitucional, enraizado em uma linguagem comum que vincula e use o multifacetado eu constitucional aos seus múltiplos outros.

Assim, a identidade do sujeito constitucional é construída no domínio intersubjetivo delimitado pelo discurso constitucional, que opera como uma linguagem estruturante, fundamentada nos princípios do constitucionalismo. Ou seja, o sujeito constitucional “experencia-se, outra vez mais, alienado. Alienado porque a linguagem constitucional que o sujeito constitucional invoca se diferencia da linguagem tanto do eu como do outro, sujeitando ambos aos seus próprios termos” (Cattoni de Oliveira; Marques, 2018, p. 21).

Nesse contexto, “o sujeito constitucional só pode adquirir identidade no domínio intersubjetivo circunscrito pelo discurso constitucional” (Rosenfeld, 2003, p. 40).

Essa identidade é mediada pela gramática do constitucionalismo, que aliena os indivíduos ao subordinar suas particularidades aos pressupostos universais que sustentam o Estado Democrático de Direito.

Os pressupostos fundamentais do constitucionalismo, conforme destacados por Rosenfeld (2003, p. 36), incluem: “o governo limitado, a aceitação da *rule of law* [Estado de Direito], e a proteção dos direitos fundamentais”. Esses elementos não apenas estruturam o discurso constitucional, mas também delineiam os limites e as possibilidades da identidade do sujeito constitucional, que deve se conformar a um sistema jurídico normativo e inclusivo, mesmo diante da pluralidade e da alteridade que caracterizam as sociedades democráticas contemporâneas.

5.3 TENSÕES E IMPACTOS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL

As tensões emergentes do embate entre o discurso bolsonarista e o discurso jurídico-constitucional reverberam de modo significativo sobre a concretização dos direitos fundamentais e a percepção da identidade do sujeito constitucional. Este conflito discursivo, ao polarizar o debate público, promove um processo de ressignificação dos preceitos constitucionais que desafia a estabilidade e a legitimidade do ordenamento jurídico, especialmente no que se refere à proteção de direitos fundamentais e à consolidação democrática.

A análise das decisões judiciais proferidas neste contexto revela uma tendência crescente à judicialização de questões políticas fundamentais, marcadas por disputas ideológicas e pela contestação de valores constitucionais consolidados. Um exemplo notável é a ADPF 622, que abordou a composição do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Nesse caso, o Supremo Tribunal Federal foi instado a decidir sobre a validade de alterações realizadas pelo governo federal, que haviam modificado substancialmente a composição do Conanda por meio de decreto presidencial (Decreto nº 10.003/2019).

O decreto em questão, editado durante o governo Bolsonaro, reduziu a participação da sociedade civil no Conanda, alterando os critérios de escolha e composição dos representantes e, na prática, esvaziando a função participativa do órgão. A ADPF 622 foi ajuizada para questionar a constitucionalidade dessas alterações, sob o argumento de que o decreto comprometia a essência democrática e participativa prevista na Constituição Federal de 1988. O STF, ao julgar o caso, declarou a inconstitucionalidade do decreto, reafirmando a importância da participação social na composição e funcionamento de conselhos responsáveis por políticas públicas voltadas à garantia de direitos fundamentais.

Essa decisão evidencia a atuação do Poder Judiciário como guardião dos princípios constitucionais, especialmente em contextos de tentativa de concentração de poder ou de exclusão de vozes plurais do espaço público. Ao preservar a pluralidade e a inclusão na formulação de políticas públicas, o STF reafirmou a centralidade da participação social como elemento essencial para a democracia participativa e para a proteção de direitos fundamentais. Nesse sentido, o discurso do STF pode ser interpretado como uma força centrípeta no contexto bakhtiniano, na medida em que busca recentrar os sentidos constitucionais em torno de valores universais como pluralismo, igualdade e dignidade humana. Essa força centrípeta atua para unificar e reafirmar os princípios democráticos, resistindo a narrativas que fragmentam ou tensionam a coesão social e os pilares do Estado Democrático de Direito.

O impacto dessas tensões sobre a identidade do sujeito constitucional é profundo, manifestando-se na crescente polarização do debate público e na contestação de princípios constitucionais basilares. Este fenômeno, analisado sob a perspectiva bakhtiniana, pode ser compreendido como um embate entre diferentes **cronotopos** – configurações espaço-temporais que não apenas moldam, mas também orientam e delimitam a percepção da realidade social e jurídica. O cronotopo, conforme definido por Bakhtin, refere-se à interligação essencial entre as dimensões espaciais e temporais que estruturam as narrativas e dão forma às experiências humanas. Nesse contexto, “o cronotopo é uma categoria conteudístico-formal, que mostra a interligação fundamental das relações espaciais e temporais, representadas nos textos” (Fiorin, 2022, p. 145).

No caso das tensões entre o discurso bolsonarista e o discurso jurídico-constitucional, é possível identificar cronotopos divergentes que expressam visões de mundo conflitantes: enquanto o discurso bolsonarista busca cristalizar narrativas excludentes e polarizadoras, vinculadas a um cronotopo de ruptura e negação da pluralidade, o discurso jurídico-constitucional opera em um cronotopo que privilegia a continuidade democrática, o respeito à diversidade e a proteção dos direitos fundamentais. Esse embate não se restringe ao campo jurídico, mas reverbera na sociedade, moldando a identidade do sujeito constitucional e o imaginário social acerca dos valores constitucionais.

Dessa forma, decisões como a da ADPF 622 ilustram a relevância do papel do discurso jurídico-constitucional na proteção dos direitos fundamentais e na manutenção de uma identidade constitucional que resista a tentativas de desconstrução democrática. Acerca da importância de uma hermenêutica constitucional comprometida com a garantia dos direitos fundamentais, afirma Coura (2009, p. 266):

Com efeito, a Constituição funciona como parâmetro para a interpretação do conjunto de regras e princípios que integram todo o ordenamento jurídico, ao mesmo tempo em que a aplicação desse ordenamento, constitucionalmente interpretado, densifica e efetiva a própria Constituição. Nesse sentido, torna-se um sistema de proteção aos direitos fundamentais, que parte da Constituição e se estende a todo ordenamento jurídico, a partir da interpretação constitucional [...].

Esse papel é crucial para garantir que a Constituição permaneça um instrumento vivo, capaz de assegurar a efetivação dos direitos e a inclusão de múltiplas vozes na construção do projeto democrático brasileiro.

5.4 A DIALÉTICA DA NEGAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

A teoria constitucional de Michel Rosenfeld oferece uma abordagem inovadora para compreender a construção da identidade do sujeito constitucional, partindo do princípio de que “é preferível e mais acurado considerar o sujeito e a matéria constitucionais como uma ausência do que como uma presença” (Rosenfeld, 2003, p. 26). Essa ausência, que não dispensa a sua determinação, é reflexo do pluralismo

inerente ao constitucionalismo moderno, que se fundamenta na coexistência de múltiplas vozes e perspectivas dentro de um mesmo ordenamento jurídico. Para Rosenfeld (2003, p. 54), o pluralismo “busca promover a maior diversidade possível de concepções de bem como meio para a maximização da autonomia e dignidade humanas”.

No constitucionalismo pluralista, a identidade do sujeito constitucional não é fixa nem imutável. Ao contrário, ela é concebida como um processo dinâmico, sujeito a contínua (re)construção por meio da interação dialética entre os diversos elementos que compõem o discurso constitucional. Essa interação é orientada pelos limites normativos do constitucionalismo moderno – governo limitado, aceitação do Estado de Direito e proteção dos direitos fundamentais –, que fornecem parâmetros para evitar que o pluralismo se torne uma força desagregadora.

Para Rosenfeld, o processo reconstrutivo da identidade constitucional ocorre essencialmente dentro do discurso constitucional, que é instrumentalizado por três ferramentas discursivas principais: negação, metáfora e metonímia. Trata-se, portanto de um processo discursivo no qual a negação, ao desestabilizar o *status quo* constitucional, inicia o contínuo processo de (re)construção da identidade do sujeito constitucional, que deve buscar uma auto-identidade (*self-identity*) por meio dos outros dois instrumentos reconstrutivos, a metáfora e a metonímia. O processo é assim resumido por Rosenfeld (2003, p. 50):

A negação, a metáfora e a metonímia combinam-se para selecionar, descartar e organizar os elementos pertinentes com vistas a produzir um discurso constitucional no e pelo qual o sujeito constitucional possa fundar a sua identidade.

Esse processo permite que o sujeito constitucional encontre uma auto-identidade não em isolamento, mas por meio de sua relação com o outro e das interações dinâmicas que ocorrem dentro do discurso constitucional. De acordo com Rosenfeld, “o papel da negação no processo de estabelecimento da identidade do sujeito constitucional mostra-se multifacetado, intrincado e complexo, pois envolve funções como rejeição, repúdio, repressão, exclusão e renúncia” (Rosenfeld, 2003, p. 51). A contribuição essencial da negação para a definição da auto-identidade constitucional

manifesta-se na busca de uma identidade distinta. De outra forma, “enquanto pura negatividade, o sujeito constitucional experiência a si próprio como ausência, carência, hiato e aspira preencher esse vazio interno mediante o desenvolvimento de uma identidade positiva” (Rosenfeld, 2003, p. 52- 53).

A dialética da negação, acompanhada pela metáfora e metonímia, possibilita a construção de uma identidade constitucional que se afirma como um espaço de inclusão e pluralidade, constantemente adaptando-se aos desafios e contradições de cada contexto histórico e social.

No Brasil contemporâneo, a dialética da negação, conforme teorizada por Rosenfeld, assume contornos peculiares diante de um cenário marcado por narrativas que desestabilizam os fundamentos democráticos. O discurso constitucional, ao ser confrontado por práticas excludentes e discursos polarizadores, encontra-se desafiado a reafirmar seus limites normativos e preservar seus princípios basilares. Essa dinâmica é particularmente evidente em episódios de judicialização de direitos das minorias, nos quais o Supremo Tribunal Federal (STF) tem desempenhado um papel crucial ao proteger valores constitucionais e salvaguardar os direitos fundamentais.

A jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF) destaca como a dialética da negação desempenha um papel essencial na construção e preservação da identidade constitucional brasileira. A ADI 6387, que suspendeu a eficácia da Medida Provisória 954/2020, é emblemática nesse sentido. A referida medida provisória previa o compartilhamento obrigatório de dados de clientes de empresas de telecomunicação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante a pandemia da COVID-19, com o objetivo de viabilizar a produção de estatísticas oficiais. Contudo, o STF, ao reconhecer o risco de violações ao direito à privacidade e à proteção de dados pessoais, suspendeu a norma. Esse julgamento reafirmou que, mesmo em situações emergenciais, como uma crise sanitária, o direito fundamental à privacidade não pode ser relativizado sem uma justificativa proporcional e adequada. A decisão ilustra como a negação de uma prerrogativa estatal excessivamente ampla atua como um mecanismo de preservação da autonomia individual e da dignidade humana, valores essenciais da ordem

constitucional. Este movimento dialético reforça a identidade constitucional como um constructo em permanente evolução.

Além disso, a negação, enquanto elemento constitutivo da identidade constitucional, também se manifesta no combate a práticas que colocam em risco os fundamentos democráticos. A ADPF 572, que validou a investigação sobre a disseminação de *fake news* e ameaças a ministros do STF, exemplifica esse ponto. O inquérito, instaurado pelo próprio Supremo, buscava apurar atos que visavam deslegitimar a instituição e comprometer a integridade do processo democrático. A decisão do STF de referendar a legalidade da investigação destacou que condutas antidemocráticas, como a disseminação de notícias falsas que incitam o ódio e a violência, devem ser rejeitadas para preservar os valores constitucionais. Esse julgamento reforçou o compromisso da Corte com a proteção da Constituição, incluindo os princípios da liberdade de expressão, convivência democrática e respeito às instituições.

Cássius Guimarães Chai (2004, p.117), em sua análise teórica sobre preceitos fundamentais, entrelaça o conceito com os alicerces da democracia e do republicanismo, tecendo uma trama jurídico-filosófica que se estende além da mera interpretação constitucional. Ao abordar a arguição de descumprimento de preceito fundamental, o autor desvela um instrumento não apenas de controle constitucional, mas de salvaguarda da própria essência democrática, confrontando a insidiosa naturalização da mentira e da desinformação que corroem o tecido social, a partir da análise discursiva dos vetos às vias processuais abertas na forma da queixa constitucional alemã.

Chai propõe uma visão onde os preceitos fundamentais transcendem o texto constitucional, tornando-se baluartes éticos contra a desfaçatez institucionalizada, exigindo um compromisso ativo das instituições e da sociedade na defesa da verdade e da transparência normogenética. Neste cenário, o combate à desinformação emerge como um imperativo ético e democrático, demandando medidas institucionais robustas e uma consciência coletiva vigilante, capazes de resistir à erosão dos valores republicanos e preservar a integridade do debate público.

Esses casos ilustram como a dialética da negação opera no âmbito jurídico: ao rejeitar práticas ou normas que ameaçam direitos fundamentais e princípios democráticos, o STF reafirma positivamente os valores constitucionais e contribui para a evolução contínua da identidade do sujeito constitucional. Tal dinâmica evidencia o papel do discurso constitucional como um espaço de articulação entre os desafios contemporâneos e a defesa dos pilares fundamentais do Estado Democrático de Direito.

5.5 METÁFORA E METONÍMIA COMO INSTRUMENTOS DE (RE)CONSTRUÇÃO DO SUJEITO CONSTITUCIONAL

Embora a negação seja o ponto de partida do processo reconstutivo, ela não atua isoladamente. A metáfora e a metonímia desempenham papéis complementares na reorganização dos elementos discursivos em um novo tecido constitucional.

A metáfora é a ferramenta que, no discurso jurídico e constitucional, explora similaridades e equivalências para o estabelecimento de vínculos de identidade, numa dialética entre semelhanças e diferenças. Segundo Rosenfeld, “a função metafórica exerce um papel essencial tanto na retórica jurídica quanto no discurso constitucional” (Rosenfeld, 2003, p. 62).

Na argumentação jurídica, ela contribui no estabelecimento de analogias e similaridades, como ocorre na prestação jurisdicional no sistema da *common law*, fundado no precedente, e no uso da analogia, nos casos de lacuna da lei, utilizado pelo sistema de direito romano-germânico (Azevedo, 2011, p. 116).

A metonímia, em um processo contraposto ao da metáfora, promove as relações de contiguidade no interior de um contexto, ou seja, evoca as diferenças mediante a contextualização:

Com sua ênfase na contiguidade e no contexto, a metonímia é essencial para se evitar que o sujeito constitucional se fixe em identidades que permaneçam tão condensadas e abstratas ao ponto de aplanar as diferenças que devem ser levadas em conta se a identidade constitucional deve verdadeiramente envolver tanto o eu quanto o outro. (Rosenfeld, 2003, p. 50)

A metáfora opera ao criar conexões simbólicas entre diferentes conceitos, ampliando o horizonte de possibilidades interpretativas dentro do discurso constitucional. A metonímia, por sua vez, atua de forma mais concreta, ao destacar elementos específicos que contextualizam as diferenças, permitindo que o sujeito constitucional seja construído a partir de uma base comum.

A (re)construção do sujeito constitucional brasileiro, em meio às tensões discursivas contemporâneas, é profundamente moldada pelo uso de metáforas e metonímias como instrumentos retóricos e cognitivos no discurso constitucional. Estas figuras de linguagem, longe de serem meros ornamentos estilísticos, atuam como poderosos mecanismos de significação e ressignificação da identidade constitucional.

A análise das decisões judiciais recentes evidencia o emprego de metáforas constitucionais como ferramentas discursivas poderosas. O conceito de "estado de coisas inconstitucional", introduzido na ADPF 347, é um exemplo notável. Neste julgamento, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a grave violação de direitos fundamentais no sistema carcerário brasileiro, caracterizado pela superlotação, condições degradantes e pela incapacidade do Estado de garantir a dignidade humana dos presos. A metáfora do "estado de coisas inconstitucional" funciona como um enquadramento discursivo que condensa uma realidade social extremamente complexa e aponta para a urgência de uma reconfiguração da atuação estatal. Ao utilizar esta metáfora, o STF não apenas denuncia uma situação estrutural de desrespeito aos direitos fundamentais, mas também convoca o Estado e a sociedade a promoverem mudanças sistêmicas.

Além disso, a decisão na ADPF 347 ressaltou a omissão estatal como um fator agravante das violações, reforçando a ideia de que o sistema carcerário brasileiro não é um problema isolado, mas um reflexo de falhas mais amplas no cumprimento dos deveres constitucionais de proteção e promoção dos direitos fundamentais. Este enquadramento metafórico amplia a percepção do problema, conferindo-lhe uma dimensão estrutural e sistêmica.

Por outro lado, o uso de metonímias no discurso constitucional frequentemente serve à delimitação do escopo de direitos e garantias. A expressão "mínimo

existencial", amplamente empregada em decisões sobre direitos sociais, opera metonimicamente ao representar um conjunto mais amplo de necessidades básicas que devem ser asseguradas para a dignidade humana. Este recurso linguístico, enquanto concretiza direitos ao focalizar demandas específicas, também pode, paradoxalmente, limitar sua extensão, gerando debates sobre quais demandas efetivamente se qualificam como essenciais dentro do discurso jurídico.

Portanto, tanto as metáforas quanto as metonímias no discurso constitucional não apenas modelam a forma como problemas jurídicos são percebidos e enfrentados, mas também desempenham um papel fundamental na construção e reconstrução da identidade constitucional. Essas figuras linguísticas permitem que o discurso jurídico navegue entre a complexidade das realidades sociais e os princípios normativos, promovendo uma constante atualização dos valores constitucionais diante das demandas contemporâneas.

No entanto, o contraste entre o discurso constitucional e o discurso bolsonarista destaca dinâmicas conflitantes que influenciam a construção da identidade constitucional. Enquanto o STF utiliza metáforas e metonímias para ampliar a proteção de direitos fundamentais e para reafirmar os pilares do constitucionalismo, o discurso bolsonarista frequentemente promove narrativas que desconstróem esses mesmos fundamentos. Por exemplo, o discurso de Jair Bolsonaro sobre o sistema prisional e a violência estatal emprega construções discursivas que naturalizam a exclusão e reforçam hierarquias autoritárias. Expressões como *"preso não deve ter direito nenhum, não é mais cidadão"* ou críticas aos *"direitos humanos que só protegem bandidos"* configuram metonímias que reduzem conceitos complexos, como a dignidade humana, a interpretações simplistas e polarizadoras.

Nesse contexto, a metáfora do "estado de coisas inconstitucional", utilizada na ADPF 347, atua como uma resposta direta a essas narrativas excludentes. Enquanto o discurso bolsonarista instrumentaliza figuras retóricas para justificar a omissão estatal e a violência institucional, o discurso constitucional ressignifica essas práticas, utilizando figuras como a metáfora e a metonímia para enfatizar a urgência de reformas estruturais e para reafirmar a centralidade da dignidade humana na ordem constitucional.

Portanto, as figuras de linguagem no discurso constitucional não apenas modelam a forma como problemas jurídicos são percebidos e enfrentados, mas também desempenham um papel fundamental na resistência às narrativas polarizadoras que minam os princípios do Estado Democrático de Direito. O embate entre essas duas abordagens discursivas evidencia uma disputa pela construção da identidade constitucional, onde o discurso constitucional busca afirmar uma visão inclusiva, plural e comprometida com os direitos fundamentais, em contraste com a visão homogênea e excludente promovida pelo discurso bolsonarista.

5.6 POLIFONIA E HETEROGLOSSIA NO EMBATE DISCURSIVO CONSTITUCIONAL

O embate discursivo constitucional, analisado sob a ótica bakhtiniana, revela-se como um campo de intensa polifonia e heteroglossia, onde múltiplas vozes e linguagens sociais convergem e divergem na interpretação do texto constitucional. Este fenômeno linguístico-social adquire particular relevância no contexto brasileiro contemporâneo, marcado por profundas divisões ideológicas.

Sob o prisma da polifonia, compreende-se que o texto constitucional não é monológico, mas incorpora diversas vozes que dialogam e disputam sentidos. A Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 6341, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, oferece um exemplo emblemático dessa polifonia ao abordar a competência concorrente dos entes federativos no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Nesse caso, o STF enfrentou um dos mais relevantes embates discursivos do período pandêmico, delimitando o alcance das competências da União, dos Estados e dos Municípios para a adoção de medidas sanitárias. A decisão reafirmou que, em matéria de saúde pública, todos os entes federativos possuem responsabilidades e autonomia para atuar.

A decisão na ADI 6341 reflete a multiplicidade de vozes que compõem o discurso constitucional brasileiro. Ao reconhecer a competência concorrente, o STF articulou discursos técnicos (relacionados às políticas sanitárias), jurídicos (referentes à delimitação das competências federativas) e políticos (reagindo à centralização pretendida pelo Executivo Federal). O julgamento da ADI 6341 ilustra como

diferentes perspectivas – sanitárias, econômicas, federativas – compõem um mosaico discursivo complexo. A polifonia aqui se manifesta na maneira como essas diferentes perspectivas são integradas, permitindo que o texto constitucional continue a ser um espaço de diálogo inclusivo e dinâmico.

A heteroglossia, compreendida como a coexistência de diferentes linguagens sociais dentro de um mesmo idioma nacional, ressalta a diversidade de vozes e perspectivas presentes em uma sociedade pluralista. No contexto brasileiro, a heteroglossia é particularmente evidente no embate entre o discurso jurídico-constitucional e o discurso político de Jair Bolsonaro, que frequentemente opera em tensão com os valores constitucionais.

O discurso bolsonarista, marcado por uma retórica simplificadora e polarizadora, busca reforçar uma linguagem autoritária que contrapõe a Constituição a interesses políticos específicos. Durante a pandemia, Bolsonaro frequentemente utilizou narrativas que deslegitimavam medidas sanitárias e defendiam a centralização de decisões na esfera federal, em detrimento da autonomia dos estados e municípios. Em suas falas, termos como "ditadura do lockdown" e "autoritarismo dos governadores" configuram estratégias discursivas que buscam enfraquecer as disposições federativas e promover uma interpretação centralizadora do poder.

Essa retórica, no entanto, confronta-se com a linguagem pluralista e inclusiva promovida pelo STF na ADI 6341, que reforçou a ideia de que a gestão da crise sanitária exigia a participação articulada de todos os níveis de governo. O embate entre essas narrativas evidencia a heteroglossia no campo discursivo brasileiro, onde diferentes linguagens sociais e políticas competem pela hegemonia interpretativa do texto constitucional. Este fenômeno ressalta o caráter dinâmico e contestado da identidade constitucional brasileira, que se reconstrói continuamente através do embate dialógico entre diferentes visões de mundo.

O conceito de polifonia destaca como o texto constitucional brasileiro é um espaço de diálogo contínuo entre múltiplas vozes, que refletem as tensões e as diversidades da sociedade. A heteroglossia, por sua vez, evidencia como essas vozes, muitas

vezes conflitantes, moldam e transformam a percepção da Constituição e a construção da identidade do sujeito constitucional.

No contexto da pandemia e da ADI 6341, o STF reafirmou o discurso constitucional como um instrumento de pluralidade e equilíbrio, em contraste com o discurso bolsonarista, que tenta restringir a multiplicidade de vozes ao impor uma visão homogênea e centralizadora. Essa dinâmica reforça a importância da interpretação constitucional como um processo dialógico que deve sempre responder às demandas sociais, preservando os princípios do Estado Democrático de Direito.

5.7 O PAPEL DO DISCURSO CONSTITUCIONAL NA MEDIAÇÃO DAS TENSÕES IDEOLÓGICAS

O discurso constitucional, em sua função mediadora, desempenha um papel crucial na negociação das tensões ideológicas que permeiam a sociedade brasileira contemporânea. Este processo de mediação, longe de ser neutro, configura-se como um campo de disputas semânticas e axiológicas, impactando diretamente a concretização dos direitos fundamentais e a percepção da identidade constitucional. Sob a ótica bakhtiniana, essa dinâmica evidencia a constante interação entre diferentes vozes sociais, que são confrontadas e negociadas no espaço jurídico.

O julgamento da ADI 5543, que declarou inconstitucional a restrição à doação de sangue por homens homossexuais, exemplifica como o discurso constitucional opera na interface entre diferentes e conflitantes visões de mundo. Neste caso, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que as normas administrativas, ao impor limitações generalizadas a esse grupo com base em preconceitos, violavam os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não-discriminação. A decisão reafirmou que os princípios constitucionais devem prevalecer sobre normas que perpetuam estigmas e excluem setores específicos da sociedade.

No contexto da ADI 5543, o discurso constitucional destacou-se como um contraponto ao discurso político e social conservador que, frequentemente, reforça exclusões e preconceitos. O discurso bolsonarista, por exemplo, caracteriza-se por retóricas que frequentemente deslegitimam minorias, seja por meio da fragmentação

da alteridade, seja pela reafirmação de valores tradicionais que ignoram demandas contemporâneas por igualdade. Nesse cenário, a atuação do STF pode ser interpretada como uma força centrípeta, que busca consolidar os princípios constitucionais em um ambiente polarizado por tensões ideológicas.

A mediação discursiva constitucional, enquanto processo dialógico, evidencia a pluralidade de vozes que compõem o tecido social brasileiro e como essas vozes são tensionadas no embate entre os discursos inclusivos e excludentes. A decisão do STF na ADI 5543 demonstra que a função do discurso constitucional não é apenas normativamente preservar os direitos fundamentais, mas também reinterpretá-los à luz das transformações sociais e das demandas emergentes por reconhecimento e inclusão.

Além disso, o julgamento revelou o poder do discurso constitucional na deslegitimação de práticas discriminatórias institucionalizadas, fortalecendo a identidade constitucional como um constructo pluralista e inclusivo. Um exemplo do discurso bolsonarista que ilustra a negação de direitos e a perpetuação de narrativas excludentes é a afirmação: "O cara vem pedir dinheiro para mim para ajudar os aidéticos. A maioria é por compartilhamento de seringa ou homossexualismo" (Barretto Jr, 2022, p. 35). Esse tipo de discurso reforça estigmas e preconceitos, deslegitimando grupos já vulnerabilizados e promovendo a exclusão social. Em contraste, o STF, por meio de decisões como a ADI 5543, reafirma a centralidade da igualdade como princípio estruturante da democracia brasileira, combatendo diretamente essas retóricas excludentes e reafirmando o compromisso constitucional com a dignidade, a inclusão e a não-discriminação.

Esse processo dialético, conforme teorizado por Bakhtin, reflete a coexistência de forças centrípetas e centrífugas no campo discursivo. O discurso constitucional, ao se contrapor às narrativas polarizadoras e excludentes do discurso bolsonarista, reafirma sua função normativa e pedagógica, consolidando a Constituição como um espaço de diálogo, inclusão e respeito à alteridade.

A mediação discursiva constitucional, sob a perspectiva bakhtiniana, pode ser compreendida como um processo dialógico onde diferentes vozes sociais são

confrontadas e negociadas. Este fenômeno ressalta o caráter dinâmico e contestado da identidade constitucional brasileira, que se reconstrói continuamente através do embate entre diferentes narrativas e interpretações do texto constitucional.

5.8 DESAFIOS PARA A MANUTENÇÃO DA PLURALIDADE IDENTITÁRIA DO SUJEITO CONSTITUCIONAL

A manutenção da pluralidade identitária do sujeito constitucional brasileiro enfrenta desafios significativos no contexto político-jurídico contemporâneo. A tensão entre narrativas unificadoras e a necessidade de reconhecimento da diversidade social coloca em evidência a complexidade do processo de construção e reconstrução da identidade constitucional.

A análise jurisprudencial revela como o Poder Judiciário tem sido chamado a arbitrar conflitos que envolvem a definição dos contornos da identidade constitucional. O julgamento da ADI 4439, que versou sobre o ensino religioso nas escolas públicas, exemplifica o desafio de conciliar a laicidade estatal com o reconhecimento da pluralidade religiosa, evidenciando as tensões inerentes à manutenção de uma identidade constitucional inclusiva.

Em contraste, o discurso bolsonarista frequentemente adota uma postura que promove visões monoculturais ou hegemônicas, alinhando-se a uma perspectiva conservadora que deslegitima a diversidade como valor constitucional. Por exemplo, ao exaltar um ideário cristão como identidade nacional única, Bolsonaro e seus apoiadores frequentemente marginalizam grupos religiosos minoritários, reforçando narrativas que ameaçam o princípio da laicidade estatal e a pluralidade religiosa. Uma declaração emblemática nesse sentido é a afirmação: “Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão” (Barretto Jr, 2022, p. 52). Esse discurso unificador, baseado na exclusão do "outro", contrasta diretamente com o esforço do STF de preservar a pluralidade como elemento essencial da identidade constitucional brasileira.

Na perspectiva de Michel Rosenfeld, o sujeito constitucional, construído a partir da dialética entre o "eu" e o "outro", só pode existir plenamente em um ambiente que

acolha a diversidade de vozes e perspectivas. A decisão na ADI 4439 demonstra a aplicação dessa dinâmica: enquanto a unidade constitucional é preservada por meio da garantia da laicidade, a diversidade social é reconhecida ao assegurar que todas as crenças possam coexistir em igualdade de condições.

Entretanto, o discurso bolsonarista, ao tentar consolidar uma narrativa identitária homogênea, representa um desafio à manutenção desse equilíbrio. Esse discurso reforça hierarquias e marginalizações, colocando em risco o reconhecimento de identidades plurais e a efetivação de direitos fundamentais. A identidade do sujeito constitucional deve ser um constructo em constante reconstrução, capaz de acomodar contradições e negociar diferenças em um processo dialético contínuo. Assim, o STF desempenha um papel essencial como guardião dessa pluralidade, enfrentando as pressões de narrativas unificadoras que ameaçam os pilares democráticos.

A preservação da pluralidade identitária, sob a ótica de Rosenfeld, requer um constante exercício de negociação entre o universal e o particular, entre a unidade constitucional e a diversidade social. Este processo dialético, intensificado pelas disputas discursivas, demanda uma hermenêutica constitucional capaz de acomodar a multiplicidade de vozes e perspectivas que compõem o tecido social brasileiro.

O desafio contemporâneo, portanto, não reside apenas na manutenção da pluralidade identitária do sujeito constitucional, mas também na capacidade das instituições democráticas de resistir a discursos excludentes e de reafirmar, constantemente, os princípios constitucionais, em especial a igualdade, a liberdade e a dignidade humana. Nesse embate, o discurso constitucional emerge como um espaço privilegiado para a articulação dessas tensões, promovendo a convivência entre unidade e diversidade como um fundamento do Estado Democrático de Direito.

6 CONCLUSÃO

Esta tese investigou a produção de sentidos do discurso bolsonarista à luz das contribuições teóricas de Mikhail Bakhtin e Michel Rosenfeld, buscando compreender seus impactos sobre os direitos fundamentais, a identidade do sujeito constitucional e a estabilidade da democracia.

O problema de pesquisa constituiu o ponto de partida da investigação e orientou toda a estrutura analítica do estudo. A questão central que guiou a pesquisa foi compreender como os sentidos produzidos pelo discurso de Jair Bolsonaro ao longo de sua trajetória política tensionam os fundamentos do Estado Democrático de Direito e comprometem a realização dos direitos fundamentais e a construção da identidade do sujeito constitucional no Brasil. A resposta a essa questão demandou um esforço teórico e metodológico que se desdobrou nas diversas seções da tese, articulando uma abordagem transdisciplinar fundamentada na teoria dialógica da linguagem de Mikhail Bakhtin e na concepção de identidade do sujeito constitucional de Michel Rosenfeld.

A hipótese formulada inicialmente foi confirmada por meio da análise das falas de Jair Bolsonaro. A análise discursiva permitiu a sistematização dos sentidos produzidos por essas falas em quatro categorias de análise que estruturam o discurso bolsonarista e que, articulados, comprometem a estabilidade da ordem constitucional e democrática.

A primeira categoria de análise agrupou falas de Jair Bolsonaro relacionadas à **deslegitimação dos direitos humanos e exaltação da violência estatal**. Os sentidos produzidos por esse conjunto de falas demonstram uma ruptura explícita do compromisso com os direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988 e com os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos em que o Brasil é signatário. Muitas falas questionavam a universalidade desses direitos, relativizavam a importância dos direitos e garantias constitucionais e reforçavam a ideia de que direitos humanos são privilégios seletivos. Constatou-se também que a linguagem foi utilizada para naturalizar práticas autoritárias e violentas, além de

legitimar ações que colocam em risco a dignidade humana, substituindo o discurso de direitos humanos universais por narrativas de exclusão e repressão.

Na segunda categoria de análise, denominada **fragmentação da alteridade**, observou-se uma instrumentalização da linguagem para perpetuar hierarquias que excluem e estigmatizam grupos minorizados, como pessoas negras, indígenas, mulheres, crianças e adolescentes e a população LGBTQIAPN+, contrariando uma série de direitos previstos nos artigos 5º, 6º e 7º da Constituição Federal de 1988. Esses discursos reforçam o preconceito e a intolerância, deslegitimando iniciativas voltadas à inclusão e à promoção da diversidade, o que é incompatível com os fundamentos de pluralismo e justiça social.

Os sentidos produzidos por esse conjunto de falas – além de construir estigmas que reforçam hierarquias de exclusão e que dificultam a implementação de políticas públicas de inclusão social – fragmentam a alteridade e, conseqüentemente, afrontam os princípios de pluralidade e inclusão, que devem orientar a construção da identidade do sujeito constitucional no contexto de um Estado Democrático de Direito. O discurso bolsonarista, nesse contexto, não apenas viola dispositivos constitucionais, mas também compromete a consolidação de uma identidade do sujeito constitucional que valorize a diversidade e a dignidade humana como fundamentos essenciais da ordem jurídico-constitucional.

A **polarização político-ideológica**, que constituiu a terceira categoria de análise, reuniu falas cujos sentidos inviabilizam o espaço público como um ambiente de convivência e diálogo democrático. Ao dividir a sociedade em blocos antagônicos, o discurso bolsonarista reforça a radicalização dos embates políticos, comprometendo o princípio do pluralismo previsto no artigo 1º, V, da Constituição Federal de 1988, e aprofundando as fissuras que dificultam a coesão social e a resolução pacífica de conflitos.

A análise das falas revelou a construção de antagonismos binários no discurso bolsonarista, estruturados na lógica do “nós contra eles”, deslegitimando opositores políticos e fomentando um cenário de constante confronto. Esse processo enfraquece a capacidade de diálogo na esfera pública e intensifica divisões que

dificultam a estabilidade democrática e a inclusão de diferentes perspectivas no debate político.

Por fim, a quarta categoria de análise, denominada **erosão da democracia**, evidenciou sentidos que contestam, sem embasamento jurídico consistente, a legitimidade de instituições democráticas e processos eleitorais, representando uma ameaça aos princípios constitucionais e à estabilidade democrática. Tais sentidos enfraquecem e corroem os valores fundamentais da República Federativa do Brasil (Art. 1º e Art. 2º da Constituição Federal de 1988), além de desafiar diretamente as cláusulas pétreas da Constituição (Art. 60, §4º).

Assim, os objetivos inicialmente delineados foram alcançados, refletindo a articulação entre a fundamentação teórica, a metodologia adotada e as análises conduzidas ao longo da pesquisa. O primeiro objetivo, referente aos fundamentos teórico-metodológicos para a análise do discurso bolsonarista, foi atingido por meio da compreensão da teoria da linguagem de Bakhtin, especialmente os conceitos de dialogismo, polifonia, heteroglossia e carnavalização, proporcionando um aparato analítico robusto para a compreensão da dinâmica discursiva bolsonarista. Essa abordagem permitiu identificar como os sentidos produzidos por esse discurso se estruturam em cadeias enunciativas históricas, ressignificando discursos autoritários e excludentes dentro do contexto político contemporâneo.

O segundo objetivo, que consistiu na análise detalhada das falas de Bolsonaro ao longo de diferentes fases de sua atuação política, permitiu identificar padrões discursivos recorrentes que sustentam a construção de um imaginário político excludente e autoritário. A organização do *corpus* discursivo em categorias temáticas de análise revelou a sistematicidade das estratégias empregadas por Jair Bolsonaro. A análise do discurso bolsonarista evidenciou não apenas a recorrência dessas estratégias, mas também a forma como elas se articulam para consolidar uma narrativa que desafia os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, revelando sentidos em torno da deslegitimação dos direitos humanos, da fragmentação da alteridade, da radicalização da polarização político-ideológica e da erosão da ordem democrática.

O terceiro objetivo, que consistiu em analisar as tensões entre o discurso bolsonarista e o discurso constitucional – e seus impactos sobre os direitos fundamentais e a identidade do sujeito constitucional – foi alcançado por meio da análise do embate discursivo entre essas duas perspectivas, com destaque para a atuação do Supremo Tribunal Federal na mediação dessas disputas. A análise de decisões judiciais emblemáticas evidenciou a forma como a tensão entre o discurso bolsonarista e o discurso constitucional se materializou no âmbito institucional, exigindo a intervenção do STF para reafirmar direitos e garantias fundamentais e preservar a integridade da ordem democrática.

Demostrou-se também que o discurso bolsonarista impacta diretamente a conformação da identidade do sujeito constitucional, conforme teorizado por Michel Rosenfeld. Ao se estruturar a partir da negação da pluralidade e da deslegitimação de direitos fundamentais, esse discurso tensiona os princípios constitucionais e enfraquece a construção de uma identidade do sujeito constitucional inclusiva e democrática, que, segundo Rosenfeld, é um constructo dinâmico e plural, constantemente negociado no espaço jurídico-discursivo. O discurso bolsonarista, por sua vez, busca cristalizar hierarquias excludentes, promovendo a exclusão de grupos historicamente vulnerabilizados. Dessa forma, a oposição entre esses discursos reflete disputas mais amplas sobre pertencimento, cidadania e os contornos do Estado Democrático de Direito, evidenciando a necessidade de reafirmação do discurso constitucional como instrumento de resistência e preservação da democracia.

Diante das reflexões desenvolvidas, reafirma-se a importância da compreensão da linguagem não apenas como meio de expressão e representação da realidade, mas também como um espaço fundamental de disputa política e ideológica. Como base na perspectiva teórica de Bakhtin, a linguagem não é um reflexo neutro da realidade, mas um terreno onde significados são construídos, negociados e contestados, moldando percepções e orientando práticas sociais.

No discurso político, especialmente, a linguagem opera na constituição de identidades, na delimitação de pertencimentos e na definição de fronteiras entre inclusão e exclusão. Mais do que um instrumento de comunicação, ela estrutura

dinâmicas de poder, funcionando como um mecanismo ativo na manutenção ou contestação da ordem social. Ao articular sentidos que reforçam ou desafiam princípios democráticos, a linguagem não apenas transmite ideias, mas modela realidades, influenciando diretamente a consolidação de direitos, a percepção da cidadania e os contornos do espaço público. Nesse sentido, compreender os sentidos produzidos pelo discurso bolsonarista não é apenas um exercício teórico ou analítico, mas uma necessidade política e social urgente, essencial para a defesa dos valores democráticos e para a reafirmação da Constituição como instrumento de resistência, inclusão e diversidade.

A análise dos eventos que marcaram o final do governo Bolsonaro reforça a centralidade desta pesquisa. A condenação e inelegibilidade de Jair Bolsonaro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a investigação pela Polícia Federal (PF) sobre o plano de golpe de Estado e os ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 ilustram como as narrativas polarizadoras e autoritárias promovidas pelo discurso bolsonarista transcendem o campo discursivo, materializando-se em práticas concretas que ameaçam a ordem democrática. Esses eventos revelam a capacidade do discurso político de mobilizar massas, instigar rupturas institucionais e comprometer os fundamentos democráticos.

Diante desse cenário, torna-se imperativo não apenas compreender os impactos desse discurso, mas também pensar em respostas institucionais e sociais que possam fortalecer a democracia e garantir a efetivação dos direitos fundamentais. O compromisso com a proteção da democracia exige um olhar crítico sobre os discursos que a ameaçam, bem como a construção de estratégias de resistência que reafirmem os princípios do Estado Democrático de Direito e a centralidade dos direitos fundamentais como base para uma sociedade justa e igualitária.

Nesse sentido, esta pesquisa aponta cinco proposições para o enfrentamento dos desafios identificados ao longo da tese, acompanhadas de sugestões práticas para sua implementação:

1. Reafirmação do discurso constitucional pluralista – Diante da tensão entre o discurso bolsonarista e os princípios da Constituição Federal de 1988, torna-se

essencial reforçar a interpretação constitucional como um instrumento de inclusão e pluralidade, garantindo que os direitos fundamentais sejam preservados diante de discursos que buscam sua relativização ou exclusão. Para isso, recomenda-se a incorporação de **módulos sobre análise do discurso e proteção da ordem democrática** nos currículos das faculdades de Direito e nos cursos de formação de magistrados, promovendo uma compreensão mais sofisticada sobre os impactos do discurso na construção da identidade constitucional. Além disso, sugere-se o desenvolvimento de programas de formação continuada para operadores do direito, voltados à interpretação constitucional em contextos de crise democrática e de tensionamento discursivo.

2. Ampliação do controle discursivo das instituições democráticas – O Poder Judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal, desempenha um papel crucial na contenção de discursos que minam os pilares democráticos. O fortalecimento de mecanismos institucionais que monitorem e respondam a narrativas antidemocráticas é fundamental para evitar a erosão da ordem constitucional. Como medida prática, propõe-se a criação de **observatórios interdisciplinares de discursos antidemocráticos**, integrando pesquisadores das áreas do Direito, Ciência Política, Linguística e Comunicação Social. Esses observatórios teriam a função de acompanhar a circulação de discursos que desafiam os fundamentos do Estado Democrático de Direito, fornecendo subsídios técnicos para decisões judiciais, políticas públicas e iniciativas de combate à desinformação. Além disso, recomenda-se o aperfeiçoamento de normativas que regulam a disseminação de discursos de ódio e incitação à violência, garantindo uma atuação mais célere e eficaz dos órgãos de controle.

3. Políticas públicas de combate à desinformação e ao discurso de ódio – O discurso bolsonarista evidenciou a capacidade de narrativas polarizadoras disseminarem-se amplamente, muitas vezes impulsionadas por desinformação. Para preservar o espaço público como um ambiente de debate democrático, é indispensável a criação de políticas públicas voltadas à educação midiática e ao combate à desinformação. Nesse contexto, propõe-se a implementação de um **programa de educação cívica digital**, focado no desenvolvimento de habilidades de análise crítica do discurso político nas redes sociais. Esse programa pode ser

desenvolvido em parceria com escolas e universidades, capacitando estudantes e cidadãos a identificarem falácias argumentativas, *fake news* e estratégias discursivas de manipulação. Além disso, sugere-se o fortalecimento de mecanismos regulatórios para plataformas digitais, a fim de mitigar a propagação de informações falsas e discursos de ódio que comprometam a integridade democrática.

4. Fortalecimento da educação para a cidadania e os direitos humanos – A instrumentalização da linguagem para deslegitimar direitos humanos e grupos minorizados reforça a necessidade de programas educacionais que promovam o conhecimento sobre a Constituição, os direitos humanos e o papel das instituições democráticas. Para tanto, sugere-se a ampliação dos conteúdos de educação para a cidadania nas escolas, com ênfase no ensino sobre direitos fundamentais e na formação de uma cultura de respeito à diversidade. Além disso, propõe-se a criação de **materiais didáticos interdisciplinares** voltados ao ensino de linguagem, discurso e poder, abordando como o uso da linguagem influencia a construção de identidades e relações sociais. Esses materiais podem ser utilizados tanto na educação básica quanto em cursos de formação profissional voltados a professores, jornalistas e agentes públicos.

5. Monitoramento e enfrentamento da polarização política e ideológica – A polarização extremada, fomentada pelo discurso bolsonarista, compromete a coesão social e inviabiliza o diálogo democrático. Para mitigar esses efeitos, é necessário incentivar iniciativas que promovam o debate plural e o combate à desinformação, bem como a mediação de conflitos políticos. Uma medida concreta seria a criação de **espaços institucionais para diálogo democrático**, como fóruns e conselhos de participação social que reúnam representantes de diferentes espectros políticos para discutir temas de interesse público. Além disso, sugere-se o fortalecimento de programas de capacitação para jornalistas e comunicadores, a fim de que possam lidar com a cobertura da polarização política de forma mais responsável, evitando a amplificação de discursos extremistas.

Ao integrar essas medidas, busca-se não apenas enfrentar os desafios impostos pelo discurso bolsonarista, mas também fortalecer a democracia por meio da educação, do controle institucional e da promoção de um espaço público mais plural

e resistente a narrativas autoritárias. O enfrentamento dessas questões exige um compromisso contínuo da sociedade civil, das instituições democráticas e da academia, garantindo que os valores constitucionais sejam reafirmados frente às tentativas de sua erosão.

Contudo, os desafios aqui analisados não se restringem ao contexto brasileiro. A ascensão de discursos autoritários e excludentes, promovidos por governos de extrema direita, tem corroído as bases democráticas em diversas nações. Essas narrativas, ao fragilizar direitos fundamentais, fomentar a polarização e promover uma visão homogênea da sociedade, comprometem o próprio ideal democrático e a possibilidade de um espaço público plural e inclusivo. A experiência brasileira analisada nesta tese não se apresenta como um fenômeno isolado, mas como parte de um contexto mais amplo de disputas discursivas que tensionam os alicerces da democracia. Assim, este estudo contribui para um entendimento mais aprofundado dos riscos impostos por essas narrativas e dos desafios enfrentados para a salvaguarda dos direitos fundamentais em um ambiente político marcado pela radicalização e pelo avanço de retóricas excludentes.

Por fim, esta pesquisa reafirma a urgência de uma vigilância democrática permanente e de uma mobilização coletiva capaz de resistir a discursos que ameaçam os pilares da cidadania e do Estado Democrático de Direito. A linguagem jurídica e constitucional, como demonstrado, não se limita à normatividade abstrata, mas constitui um campo ativo de disputa por sentidos, de onde se projetam possibilidades de inclusão ou exclusão, de reconhecimento ou silenciamento.

O compromisso com a preservação da democracia exige não apenas a defesa formal das instituições, mas também a reafirmação cotidiana dos princípios constitucionais e do direito como instrumento de resistência. O enfrentamento de discursos políticos autoritários e inconstitucionais não é uma tarefa circunstancial, mas um imperativo contínuo para a construção de uma sociedade que se pretenda, de fato, justa, igualitária e plural.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

AZEVEDO, Silvagner Andrade de. **Reconhecimento judicial da união entre pessoas do mesmo sexo como união estável e entidade familiar: criação do direito ou efetivação da constituição?** Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2011.

AZEVEDO, Silvagner Andrade de; COURA, Alexandre de Castro. Igualdade, Inclusão e a Inexorável (Re) Construção da Identidade do Sujeito Constitucional. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, nº 8, Faculdade de Direito de Vitória, 2010.

BARRETTO JR., Walter. **Bolsonaro e seus seguidores: o horror em 3.560 frases**. São Paulo: Geração Editorial, 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BALLOUSSIER, Ana Virginia. Brasil sairá da 'ONU comunista' se eu for eleito, diz Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/brasil-saira-da-onu-comunista-se-for-eleito-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BARRAGÁN, Almudena. Entrevista de Bolsonaro a Ellen Page sobre homofobia viraliza no exterior. **El País**. São Paulo, 15 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/actualidad/1539377107_313676.html. Acesso em: 20 out. 2024.

BOLSONARO diz que se for se eleito 'bandagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos. **Portal de Notícias G1**. Araçatuba, 23 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2018/08/23/bolsonaro-diz-que-bandagem-vai-morrer-em-seu-governo-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BOLSONARO colocou em prática discurso contra direitos humanos, diz Anistia. **Exame**, São Paulo, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-colocou-em-pratica-discurso-contra-direitos-humanos-diz-anistia/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

BOLSONARO sobre casamento gay: 'não querem igualdade, e sim privilégios'. **Portal de Notícias Terra**. São Paulo, 16 mai. 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-sobre-casamento-gay-nao-querem-igualdade-e-sim-privilegios,99ff52d635aae310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BOLSONARO diz que não é "homofóbico, nem gordofóbico" e recorrerá de condenação. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 14 abr. 2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/04/14/interna_politica,637511/bolsonaro-vai-recorrer-de-condenacao-da-justica-do-rio-por-homofobia.shtml. Acesso em: 10 nov. 2024.

BOLSONARO confirma que deve rever reserva indígena Raposa Serra do Sol. **Veja**. São Paulo, 17 dez. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-confirma-que-deve-rever-reserva-indigena-raposa-serra-do-sol#google_vignette. Acesso em: 15 out. 2024.

BOLSONARO diz em encontro com a imprensa que país não deve ser destino gay. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/bolsonaro-diz-que-levou-multa-apos-andar-de-moto-no-guaruja.shtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

BOLSONARO ataca repórter após perguntas sobre Flávio e Queiroz: 'Você tem uma cara de homossexual terrível'. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 dez. 2019b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/bolsonaro-ataca-reporter-apos-pergunta-sobre-queiroz-voce-tem-uma-cara-de-homossexual-terrivel.shtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

BOLSONARO diz que não teme processos e faz nova ofensa: "Não merece ser estuprada porque é muito feia". **Zero Hora**. Porto Alegre, 10 dez. 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2014/12/bolsonaro-diz-que-nao-teme-processos-e-faz-nova-ofensa-nao-merece-ser-estuprada-porque-e-muito-feia-cjkf8rj3x00cc01pi3kz6nu2e.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BOLSONARO diz que aceita oposição, mas que maioria é quem decide futuro do país. **Portal de Notícias Terra**. São Paulo, 22 out. 2018. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-diz-que-aceita-oposicao-mas-que-maioria-e-quem-decide-futuro-do-pais,1748c47bc40990a01e57b7a46379d290iol2cjtb.html#google_vignette. Acesso em: 07 out. 2024.

BOLSONARO critica 'superpoderes' a minorias e ataca movimentos sociais. **Veja**. São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-critica-superpoderes-a-minorias-e-ataca-movimentos-sociais>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Íntegra do discurso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães**. Brasília, 06 nov. 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Transcrição da 9ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.583, de 2013, denominado Estatuto da Família**. Brasília, 25 jun. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=39619&hrInicio=14:17&dtReuniao=25/06/2015&dtHorarioQuarto=14:17&dtHoraQuarto=14:17&Data=25/06/2015>. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI nº 6121**. Suspende regra de decreto presidencial que extingue conselhos federais previstos em lei. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2019]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5678906>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. ADO nº 26**. Enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2013]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI nº 6387**. Suspendeu a eficácia da Medida Provisória 954/2020 que previa o compartilhamento obrigatório de dados de clientes de empresas de telecomunicação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) durante a pandemia da COVID-19. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2020]. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adi6387mc.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. ADPF nº 572**. Declara a legalidade e a constitucionalidade do Inquérito (INQ) 4781, instaurado com o objetivo de investigar a existência de notícias fraudulentas (fake news), denúncias caluniosas e ameaças contra a Corte, seus ministros e familiares. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2019]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5658808>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI nº 6341**. Reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2020]. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Adi6341.PDF>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI nº 5543.** Declara inconstitucional o impedimento à doação de sangue por homossexuais, DF: Supremo Tribunal Federal, [2016]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4996495>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI nº 4439.** Trata da constitucionalidade do ensino confessional nas escolas públicas, em caráter facultativo. DF: Supremo Tribunal Federal, [2010]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=3926392>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. ADPF nº 347.** Reconheceu o estado de coisas inconstitucional no sistema penitenciário brasileiro. DF: Supremo Tribunal Federal, [2015]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CARVALHO NETTO, Menelick de. A contribuição do direito administrativo enfocado da ótica do administrado para uma reflexão acerca dos fundamentos do controle de constitucionalidade das leis no Brasil: pequeno exercício de Teoria da Constituição. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte: Fórum Limitada, n. 01, 2001.

CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade; MARQUES, Stanley Souza. Paternidades e a identidade do sujeito constitucional no Brasil: um estudo a partir do direito fundamental à licença-paternidade. **Revista da Faculdade de Direito – UFPR**. Curitiba, vol. 63, n. 2, mai./ago., 2018.

CHAI, Cássius Guimarães. **Jurisdição constitucional em uma democracia de riscos**. São Luís: Ampem, 2007.

CHAI, Cássius Guimarães. **Descumprimento de preceito fundamental: identidade constitucional e vetos à democracia**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2011.

CONFIRA a entrevista dada por Bolsonaro em 2014, citada pelo candidato no Jornal Nacional. **Zero Hora**, Porto Alegre, 04 ago. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/confira-a-entrevista-dada-por-bolsonaro-em-2014-citada-pelo-candidato-no-jornal-nacional-cjkfdf5op00ns01muzcwifo8.html>. Acesso em: 20 nov. 2024.

COURA, Alexandre de Castro. **Hermenêutica jurídica e jurisdição (in)constitucional: para uma análise crítica da “jurisprudência de valores” à luz da teoria discursiva de Habermas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EduFSCar, 2014.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Unb, 2001.

DISCINI, Norma. Carnavalização. *In*: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

DELANOY, Cláudio Primo. Pressupostos teóricos de Bakhtin e o círculo. *In*: GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro e DE PAULA, Marlúbia Correa (orgs.). **Análise de conteúdo e análise do discurso**. São Paulo: Edua, 2022.

DI FANTI, Maria da Glória; BRANDÃO, Helena Nagamine. Discurso, atividade e produção de sentidos: perspectivas teóricas e práticas. *In*: DI FANTI, Maria da Glória e BRANDÃO, Helena Nagamine (orgs.). **Discurso**: tessituras de linguagem e trabalho. São Paulo: Cortez, 2017.

DWORKIN, Ronald. Os sem-terra vistos de fora. **O Estado de São Paulo**, 24/05/1997, A2, p.14.

“ESSES marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, afirma Bolsonaro. **Zero Hora**. Porto Alegre, 21 out. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/10/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-afirma-bolsonaro-cjnjn7ggc06yc01pilmwyr20u.html>. Acesso em: 20 nov. 2024

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADAMER, Hans Georg-. **Verdade e Método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução Flávio Paulo Meurer. 10. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

GALUPPO, Marcelo Campos. Hermenêutica constitucional e pluralismo. *In*: **Hermenêutica e jurisdição constitucional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

GONZALES, Jennifer. Na TV, Bolsonaro diz a Preta Gil que namoro com negra seria 'promiscuidade'. **Estadão**. São Paulo, 11 dez. 2011. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/radar-politico/na-tv-bolsonaro-diz-a-preta-gil-que-namoro-com-negra-seria-promiscuidade/?srslid=AfmBOoqdhIT2pU4pafeMeB1-UVWwIS9lmgURtCD0_cKca3qfnV2SMzft. Acesso em: 22 nov. 2024.

HÁ 20 anos, Bolsonaro defendeu fechamento do Congresso e a morte do então presidente, Fernando Henrique. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 mai. 2019. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/ha-20-anos-bolsonaro-defendeu-fechamento-do-congresso-e-morte-do-entao-presidente-fernando-henrique-cardoso.html>. Acesso em: 20 set. 2024.

JAIR Bolsonaro constrói carreira política desde os anos 80 ancorado em polêmicas. **O Globo**. Rio de Janeiro, 18 dez. 2017. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/jair-bolsonaro-constroi-carreira-politica-desde-os-anos-80-ancorado-em-polemicas-21687404#ixzz8x9DbL8aw>. Acesso em: 20 out. 2024.

JAIR Bolsonaro ataca gays em entrevista para documentário inglês: ‘Nós, brasileiros, não gostamos dos homossexuais’. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 out. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/jair-bolsonaro-ataca-gays-em-entrevista-para-documentario-ingles-nos-brasileiros-nao-gostamos-dos-homossexuais-10487531>. Acesso em: 15 out. 2024.

LIMA, Anselmo Pereira. Discurso e atividade reguladora. In: DI FANTI, Maria da Glória e BRANDÃO, Helena Nagamine (orgs.). **Discurso: tessituras de linguagem e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise de discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCONDES, Danilo. **A pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MARTÍN, María. “Os gays não são semideuses. A maioria é fruto do consumo de drigas”. **El País**. São Paulo, 14 fev. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/14/politica/1392402426_093148.html. Acesso em: 10 out. 2024.

MENEZES, R. G.; BARBOSA, R. Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition. **Zeitschrift Für Vergleichende Politikwissenschaft**, 15(2), 229–247, 2021.

MIRANDA, Dilmar. Carnavalização e multidentidade cultural: antropofagia e tropicalismo. **Revista Tempo Social**, Rev. Sociol. da USP, São Paulo, 9 (2), out. 1997, p. 125-154.

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin: Creation of a Prosaics**, Redwood City: Stanford University Press, 1990.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. 12. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

RAMALHO, Renan. STF arquiva inquérito contra Bolsonaro por falas sobre Preta Gil. **G1**. Brasília, 27 mar. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/05/stf-arquiva-inquerito-contra-bolsonaro-por-falas-sobre-preta-gil.html>. Acesso em: 22 nov. 2024.

ROSENFELD, Michel. **A identidade do sujeito constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

ROSENFELD, Michel. A identidade do sujeito constitucional e o Estado Democrático de Direito. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 11-63, jan./jun., 2004.

ROSENFELD, Michel. **The Identity of the Constitutional Subject: Selfhood, Citizenship, Culture, and Community**. New York: Routledge, 2010.

RELEMBRE declarações de Bolsonaro sobre a vacinação. **Poder360**. São Paulo, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. A construção da identidade do sujeito constitucional em teorias hermenêuticas representativas dos paradigmas de Estado e de Direito modernos. **Revista Direito Izabela Hendrix**, v. 3, n. 3, p. 153-166, 2004.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

SE aparecer corrupção, colaboraremos para que fatos sejam elucidados, diz Bolsonaro. **CNN BRASIL**. São Paulo, 27 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/se-aparecer-corrupcao-colaboraremos-para-que-fatos-sejam-elucidados-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SCHAEFER, Sérgio. Dialogismo, polifonia e carnavalização em Dostoiévsky. **Bakhtiniana**, São Paulo, 6 (1), ago/dez. 2011, p. 194-209.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

TAPPAN, M. B. Domination, Subordination and the Dialogical Self: Identity Development and the Politics of 'Ideological Becoming'. **Culture & Psychology**, 11(1), p. 47-75, 2005.

"VAMOS respeitar as minorias, mas quem decide é a maioria", diz Bolsonaro. **Correio Brasiliense**. Brasília, 21 mai. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna_politica,857173/vamos-respeitar-as-minorias-mas-quem-decide-e-a-maioria-diz-bolson.shtml. Acesso em: 22 nov. 2024.

VEJA 11 frases polêmicas de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 6 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2017.

VOLÓCHINOV, Valentin. **A palavra na vida e a palavra na poesia.** São Paulo: Editora 34, 2019.